SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MANHUAÇU LTDA.
Mantenedora

FACULDADE DO FUTURO
Mantida

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM

EDUCAÇÃO FÍSICA

PRESENCIAL

COM OFERTA DE DISCIPLNAS EM EAD

MANHUAÇU / MINAS GERAIS
2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO 5

1. DADOS INSTITUCIONAIS 5
1.1. Mantenedora 5
1.2. Mantida 5
2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL 5
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO 8
3.1. Denominação 8
3.2. Modalidade 8
3.3. Vagas 8
3.4. Atos Regulatórios 8
3.5. Regime de Matrícula 8
3.6. Duração do Curso 8
3.7. Tempo de Integralização 8
3.9. Formas de Acesso 9

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 13

1. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO 13
1.1. Caracterização Regional 13
1.2. Pirâmide Populacional 17
1.3. População no Ensino Médio Regional 18
1.4. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior 19
1.5. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior 20
1.6. Metas do Plano Nacional de Educação 22
1.7. Demanda pelo Curso e Justificativa para a Oferta do Curso 23
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 26
3. CONCEPÇÃO DO CURSO 31
4. OBJETIVOS DO CURSO 34
4.1. Objetivo Geral 34
4.2. Objetivos Específicos 35
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 36
5.1. Perfil do Egresso 36
5.2. Competências e Habilidades 38
5.3. Ampliação em Função de Novas Demandas Apresentadas pelo Mundo do Trabalho 46
6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO 47
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 48
7.1. Estrutura Curricular 48
7.2. Conteúdos Curriculares 51
7.3. Matriz Curricular 57
7.4. Ementário e Bibliografia 62
7.5. Estágio Supervisionado 116
7.5.1. Estágio Curricular Supervisionado - Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica 123
7.5.2.Estágio Curricular Supervisionado - Relaçao Teoria e Prática 93
7.6. Atividades Curriculares de Extensão 125
7.7. Trabalho de Conclusão de Curso 104
7.8. Oferta dos Componentes Curriculares Eletivos 151
7.9. Atividades Complementares 152
7.9.1. Previsão e Carga Horária das Atividades Complementares 152
7.9.2. Diversidade das Atividades Complementares 153

7.9.3. Formas de Aproveitamento das Atividades Complementares 154
7.9.4. Aderência à Formação Geral e Específica do Discente 156
7.9.5. Regulamento das Atividades Complementares 156
7.10. Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde e o SUS 162
8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM 163
9. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURA 167
10. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 168
11. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM 141
12. MATERIAL DIDÁTICO 142
13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 174
14. NÚMERO DE VAGAS 177
15. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 177
16. APOIO AO DISCENTE 148
16.1. Programa de Acolhimento e Perman6encia do Discente 148
16.2. Programa de Acessibilidade Metodológica e Instrumental 179
16.3. Programa de Monitoria 180
16.4. Programa de Nivelamento 185
16.5. Programa de Intermediação e Acompanhamento de Estágios Não Obrigatórios Remunerados 187
16.6. Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente 191
16.7. Participação em Centros Acadêmicos 191
16.8. Ações Inovadoras 191
17. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO 204

CORPO DOCENTE E TUTORIAL DO CURSO 205

1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 205
1.1. Constituição 205
1.2. Composição 205
1.3. Competências 206
1.4. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso 207
2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 210
3. COORDENAÇÃO DE CURSO 218
3.1. Titulação Acadêmica 218
3.2. Experiência Profissional, na Docência Superior e de Gestão Acadêmica 218
3.3. Regime de Trabalho 218
3.4. Atuação do Coordenador de Curso 219
3.5. Plano de Ação da Coordenação de Curso 220
4. COLEGIADO DE CURSO 241
4.1. Institucionalização 241
4.2. Representatividade dos Segmentos 241
4.3. Competências 242
4.4. Periodicidade das Reuniões 242
4.5. Registro de Decisões 242
4.6. Fluxo para Encaminhamento das Decisões 242
4.7. Avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão 248
4.8. Regulamento do Colegiado de Curso 248
5. CORPO DOCENTE 252
5.1. Titulação 252
5.2. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica 253
5.3. Experiência no Exercício da Docência Superior 254

5.4. Regime de Trabalho 255
5.5. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica 256
6. TUTORES 256
6.1. Atividades de Tutoria 256
6.2. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria 259
6.3. Formação e Titulação dos Tutores 261
6.4. Experiência dos Tutores no Exercício da Tutoria na Educação a Distância ... 261
6.5. Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância 262

INFRAESTRUTURA DO CURSO 266

1. ESPAÇO FÍSICO 266
1.1. Instalações Administrativas 266
1.2. Salas de Aula 266
1.3. Auditório 267
1.4. Espaço de Trabalho para Professores e Tutores 268
1.4.1. Sala Coletiva de Professores e Tutores 268
1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral 269
1.4.3. Sala dos Tutores 270
1.5. Espaço de Trabalho para Coordenador de Curso 271
1.6. Espaços para Atendimento aos Discentes 272
1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação 272
1.8. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática 272
1.9. Biblioteca 273
1.10. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA 274
1.11. Instalações Sanitárias 274
1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial 274
2. EQUIPAMENTOS 276
2.1. Equipamentos de Informática 276
2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet) 276
2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia 277
2.4. Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos 277
3. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 280
4. ACERVO BIBLIOGRÁFICO 280
4.1. Bibliografia Básica e Complementar 280
4.1.1. Contrato do Acervo Virtual 280
4.1.2. Adequação e Atualização do Acervo Virtual 280
4.1.3. Relatório do NDE 281
4.1.4. Garantia de Acesso Físico 281
4.1.5. Periódicos Especializados 281
4.1.6. Gerenciamento e Plano de Contingência 281
4.2. Plano de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo 287
5. PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA) 288
6. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA 290
7. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 291
8. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 293

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora

NOME	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MANHUAÇU LTDA.
CNPJ	04.808.030/0001–80
CATEGORIA ADMINISTRATIVA	Pessoa Jurídica de Direito Privado – Com fins lucrativos – Sociedade Civil
ENDEREÇO	Rua Duarte Peixoto, nº 259, Coqueiro
CEP	36.900–000
MUNICÍPIO	Manhuaçu
ESTADO	Minas Gerais
TELEFONE	(33) 3331 1214
FAX	(33) 3331 1214

1.2. Mantida

NOME	Faculdade do Futuro – FAF
ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	Faculdade
ENDEREÇO	Rua Duarte Peixoto, nº 259, Coqueiro
CEP	36.900–000
MUNICÍPIO	Manhuaçu
ESTADO	Minas Gerais
TELEFONE	(33) 3331 1214
FAX	(33) 3331 1214
E–MAIL	flavio@faculdadedofuturo.edu.br
SITE	www.faculdadedofuturo.edu.br
DIRIGENTE PRINCIPAL	Flávio José Ribeiro de Almeida
PORTARIA DE CREDENCIAMENTO	Portaria MEC nº 2.039 de 25/07/2003, publicada no DOU de 28/07/2003.
PORTARIA DE ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA IES	Portaria nº 525 de 23/08/2006.
PORTARIA DE CREDENCIAMENTO EaD	Portaria MEC nº 2023 de 21/11/2019, publicada no DOU de 25/11/2019.
PORTARIA DE RECREDENCIAMENTO	Portaria MEC nº 1802 de 21/10/2019, publicada no DOU de 22/10/2019.

2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A FACULDADE DO FUTURO, com sede no município de Manhuaçu, no estado de Minas Gerais, é uma instituição privada de ensino superior, mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Manhuaçu Ltda.

A Sociedade de Ensino Superior de Manhuaçu Ltda. é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na Rua Duarte Peixoto, nº 259, no Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Seu estatuto foi registrado no Cartório de Registros e Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Manhuaçu, sob nº 1927 nº C-1, fls. 965, em 04 de dezembro de 2001.

Em 2003 foi credenciado o então Instituto de Educação Superior de Manhuaçu, conforme a Portaria MEC nº 2.039, de 25/07/2003 (DOU de 28/07/2003) e recredenciada pela Portaria nº 1802 de 21/10/2019 (DOU 22/10/2019).

Por meio da Portaria MEC nº 2.040, de 25/07/2003 (DOU de 28/07/2003) foi autorizado o funcionamento do curso de graduação em Enfermagem, bacharelado. O foi reconhecido pela Portaria SESu nº 856/2006 (DOU de 06/11/2006). Seu reconhecimento foi renovado Portaria SERES nº 348/2014 (DOU de 04/06/2014), pela Portaria SERES nº 821/2018 (DOU de 26/11/2018) e pela Portaria SERES nº 110/2021 (DOU de 04/02/2021).

Posteriormente, a denominação do Instituto de Educação Superior de Manhuaçu foi alterada para FACULDADE DO FUTURO, conforme Portaria MEC nº 525, de 23/08/2006, que também aprovou as alterações no Regimento da IES.

Por meio da Portaria SESu nº 30, de 22/05/2006 (DOU de 24/05/2006) foi autorizado o curso de graduação em Ciências Biológicas, licenciatura, reconhecido pela Portaria SERES nº 302 de 27/12/2012 (DOU de 31/12/2012). O curso teve a renovado seu reconhecimento pela Portaria SERES nº 1093/2015 (DOU de 30/12/2015).

O curso de graduação em Educação Física, licenciatura, foi autorizado pela Portaria SESu nº 30/2006 (DOU de 24/05/2006) e reconhecido pela Portaria nº SESu 1.675/2010 (DOU de 18/10/2010). O reconhecimento foi renovado pela Portaria SERES nº 286/2012 (DOU em 27/12/2012) e pela Portaria SERES nº 1093/2015 (DOU de 30/12/2015).

O curso de graduação em Educação Física, bacharelado, foi autorizado em 2011 pela Portaria SERES nº 110/2011 (DOU de 14/06/2011), reconhecido pela Portaria SERES nº 328/2013 (DOU de 25/07/2013). A renovação de reconhecimento do bacharelado ocorreu com a publicação da Portaria SERES nº 1344/2017 (DOU de 18/12/2017) e Portaria SERES nº 135/2018 (DOU de 02/03/2018).

Por meio da Portaria SESu nº 30/2006 (DOU de 24/05/2006) foi autorizado o curso de Farmácia, bacharelado, reconhecido pela Portaria SESu nº 1429 de 15/02/2011 (DOU de 17/02/2011). O curso teve renovado o seu reconhecimento pela Portaria SERES nº 01/2012 (DOU de 09/01/2012)e pela Portaria SERES nº 110/2021 (DOU de 05/02/2021).

Em 2011 foi autorizado o funcionamento do curso de graduação em Engenharia Civil, bacharelado, pela Portaria SERES nº 121/2011 (DOU de 14/06/2011), reconhecido pela Portaria SERES nº 1035/2015 (DOU de 23/12/2015). O curso teve seu reconhecimento renovado pela Portaria SERES nº 916/2018 (DOU de 28/12/2018) e pela Portaria SERES nº 110/2021 (DOU de 05/02/2021).

Em 2013 foi autorizado o curso de Psicologia, bacharelado, conforme Portaria SERES nº 632/2013 (DOU de 29/11/2013), e reconhecido pela Portaria SERES nº 88/2019 (DOU de 21/02/2019).

Em 2014 foi autorizado o curso de graduação em Engenharia Ambiental, bacharelado, pela Portaria SEREsn nº 719/2014 (DOU de 28/11/2014), e reconhecido pela Portaria SEREs nº 238/2021 (DOU de 238 de 16/03/2021).

Em 2015 foram autorizados o curso de graduação em Administração, bacharelado, pela Portaria SERES nº 917/2015 (DOU de 28/11/2015); de Ciências Contábeis, bacharelado, pela Portaria SERES nº 1041/2015 (DOU de 23/12/2015); e de Engenharia da Produção, bacharelado, pela Portaria SERES nº 1041/2015 (DOU de 23/12/2015).

Em 2017 foram autorizados os cursos de Agronomia, bacharelado, pela Portaria SERES nº 867/2017 (DOU de 14/08/2017); de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, pela Portaria SERES nº 867/2017 (DOU de 14/08/2017; e de Medicina Veterinária, Portaria SERES nº 867/2017 (DOU de 14/08/2017).

O curso de Direito, bacharelado, foi autorizado pela Portaria SERES nº 186/2018 (DOU de 22/03/2018).

No ano de 2019 a FACULDADE DO FUTURO obteve o seu credenciamento para a oferta de educação a distância (EAD) pela Portaria nº 2023/2019 (DOU de 25/11/2019).

Vinculados ao credenciamento EAD foram autorizados os cursos a seguir relacionados:

Curso	**Grau**	**Modalidade**	**Ato Regulatório**
Administração	Bacharelado	EaD	Portaria nº 3 de 07/01/2020, publicada em 08/01/2020
Ciências Contábeis	Bacharelado	EaD	
CST em Gestão de Recursos Humanos	CST	EaD	
Pedagogia	Licenciatura	Ead	

No campo da pós-graduação *lato sensu* são oferecidos os 16 (dezesseis) cursos a seguir relacionados: Análises Clínicas e Toxicológicas; Educação Física Escolar; Gerenciamento de Obras; Gestão de Negócios; Neurociência e Educação; Oncologia Multiprofissional; Treinamento Personalizado; Direito civil e Processo Civil, Enfermagem Estética; Farmácia Estética; Gestão de Negócios e Empreendedorismo; Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica; Oncologia: Abordagem Multiprofissional; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Psicologia Comportamental e Saúde Estética Multiprofissional.

A FACULDADE DO FUTURO obteve o Conceito Institucional (CI) igual a 4 (2018), CI-EaD igual a 4 (2018) e o Índice Geral de Cursos (IGC) igual a 3 (2021).

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

3.1. Denominação

Curso de graduação em Educação Física.

3.2. Modalidade

Presencial, com oferta de disciplinas EaD.

3.3. Vagas

100 (cem) vagas anuais.

3.4. Atos Regulatórios

Licenciatura
Autorização: Portaria SESu nº 30/2006 (DOU de 24/05/2006)
Reconhecimento: Portaria SESu nº 1.675/2010 (DOU de 18/10/2010).
Renovação de reconhecimento: Portaria SERES nº 286/2012 (DOU de 27/12/2012); Portaria SERES nº 1093/2015 (DOU de 30/12/2015).

Bacharelado
Autorização: Portaria SERES nº 110 /2011 (DOU de 14/06/2011).
Reconhecimento: Portaria SERES nº 328/2013 (DOU de 25/07/2013).
Renovação de reconhecimento: Portaria SERES nº 1344/2017 (DOU de 18/12/2017); Portaria SERES nº 135/2018 (DOU de 02/03/2018

3.5. Regime de Matrícula

O regime de matrícula é semestral.

3.6. Duração do Curso

O curso de graduação em Educação Física tem a duração de 3.310 horas.

3.7. Tempo de Integralização

O curso de graduação em Educação Física possui o prazo mínimo de integralização de 08 (oito) e máximo de 12 (doze) semestres letivos.

3.8. Base Legal

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Educação Física observa os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), do Decreto nº 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial, e da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O PPC foi ajustado e concebido em conformidade com as disposições da Resolução CNE/CES 06/2018, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, e na Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O PPC atende, ainda, ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e ao

Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; na Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/ 18, a IES implantará as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

A Instituição apresenta condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003. Além disso, cumpre as exigências da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Por se tratar de curso na modalidade presencial com oferta EaD, o PPC atende a Portaria nº 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

O PPC de graduação em Educação Física está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACULDADE DO FUTURO.

3.9. Formas de Acesso

As principais formas de acesso aos cursos superiores da FACULDADE DO FUTURO estão descritas a seguir:

1. Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato, com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no curso.

2. Transferência: processo seletivo para alunos de outras instituições de ensino superior, transferidos para o mesmo curso ou de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico.

3. Portadores de diploma de nível superior: processo seletivo para graduados em cursos de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico.

O processo seletivo discente da FACULDADE DO FUTURO destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos e a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação, desempate e demais informações. No ato da inscrição para o processo seletivo, está à disposição do candidato uma relação geral de cursos oferecidos pela Instituição.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estipulados pela Instituição. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos alunos transferidos.

Os candidatos classificados no processo seletivo e convocados para ingresso nos cursos de graduação devem comparecer no setor de Secretaria de Registros e Controle Acadêmicos, no prazo fixado, apresentando o original dos documentos requeridos: requerimento de matrícula; certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente; histórico escolar do ensino médio concluído; cédula de identidade; título de eleitor; prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino; certidão de nascimento ou casamento; comprovante de pagamento das taxas regulamentares e CPF; comprovante de residência; foto 3 x 4.

O candidato classificado que não se apresentar para matrícula – no prazo estabelecido e com os documentos exigidos – perde o direito de se matricular, em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação, mesmo que tenha efetuado o pagamento das taxas exigidas.

A matrícula deve ser renovada semestralmente e, ao final do primeiro semestre letivo, o aluno deve preencher – na Secretaria – requerimento a fim de confirmar a continuidade de seus estudos para o próximo semestre ou solicitar trancamento.

Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da mesma implica renúncia do curso e desvinculação do aluno à FACULDADE DO FUTURO.

O resultado do processo seletivo é válido apenas para o semestre letivo a que se vincula.

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento Geral da FACULDADE DO FUTURO, no TÍTULO V - DO REGIME ACADÊMICO, Capítulos II, III e IV, transcritos a seguir.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO SELETIVO

Art. 64. O processo seletivo para os cursos de graduação destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas.
§1º. A IES, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levará em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.
§2º. As inscrições para processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

§3º. A IES poderá considerar o desempenho escolar e dos exames oficiais do ensino médio ou profissionalizante (ENEM) como critérios para seu processo seletivo de ingresso, de acordo com normas aprovadas pelo Conselho Superior e com a legislação vigente.
Art. 65. O processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior.
Art. 66. A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Superior.
§1º. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.
§2º. Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação, conforme legislação vigente.
Art. 67. Os resultados do processo seletivo serão tornados públicos pela IES, com a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital.
Art. 68. A admissão aos cursos sequenciais, de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros será feita de acordo com as formalidades, condições e critérios previstos nos planos ou projetos respectivos, aprovados pelo Conselho Superior.

CAPÍTULO III
DA MATRÍCULA

Art. 69. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à IES, realiza-se na Secretaria, em prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico, mediante requerimento instruído com a seguinte documentação:
I - certificado ou diploma de curso do ensino médio, ou equivalente, bem como cópia do histórico escolar, para ingresso em cursos de graduação;
II – diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação para ingresso em cursos de pós-graduação;
III - prova de quitação com o serviço militar e obrigações eleitorais;
IV - comprovante de pagamento ou de isenção da primeira mensalidade dos encargos educacionais;
V - cédula de identidade;
VI - certidão de nascimento ou casamento;
VII - visto permanente, expedido pela Polícia Federal - RNE, em caso de estrangeiros;
VIII - visto de fronteiriço, expedido pela Polícia Federal, em caso de estrangeiros que residem em país limítrofe;
IX - 02 (duas) fotografias 3x4;
X - contrato de prestação de serviços educacionais, devidamente assinado pelo candidato, ou por seu responsável, no caso de menor de 21 anos;

Parágrafo Único. No caso de diplomado em curso de graduação é exigida a apresentação do diploma, devidamente registrado, em substituição ao documento previsto no inciso I.
Art. 70. A matrícula será renovada semestralmente, dependendo da estrutura curricular de cada curso, em prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.
§1º. Ressalvado o disposto no artigo 66, a não renovação da matrícula implica abandono do curso e a desvinculação do aluno da IES.
§2º. O requerimento da renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento ou isenção da respectiva mensalidade dos encargos educacionais.
Art. 71. É concedido o trancamento de matrícula para o efeito de, interrompidos temporariamente os estudos, manter a vinculação do aluno à IES e seu direito à renovação de matrícula.
§1º. O trancamento é concedido, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, por tempo expressamente estipulado no ato, que não pode ser superior a 04 (quatro) períodos letivos, incluindo aquele em que foi concedido.
§2º. Não são concedidos trancamentos imediatamente consecutivos que, em seu conjunto, ultrapassem o tempo previsto no parágrafo anterior, nem trancamentos sucessivos, não consecutivos, que, em seu conjunto, ultrapassem aquele limite.
§3º. Ao retornar aos estudos, o acadêmico que tenha trancado sua matrícula deverá cumprir o currículo vigente.
Art. 72. Quando da ocorrência de vagas, a IES poderá abrir matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio normatizado pelo Conselho Superior.
Parágrafo Único. Obtida a aprovação na respectiva disciplina, esta fará parte do histórico escolar do aluno, podendo ser objeto de aproveitamento, segundo as disposições deste Regimento.

CAPÍTULO IV
DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 73. No limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, a IES aceitará a transferência de alunos provenientes de cursos idênticos ou afins, ministrados por estabelecimento de ensino superior, nacional ou estrangeiro, na época prevista no Calendário Acadêmico.
§1º. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.
§2º. O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação constante do artigo 64, os programas das disciplinas cursadas no curso de origem, além de histórico escolar ou documento equivalente que ateste as disciplinas cursadas e respectiva carga horária, bem como o desempenho do aluno.
Art. 74. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação na instituição de origem.
§1º. O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor da disciplina e observadas as seguintes e demais normas da legislação pertinente:

I - as disciplinas de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em instituição autorizada, serão automaticamente reconhecidas, sendo atribuído ao aluno os créditos, notas, conceitos e carga horária obtidos no estabelecimento de procedência;

II - o reconhecimento a que se refere o inciso I deste artigo implica a dispensa de qualquer adaptação e de suplementação de carga horária;
III - a verificação, para efeito do disposto no inciso II, esgotar-se-á com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria;
IV - observando o disposto nos incisos anteriores será exigido do aluno transferido, para integralização do currículo, o cumprimento regular das demais disciplinas e da carga horária total do curso;
V - o cumprimento da carga horária adicional, em termos globais, será exigido para efeito de integralização curricular, em função do total de horas obrigatórias à expedição do diploma da IES.
§2º. Nas disciplinas não cursadas integralmente a IES poderá exigir adaptação, observados os seguintes princípios gerais:
I - os aspectos quantitativos e formais do ensino, representados por itens de programas, cargas horárias e ordenação das disciplinas, não devem superpor-se à consideração mais ampla da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso, no contexto da formação cultural e profissional do aluno;
II - adaptação processar-se-á mediante o cumprimento do plano especial do estudo que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do aluno;
III - a adaptação refere-se a estudos feitos em nível de graduação, dela excluindo-se o processo seletivo e quaisquer atividades desenvolvidas pelo aluno para ingresso no curso;
IV - não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência em qualquer época e independentemente da existência da vaga, salvo quanto às disciplinas com aproveitamento na forma dos incisos I e II, do §1º deste artigo;
V - quando a transferência se processar durante o período letivo, serão aproveitados créditos, notas, conceitos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que se tenha desligado.
Art. 75. Aplicam-se à matrícula de diplomados e de alunos provenientes de outros cursos de graduação da IES ou de instituições congêneres as normas referentes à transferência, à exceção do disposto no artigo 68, §1º e no artigo 69, §2º, incisos I e IV.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO

1.1. Caracterização Regional

A FACULDADE DO FUTURO situa-se em Manhuaçu, município mineiro estrategicamente localizado na interseção de duas importantes rodovias federais, BR 262

e BR 116, além de ser cortada também pela rodovia estadual MG 111. Trata-se de um estabelecimento privado de ensino superior, particular em sentido estrito, que devido à qualidade da educação ofertada atrai estudantes de diversas cidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Manhuaçu é uma cidade pólo para a comercialização e produção de café, saúde e comércio e, nos últimos anos, também se tornou referência em educação para toda a região de influência de Manhuaçu.

Manhuaçu conta também com o Aeroporto Regional de Santo Amaro de Minas, localizado no distrito de Santo Amaro de Minas, município de Manhuaçu. O aeroporto possui pista asfaltada de 1.170 metros de extensão com balizamento noturno e capacidade para receber aviões de até 70 passageiros, além de 4 mil metros de pátio para aeronaves e sala de embarque e desembarque com 320 metros quadrados.

Manhuaçu tem como cidades vizinhas os municípios de Caputira, Matipó, São João do Manhuaçu, Luisburgo, Manhumirim, Reduto, Santana do Manhuaçu e Simonésia. Entretanto, a área de atuação da FACULDADE DO FUTURO já se expandiu para além dos municípios circunvizinhos, conseguindo alcançar toda a região da Vertente Ocidental do Caparaó, no leste do Estado de Minas Gerais e também cidades do Estado do Espírito Santo, tornando-se uma cidade pólo, para onde convergem cerca de 30000 habitantes das cidades vizinhas, entre elas, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Carangola, Alto Caparaó, Caparaó, Caratinga, Alto Jequitibá, Simonésia, Conceição de Ipanema, Ipanema, Taparuba, São João do Manhuaçu, Lajinha, Divino, Durandé, Espera Feliz, Brejetuba /ES, Irupi / ES, Iúna / ES e Ibatiba / ES.

Na microrregião de Manhuaçu 94,20% da população está em domicílios com água encanada, 99,81% reside está em domicílios com energia elétrica e 96,45% da população está em domicílios com coleta de lixo.

No tocante à participação da sociedade civil nas decisões políticas, são muitos os órgãos de classe e os grupos representativos que atuam na fiscalização das decisões políticas, assim como no exercício de pressionar e trabalhar em conjunto com as autoridades dos poderes executivo e legislativo no intuito de buscar melhores condições de vida, trabalho, saúde, educação e seguridade para a sociedade local. São eles associações profissionais; clubes cívicos; clubes sociais e esportivos; cooperativas; corporações; grupos ambientalistas; grupos por gênero, culturais e religiosos; instituições de benemerência; instituições políticas; órgãos de defesa do consumidor.

Alguns exemplos das instituições da sociedade civil constituídas são:

AMAPS – Associação de Moradores e Amigos de Ponte do Silva
AAFCSG – Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade São Geraldo/Gavião
AAFNHTP – Associação dos Agricultores Familiares Novo Horizonte de Taquara Preta
AAFSR – Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Córrego São Roque
AAMA – Associação dos Amigos do Meio Ambiente
AASBSV – Associação e Ação Social do Bairro São Vicente
ABSF – Associação do Bairro Sagrada Família
ACASBNSA – Associação Comercial e Ação Social do Bairro N. Sra. Aparecida
ACCSM – Associação Comunitária, Cultural e Social de Manhuaçu
ACIAM – Associação Comercial Industrial e Agronegócios de Manhuaçu

ACSBSF – Associação Comunitária e Social do Bairro Sagrada Face
ACSBSL – Associação Comercial e Social do Bairro Santa Luzia
ACSCM – Associação Comunitária e Social do Córrego do Manhuaçuzinho
ADESCOM – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Realeza
AFAUSME – Associação dos Familiares, Amigos e usuários da Saúde Mental
AGRIFOM – Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos e Terapeutas Naturalistas de Manhuaçu e Região.
AHIS – Associação Humanitária de Inclusão Social
AHMR – Associação Habitacional de Manhuaçu e Região
AMA – Associação dos Moradores Amigos de Santo Amaro
AMASUL – Associação dos Moradores do Bairro Alfa Sul de Manhuaçu
AMBASA – Associação dos Moradores do Bairro Santo Antônio
AMBBP – Associação dos Moradores do Bairro Bom Pastor
AMBC – Associação dos Moradores do Bairro Catuaí
AMBOUSA – Associação de Moradores Bairro Pouso Alegre
AMBST – Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha
AMCBP – Associação de Moradores do Córrego Bem Posta
AMCCR – Associação de Moradores do Córrego Coqueiro Rural
AMCNM – Associação do Movimento Cultural Negro de Manhuaçu
AMCOSD – Associação de Mulheres da Comunidade de São Domingos
AMMP – Associação Manhuaçuense de Movimentos Populares
AMOBASFA – Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis
AMOVILAFOR – Associação de Moradores de Vila Formosa
AMSPA – Associação de Mulheres de São Pedro do Avaí
AMSSS – Associação de Mulheres de São Sebastião do Sacramento
AMVF – Associação de Mulheres de Vila de Fátima
APAE de Manhuaçu
APEFMR – Associação dos Professores de Educação Física de Manhuaçu e Região
ARPODE – Associação Regional dos Portadores de Deficiência
ASMOBEVI – Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
ASMUCOSE – Associação de Mulheres do Córrego São Sebastião
C.C.P.S. – Conselho Comunitário de Ponte do Silva
CADRM – Casa da Amizade das Damas Rotárias de Manhuaçu
CCRSPA – Centro Comunitário Rural de São Pedro do Avaí
CDCDC – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Dom Correia
CDCPVN – Conselho de Desenvolvimento Comercial do Povoado de Vila Nova
CDCS – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Sacramento
CDCSS – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Sebastião
CAF – Centro de Apoio à Família
CMM – Clube das Mães de Manhuaçu
COMDEMA – Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
COMPRODECOM – Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Conselho Tutelar de Manhuaçu
COOTRAMA – Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu
CV – Comunidade Vilanovense
DAREI – Divisão de Assistência, Recuperação, Educação e Integração
FUMAPH – Fundação Manhuaçuense de Promoção Humana
Lions Clube de Manhuaçu
MALU (Mães Amando e Lutando Unidas) – Clube das Mães de Vila Nova

NVACCM – Núcleo de Voluntários de Auxílio aos Cancerosos Crônicos Manhuaçu
PRM – Pro Rio Manhuaçu
PROJETO ASA – Projeto Ação Social e Assistência
Projeto Reluzir – Assoc. Comunitária Evangélica Repartindo Esperança
Rotary Club de Manhuaçu
SAMBES – Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro Engenho da Serra
UNICOMSTA – União Comunitária de Santo Amaro
UNICORB – União Comunitária Córrego Boa Vista

Na cidade de Manhuaçu também se encontram teatro, cinema, galerias, bibliotecas públicas e outras instituições que facilitam o acesso da população a conteúdos literários, jornalísticos, científicos e artísticos.

Na área agrícola tem destaque em Manhuaçu a produção de café. A produção regional é a maior do Brasil, sendo produtos de consumo nacional e internacional. Existem muitas fazendas de café na região, que além do impulso econômico proporcionam uma belíssima paisagem.

Manhuaçu sedia o Simpósio de Cafeicultura de Montanha. O evento realizado é pela Associação Comercial, Industrial e de Agronegócios de Manhuaçu (ACIAM), sendo considerado o maior encontro do agronegócio do café da região das Matas de Minas.

Além de atividades tradicionais como o café e a produção de leite, o agronegócio da região cresce também com o cultivo de flores tropicais exóticas, como orquídeas, o bastão-do-imperador, copos-de-leite e alpinas. Essa atividade está abrindo novas fronteiras para o setor produtivo na Zona da Mata Mineira, especialmente no município de Manhuaçu. Em menos de dez anos o conjunto da área cultivada na região já é a maior do País para as flores tropicais.

Na região de Manhuaçu, o cultivo de flores tropicais exóticas começou com pequenos jardins, cultivados como hobby por produtoras de café, atraídas pela rara beleza das flores. Pouco tempo depois, se tornou um negócio promissor. Vinte fazendeiras se uniram para formar a Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais e Exóticas (Appoex), diversificando a cultura do café, que enfrenta instabilidade de preços no mercado internacional. De acordo com a Associação, em 2014 foram identificadas fazendas nas quais mais de 20% da área passou a ser dedicada ao cultivo de flores. A Associação também confirmou que a região ocupa o primeiro lugar dentre as que praticam o consórcio de cultivo do café e de flores tropicais, o que movimentou 400 mil por mês em negócios e gerou mais de 60 empregos em 2014. Algumas das flores mais comercializadas pela Appoex são a Bastão do Imperador, Alpinea, Estrelícia, Antúrios e Copo de Leite.

O Patrimônio Histórico da cidade de Manhuaçu também é bastante rico. A Igreja Matriz São Lourenço, localizada no Centro, foi construída entre 1917 e 1928 e possui arquitetura em estilo gótico, com muitos detalhes. Do mesmo modo, chama a atenção, a arquitetura da Igreja Presbiteriana, que completou cem anos no primeiro semestre de 2015.

Na Casa de Cultura há um admirável museu sobre a história e personalidades de Manhuaçu. O artesanato é encontrado na Casa do Artesão, situada na praça central da cidade, ou em lojas independentes.

A importância do município de Manhuaçu pode, por fim, ser medida por seu potencial de agregar serviços e órgãos de representação dos governos estadual e federal. Manhuaçu possui 9.005 empresas ativas, segundo o ECNODATA (Fonte: https://www.econodata.com.br/lista-empresas/MINAS-GERAIS/MANHUACU, acesso em 20 de outubro de 2022).

A região é muito rica em plantações, especialmente, no plantio do café, que caracteriza a base de sua economia. O município de Manhuaçu apresenta também uma destacada importância na área de saúde, em razão da presença de 52 estabelecimentos de saúde ao todo, 28 do setor público e 24 da rede privada, que disponibilizam 213 leitos, maternidade, UTI e mais de 1.000 empregos diretos.

Segundo o IBGE (2021), o município de Manhuaçu tem uma população de 92.074 habitantes. Conforme dados do instituto, em Manhuaçu houve crescimento de 0,96% da população em um ano. O município apresentou crescimento maior do que Viçosa, Juiz de Fora, Ponte Nova, Caratinga e Muriaé – comparando com as cidades da região.

1.2. Pirâmide Populacional

No quadro a seguir é apresentada a distribuição da população do município de Manhuaçu segundo faixas etárias (em anos) e sexo.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, 2010			
FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Mais de 100 anos	03	08	11
95 a 99 anos	12	22	34
90 a 94 anos	41	81	122
85 a 89 anos	101	206	307
80 a 84 anos	311	417	728
75 a 79 anos	457	625	1.082
70 a 74 anos	663	807	1.470
65 a 69 anos	834	910	1.744
60 a 64 anos	1.209	1.301	2.510
55 a 59 anos	1.615	1.760	3.375
50 a 54 anos	1.992	2.098	4.090
45 a 49 anos	2.344	2.472	4.816
40 a 44 anos	2.690	2.767	5.457
35 a 39 anos	2.732	2.958	5.690
30 a 34 anos	3.377	3.191	6.568
25 a 29 anos	3.484	3.664	7.148
20 a 24 anos	3.508	3.601	7.109
15 a 19 anos	3.539	3.517	7.056
10 a 14 anos	3.621	3.541	7.162

5 a 9 anos	3.384	3.395	6.779
0 a 4 anos	3.273	3.043	6.316
TOTAL	**39.190**	**40.384**	**79.574**

Fonte: IBGE, 2010.

Por meio da pirâmide populacional do município de Manhuaçu (2010), observa-se que a população ainda possui uma estrutura relativamente jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito. Entretanto, a base da pirâmide está estreitando-se e a parte central mostra-se bastante larga, o que demonstra uma recente concentração da população nas faixas etárias em idade produtiva.

Em razão da dificuldade de acesso e permanência das crianças em idade regular na escola, constata-se um baixo índice de escolaridade na região, além da verificação de uma cultura que se reproduz por gerações no que se refere à frequência na escola, somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, haja vista que a maior alternativa de trabalho nesta região é no âmbito rural. Entretanto, a questão da qualificação para o trabalho e a necessidade de estudo sempre aparecem para esses sujeitos como projetos para o futuro de seus filhos, o que se apresenta como requisito para melhores condições de vida, ascensão social e a abertura de novas possibilidades.

1.3. População no Ensino Médio Regional

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014, sendo evidenciada na região de inserção da FACULDADE DO FUTURO.

Em Manhuaçu, o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior.

De acordo com os resultados do Censo Escolar (INEP, 2020), foram registradas, no município de Manhuaçu há 4.302 matrículas iniciais no ensino médio (regular e EJA) o que confirma a existência de demanda potencial para a formação superior na localidade.

Número de Matrículas - MG - Total por Município - Censo Escolar 2020

				Ensino Regular	Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos)		
				Ensino Médio *	EJA		Ensino Médio *	EJA	
UF	Nome do Município	Dependência Administrativa	Mediação Didático-Pedagógica	Ensino Médio	EJA Ensino Fundamental *	EJA Ensino Médio	Ensino Médio	EJA Ensino Fundamental *	EJA Ensino Médio
MG	MANHUAÇU	Estadual	Presencial	2.628	74	336	84	23	3
			Semipresencial		325	248		5	5
		Municipal	Presencial		172			5	
		Privada	Presencial	391			3		

Fonte: Deed/Inep/MEC.

1.4. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior

Segundo dados do Cadastro e-MEC (2022), no município de Manhuaçu são oferecidos cursos de graduação, presencial e EaD, pelas seguintes instituições:

Código IES	Instituição(IES)	Sigla	Modalidade
1984	Centro Universitário UNIFACIG	UNIFACIG	**Presencial**
2040	Faculdade do Futuro	FAF	**Presencial**
2096	Faculdade Doctum De Manhuaçu – Doctum	FCM	**Presencial**
242	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras AMPLI	-	A Distância
1294	Centro Universitário das Américas	CAM	A Distância
5370	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni	UNIDOCTUM	A Distância
1510	Centro Universitário Estácio de Santa Catarina - Estácio Santa Catarina	-	A Distância
1205	Centro Universitário FAEL	UNIFAEL	A Distância
1491	Centro Universitário Internacional	UNINTER	A Distância
1472	Centro Universitário Leonardo Da Vinci	UNIASSELVI	A Distância
3985	Centro Universitário Senac	SENACSP	A Distância
2233	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte	FACISABH	A Distância
17401	Faculdade de Tecnologia CNA	FATECNA	A Distância
4597	Faculdade Futura	-	A Distância
1326	Faculdade Multivix Serra	MULTIVIX SERRA	A Distância
15450	Faculdade Única de Ipatinga	FUNIP	A Distância
3279	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IFSEMG	A Distância
403	Universidade Católica de Brasília	UCB	A Distância
1196	Universidade CESUMAR	UNICESUM	A Distância

		AR	
221	Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	A Distância
143	Universidade de Uberaba	UNIUBE	A Distância
322	Universidade Paulista	UNIP	A Distância
298	Universidade Pitágoras UNOPAR Anhanguera	UNOPAR	A Distância
952	Universidade Santa Cecília	UNISANTA	A Distância

Fonte: Cadastro e-MEC (2023).

Dados do Cadastro e-MEC (2023) indicam que o curso de graduação em Educação Física é ministrado em Manhuaçu na modalidade presencial pela FACULDADE DO FUTURO, com 100 (cem) vagas, e pelo Centro Universitário UNIFACIG, com 50 (cinquenta) vagas. Na modalidade EaD o curso é ministrado por 11 (onze) instituições de ensino superior que mantém polos no município de Manhuaçu.

Conforme registra o Cadastro eMEC as IES credenciadas para a oferta do curso de graduação em Educação Física na modalidade EaD ofertam expressivo quantitativo de vagas em seus polos autorizados em vários municípios no país. No entanto, o mesmo Sistema não identifica o quantitativo de vagas ofertadas em cada pólo, não sendo possível afirmar o total de vagas oferecidas apenas em Manhuaçu na modalidade EaD.

Código	Instituição	Modalidade	Vagas
143	Universidade de Uberaba	EaD	600
221	Universidade Cruzeiro do Sul	EaD	6200
298	Universidade Pitágoras UNOPAR Anhanguera	EaD	34000
322	Universidade Paulista	EaD	73260
952	Universidade Santa Cecília	EaD	750
1196	Universidade CESUMAR	EaD	35000
1294	Centro Universitário das Américas	EaD	800
1326	Faculdade Multivix Serra	EaD	600
1472	Centro Universitário Leonardo Da Vinci	EaD	21730
1491	Centro Universitário Internacional	EaD	9600
1984	Centro Universitário UNIFACIG	Presencial	50
2040	Faculdade do Futuro	Presencial	100
5370	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni	EaD	2500

Fonte: Cadastro e-MEC,2023.

1.5. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

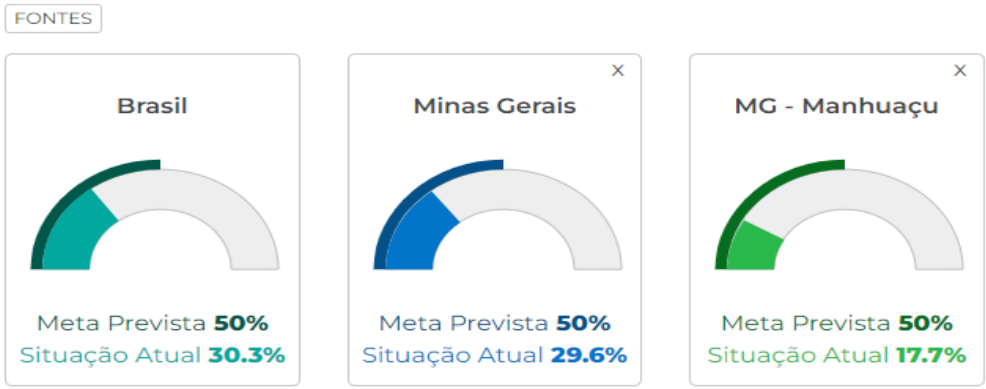
Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005/2014, de 26 de junho de 2014, para o período de 2014 a 2024, é elevar a taxa

bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33%, assegurando a qualidade da oferta.

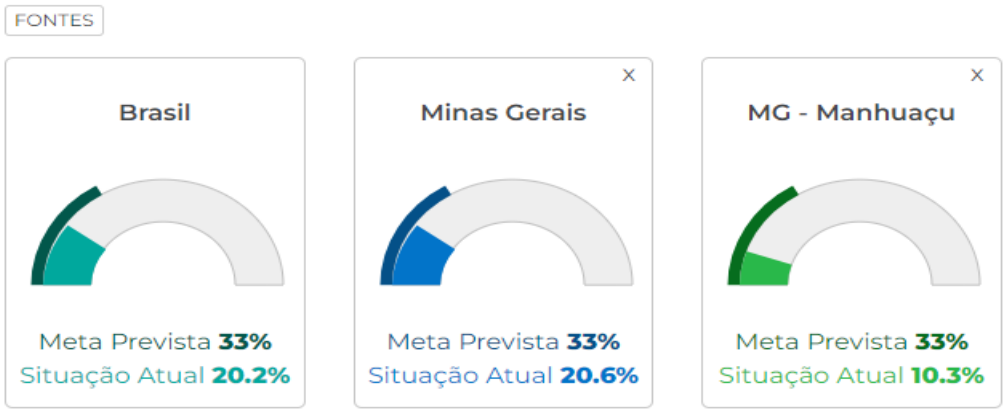
Apesar da expansão no ensino médio e do número de vagas em cursos de graduação, Manhuaçu ainda apresenta taxas de escolarização na graduação e de matrículas no ensino superior aquém do projetado no PNE, o que exige uma ampliação da cobertura educacional no campo da educação superior.

Segundo o Relatório Linha de Base 2018 - INEP, que realiza o monitoramento das metas do Plano de Nacional de Educação, Manhuaçu teve uma taxa líquida de escolarização na graduação estimada em 10,3%. A taxa bruta de matrículas na graduação, que mede, percentualmente, o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino, foi estimada no município em 17,7%.

Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)



Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)



As taxas líquida e bruta calculadas para o município de Manhuaçu demonstram claramente as necessidades do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região e a necessidade de ampliação da cobertura educacional.

1.6. Metas do Plano Nacional de Educação

No Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, são definidas as metas estratégicas para o decênio 2014/2024, que demandam a necessidade de formação docente para atuar na Educação Básica.

Dentre as metas estratégicas do PNE, aprovado para o decênio 2014/2024, relevantes para o contexto da oferta do curso de graduação Educação Física, cabe destacar as que seguem:

- Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

- Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

- Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

- Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

- Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb.

- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

- Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores

e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A oferta do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO está alinhada com os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no que tange aos seguintes aspectos:

- Aumentar a oferta de vagas no ensino superior no Município de Manhuaçu, contribuindo para elevação da taxa bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino, que está distante da meta preconizada no PNE.

- Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior, visto que em Manhuaçu, com população de 79.574 habitantes, são oferecidas 2.870 vagas em cursos de graduação presenciais.

- Interiorizar e diversificar, regionalmente, o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância, que visa a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

- Assegurar a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pela FACULDADE DO FUTURO de forma a melhor atender às necessidades diferenciais e às peculiaridades regionais.

- Facilitar a inclusão na educação superior, através de programas de compensação de deficiências de formação anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições com os demais estudantes.

- Institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão acadêmica.

1.7. Demanda pelo Curso e Justificativa para a Oferta do Curso

A área de inserção da FACULDADE DO FUTURO é um espaço social e econômico dinâmico, que demanda grandes interferências dos setores públicos e privados para atendimento das necessidades da população e, por consequência, anseia pela oferta de formação profissional qualificada que contribua com seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, cada vez mais, profissionais bem qualificados estão sendo solicitados no mercado de trabalho para servir à sociedade.

A elevação da escolaridade, para qualquer país contemporâneo, representa elevação dos padrões sociais, pela consolidação cultural, melhoria da qualidade de vida, inclusão social e maior liberdade de construção dos destinos de cada cidadão.

Na região de inserção da FACULDADE DO FUTURO, à medida que a elevação da escolaridade se consolida, todos os indicadores sociais se elevam. O ensino superior, por seu turno, tem duplo papel no desenvolvimento social regional: além da construção da cidadania pela formação de profissionais bem qualificados, para os desafios da crescente complexidade tecnológica presente em todas as áreas da atividade humana, deve também buscar soluções inovadoras aos novos desafios e exigências do país.

Na região, como um todo, o número de jovens que concluem anualmente seus estudos em nível médio é bastante elevado. No entanto, o potencial da região em termos de oferta de cursos e vagas é ainda pequeno, frustrando as esperanças de desenvolvimento desses alunos como cidadãos, e como profissionais em condições de conduzir a própria vida, de sobreviver com dignidade, de poder contribuir para o desenvolvimento social e de promover uma melhoria constante das possibilidades e oportunidades de bem-viver. Aqueles que possuem recursos abandonam a região, com todos os ônus, incômodos e desconforto que isto representa para as famílias, tendo de viver por longo período longe do domicílio natal, em busca de formação superior. Na grande maioria das vezes, não retornam, privando a região de sua capacidade jovem e eficiente, indiscutível mola propulsora do progresso continuado, além do prejuízo que ocasiona para a melhoria da qualidade de vida regional.

A oferta do curso de graduação em Educação Física é medida altamente valiosa para a região, pois contribui para promover a inclusão social. A iniciativa é de grande importância para elevar o nível de escolaridade local, o que reforça a propensão ao desenvolvimento da região.

A FACULDADE DO FUTURO, dentro do contexto citado, desenvolve estratégias voltadas para incentivar a formação acadêmica de nível superior, a fim de que essa formação configure instrumento gerador de mudança social que impacte positivamente para o desenvolvimento da região.

A presença em Manhuaçu de uma instituição de ensino superior identificada principalmente com os anseios da população estudantil contribui para evitar a evasão regional e, sobretudo, dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que atuam na região.

Com o curso de graduação em Educação Física a FACULDADE DO FUTURO está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

As vagas ofertadas para o curso de graduação em Educação Física estão fundamentadas em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino. Estes estudos consideram os resultados de pesquisas realizadas:

a) por empresas e/ou organizações da região, sobre as demandas de formação de trabalhadores;

b) pela FACULDADE DO FUTURO, abordando as expectativas de formação profissional dos estudantes;

c) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisando sobre a população e as principais atividades econômicas locais e regionais;

d) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que por meio do Censo da Educação Superior disponibilizou dados relativos a matrícula em cursos de graduação, concluintes, relação de candidato/vaga, e outros.

Tendo em vista o número de vagas, a FACULDADE DO FUTURO dimensionou o corpo docente e tutorial de forma a atender as necessidades das turmas, observando os quesitos relacionados à qualificação, titulação e regime de trabalho. No tocante ao regime de trabalho foi priorizada a atuação de docentes contratados em tempo parcial ou integral.

Considerando os docentes e docentes-tutores do curso de graduação em Educação Física, seus regimes de trabalho, formação acadêmica, titulação, experiências e o número de vagas anuais ofertada, constata-se que é possível atender integralmente a demanda do curso, considerando o perfil estabelecido para o egresso.

A continuidade de oferta do curso de graduação em Educação Física, no âmbito pedagógico, justifica-se pela formação de profissionais qualificados para atuação como bacharéis ou licenciados, com formação acadêmica embasada no desenvolvimento de saberes, competências e habilidades inerentes ao seu campo de atuação; a articulação entre os saberes, os conhecimentos disciplinares básicos e aqueles relacionados à prática educativa; a ampliação de conhecimentos e práticas básicas da área de atuação e suas possibilidades de aplicação no dia-a-dia de sua atuação; a construção de conhecimento baseada em um processo interativo e colaborativo.

Nesse sentido, importa acrescentar que apesar da existência de um mercado de trabalho amplo para a inserção dos egressos dos cursos de graduação em Educação Física, esse tem se tornado cada vez mais seletivo, exigindo do profissional da área qualificação e atualização para desenvolver suas atividades.

As 100 (cem) vagas oferecidas na modalidade a distância estão fundamentadas em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente, da biblioteca e às condições de infraestrutura física e tecnológica disponível para o ensino.

Ao propor a continuidade de oferta do número de vagas anuais para o curso, o NDE consultou dados quantitativos e qualitativos que refletem a demanda regional para o curso, dentre eles a demanda de formandos no ensino médio, a quantidade de cursos ofertados, o crescimento de matriculados no referido curso de acordo com o Censo da Educação Superior e as pesquisas feitas junto à comunidade acadêmica dedicada aos estudos do mercado de trabalho brasileiro. Também realizou reuniões com atores internos (comunidade acadêmica) e externos, quando contou com questionamentos que auxiliaram a tarefa de levantamento de demandas por formação superior em sua área de abrangência.

A partir desses elementos, o número de vagas foi definido e adequado à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para a oferta do curso.

Considerando o cenário apresentado, a oferta do curso de graduação em Educação Física, já alinhado à legislação em vigor, se justifica na medida em que se propõe a formar

profissionais para ocuparem espaços legalmente instituídos e dotados de competência técnica e profissional exigida.

2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão, constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

As políticas institucionais, concebidas como instrumentos que estabelecem a lógica de funcionamento dos processos gerenciais da FACULDADE DO FUTURO, especificam as diretrizes, as regas, os conceitos e as responsabilidades das instâncias acadêmicas e os parâmetros de atuação de cada uma. As políticas institucionais estão contempladas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)e norteiam a implantação e consolidação dos cursos de graduação.

A FACULDADE DO FUTURO, ao definir os termos da sua política para o ensino de graduação, toma como ponto de partida a compreensão de que a educação superior se insere em um contexto marcado pela revolução tecnológica.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas pela política educacional brasileira, a FACULDADE DO FUTURO elegeu como sua função primeira empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O cenário educacional é pensado para contemplar ambientes que possibilitem e estimulem a autonomia, a criatividade, a colaboração, a iniciação em forma de pesquisa, inovação e a interação. É a partir desse referencial que a FACULDADE DO FUTURO desenvolve atividades de ensino de graduação, com base em programas organizados e aprovados pelo Conselho Superior.

O ensino de graduação observa os seguintes princípios gerais:

- Estimular a formação generalista (própria dos cursos de graduação), respeitada a especificidade do conhecimento.
- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, incluindo-se o TCC, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.
- Entender o curso como um percurso, em que todos recebem a mesma formação, mas, ao mesmo tempo, podem se diferenciar a partir das escolhas em Atividades Complementares.
- Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional.

- Estabelecer mecanismos de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas, visando aferir o desenvolvimento e o domínio de conhecimentos, competências e habilidades.
- Estabelecer integralização curricular, evitando prolongamentos desnecessários da duração do curso.

Além disso, constituem políticas norteadoras para o desenvolvimento do ensino de graduação da FACULDADE DO FUTURO:

- Compromisso com a missão institucional da FACULDADE DO FUTURO e sua consequente articulação com a iniciação científica e a extensão.
- Contextualização local e regional, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.
- Articulação com os segmentos do setor produtivo da sociedade.
- Incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.
- Definição do perfil do egresso, competências e habilidades, bem como do diferencial dos cursos ofertados pela FACULDADE DO FUTURO.
- Organização do curso observando a matriz curricular, carga horária e o tempo de integralização mínimos, presentes na legislação específica.
- Atualização permanente do projeto pedagógico do curso em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, bem como seu acompanhamento com vistas à qualidade do curso e ao atendimento à legislação de ensino.
- Acompanhamento dos egressos, como forma de avaliar a qualidade dos cursos oferecidos pela FACULDADE DO FUTURO.

O processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO incentiva a interdisciplinaridade e a incorporação de avanços tecnológicos, mediante a utilização de metodologias ativas.

Em relação à interdisciplinaridade, os recursos utilizados buscam a superação da visão fragmentada do conhecimento e dos processos naturais e sociais. Partindo da ideia de que a realidade só pode ser apreendida se for considerada em suas múltiplas dimensões, ao propor o estudo de um objeto, busca-se não só levantar quais os conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem, mas também perceber como eles se combinam e se interpenetram. Os alunos são incentivados a verificar que o conteúdo de um determinado componente curricular não se esgota e se isola ao final do período letivo, pois seus conceitos e, sobretudo, seus institutos, são utilizados ao longo de todo o curso e, mais, de toda a vida do profissional.

Em relação à incorporação de avanços tecnológicos, os recursos utilizados buscam capacitar os alunos para reconhecer a evolução tecnológica que o mercado de trabalho está sofrendo, e também como elas afetam as necessidades educacionais.

As atividades de avaliação nos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO são desenvolvidas na perspectiva de garantir aos alunos o desenvolvimento dos conhecimentos, competências e habilidades esperadas.

A IES utiliza práticas inovadoras na revisão de suas políticas acadêmicas, que são estendidas às suas ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. Coloca em foco a questão da autoavaliação das atividades de ensino, iniciação científica e extensão como forma de incentivar a comunidade acadêmica a pensar na sua situação frente aos novos desafios educacionais da área. Por consequência, firma o processo de avaliação interna e consolida a avaliação com o objetivo de garantir a excelência de seus procedimentos e de seus resultados.

A FACULDADE DO FUTURO desenvolve atividades de iniciação científica, de inovação tecnológica, e de desenvolvimento artístico e cultural, promovendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

As atividades estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a FACULDADE DO FUTURO está inserida e alinhadas a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento econômico, a promoção da qualidade de vida.

A política de iniciação científica objetiva estruturar e estimular projetos para impulsionar a qualificação do ambiente acadêmico, gerando uma nova mentalidade e criando bases para a pós-graduação a partir dos seguintes princípios gerais:

- Qualificar seu corpo discente para o mercado de trabalho.
- Estabelecer bases regionais para a prestação de serviços à comunidade (organizações não governamentais, empresas, comércio, instituições públicas, entidades representativas da sociedade civil, etc.).
- Oferecer programas permanentes de pós-graduação.
- Desenvolver a iniciação científica através das oportunidades oferecidas pelo ambiente externo e interno.
- Desenvolver programas de iniciação científica articuladas ao ensino e extensão.
- Aperfeiçoar os programas de iniciação científica adotados para absorver o maior número de alunos, aumentando o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados.
- Desenvolver projetos de iniciação científica sobre temas diretamente ligados aos cursos de graduação e pós-graduação como políticas curriculares, ética, interdisciplinaridade, avaliação institucional e formação continuada.
- Estabelecer linhas e grupos de iniciação científica, integrando os docentes e discentes em projetos de iniciação científica, para gerar uma produção acadêmica relevante articulada aos processos internos de investigação e promoção do conhecimento.

São objetivos da política de iniciação científica da FACULDADE DO FUTURO:

- Reafirmar a iniciação científica como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais.
- Priorizar os projetos voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade onde a FACULDADE DO FUTURO está inserida.
- Possibilitar novos meios e processos de produção, interpretação, inovação e transferência de conhecimentos.

- Promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes.

A instituição incentiva a participação dos docentes e discentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, inclusive através de recursos próprios.

As políticas e ações acadêmico-administrativas de iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural possibilitam práticas inovadoras na medida em que estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a FACULDADE DO FUTURO está inserida.

A extensão universitária, em consonância com o Plano Nacional de Extensão, é entendida como prática acadêmica que interliga a IES com as demandas da maioria da população e das instituições, possibilitando a formação do profissional cidadão.

A extensão universitária se credencia, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para superação das desigualdades sociais existentes. Está implícita nos processos educativo, cultural e científico, visando à articulação, de forma indissociável, com o ensino e a iniciação científica, viabilizando projetos de transformação social, através dos quais a IES transcende seus muros. Por meio das atividades de extensão a IES alcança toda a comunidade acadêmica e a coletividade ao dirigir-se a grupos de pessoas e instituições públicas ou privadas, por meio de parcerias firmadas de forma coerente com sua finalidade e conteúdo.

A FACULDADE DO FUTURO desenvolve atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Conhecendo a importância das ações extensionistas e sua história, a FACULDADE DO FUTURO institucionalizou programas permanentes de grande abrangência social que demonstram o potencial de:

- Promover de forma programática a articulação entre o ensino, a iniciação científica e a extensão.
- Promover a interação universidade/comunidade.
- Oportunizar a integração da produção do conhecimento com a transferência dos resultados à comunidade interna e externa.
- Promover a integração das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Extensão.
- Apoiar as ações acadêmicas da instituição voltadas para os benefícios das comunidades.

São objetivos da política de extensão da FACULDADE DO FUTURO:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais.

- Priorizar os projetos voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade onde a FACULDADE DO FUTURO está inserida, voltadas ao atendimento de necessidades sociais com a consequente melhoria das condições sociais da comunidade externa.
- Possibilitar novos meios e processos de produção, interpretação, inovação e transferência de conhecimentos.
- Estimular a disseminação de conhecimentos, organizando e publicando as produções acadêmicas de professores e alunos.

As atividades de extensão são realizadas, principalmente, sob a forma de promoção de atividades artísticas, culturais e científicas e/ou participação em iniciativa de atividades dessa natureza.

As atividades de extensão são inseridas nas seguintes modalidades:

I – programas / projetos;
II – cursos e oficinas;
III – eventos;
IV – prestação de serviços.

Essas modalidades incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais e nacional.

- Programas / projetos - são definidos como o conjunto articulado de atividades de extensão (cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade.
- Cursos e oficinas - são definidos como a ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender as necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com carga horária mínima e critérios de avaliação definidos.
- Eventos - são definidos como a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto artístico, cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela FACULDADE DO FUTURO.
- Prestação de serviços - são definidos como a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome da FACULDADE DO FUTURO, a partir de sua capacitação técnico-científica, envolvendo a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises setoriais, palestras e outras vinculadas às áreas de atuação da FACULDADE DO FUTURO, que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho.

A extensão é desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã (ética, cidadania, solidariedade, justiça social, inclusão social, meio ambiente e sustentabilidade ambiental, direitos humanos, relações étnico raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena, cultura etc.).

Pode se candidatar a desenvolver atividades de extensão, nas suas diferentes modalidades, docente contratado pela Mantenedora e vinculado a FACULDADE DO FUTURO.

As atividades de extensão propostas devem prever o envolvimento docente e discente, estes últimos nas seguintes modalidades: discente voluntário; discente bolsista.

Sempre que possível, a proposta deve possuir caráter interdisciplinar e/ou envolver mais de um curso superior ofertado pela FACULDADE DO FUTURO.

O cadastramento, acompanhamento e supervisão das atividades de extensão junto a Faculdade do Futuro é realizado pela Diretoria.

Cabe à Coordenação de Curso apoiar a Diretoria no cadastramento, acompanhamento e supervisão das atividades de extensão.

O Conselho Superior é responsável pela aprovação das atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, funcionamento e financiamento.

O financiamento das atividades de extensão inclui recursos próprios da FACULDADE DO FUTURO e/ou de terceiros, captados junto a organizações públicas e/ou privadas, parceiros e/ou conveniados.

Para financiamento das atividades, a seleção contempla, entre outros, os seguintes critérios gerais:

a) relevância do tema proposto;
b) concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes;
c) cronograma de trabalho.

As políticas e ações acadêmico-administrativas de extensão possibilitam práticas inovadoras na medida em que estão voltadas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa.

Nas atividades de extensão a Instituição cumpre as exigências da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Assim sendo, as atividades de extensão compõem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais devem fazer parte da matriz curricular dos cursos ofertados.

Importante acrescentar que a extensão está sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a iniciação científica, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de graduação em Educação Física oferecido pela FACULDADE DO FUTURO observa os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996), do Decreto no 10.502/2020, que institui a Politica Nacional de Educação

Especial (PNEE), e da Lei no 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O PPC foi concebido com base na Resolução CNE/CES 06/2018, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física e na Resolução CNE/CP no 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O PPC atende, ainda, ao disposto no Decreto no 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436/2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e ao Decreto no 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei no 9.795/1999 e no Decreto no 4.281/2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP no 01/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; na Resolução CNE/CP no 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES no 07/18, a IES implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

A Instituição apresenta condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei no 10.098/2000, nos Decretos no 5.296/2004, no 6.949/2009, no 7.611/2011 e na Portaria no 3.284/2003. Além disso, cumpre as exigências da Lei no 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Por se tratar de curso na modalidade presencial com oferta EaD, o PPC atende a Portaria nº 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

O PPC do curso de graduação em Educação Física está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FACULDADE DO FUTURO.

A FACULDADE DO FUTURO considerou especialmente para a concepção do curso de graduação em Educação Física, o grande avanço tecnológico vivido pelo homem no século XX, que representou fator de grande motivação para as transformações significativas na vida, para as relações entre os indivíduos e o meio ambiente físico e social. Os avanços tecnológicos provocaram mudanças radicais na vida cotidiana, na sociabilidade e no trabalho humano, o que resultou em profundas alterações na relação entre emprego e formação profissional.

As novas tecnologias, aliadas ao acúmulo histórico de conhecimentos, exigem profissionais cada vez mais bem preparados e competitivos, capazes de responder à demanda crescente no mundo de economia e mercados globalizados. Acrescente-se a esse cenário a necessidade de desenvolvimento de outras competências como aspecto fundamental para garantir profissionais em todas as áreas que, com formação básica

solida e potencial de auto-educação, possa propor e se adaptar a novas situações que inevitavelmente surgira-o no mundo em transformação.

Esse contexto e os sentimentos que dele decorrem exigem cada vez mais que as IES se comprometam com a oferta de ensino superior de qualidade, que permita e impulsione a atuação crítica e reflexiva do profissional e reconheça a relevância de sua formação.

Portanto, é imprescindível que o curso de graduação em Educação Física seja oferecido de forma integrada com a investigação científica e a extensão, possibilitando a formação de profissionais com formação humanística e técnico-científica, conscientes do seu papel social e do compromisso com a cidadania. Este certamente é o caminho do curso de graduação em Educação Física ministrado pela FACULDADE DO FUTURO.

A FACULDADE DO FUTURO segue as orientações das DCNs para o curso de graduação em Educação Física. Assim, ao conceber um curso propõe formação generalista, humanista crítica e reflexiva do profissional, nas quais estão asseguradas a:

- Formação científica – Configurada no desenvolvimento da atitude científica por parte do discente, que deve ser adotada quando da abordagem de todos os conteúdos programáticos. É alcançada com o estímulo à leitura, análise e interpretação de publicações de caráter científico e participação em atividades como: seminários, congressos, simpósios e outras arividades de natureza científica, sempre despertando os pensamentos críticos, produtivos e construtivos, procurando abordar e discutir casos clínicos, que favoreçam a contínua integração entre a teoria e a prática.

- Formação técnica – Promovida quando se oportuniza ao discente a formação essencial para que esteja preparado para, ao concluir o seu curso, assumir sua função profissional, seja atuando como professor da educação básica, seja em outros ambientes que exigem a formação do bacharel (academias, hospitais, clubes, clínicas, equipes desportivas, Centros de Referência para Idosos ou em órgão público).

- Formação humanista e ética – Promovida por meio do oferecimento de componentes curriculares de cunho social que oferecem o embasamento teórico de suporte às colocações e menções utilizadas por todos os professores, entendidos estes no sentido de educadores e formadores de profissionais conscientes de seu papel social. Além das abordagens "intraclasse", a postura humanista está sendo exercitada nas campanhas educativas anualmente realizadas pelos alunos em escolas e creches da região geográfica de inserção da FACULDADE DO FUTURO. Através das relações interpessoais entre professores, alunos e comunidade, é estruturada a consciência de cidadania e responsabilidade profissional, ressaltando os valores ético-morais e bioéticos.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

A Resolução CNE/CES 06/2018, que estabelece as DCNs para o curso de graduação em Educação Física, define a Educação Física e seu objeto de estudos no artigo 3º, a seguir reproduzido:

> Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

Definido o objeto de estudos, o artigo 4º da mesma Resolução estabelece os caminhos que devem ser observados para a formação do profissional:

> Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado.

Tendo em vista as disposições das DCNs, o objetivo geral do curso de graduação em Educação Física oferecido pela FACULDADE DO FUTURO é oferecer aos alunos sólida formação teórico-prática, interdisciplinar e humanista, garantindo a formação de profissionais com autonomia, ética, discernimento e criticidade, de forma que se assegure a integralidade da atenção em saúde e em educação, e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

Há ainda que se apontar que as formações específicas em Licenciatura e em Bacharelado requerem também estabelecimento de objetivos gerais próprios. Neste sentido, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu para cada etapa específica os seguintes objetivos gerais:

Etapa Específica Licenciatura em Educação Física - Promover a formação integral do professor de Educação Física competente para atuar na Educação Básica, na docência do componente curricular Educação Física, considerando todas as suas dimensões (intelectual, emocional, cultural, física e social), desenvolvendo o pensamento crítico para responder às demandas da escola, da educação e do mundo contemporâneo.

Etapa Específica Bacharelado em Educação Física - Promover a formação integral do profissional de Educação Física competente para atuar em todos os campos de intervenção profissional, excetuando à docência na Educação Básica, considerando todas as suas dimensões (intelectual, emocional, cultural, física e social), desenvolvendo o pensamento crítico para responder às demandas deste campo da Educação Física e do mundo contemporâneo.

4.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso de graduação em Educação Física são definidos para cada etapa de formação, a saber:

Etapa Específica Licenciatura em Educação Física

- Desenvolver competências para construir, operacionalizar e gerir programas de ensino no contexto escolar, comprometendo-se de forma ética e crítica com a transformação social.
- Compreender a diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que são escritas as práticas escolares.
- Formar profissionais que sejam capazes de refletir criticamente sua própria atuação, assim como o contexto em que atuam.
- Proporcionar ao aluno conhecimento da estrutura e funcionamento da educação básica, bem como compreender como ocorrem os processos pedagógicos específicos dos conteúdos da Educação Física.
- Formar profissionais para docência e pesquisa, com competência para construir, operacionalizar e gerir programas de ensino no contexto escolar, comprometendo-se de forma ética e crítica com a transformação social, respeitando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas, com objetivo à promoção e à manutenção da saúde, mediante prática de atividades físicas, bem como da cultura corporal, da prática esportiva e todas as suas manifestações.
- Fornecer subsídios para que o aluno possa conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e cinestésica para construir e aprimorar o repertório motor.
- Qualificar profissionais que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana, cultura do movimento corporal e atividade física nas suas diversas manifestações no âmbito da educação básica.
- Capacitar o profissional a planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades relacionadas à prática de atividades físicas e exercícios físicos nas diferentes etapas do desenvolvimento humano nas áreas cognitiva, motora e socioafetiva, atendendo às diversidades.

Etapa Específica Bacharelado em Educação Física

- Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos na identificação, formulação, proposição e execução das diferentes manifestações do movimento humano para a promoção e a reabilitação da saúde, melhoria do desempenho físico-esportivo, para educação e reeducação motora, a formação cultural e o lazer em todos os grupos da sociedade, de todas as faixas etárias, incluindo portadores de deficiências.
- Selecionar e aplicar instrumentos, procedimentos, métodos e técnicas das diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica e do jogo.

- Planejar e gerenciar empreendimentos relacionados ao exercício físico, às atividades recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem, ou venham oportunizar, a prática de atividades físicas, esportivas e recreativas.
- Identificar e analisar criticamente as influências dos diferentes tipos de exercícios físicos na população saudável e não saudável.
- Desenvolver projetos, ações e estratégias de orientações educativas, avaliações físicas, exercícios físicos, atividades esportivas e recreativas em comunidades respeitando as características locais visando a saúde da população, qualidade de vida e a prevenção de doenças.
- Assessorar, coordenar, supervisionar, liderar, gerenciar e dirigir equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da educação, da cultura, da saúde, do lazer, do esporte e do trabalho.

Estes objetivos são plenamente possíveis de serem atingidos em função de uma concepção ampla de currículo, envolvendo os estudantes, os docentes/tutores, os pressupostos pedagógicos e filosóficos do curso, das experiências e práticas adotadas, dos programas desenvolvidos, da articulação entre teoria e prática, da infraestrutura, dos recursos disponíveis e da legislação para o desenvolvimento do curso.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

5.1. Perfil do Egresso

No campo da Educação Física, atualmente, são crescentes as reivindicações por profissionais capacitados, em em suas atuações busquem alternativas criativas que permitam superar as dificuldades vividas na difusão das formas sistematizadas de atividade física. Essas demandas incluem a necessidade de formação de profissionais críticos, participativos e autônomos, com competência política, filosófica, técnica, ética, pedagógica, científica e lúdica, agentes multiplicadores de ações que possam intervir no enfrentamento dos problemas sociais e na otimização de possibilidades para ampliar, diversificar e democratizar o campo da Educação Física.

É preciso também ter presente que a formação do profissional de Educação Física volta-se, inevitavelmente, às exigências do mundo moderno sem fronteiras. Nesse mundo a valorização profissional está diretamente relacionada à velocidade com que se aperfeiçoam e propagam as informações. Logo, especial atenção deve ser dada à compreensão do processo de construção e difusão de conhecimentos inseridos em seu contexto social e cultural, bem como da capacidade de estabelecer diálogo entre a sua e as demais áreas de conhecimento/ação profissional.

Tendo presente estas exigências, a FACULDADE DO FUTURO oferece ao discente do curso de graduação em Educação Física a qualificação que assegurar a integralidade de sua formação, de forma que este profissional pode atuar nas áreas de atenção em saúde e em educação, com atendimentos voltados para segmentos específicos de indivíduos, de famílias e de grupos comunitários. Com a formação oferecida o profissional esta capacitado a analisar o contexto e atua de forma eficiente, qualificada e com a adoção de práticas humanizadas esperadas e desejadas em nossa sociedade.

Em consonância com a Resolução CNE/CES nº 06/2018, de 18 de dezembro de 2018, publicada no DOU 19/12/2018, que instituiu as DCNs para o curso de graduação em Educação Física, os egressos são profissionais capazes de responderem aos desafios das sociedades contemporâneas, posto que desenvolvem visão mais aprofundada dos problemas sociais do país. A esta característica soma-se a capacidade de atuação voltada para atenção à saúde e educação executadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e nos sistemas públicos de ensino.

Em síntese, com a formação oferecida, o egresso do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO está qualificado a analisar criticamente a realidade social e planejar sua intervenção no âmbito acadêmico e/ou profissional. Configurada esta situação e a pertinência de sua intervenção ou participação, a atuação poder ocorrer por meio da organização/participação em manifestações de expressões culturais do movimento humano, para os quais são requeridos conhecimentos e habilidades relacionadas às diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, de jogos, de esportes, de lutas/artes marciais e de danças. Estes momentos profissionalmente organizados, com durações variadas, têm o potencial de alcançar a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural de cidadãos dos mais diversos segmentos da população e de aumentar nestes as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Para desenvolver no egresso o perfil para atuação conforme descrito, a FACULDADE DO FUTURO oferece o curso de graduação em Educação Física com conteúdos e atividades que conduzem à formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética, qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética de seu trabalho, guardadas as particularidades e exigências de formação de cada etapa específica.

A etapa específica bacharelado em Educação Física conduz à formação de egresso que prima pelo respeito aos princípios éticos/bioéticos, culturais do indivíduo e da coletividade. Logo, o egresso está qualificado para atuação como profissional e pesquisador em saúde, como empreendedor atento às demandas de saúde da população, à função social de sua profissão e busca atender as necessidades das comunidades. A postura ética do profissional está implícita na formação recebida, de forma que está garantida atuação com visão integrada de saúde para a qual é necessária a atuação de profissionais de outras áreas.

A etapa licenciatura em Educação Física conduz à formação de profissional capaz de analisar criticamente a realidade social da educação para nela intervir com ações relacionadas às diferentes manifestações e expressões do movimento humano. O egresso do curso de Educação Física, etapa específica licenciatura, oferecido pela FACULDADE DO FUTURO, está apto a atuar de forma competente e socialmente engajado, promover o enriquecimento cultural da comunidade estudantil e da sociedade na qual está inserido, de forma que também promove a conscientização do indivíduo para a necessidade de adoção de estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Conclui-se, portanto, que a formação na etapa específica licenciatura no curso de graduação em Educação Física oferecido pela FACULDADE DO FUTURO resulta em egresso com autonomia intelectual e pensamento crítico.

Desta forma, o perfil dos egressos do curso de graduação em Educação Física oferecido pela FACULDADE DO FUTURO está norteado pelas disposições das DCNs, assim como pela missão, visão e valores institucionais, o que proporciona a formação de sujeitos críticos, reflexivos, criativos, aptos para a inserção nos setores profissionais e com participação no desenvolvimento da sociedade.

5.2. Competências e Habilidades

A formação no curso de graduação em Educação Física oferecido pela FACULDADE DO FUTURO tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I. Competências e habilidades do egresso da Etapa Específica Bacharelado em Educação Física

a) Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

b) Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões da motricidade humana e movimento humano, cultura do movimento corporal, atividades físicas, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

c) Intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde.

d) Intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada em todas as manifestações do esporte e considerar a relevância social, cultural e econômica do alto rendimento esportivo;

e) Intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada no campo da cultura e do lazer.

f) Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição, de planejamento e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação não escolar, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

g) Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas e/ou esportivas e/ou de cultura e de lazer.

h) Conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos seus diversos campos de intervenção, exceto no magistério da Educação Básica.

i) Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização acadêmico-profissional.

j) Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar e diversificar as maneiras de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização acadêmico-profissional.

II. Competências e habilidades do egresso da etapa específica licenciatura em Educação Física

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 06/2018, a formação inicial e continuada de professoras e professores de Educação Física deve qualificar os profissionais para que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico. Visa uma formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a área.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2019 a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral.

Dessa forma, com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando do curso de graduação em Educação Física o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes:

a) Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

b) Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante da educação básica possa ampliar seu repertório cultural.

c) Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

d) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

e) Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional eficaz e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

f) Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

g) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

h) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

i) Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

j) Atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com produtividade e capacidade para contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre o movimento e a cultura do movimento nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito da Educação Básica.

k) Intervir profissionalmente junto a pessoa com deficiência com a proposta de Educação Física Escolar Inclusiva.

l) Articular os conhecimentos da Educação Física com os eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura e do lazer e os da formação de professores.

m) Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social.

n) Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos.

0) Assumir posições de liderança, tendo em vista o bem estar da comunidade,

Além das competências gerais docentes, a BNC-Formação estabelece as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, também incorporadas no curso de graduação em Educação Física, na Etapa Específica Licenciatura.

As competências específicas se referem a 03 (três) dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

I - Conhecimento profissional;
II - Prática profissional;
III - Engajamento profissional.

Nos quadros a seguir estão descritas as competências e habilidades específicas relativas a cada dimensão do conhecimento, conforme prevê a Resolução CNE/CP 2/2019, que são estimuladas no curso de graduação em Educação Física, Etapa Específica Licenciatura, ministrado pela FACULDADE DO FUTURO.

DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	**HABILIDADES**
Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
	Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
	Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo.
	Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
	Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para

	identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.
	Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
	Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.
Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.	Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendente; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
	Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
	Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.
Reconhecer os contextos de vida dos estudantes.	Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.

	Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.
	Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.

DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	**HABILIDADES**
Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
	Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam às necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes,
	Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
	Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.

	Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.
Criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;	Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.
	Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.
	Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.
Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.
	Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.
	Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.
	plicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.
	Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.
	Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.
Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.
	Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.
	Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.
	Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.
	Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.

	Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.

DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	**HABILIDADES**
Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.	Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
	Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.
	Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.	Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.
	Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes
	Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de

	promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos.	Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.	Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
	Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.
	Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

5.3. Ampliação em Função de Novas Demandas Apresentadas pelo Mundo do Trabalho

A ampliação das competências e habilidades em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho é realizada pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, que trabalha para manter o perfil do egresso atualizado frente as necessidades locais e regionais e demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, assim como promove sua atualização, sempre que for necessário.

Nesse sentido, destaca-se que consta entre as atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) “contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do

curso, analisando sua adequação considerando as diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público e as novas demandas do mundo do trabalho".

Dessa forma, o Núcleo Docente Estruturante deve atuar realizando:

- Estudos/pesquisas periódicas acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho que impactam a formação do profissional, para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso.

- Análise dos dados do Programa de Acompanhamento dos Egressos, criado com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

O mercado de trabalho para o profissional egresso do curso de graduação em Educação Física tem observado especial crescimento. Esse fato pode estar relacionado aos impactos que os comportamentos historicamente desenvolvidos pela sociedade contemportânea tiveram na população, como: evidências de crescimento nas taxas de sedentarismo e sobrepeso, especialmente das crianças; estress e ansiedade especialmente motivados por atividades laborais; uso compulsivo de equipamentos eletrônicos como meios de diversão; doenças causadas por movimentos repetitivos ao usar aparelhos eletrônicos; maus hábitos alimentares; necessidade de orientação valorização e orientação profisisonal para a prática esportiva das crianças e adolescentes da educação básica.

A atuação profissional do egresso está diretamente relacionada à sua formação nas etapas específicas do curso de graduação em Educação Física.

O egresso da Etapa Específica Licenciatura encontra possibilidade de atuação:

- Na rede de ensino de educação básica, como professor dos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, em EJA e em educação técnica, e em assessoria pedagógica.
- Em centros de formação não formais e espaços de conhecimento, como ONGs.
- Em atividades de planejamento e gestão de políticas públicas de ensino e gestão educacional.
- Na elaboração de materiais didáticos e metodologias de ensino.

O egresso da Etapa Específica Bacharelado encontra possibilidade de atuação:

- Em academias de musculação, ginástica, lutas, natação, pilates e outras modalidades.
- Em escola de treinamento esportivo de base e/ou alto nível.
- Em hospitais, hotéis, empresas que oferecem ginástica laboral e exercícios compensatórios.
- Em instituições que oferecem programas de atividades para idosos e/ou pessoas com deficiência física.

- Em atividades de organização de eventos esportivos ou recreativos, clubes recreativos e esportivos, associações classistas desportivas e no desporto comunitário.
- Consultorias, pesquisa e programas de capacitção para o profissional de Educação Física.

Também em função de sua qualificação, os egressos do curso de Educação Física, da Etapa Específica Licenciatura e da Etapa Específica Bacharelado, estão aptos a dar continuidade à sua formação em programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, de forma a qualificarem-se para atuação como docentes do ensino superior.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1. Estrutura Curricular

O projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO oferece uma construção sólida para a formação profissional, tendo como base as disposições da Resolução CNE/CES nº 06/2018, que fixou as DCNs para o curso de graduação em Educação Fisica, e da Resolução CNE/CP 2/2019, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Privilegia a flexibilidade curricular, a visão interdisciplinar, a formação global, a articulação entre teoria e prática, o predomínio da formação sobre a informação, a capacidade para lidar com a construção do conhecimento de maneira crítica e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes formativas.

Em coerência com determinação da Resolução CNE/CES 6/2018 e da Resolução CNE/CP nº 02/2019, o curso de graduação em Educação Física oferecido tem a duração de 3.310 (três mil e trezentas e dez) horas, distribuídas em 08 (oito) semestres no mínimo e em 12 (doze) semestres no máximo, incluindo 100 (cem) horas de atividades complementares.

Em conformidade com determinação do artigo 5º da Resolução CNE/CES 6/2018, a FACULDADE DO FUTURO oferece ingresso único no curso de graduação em Educação Física destinado tanto à formação em bacharelado quanto à formação em licenciatura, e o desdobramento dos estudos em duas etapas: ETAPA COMUM e ETAPAS ESPECÍFICAS.

As Etapas Específicas são duas: Etapa Específica Licenciatura; Etapa Específica Bacharelado. Ao iniciar os estudos do 4º semestre do curso, o aluno é consultado sobre a formação específica que pretende seguir. Para a renovação de matrícula com vistas ao 5º semestre do curso, a FACULDADE DO FUTURO observa a opção do aluno ao incluí-lo na Etapa Específica de sua opção.

A ETAPA COMUM, oferecida do 1º ao 4º semestre do curso, contempla o total de 1.600h. As ETAPAS ESPECÍFICAS, para formação em Licenciatura e para formação em Bacharelado, são oferecidas entre o 5º e 8º semestres do curso, em conformidade com opção do aluno, com o total de 1.600 (um mil e seiscentas) horas para a Licenciatura e 1.630 (um mil e seiscentas e trinta) horas para o Bacharelado. O curso conta também com o total de 100 (cem) horas de Atividades Complementares.

O processo ensino-aprendizagem, baseado no processo dialógico, privilegia a articulação da teoria com a prática, e pressupõe a pertinência dos conteúdos programáticos direcionados à formação holística do futuro profissional, com a aquisição de conhecimento associada ao desenvolvimento dos valores éticos, individuais e sociais.

Dentro do contexto da formação prática são desenvolvidas aulas práticas, visitas técnicas, discussão de casos reais e projetos de investigação científica e extensão que oportunizam a docentes e discentes interagirem com a comunidade. Além dos conteúdos teóricos e práticos que são desenvolvidos ao longo da formação, a estrutura curricular conta também com carga horária para o desenvolvimento de quatro Estágios Supervisionados.

A flexibilidade curricular é estratégia necessária para tornar o aprendizado mais significativo frente à diversidade e aos requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento regional e nacional. Assim, a flexibilidade foi incorporada no curso por meio de: previsão de componente curricular eletivo, de livre escolha pelos discentes; previsão de Atividades Complementares, que são desenvolvidas na área de interesse do discente; metodologia proposta, que aproveita todas as possibilidades e cenários de aprendizado possíveis; estratégias de acessibilidade metodológica; gestão da matriz curricular (o órgão colegiado do curso e o NDE são os fóruns privilegiados de concepção e implantação da flexibilização); atividades de práticas pedagógicas; atividades de investigação científica e extensão (os conteúdos dos componentes curriculares não são a essência do curso, mas sim referência para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos discentes um sólido e crítico processo de formação, voltado ao contexto educacional, socioeconômico, ambiental e do mundo do trabalho).

A estrutura curricular do curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, o que permite a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. Com esta finalidade foram incluídas, além dos componentes curriculares específicos da área do curso, componentes curriculares de áreas afins e que poderão contribuir para a compreensão da área do curso em sua integralidade.

A organização dos componentes curriculares na matriz numa perspectiva interdisciplinar garante a integração horizontal e vertical de conteúdos. Garante, também, a necessária profundidade e complexidade crescente dos conteúdos e a interação dos conhecimentos com as outras áreas ou unidades de ensino, incluindo temáticas transversais e de formação ética e cidadã, tais como: educação ambiental, direitos humanos, étnico-raciais e indígenas e aspectos sociais ou de responsabilidade social, éticos, econômicos e culturais. Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribuir diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional. Dessa forma, os componentes curriculares foram organizados ao longo dos semestres considerando os seus aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais.

Outras práticas interdisciplinares com o potencial de contribuir para a interação entre os conhecimentos são implantadas ao logo do curso, tais como:

a) capacitações e reuniões de planejamento acadêmico dos docentes, visando a sincronização de atividades e programas e a coordenação comum das atividades pedagógicas;

b) discussões coletivas sobre os problemas do curso;

c) priorização da designação de docentes titulados, com experiência profissional e no exercício da docência superior (capacidade para abordagem interdisciplinar, apresentar exemplos contextualizados e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral);

d) desenvolvimento de avaliações e de projetos interdisciplinares.

e) em atividades práticas, denominadas "Trabalho Integrador" que cobram dos alunos a solução de problemas, reais ou contextualizados, demandando a mobilização de conceitos provenientes de várias disciplinas e áreas do conhecimento;

f) no Peer Instruction, uma metodologia ativa relativamente simples, concebida pelo prof. Eric Mazur, da Universidade de Harvard. Ela faz com que os alunos participem ativamente do processo de aprendizagem e o professor passa a ser um importante moderador, problematizando questões interdisciplinares.

Para garantir a acessibilidade metodológica e a metodologia de ensino-aprendizagem, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as técnicas de ensino e avaliação são definidos e implementados de acordo com as necessidades dos sujeitos da aprendizagem, com amparo do setor de apoio psicopedagógico, da Coordenação de Curso, do NDE e do órgão colegiado de curso.

A estrutura curricular delineada para o curso permite ainda a articulação da teoria com a prática, de forma que o aluno reconhece a importância dos conhecimentos teóricos e percebe a sua aplicação prática. Para tanto, é ultrapassada a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

Os componentes curriculares oferecem dimensões práticas. Foram organizados de modo a permitir a utilização de metodologias e práticas de ensino integradoras de conteúdos e de situações de prática, de modo que o futuro profissional compreende e aprende desde o início do curso as relações entre as diversas áreas de conhecimentos e a sua aplicação na complexidade da prática profissional. Assim, a metodologia implantada encontra coerência com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática. Além disso, a experiência profissional do corpo docente contribui para potencializar sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, e para o desenvolvimento da interação entre conteúdo e prática.

A contextualização e a atualização ocorrem no próprio processo de aprendizagem, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, sobretudo por metodologias que integram a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo e que estimulem a autonomia intelectual.

A estrutura curricular é inovadora na medida em que seus protagonistas são os docentes e discentes. Seus papéis, atitudes e performance também são modificados para a ela se adaptarem. Considerando isso, a fim de implantar a estrutura curricular em sua plenitude, é promovida sua constante avaliação, para a efetiva integração entre os diferentes componentes curriculares pelos docentes, discentes, NDE, CPA e órgão colegiado de curso.

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

7.2. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas/relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

No processo de seleção de conteúdos são observados critérios gerais, entre os quais:

- Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade;

- Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;

- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

- Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes.

A cultura, os interesses e as características dos alunos também são critérios centrais considerados na seleção e na organização dos conteúdos ministrados no curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO. O currículo do curso, obedecidas as diretrizes curriculares, foi constituído por uma sequência ordenada de disciplinas e outras atividades acadêmicas. Entende-se por disciplina o conjunto de conteúdos teóricos ou práticos, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária pré-fixada, e desenvolvido em um período letivo.

Para constante atualização do curso e das disciplinas, a Coordenação do Curso conta com o NDE e com o Corpo Docente que, por meio de reuniões antes do início de cada semestre, discute os conteúdos que serão abordados em cada componente curricular, a metodologia de ensino e a avaliação. Ao final das reuniões, os professores entregam os planos de ensino contendo: ementa, carga horária, objetivos, conteúdo programático, cronograma, metodologia de ensino e avaliação, bibliografia básica e complementar, além dos periódicos.

As disciplinas que contemplam os conhecimentos previstos nas DCN de Educação Física são distribuídas na Etapa Comum e nas Etapas Específicas, uma para formação em Licenciatura e outra para formação em Bacharelado.

ETAPA COMUM

A Etapa Comum, em observância ao estabelecido no artigo 5º da Resolução CNE/CES 6/2018, é oferecida com o total de 1600 (um mil e seiscentas) horas. Esta etapa é caracterizada pela oferta de estudos da formação geral, identificadores da área de Educação Física, de forma que é possibilitado ao discente a autonomia para escolha da futura formação específica. Em conformidade com o previsto no artigo 6º da Resolução 6/2018, na Etapa Comum os componentes curriculares contemplam os seguintes conhecimentos:

I. Biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano, enfatizando a aplicação à Educação Física.
II. Dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física.
III. Instrumental e tecnológico enfatizando a aplicação à Educação Básica.
IV. Procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física.

Na Etapa Comum também são oferecidas atividades acadêmicas integradoras na forma dos componentes PROJETO INTEGRADOR I (80 horas), PROJETO INTEGRADOR II (40 horas) e PROJETO INTEGRADOR III (40 horas). Tais disciplinas totalizam 160 (cento e sessenta) horas, ou seja, 10% da carga horária da Etapa Comum.

Por meio dos PROJETOS INTEGRADORES é oferecido aos discentes: aproximação ao ambiente profissional de forma a permitir aos estudantes a percepção acerca de requisitos profissionais, identificação de campos ou áreas de trabalho e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas interativas com espaços profissionais, inclusive escolas de educação básica e média. No componente PROJETO INTEGRADOR a integração dos conhecimentos e habilidades de todas as disciplinas oferecidas no período letivo em um trabalho prático interdisciplinar, é possível mediante a intermediação docente e respeitando as especificidades de cada uma das disciplinas do período e a opção de estudos dos alunos.

ETAPA ESPECÍFICA LICENCIATURA

A Etapa Específica Licenciatura, do curso de Educação Física da FACULDADE DO FUTURO, foi construída com observância das previsões contidas nas DCNs de Educação Física, Resolução CNE/CES 6/2018, e na DCN para formação de Professores, Resolução CNE/CP 2/2019. Conta com 1.600 (um mil e seiscentas) horas de carga horária.

As atividades práticas na Etapa Específica Licenciatura estão especialmente organizadas de forma a serem vivenciadas pelos discentes em todo o percurso formativo da etapa, possibilitando a estes o desenvolvimento de práticas de ensino e o contato com situações reais de trabalho, nos vários ambientes encontrados nas instituições de educação básica do sistema educacional brasileiro. Estão incluídas na matriz curricular

na forma de estágio supervisionado, parte prática dos componentes curriculares, ainda, a continuidade do componente curricular projeto integrador, ampliando as possibilidades de conhecimento e intervenção em contextos reais de atuação profissional.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, imprescindível para a formação do licenciado, é oferecido com o total 660 (seiscentas e sessenta) horas, o que corresponde a 20% da carga horária das horas referenciais adotadas pelo curso, conforme prevê o § 1º do artigo 11 da Resolução CNE/CES 6/2018, distribuídas nos seguintes componentes:

Componente curricular	Carga horária
Estágio Supervisionado I – Observação e acompanhamento em Educação Física na Educação Básica (etapas e modalidades de ensino)	160
Estágio Supervisionado II – Intervenção em Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental I	180
Estágio Supervisionado III – Intervenção em Educação Física no Ensino Fundamental II	160
Estágio Supervisionado IV – Intervenção em Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos	160

As cargas horárias dos componentes ESTÁGIO SUPERVISIONADO (I, II, III e IV) foram distribuídas de forma a atender a necessidade de contato do licenciado em Educação Física com os vários cenários possíveis de sua atuação profissional nos estabelecimentos de educação básica.

O Estágio Supervisionado (ES), componente curricular obrigatório do Curso de Educação Física, é realizado em quatro etapas do 5º ao 8º período, totalizando 660 horas. Constitui o eixo fundamentado para a formação do professor, superando a concepção de "aplicação", para ser um instrumento de inserção do aluno na realidade, em condições de compreender, analisar e exercitar sua profissão, num processo de ação-reflexão-ação.

Na Etapa Específica Licenciatura são ofertados componentes curriculares denominadas Práticas Pedagógicas, destinados a atender as necessidades de enriquecimento curricular e de realização, pelos discentes, de atividades práticas necessárias para a formação do licenciado, e que são executadas em articulação com os sistemas de ensino e instituições educativas, o que a Resolução CNE/CES 6/2018, indica como ESTUDOS INTEGRADORES,

As Práticas Pedagógicas serão oferecidas com o total de 340 (trezentas e quarenta) horas, na forma dos seguintes componentes:

Componente curricular	Carga horária
Prática Pedagógica I	100
Prática Pedagógica II	80
Prática Pedagógica III	80
Prática Pedagógica IV	60

A carga horária estabelecida para as Práticas Pedagógicas atende a exigência do artigo 13 da Resolução CNE/CES 6/2018, segundo o qual seu oferecimento deve corresponder ao mínimo de 10% da carga horária do curso.

Ainda, a Etapa Específica Licenciatura contempla a oferta de atividades práticas de ensino, o que atende às exigências da Resolução CNE/CES 6/2018, que fixa as DCN para o curso de graduação em Educação Física, e da Resolução CNE/CP 2/2019 que estabelece as diretrizes para os cursos de formação de professores da educação básica, as Prática como Componente Curricular (PCC).

Componente curricular	Carga horária
Didática Educação Física	80
Metodologia do Ensino da Educação Física	80
Metodologias de Ensino (Esportes, Ginásticas, Movimentos Rítmicos e Expressivos, Lutas, Práticas de Aventura, Jogos, Atletismo, Esportes Aquáticos)	340

Conforme distribuição descrita, o PPC contempla na Etapa Específica Licenciatura a oferta de atividades práticas de ensino, o que atende às exigências da Resolução CNE/CES 6/2018, que fixa as DCN para o curso de graduação em Educação Física, e da Resolução CNE/CP 2/2019 que estabelece as diretrizes para os cursos de formação de professores da educação básica. Distribuídas ao longo do curso, constituem-se como espaços privilegiados de vivência com as práticas corporais vinculadas a experimentação da docência orientada, propiciando a reflexão em relação ao "saber fazer" e aos "saber ensinar" e ao processo de tornar-se professor.

Em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto no 5.626/2005 a disciplina "Língua Brasileira de Sinais LIBRAS" é oferecida entre as disciplinas obrigatórias da Etapa Específica Licenciatura.

ETAPA ESPECÍFICA BACHARELADO

A Etapa Específica Bacharelado, do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO foi organizada para atender as necessidades de qualificação do profissional para atuar em: treinamento esportivo; orientação de atividades físicas; preparação física; recreação; lazer; cultura em atividades físicas; avaliação física, postural e funcional; gestão relacionada com a área de educação física. Nesta Etapa o discente deve cumprir 1.630 (um mil e seiscentas e trinta) horas de carga horária.

Na Etapa Específica Bacharelado são oferecidas atividades práticas distribuídas ao longo do período de formação. Estas atividades são oferecidas na forma dos componentes organizados como PRÁTICAS CURRICULARES, como ESTÁGIO SUPERVISIONADO e articuladas em disciplinas previstas na matriz curricular.

As PRÁTICAS CURRICULARES, como componentes curriculares, são oferecidos com 330 (trezentas e trinta) horas, distribuídas da seguinte forma:

PRÁTICAS CURRICULARES I	100
PRÁTICAS CURRICULARES II	80
PRÁTICAS CURRICULARES III	80
PRÁTICAS CURRICULARES IV	70

A carga horária estabelecida para as PRÁTICAS CURRICULARES atende a exigência do artigo 23 da Resolução CNE/CES 6/2018, segundo o qual seu oferecimento deve corresponder ao mínimo de 10% da carga horária do curso.

O desenvolvimento das PRÁTICAS CURRICULARES busca atender as necessidades de enriquecimento curricular e de realização, pelos discentes, de atividades práticas necessárias para a formação em bacharelado, e que devem ser executadas em articulação com as disciplinas do período e os campos de atuação das entidades de caráter profissional conveniadas coma FACULDADE DO FUTURO.

Em cada semestre da Etapa Específica Bacharelado, no contexto da oferta do componente PRÁTICAS CURRICULARES, são organizados eventos e atividades acadêmicas de forma interdisciplinar, envolvendo a diversidade de ações próprias dos profissionais de Educação Física, em articulação com os conhecimentos das demais disciplinas do semestre.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO da Etapa Específica Bacharelado é oferecido com o total 660 (seiscentos e sessenta) horas, o que corresponde a 20% da carga horária das horas referenciais adotadas pelo curso, conforme prevê o caput do artigo 22 da Resolução CNE/CES 6/2018. A carga horária é distribuída nos seguintes componentes:

Estágio Supervisionado I	160
Estágio Supervisionado II	160
Estágio Supervisionado III	160
Estágio Supervisionado IV	180

Em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 3º do Decreto no 5.626/2005 a disciplina "Língua Brasileira de Sinais LIBRAS" é oferecida entre as disciplinas eletivas da Etapa Específica Bacharelado.

O aluno tem a oportunidade de cursar disciplinas eletivas no 8º semestre na Etapa Específica Licenciatura e, também, no 8º semestre na Etapa Específica Bacharelado, e dentro das que são ofertadas pelo curso.

Nos termos da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004, os aspectos concernentes à educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito à história e cultura afro-brasileira e indígena, são abordados no componente curricular "Relações Étnico-Raciais, Cidadania e Sociodiversidade".

Os aspectos concernentes à educação em direitos humanos, conforme previsto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01/2012, são abordados no componente curricular "Ética Profissional e Direitos Humanos".

O estudo das políticas de educação ambiental, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, é assegurado no componente "Saberes da Educação Física" (Etapa Comum) "Práticas Corporais de Aventura" (Etapa Específica Licenciatura) e Prática Curricular (Etapa Específico do Bacharelado). Observa-se que os princípios básicos da educação ambiental, previstos no

artigo 4º da Lei nº 9.795/1999, também são observados no desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares do curso de graduação em Educação Física. Os princípios são:

• Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

• Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

• Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

• Vinculação entre a ética, a educação, o trabalho na área de Educação Física e as práticas sociais;

• Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

• Permanente avaliação crítica do processo educativo;

• Reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO é desenvolvido nas etapas específicas, nos 7º e 8º semestres, como TCC I e TCC II. Trata-se de atividade de síntese e integração de conhecimento, com 20h na Licenciatura (TCCI) e 40h no Bacharelado (TCCI).

As Atividades Complementares são desenvolvidas ao longo do curso. Os alunos devem integralizar 100 (cem) horas. O detalhamento das Atividades Complementares do curso está contido no Regulamento das Atividades Complementares.

Os ementários contidos no projeto explicitam as linhas mestras dos conteúdos que são desenvolvidos em cada unidade de ensino, seguido de bibliografia básica e complementar. As bibliografias básicas e complementares recomendadas foram referendadas pelo NDE em relação aos componentes curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas solicitadas. A bibliografia prevista no Projeto Pedagógico do Curso é utilizada nos planos de ensino, está atualizada e considera os aspectos teórico-práticos da formação, a matriz curricular, o perfil do egresso.

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a IES implantou as atividades de extensão como atividades obrigatórias dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

7.3. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
(com hora/aula de 60 minutos)

DISCIPLINAS DA ETAPA COMUM

PRIMEIRO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Dimensões Histórico-Sociais da Educação Física	80			80
Crescimento e Desenvolvimento Humano	80			80
Citologia e Histologia	40	40		80
Relações Étnico-Raciais, Cidadania e Sociodiversidade	80			80
Carga Horária Total	280	40		320

SEGUNDO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Anatomia Humana	40	40		80
Aprendizagem Motora	40	40		80
Educação Física e Ética profissional	80			80
Técnicas de Estudo e Produção de Textos	80			80
Saberes da Educação Física	80			80
Projeto Integrador I			80	80
Carga Horária Total	320	80	80	480

TERCEIRO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	80			80
Metodologia da Pesquisa Científica	80			80
Cinesiologia	80			80

Metodologias do Ensino da Educação Física	80			80
Pedagogia do esporte I	80			80
Projeto Integrador II			40	40
Carga Horária Total	400	0	40	440

QUARTO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Fisiologia Humana e do Exercício	80			80
Antropometria	80			80
Pedagogia do esporte II	80			80
Educação Física, Lazer e Saúde	80			80
Projeto Integrador III			40	40
Carga Horária Total	320	0	40	360
TOTAL DA ETAPA COMUM				1.600

ETAPA ESPECÍFICA LICENCIATURA

QUINTO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Metodologia do Ensino do Atletismo	10	10	20	40
Metodologia do Ensino dos Jogos	10	10	20	40
Metodologia do Ensino das Ginásticas e suas Manifestações	10	10	20	40
Metodologia do Ensino dos Esportes I	20	40	20	80
Metodologia do Ensino dos Movimentos Rítmicos e Expressivos	10	10	20	40
Prática Pedagógica I	40	60		100
Estágio Supervisionado I	20	140		160
Carga Horária Total	120	280	100	500

SEXTO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Metodologia do Ensino dos Esportes II	20	40	20	80
Práticas Corporais de Aventura	10	10	20	40
Metodologia do Ensino dos Esportes Aquáticos	10	10	20	40
Prática Pedagógica II	20	60		80
Estágio Supervisionado II	40	140		180
Carga Horária Total	100	260	60	420

SÉTIMO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Língua Brasileira de Sinais - Libras	40			40
Educação Física, Diversidade e Inclusão	10	10	20	40
Metodologia do Ensino das Lutas	10	10	20	40
Política e Organização da Educação Brasileira	40			40
Trabalho de Conclusão de Curso I	20			20
Prática Pedagógica III	20	60		80
Estágio Supervisionado III	20	140		160
Carga Horária Total	160	220	40	420

OITAVO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Componente Curricular Eletivo	40			40
Trabalho de Conclusão de Curso II				0
Prática Pedagógica IV	20	40		60
Estágio Supervisionado IV	20	140		160
Carga Horária Total	80	180	0	260
TOTAL DA ETAPA ESPECÍFICA LICENCIATURA				1.600

QUADRO RESUMO DA CARGA HORÁRIA – LICENCIATURA

Carga Horária das Disciplinas	2.180
Carga Horária de Atividades Curriculares de Extensão (**)	360
Carga Horária de Estágio Supervisionado	660
Atividades Complementares (*)	100
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.300

(*) As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso de graduação da IES, que são prioritárias.

(**) Foram reservadas 360 horas para a extensão como componente curricular da Etapa Específica Bacharelado, o que atende a exigência de oferta do mínimo de 10% da carga horária total do curso.

ETAPA ESPECÍFICA BACHARELADO

QUINTO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Fundamentos do Treinamento de Força	10	10	20	40
Biomecânica	40			40
Ginásticas de Academia	10	10	20	40
Esportes Adaptados	10	10	20	40
Prática Curricular I	20	80		100
Estágio Curricular Obrigatório I	20	140		160
Carga Horária Total	110	250	60	420

SEXTO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Fundamentos da Recreação, Cultura e Lazer	10	10	20	40
Fundamentos do Treinamento Aeróbio	10	10	20	40
Saúde Coletiva	10	10	20	40
Periodização do Treinamento	60		20	80
Prática Curricular II	20	60		80
Estágio Curricular Obrigatório II	20	140		160
Carga Horária Total	130	230	80	440

SÉTIMO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Nutrição Aplicada à Educação Física	40			40
Prescrição do Exercício para Grupos Especiais I	10	10	20	40
Métodos do Treinamento de Força	40	20	20	80
Trabalho de Conclusão de Curso I	40			40
Prática Curricular III	20	60		80
Estágio Curricular Obrigatório III	20	140		160
Carga Horária Total	170	230	40	440

OITAVO SEMESTRE				
Componentes Curriculares	Carga Horária Semestral			
	Teórico	Prática	Extensão	Total
Prescrição do Exercício para Grupos Especiais II	10	10	20	40
Componentes Curriculares Eletivos	40			40
Trabalho de Conclusão de Curso II	-		-	0
Prática Curricular IV	20	50		70
Estágio Curricular Obrigatório IV	20	160		180
Carga Horária Total	90	230	20	330
TOTAL DA ETAPA ESPECÍFICA BACHARELADO				1.630

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	
Língua Brasileira de Sinais LIBRAS	40
Princípios do Alongamento	40
Gerenciamento e Marketing em Academias	40
O esporte e suas possibilidades de transformação	40

CARGA HORÁRIA POR ETAPA	
Etapa Comum	1600
Etapa Específica Licenciatura	1600

Etapa Específica Bacharelado	1630

QUADRO RESUMO DA CARGA HORÁRIA – BACHARELADO

Carga Horária das Disciplinas	2.210
Carga Horária de Atividades Curriculares de Extensão (**)	360
Carga Horária de Estágio Supervisionado	660
Atividades Complementares (*)	100
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.330

(*) As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso de graduação da IES, que são prioritárias.

(**) Foram reservadas 360 horas para a extensão como componente curricular da Etapa Específica Bacharelado, o que atende a exigência de oferta do mínimo de 10% da carga horária total do curso.

7.4. Ementário e Bibliografia

ETAPA COMUM

Primeiro período

Dimensões Histórico-Sociais da Educação Física

Ementa:

Estudo das principais teorias da Educação Física, sua filiação epistemológica e suas implicações para a prática pedagógica. Estudo da evolução histórica da Educação Física e da formação da consciência corporal do homem, focalizando os valores sócio-ético-políticos e culturais do corpo que permaneceram e prevaleceram na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

BRACHT, Valter. Sociologia crítica do Esporte. Ijuí: Editora UNIJUI, 2005.

CASTELANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia (Org.). Corpo e história. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Educação contemporânea.

Bibliografia Complementar:

GHIRALDELLI JR, P. Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física Brasileira. 9ª ed. v. 10. São Paulo: Loyola, 2004.

GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. 8. ed. Campinas - SP: Papirus, 2005.

MIRANDA, E. E. de. Corpo: território do sagrado. São Paulo: Loyola, 2002

OLIVIER, G. G. de. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência e a corporiedade. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SOARES, C. L. (Org.). Corpo e história. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Educação contemporânea).

Crescimento e Desenvolvimento Humano

Ementa:

Desenvolvimento humano desde a concepção até a idade adulta - fatores cognitivos e sócio-afetivos básicos que afetam o desenvolvimento motor durante cada um desses períodos. A incorporação da teoria dos sistemas dinâmicos com as fases e estágios do desenvolvimento motor, com reflexão dos aspectos explicativos e descritivos do ser humano. Abordagem reflexiva da estruturação das habilidades motoras para uma elaboração de programa motor escolar.

Bibliografia Básica:

BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GALLAHUE, D. L.& OZMUN, J. C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

TANI, Go. Comportamento Motor: Aprendizagem e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

BEE, Helen, Regina Garcez. O ciclo vital (lifespan development). 1ª ed. São Paulo: Artmed. 1997.

HAYWOOD, K.M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (org.). A Criança e seu Desenvolvimento: Perspectivas para se Discutir a Educação Infantil. São Paulo: Cortez, s/d.

PAYNE, V. Gregory. Desenvolvimento motor humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

Citologia e Histologia

Ementa:

Estruturação e organização celular. Aspectos morfológicos e funcionais dos componentes celulares. Organização estrutural e funcional dos tecidos nos sistemas orgânicos.

Bibliografia Básica:

COOPER, G.M. A Célula: uma abordagem molecular. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. São Paulo: Nobel, 2004.

JUNQUEIRA, L.C. & CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

DE ROBERTIS, E. D. P.; DE ROBERTIS. E. M. F. Bases de Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

FIORE, M.S.H. di. Atlas de Histologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LODISH, Harvey F. et al. Biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. 1084p.

PAPINI, S.; FRANÇA, M. H. S. Manual de citologia e histologia para o estudante da área de saúde. São Paulo: Atheneu, 2003.

ZHANG, S. X. Atlas de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Relações Étnico-Raciais, Cidadania e Sociodiversidade

Ementa:

As relações étnico-raciais. Sociodiversidade, cultura, Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos na atualidade. Configurações dos conceitos de etnia/raça, cor, classe social, diversidade e gênero no Brasil. Identidade e diferença. Cultura afro-brasileira e indígena. O respeito pelas várias etnias e a valorização da cultura

afrodescendente. Políticas de ações afirmativas. A formação inter-étnica profissional.

Bibliografia Básica:

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Educação e Relações Raciais: Conceitos e Historicidade. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2014.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. 2ª edição. São Paulo: Attar Editorial, 2011.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2015.

GARCIA, Antonia dos Santos. Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2016.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2102.

Segundo período

Anatomia Humana

Ementa:

Conceito e reconhecimento dos sistemas fundamentais, relacionados ao corpo humano. Terminologia anatômica, abordando as bases morfofuncionais dos sistemas: circulatório, respiratório, digestório, urinário e genital. Estabelecer inter-relações entre as estruturas anatômicas estudadas, fornecendo os fundamentos anátomo-funcionais necessários para o aproveitamento de outras disciplinas e condições de aplicá-los na prática profissional em Educação Física na escola.

Bibliografia Básica:

D'ANGELO, J. FATTINI, C.A. Anatomia Humana Básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: Abordagem Anatômica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2000.

VAN DE GRAAFF, Kent M. Anatomia Humana. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BEHNKE, R.S. Anatomia do Movimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CASTRO, S. V. de. Anatomia fundamental. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1985.

D'ANGELO, J.; FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segumentar. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

TORTORA, Gerard J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Aprendizagem Motora

Ementa:

Aprendizagem afetiva, cognitiva e psicomotora. Avaliação dos estágios psicomotores. Relação entre desenvolvimento motor e fatores sociais. Testes de habilidade motora. Direcionalidade, lateralidade, profundidade. Organização espaço-temporal. Atividades motoras amplas e finas.

Bibliografia Básica:

GALAHUE, D. L.; OZMUN, J. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

MAGILL, R. Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações. São Paulo, Edgard Blucher, 2000.

TANI, G. Comportamento Motor: Aprendizagem e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

BEE, H.C. A Criança em Desenvolvimento. 9. ed. São Paulo: Artmed, 2003.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (org.). A Criança e seu Desenvolvimento: Perspectivas para se Discutir a Educação Infantil. São Paulo: Cortez, s/d.

PAYNE, V. G. Desenvolvimento motor humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SCHMIDT, RA & WRISBERG, C. A. Aprendizagem e Performance Motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Educação Física e Ética profissional

Ementa:

Introduzir a perspectiva de docência a partir das experiências vivenciadas pelos alunos na educação básica. Discutir os aspetos que influenciam na escolha pela profissão docente, as especificidades da profissão e a construção da identidade docente. A Ética entendida na sua perspectiva filosófica - deverá ser tratada em termos de sua fundamentação epistemológica e existencial, bem como de sua articulação com preocupações filosóficas, dentre outras, a antropológica, a cultural, a econômica, a política, a ontológica. Direitos humanos: conceituação, fundamentos e sua construção no decorrer da História ao período atual.

Bibliografia Básica:

NASCIMENTO, J. V. do; FARIAS, G. O. (orgs.). Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção.organizadoras. – Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012.

GHIRALDELLI JR, P. Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física Brasileira. 9ª ed. v. 10. São Paulo: Loyola, 2004.

BITTAR, E. C. Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo: Manole, 2004.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIREDO, Z. C.C. Experiências Sociocorporais e Formação Docente em Educação Física. In: Revista Movimento, Porto Alegre, v.14, n.01, p.85-110, janeiro/abril de 2008.

FIGUEIREDO, Z.C.C. Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relação com o saber. In: Revista Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 89-111, janeiro/abril de 2004a.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conselho Nacional de Educação, maio 2012. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-diretrizes-nacionais

Técnicas de estudo e produção de textos

Ementa:

A linguagem como objeto de análise e reflexão, como ferramenta indispensável de comunicação. Estudo, leitura e produção de textos dissertativos centrados em temas relacionados à Educação Física. Diferentes linguagens oral e escrita, como meio para produção, expressão, comunicação e interpretação de ideias. Linguística textual: mecanismos de coesão e coerência.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Severino Antonio M. Redação: Escrever é desvendar o mundo. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textuais. 11 ed. São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia Complementar:

BLIKSTEIN, I. Técnicas de Comunicação Escrita. São Paulo: Ática, 2005.

CEREJA, William Roberto; Magalhães, Tereza Cochar. Gramática: texto, reflexão e uso. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2004. 448p.

CITELLI, A. Linguagem e Persuasão. São Paulo: Ática, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VAL, Maria da Graça Costa. Redação e Textualidade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Saberes da Educação Física

Ementa

Noções básicas sobre educação ambiental como área do conhecimento teórico, científico-metodológico. Histórico e perspectivas. Conteúdo, tipos de abordagens e metodologias em educação ambiental. Educação formal e informal. Educação ambiental, sustentabilidade e interdisciplinaridade. Imposições do desenvolvimento ecologicamente sustentado à educação ambiental. A relação com o ensino e a pesquisa. Sustentabilidade. Ética e responsabilidade socioambiental. Crescimento e responsabilidade socioambiental. Responsabilidade socioambiental como estratégia de gestão, produção, sustentabilidade e desenvolvimento. A diversidade como base para a inovação e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica

BETTI, MAURO; USHINOHAMA, TATIANA ZUARDI. Os saberes da Educação Física nas perspectivas dos alunos: panorama da literatura e uma proposta de investigação a partir da 'teoria da relação com o saber'. Pulsar, v. 6, n. 4, p. 1-18, 2014.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Mônica G. As competencies para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Arimed: Porto Alegre. 2002.

CAMPOS, M. M. F. Educação Ambiental e paradigmas de interpretação da realidade: tendências reveladas. Campinas, 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Bibliografia Complementar

MEDEIROS, Dalva Helena de. Educação Ambiental e Meio Ambiente: Concepções, Teorias e Práticas. In: PONTILI, Rosangela Maria; COLAVITE,Ana Paula. Estudos Regionais: Enfoques Socioeconômico, Ambiental, Educacional e da Paisagem. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009, p.183-203

TUBINO, Manoel J. G.; TUBINO, Fábio M.; GARRIDO, Fernando, A.C. Dicionário Enciclopédico TUBINO do Esporte. Rio de Janeiro: Senac Editoras, 2007.

GRAÇA FILHO, Ary S.; KASZNAR, Istvan. O esporte como indústria. Solução para criação de riqueza e emprego. Confederação Brasileira de Voleibol, Rio de Janeiro, 2002.

CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

COMENIO, J. A. Didáctica Magna 3.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1957.

Projeto Integrador I

Ementa

Projeto interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares do semestre, com objetivo de promover a sistematização dos conhecimentos alcançados pelos estudantes em face dos conteúdos abordados. Sistematização deverá compor trabalho coletivo/em grupo, com investigação de situação real e do cotidiano dos alunos e suas comunidades. O trabalho pode ser apresentado de variadas formas, resguardada a autonomia avaliativa do docente responsável, e incluir a comunidade em etapas do processo de sistematização e apresentação. A carga horária de atividades que envolve a comunidade consta informada na matriz curricular como carga horária de atividade de extensão, conforme prevê a Resolução CNE/CES 7/2018.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, W. Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Penso, 2004. 224 p. ISBN 9798536303269.

RAYO, J. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2003. 248 p. E-book. ISBN 9788536300702.

ZABALA, A. E-book. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Penso, 2002. 248 p. ISBN 9788573078084.

Bibliografia Complementar

BRIGHOUSE, T. et al. Como fazer uma boa escola? Porto Alegre: Penso, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.

CARVALHO, J. Reflexões sobre educação, formação e esfera pública. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 160p. E-book. ISBN 9788565848008.

CITY, E. et al. Rodadas pedagógicas: como o trabalho em redes pode melhorar o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013. 240 p. E-book. ISBN 9788565848794.

GARCÍA, R. O conhecimento em construção: das formulações de Jean Piaget à Teoria de Sistemas Complexos. Porto Alegre: Penso, 2003. 192 p. ISBN 9788573079227.

REGO, N. et al. Geografia. Porto Alegre: Penso, 2007. 148 p. (Coleção Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio). E-book. ISBN 9788536309163.

Terceiro período

Didática da Educação Física

Ementa:

Compreensão do cotidiano escolar e da sala de aula, seus sujeitos, suas interações, seus espaços, possibilidades e papéis. A escola como espaço sociocultural e a aula como um ato integrado de múltiplas interações (ensino/planejamento). Organização de currículo e do cotidiano da sala de aula.

Bibliografia Básica:

GADOTTI, Moacir. Pedagogia: diálogo e conflito. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRUPO DE TRABALHOS PEDAGÓGICOS UFPE. Visão Didática da Educação Física: Análises Críticas e Exemplos Práticos de Aulas. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

SHEPPARD, W. Como Ser um Bom Professor. São Paulo: EPU, s/d.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, V.M. (Org.). Rumo a uma Nova Didática. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GHIRALDELLI Jr, P. Didática e Teorias Educacionais. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

LIBANÊO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

LOPES, A.O., VEIGA, I.P.A. Repensando a Didática. São Paulo: Papirus, 2005.

SILVA, M. A Formação do Professor Centrada na Escola. São Paulo: EDUC, 2001.

Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa:

Estudo dos procedimentos técnicos, metodológicos e conceituais como instrumentos adequados de apoio aos trabalhos didático-científicos e de pesquisa. Orientações para elaboração de relatórios de estudo, fichamentos, resenhas e resumos. Capacidades crítica, reflexiva e interpretativa essenciais para construção de conhecimentos e da prática da pesquisa em Educação Física. Recursos da informática para pesquisa, produção, armazenamento e divulgação de conteúdos da educação física. As tecnologias informacionais e comunicacionais na prática pedagógica no âmbito escolar.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12. ed. Campinas: Papirus, 2002.

RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 32ed. São Paulo: Vozes, 2004.

THOMAS, Jerry K.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Rubem. Entre a ciência e a sapiência. São Paulo: Loyola, 1999.

DEMO, P. Pesquisa e Construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia cientifica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COX, K.K. Informática na Educação Escolar. 1ed. São Paulo: Editores Associados, 2003.

FISCHER, R.M.B. Televisão e educação: fruir e pensar a TV. São Paulo: Autêntica, 2006.

Cinesiologia

Ementa:

Introdução e fundamentos da Cinesiologia aplicada à educação física. Métodos de avaliação bidimensionais e tridimensionais do movimento. Alavancas de diferentes ordens. Força, torque e alavancas. Análise do movimento envolvendo as estruturas específicas do corpo humano. Postura dinâmica e estática.

Bibliografia Básica:

DOBLER, G. Cinesiologia: o estudo da atividade física. São Paulo: Manole, 2003.

FLOYD, R.T.; THOMPSON, C.W. Manual de Cinesiologia Estrutural. São Paulo: Manole, 2003.

OKUNO, E.; FRATIN, L. Desvendando a Física do Corpo Humano – Biomecânica. São Paulo: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

BEHNKE, R.S. Anatomia do Movimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOFFMAN, S. J.; HARRIS, J. C. Cinesiologia: o estudo da atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2002

KENDALL. F. P.; Mc CREARY, F.K.; PROVANCE,P G. Músculos, provas e funções. 4ª ed. São Paulo: Manole, 1995.

MCGINNIS, P. M. Biomecânica do Esporte e Exercício. Artmed, 2002.

Metodologias do Ensino da Educação Física

Ementa

Tendências, abordagens e metodologias de ensino. Métodos, metodologias e prática pedagógica na educação física escolar. Dimensões política e técnica das

metodologias de ensino de educação física escolar. Metodologias de ensino da educação física – estilos de ensino e métodos criativos.

Bibliografia Básica

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1997.

KUNZ, E. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1997.

HILDEBRANDT, R. & LANGING, R. Concepções Abertas no Ensino da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, J.S.F. de. Construtivismo: uma pedagogia esquecida na escola. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTIN, Silvino. Educação Física: uma Abordagem Filosófica da Corporeidade. Ijuí, UNIJUÍ, 2003.

SOARES, C.L. et al. Metodologia de Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1993.

GALLARDO, J.S. Educaçào Física Escolar. São Paulo: Luerna, 2005.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo Cortez; Brasília:D.F. : UNESCO, 2000.

Pedagogia do esporte I

Ementa

Estudo conceitual e organizacional dos processos didático pedagógicos contemporâneos de ensino-aprendizagem-avaliação das diferentes modalidades esportivas, compreendendo os seguintes tópicos: 1) Classificação das diferentes modalidades esportivas e sua lógica interna (invasão, rede/ parede, campo e taco, marca, técnico combinatório e precisão etc.) 2) Identificação e experimentação dos princípios técnicos e táticos comuns às diversas modalidades esportivas.

Bibliografia Básica

De ROSE JR, D. (Org.) (2006). Modalidades esportivas coletivas. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. v. 1, p. 180-193.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal II: Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Bibliografia complementar

DE ROSE, D. et al. Esporte na Infância e Adolescência: uma abordagem multidisciplinar. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí, Unijuí, 1994.

ASSIS, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Autores Associados, 2001.

MAGILL,Richard A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações,São Paulo: E. Blucher, 1984

SCHMIDT, R.A.: Aprendizagem e performance motora. Editorial Movimento. São Paulo 1993.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.: Pedagogia do Esporte: Jogos Coletivos de Invasão. São Paulo, Porte, 2009.

Projeto Integrador II

Ementa

Projeto interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares do semestre, com objetivo de promover a sistematização dos conhecimentos alcançados pelos estudantes em face dos conteúdos abordados. Sistematização deverá compor trabalho coletivo/em grupo, com investigação de situação real e do cotidiano dos alunos e suas comunidades. O trabalho pode ser apresentado de variadas formas, resguardada a autonomia avaliativa do docente responsável, e incluir a comunidade em etapas do processo de sistematização e apresentação. A carga

horária de atividades que envolve a comunidade consta informada na matriz curricular como carga horária de atividade de extensão, conforme prevê a Resolução CNE/CES 7/2018.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, W. Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Penso, 2004. 224 p. ISBN 9798536303269.

RAYO, J. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2003. 248 p. E-book. ISBN 9788536300702.

ZABALA, A. E-book. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Penso, 2002. 248 p. ISBN 9788573078084.

Bibliografia Complementar

BRIGHOUSE, T. et al. Como fazer uma boa escola? Porto Alegre: Penso, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.

CARVALHO, J. Reflexões sobre educação, formação e esfera pública. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 160p. E-book. ISBN 9788565848008.

CITY, E. et al. Rodadas pedagógicas: como o trabalho em redes pode melhorar o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013. 240 p. E-book. ISBN 9788565848794.

GARCÍA, R. O conhecimento em construção: das formulações de Jean Piaget à Teoria de Sistemas Complexos. Porto Alegre: Penso, 2003. 192 p. ISBN 9788573079227.

REGO, N. et al. Geografia. Porto Alegre: Penso, 2007. 148 p. (Coleção Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio). E-book. ISBN 9788536309163.

Quarto Período

Fisiologia Humana e do Exercício

Ementa:

Princípios fisiológicos. Funcionamento básico celular. Neurofisiologia. Fisiologia do sistema cardiovascular e respiratório. Regulação do equilíbrio hidroeletrolítico. Fisiologia Renal e Sangue. Fisiologia do sistema Endócrino e Fisiologia do Trato

digestivo. Fisiologia da Reprodução. A homeostase do organismo como um todo, do controle motor e dos sistemas circulatório, respiratório e endócrino. Adaptações dos sistemas orgânicos relacionados aos fatores bioantropológicos em crianças, adolescentes e adultos, considerando os benefícios do exercício físico fundamentados nos princípios da mudança de comportamento.

Bibliografia Básica:

McARDLE, W.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício – Energia, Nutrição e Desempenho Humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RASO,V.; GREVE, J. M. D.; POLITO, M. D. Pollock. Fisiologia Clínica do Exercício. São Paulo: Manole, 2013.

FOX,E. L. Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar:

COSTILL, D. L.; WILMORE, J. H. Fisiologia do Esporte e do Exercício. São Paulo: Manole, 2001.

FOSS, M. L.; KETEYIAN, S. J. F. Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

GUYTON, A. C. Fisiologia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

ROBERGS, R. A.; ROBERTS, S. Princípios Fundamentais de Fisiologia do Exercício. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TORTORA, G. J. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Antropometria

Ementa:

Conceitos, métodos e protocolos de medição corporal. Estudo e análise das variáveis antropométricas, metabólicas e neuromotoras. Estudo crítico e investigador dos grupos, tipos e critérios de medidas e avaliação nas dimensões sociais, cognitiva e física no indivíduo e sua aplicabilidade no campo do Treinamento Físico e da Educação Física Escolar.

Bibliografia Básica:

GUEDES, D. P; GUEDES, J. E. Ribeiro Pinto. Manual prático para avaliação em educação física. Rio de Janeiro: Manole, 2006.

PITANGA, F.J.G. Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física. São Paulo: Phorte, 2008.

TRITSCHILER, K.A. Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes. São Paulo: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES FILHO, J. A prática da Avaliação Física: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

HEYWARD, V. H. Avaliação Física e Prescrição de Exercício. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISS, M. A . P. D. Esporte e Exercício: Avaliação e Prescrição. São Paulo: Roca, 2003.

MOREIRA, W.W. (Org.). Qualidade de Vida: Complexidade e Educação. Campinas: Papirus, 2001.

QUEIROGA, M. R. Testes e Medidas para Avaliação da Aptidão Física. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2005.

PEDAGOGIA DO ESPORTE II

Ementa

Estudo conceitual e organizacional dos processos didático pedagógicos contemporâneos de ensino-aprendizagem-avaliação das diferentes modalidades esportivas, compreendendo os seguintes tópicos: 1) Identificação e experimentação das diferentes abordagens de ensino-aprendizagem-avaliação das modalidades esportivas (invasão, rede/ parede, campo e taco, marca, técnico combinatório; precisão etc.); 2) Processos didático pedagógicos de ensino-aprendizagem-avaliação dos diferentes fundamentos (organizacionais, técnicos e táticos) das modalidades esportivas em diferentes níveis de complexidade.

Bibliografia Básica

De ROSE JR, D. (Org.) (2006). Modalidades esportivas coletivas. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. v. 1, p. 180-193.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal II: Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Bibliografia complementar

DE ROSE, D. et al. Esporte na Infância e Adolescência: uma abordagem multidisciplinar. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí, Unijuí, 1994.

ASSIS, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Autores Associados, 2001.

MAGILL,Richard A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações,São Paulo: E. Blucher, 1984

SCHMIDT, R.A.: Aprendizagem e performance motora. Editorial Movimento. São Paulo 1993.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.: Pedagogia do Esporte: Jogos Coletivos de Invasão. São Paulo, Phorte, 2009.

Educação Física, Lazer e Saúde

Ementa

Saúde como um fenômeno simultaneamente coletivo e individual, biológico e cultural: dimensões subjetivas, políticas, sociais, históricas. Relação entre conceitos-chave do campo e os modos de pensar/realizar o cuidado em saúde: um olhar para a educação física. Educação em saúde no espaço escolar. O lazer como fenômeno social; o papel da escola como educação formativa no e para o lazer; a transversalidade da temática lazer na formação de licenciados e nos currículos de educação básica e superior.

Bibliografia Básica:

MARCELINO, N. C. (org.) Lazer e Cultura. Campinas: Papirus, 2007

NIEMAN, D.C. Exercício e Saúde. São Paulo: Manole, 1999.

ROEDER, M. A. Atividade Física, Saúde Mental e Qualidade de Vida. São Paulo: Shape, 2003.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Y. M. Mito da Atividade Física e Saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

GUISELINI, M. Aptidão Física, Saúde e Bem Estar. São Paulo: Phorte, 2004.

MEZZADRI, F.M.; CAVICHIOLLI, F.R, SOUZA, D.L. de. Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas. 1ª ed. São Paulo: Fontoura, 2006.

MATSUDO, S. M., R. J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte,2003.

Projeto Integrador III

Ementa

Projeto interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares do semestre, com objetivo de promover a sistematização dos conhecimentos alcançados pelos estudantes em face dos conteúdos abordados. Sistematização deverá compor trabalho coletivo/em grupo, com investigação de situação real e do cotidiano dos alunos e suas comunidades. O trabalho pode ser apresentado de variadas formas, resguardada a autonomia avaliativa do docente responsável, e incluir a comunidade em etapas do processo de sistematização e apresentação. A carga horária de atividades que envolve a comunidade consta informada na matriz curricular como carga horária de atividade de extensão, conforme prevê a Resolução CNE/CES 7/2018.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, W. Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Penso, 2004. 224 p. ISBN 9798536303269.

RAYO, J. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2003. 248 p. E-book. ISBN 9788536300702.

ZABALA, A. E-book. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Penso, 2002. 248 p. ISBN 9788573078084.

Bibliografia Complementar

BRIGHOUSE, T. et al. Como fazer uma boa escola? Porto Alegre: Penso, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.

CARVALHO, J. Reflexões sobre educação, formação e esfera pública. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 160p. E-book. ISBN 9788565848008.

CITY, E. et al. Rodadas pedagógicas: como o trabalho em redes pode melhorar o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013. 240 p. E-book. ISBN 9788565848794.

GARCÍA, R. O conhecimento em construção: das formulações de Jean Piaget à Teoria de Sistemas Complexos. Porto Alegre: Penso, 2003. 192 p. ISBN 9788573079227.

REGO, N. et al. Geografia. Porto Alegre: Penso, 2007. 148 p. (Coleção Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio). E-book. ISBN 9788536309163.

ETAPA ESPECÍFICO - LICENCIATURA

Quinto período

Metodologia do Ensino do Atletismo

Ementa:

Conhecimento teórico-prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do atletismo e suas diferentes manifestações esportivas e culturais objetivando o reconhecimento, a transmissão e a ressignificação de suas características em contextos da aprendizagem escolar. Participação na organização de eventos esportivos. Planejamento e regência de experiências de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

MATHIESEN, Sara Quenzer. Atletismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MATHIESEN, Sara Quenzer. Atletismo se aprende na escola. São Paulo: Fontoura, 2005.

TAKAHASHI, K.; FROMETA, E.R. Guia Metodológico de Exercícios em Atletismo. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar:

COICEIRO, Geovana. 1000 Exercícios e Jogos em Atletismo. São Paulo: Sprint, 2005.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ATLETISMO. Atletismo – Regras de Competição 2004/2005. São Paulo: Phorte, 2005.

FERNANDES, José Luiz. Atletismo: Corridas. São Paulo: EPU, 2003.

FERNANDES, José Luiz. Atletismo: Os Saltos. São Paulo: EPU, 2003.

LOHMANN, Liliana Adiers. Atletismo - Manual Técnico para Atletas Iniciantes. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.

Metodologia do Ensino dos Jogos

Ementa:

Os jogos, as brincadeiras e os brinquedos tradicionais em meio ao processo de construção da cultura infantil no espaço escolar. Os jogos e brincadeiras na cultura brasileira. Os significados do brincar e o universo infantil. O brincar como ludicidade e produção de conhecimento na escola. Estudo dos jogos e brincadeiras: sentidos, significados, apropriações, influências e a importância para a Educação Física. Elaborações interativas entre o jogo e a brincadeira e suas possibilidades pedagógicas na educação física nas diferentes fases escolares da educação básica.

Bibliografia Básica:

BLUMENTAL, Ekkehard. Brincadeiras de movimento para a pré-escola. Rio de Janeiro: Manole, 2005.

GODALL, Tereza; HOSPITAL, Anna. 150 propostas de atividades motoras para a educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na Pré-Escola. São Paulo: Cortez. 2001.

Bibliografia Complementar:

ARRIBAS, Teresa Lleixá. A educação física de 3 a 8 anos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis. 12. ed. São Paulo: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (org.). A Criança e seu Desenvolvimento: Perspectivas para se Discutir a Educação Infantil. São Paulo: Cortez, s/d.

RODRIGUES, Mara. Manual teórico e prático de educação física infantil. São Paulo: Ícone, 2003.

SILVA, Pedro Antônio da. 3000 exercícios e jogos para a educação física escolar. São Paulo: Sprint, 2007.

Metodologia do Ensino das Ginásticas e suas manifestações

Ementa:

Os conceitos e as tendências da ginástica e as suas possibilidades de intervenção pedagógica. Planejamento e estruturação de planos de aulas de ginástica. Formas de expressão corporal para o desenvolvimento dos elementos da ginástica na escola. Planejamento e regência de experiências de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

AYOUB, E. Ginástica geral e educação física escolar. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CONCEIÇÃO, R. B. Ginástica escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003

SANTOS, J.C.E. Ginástica Geral. São Paulo: Fontoura, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, C. M. dos R. Manual de ajudas em ginásticas. Canoas: Ulbra, 2003.

NETTO, Eduardo; BARBOZA, Felipe. Coleção Ginástica Localizada. São Paulo: Sprint, 2007.

BATISTA, L.C.C. Educação Física no Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

SOARES, C. Imagens da Educação do Corpo. Campinas: Autores Associados, 2002.

VERDERI, E. Programa de Educação Física Postural. São Paulo, Phorte Ltda, 2005.

METODOLOGIA DO ENSINO DOS ESPORTES I

Ementa

Conhecer, refletir e analisar o processo de escolarização do Futebol e o Futsal. Problematizar a prática corporal como manifestação da cultura de movimento considerando-o como fenômeno sócio-histórico-culturais. Conhecer e vivenciar os elementos básicos da prática corporal enquanto objetos de ensino, considerando o saber fazer e o saber sobre. Conhecer e vivenciar ouras práticas corporais de invasão regionais, nacionais ou internacionais.

Bibliografia Básica

FREIRE, João B. Pedagogia do Futebol. Campinas: Autores Associados, 2003.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal II: Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, R. L. Futsal e a iniciação, São Paulo: Sprint, 2002.

FRISELLI, A., MANTOVANI, M. Futebol Teoria e Prática. São Paulo: Phorte, 1999.

MUTTI, D. Futsal. São Paulo; Phorte, 2003.

SANTOS FILHO, J. L. A. Manual de Futebol. São Paulo: Phorte, 2001.

SEGURA RIUS, J. Futebol: exercícios e jogos. Rio de Janeiro: Artmed, 2003

Metodologia do Ensino dos Movimentos Rítmicos e Expressivos

Ementa:

Fundamentação e metodologia do trabalho com o ritmo na escola valorizando a expressão corporal como forma de contribuição no desenvolvimento integral do indivíduo, entendendo ritmo e expressão corporal como manifestações culturais. Recursos e criação de estratégias que associem os componentes básicos da rítmica ao movimento humano expressivo. Estudos e pesquisas relacionadas ao ritmo buscando atitudes reflexivas, críticas e inovadoras relacionadas à sua intervenção pedagógica na educação física escolar. Planejamento e regência de experiências de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BOURCIER, P. História da Dança no Ocidente. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NANNI, D. Ensino da Dança. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

SAMPAIO, F. Ballet Essencial. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARTAXO, I.; MONTEIRO, G.A. Ritmo e Movimento. São Paulo: Phorte, 2000.

FARO, A. J. Pequena História da Dança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FERNANDES, C. O Corpo em Movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. 2. ed., São Paulo: Annablume, 2006.

BREGOLATO, R. A. Cultura Corporal da Dança. São Paulo: Ícone, 2006.

LABAN, R. Domínio do Movimento. 3ª Ed. São Paulo: Editora Summus, 1978.

PRÁTICA PEDAGÓGICA I

Ementa

Estudo da infância e suas características. Compreensão da escolarização da criança e as características do processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos do componente curricular educação física. Estudo das orientações curriculares. Estudo da infância e suas características. Compreensão da escolarização da criança e as características do processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos do componente curricular educação física. Estudo das orientações curriculares. Vivência e exercício da docência orientada, através do planejamento e regência de aulas, em contexto simulado e em contextos reais de intervenção. Investigação e produção científica acerca do contexto da escolar, produção de artigo científico. Elaboração de seminários temáticos a partir de relatos de experiência e estudos de caso.

Bibliografia Básica

RODRIGUES, Mara. Manual teórico e prático de educação física infantil. São Paulo: Ícone, 2003.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE , João Batista; SCAGLIA, Acides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.

Bibliografia Complementar

ARRIBAS, Teresa Lleixá. A educação física de 3 a 8 anos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BLUMENTAL, Ekkehard. Brincadeiras de movimento para a pré-escola. Rio de Janeiro: Manole, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis. 12. ed. São Paulo: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (org.). A Criança e seu Desenvolvimento: Perspectivas para se Discutir a Educação Infantil. São Paulo: Cortez, s/d.

FREIRE, João B. Educação de corpo inteiro. Teoria e prática da Educação Física. São Paulo, Scipione, 1989..

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA I

Ementa

Inserção e imersão do acadêmico em contexto escolar em situação de observação supervisionada nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica. Conhecimento e diagnóstico do contexto escolar, estudo do projeto político pedagógico da escola e dos planejamentos para educação física. Reflexão teórico-prática e problematização da docência. Investigação sobre as práticas escolares no ensino da educação física na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

AYRES, A. T. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2007.

BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. São Paulo: Vozes, 2008.

PICONEZ, S. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

Bibliografia Complementar*:

ARRIBAS, T. L. A educação física de 3 a 8 anos. Porto Alegre: Artmed, 2002.
AYRES, A. T. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2007
GODALL, T; HOSPITAL, A. 150 propostas de atividades motoras para a educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004
KISHIMOTO, T.M. Jogos infantis. 12. ed. São Paulo: Vozes, 1993.
SILVA, P. A. da. 3000 exercícios e jogos para a educação física escolar. São Paulo: Sprint, 2007.
**Também poderá ser recomendada pelos professores supervisores de estágio conforme contexto escolar em que estiver atuando o acadêmico/estagiário.*

Sexto Período

METODOLOGIA DO ENSINO DOS ESPORTES II

Ementa

Conhecer, refletir e analisar o processo de escolarização do Basquetebol, do handebol e do Voleibol. Problematizar a prática corporal como manifestação da cultura de movimento considerando-o como fenômeno sócio-histórico-culturais. Conhecer e vivenciar os elementos básicos da prática corporal enquanto objetos de ensino, considerando o saber fazer e o saber sobre. Conhecer e vivenciar ouras práticas corporais de invasão regionais, nacionais ou internacionais.

Bibliografia Básica

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal I: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal II: Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

KUNZ, Elenor. Transformação Didático-Pedagógica do Esporte. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1997.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Sávio. Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

COUTINHO, Nilton Ferreira. Basquetebol na Escola. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

ALMEIDA, Marcos Bezerra. Basquetebol: iniciação. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

FERREIRA, Aluísio Elias Xavier. Basquetebol. Técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU-USP, 2003.

MELHEM, A. Brincando e Aprendendo Handebol. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TENROLER, C. Handebol – Teoria e Prática. 1ed. Rio de janeiro: Sprint, 2004.

SANTOS, A.L.P. Manual de Mini-handebol. São Paulo: Phorte, 2003.

SIMÕES, A.C. Handebol Defensivo. 1ed. São Paulo: Phorte, 2002.

Práticas Corporais de Aventura

Ementa:

O esporte de aventura em meio a natureza e suas possibilidades de desenvolvimento dentro e fora do ambiente escolar. Relação existente entre o lazer, o meio ambiente e os esportes na natureza. Adaptações de materiais, equipamentos e noções básicas de segurança na prática destas atividades. Educação Ambiental na prática esportiva em meio a Natureza. Educação ambiental, sustentabilidade e interdisciplinaridade. Imposições do desenvolvimento ecologicamente sustentado à educação ambiental. A relação com o ensino e a pesquisa

Bibliografia Básica:

PEREIRA, D. W. Pedagogia da Aventura. São Paulo: Fontoura, 2010.

UVINHA, R. R. Juventude, Lazer e Esportes Radicais. São Paulo: Manole, 2000.

BERNARDES, L. A. Atividades E Esporte De Aventura Para Profissionais De Educação Física. São Paulo: PHORTE, 2013.

Bibliografia Complementar:

CAVALLARI, G. Manual de Trekking e Aventura: Equipamentos e Técnicas. São Paulo: Kalapalo, 2008.

NÚNEZ, T. 100 Preguntas y Respuestas – Rapel. Ediciones Desnivel S.L., 2008.

MARINHO, V. M. Lazer, Esporte, Turismo e Aventura. São Paulo: Alínea, 2009.

DIAZ, Alberto Pardo. Educação Ambiental como Projeto. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2ª edição. São Paulo: Manole, 2014.

Metodologia do Ensino dos Esportes Aquáticos

Ementa:

Estudo da relação do homem com o meio aquático em suas diferentes possibilidades e práticas sistematizadas no espaço escolar enfocando o lazer e a saúde. Orientação básica nos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem dos quatro estilos de natação. Estudo e vivência dos demais esportes aquáticos. Planejamento e regência de experiências de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

LIMA, W. U. de. Ensinando Natação. São Paulo: Phorte, 2009.

MACHADO, D. C. Metodologia da Natação. São Paulo: E. P. U, 2004.

MASSAUD, M. G.; CORRÊA, C. R. F. Natação da Iniciação ao Treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPHY. Natação para deficientes. São Paulo: Manole, 2000.

CABRAL, F. Natação 1000 Exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

MASON, P. Natação: Guia Passo a Passo. São Paulo: Zastras, 2009.

SALO, D.; REIWALD, S. Condicionamento Físico para Natação. São Paulo: Manole, 2011.

SPRINT. Regras Oficiais de Natação. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

PRÁTICA PEDAGÓGICA II

Ementa

Estudo dos sujeitos de 11 a 14 anos e suas características. Compreensão da escolarização de sujeitos de 11 a 14 anos e as características do processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos do componente curricular educação física. Estudo das orientações curriculares para o Ensino Fundamental II. Vivência e exercício da docência orientada, através do planejamento e regência de aulas, em contexto simulado e em contextos reais de intervenção. Investigação e produção científica acerca do contexto escolar, produção de artigo científico. Elaboração de seminários temáticos a partir de relatos de experiência e estudos de caso.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Jader D do. Jogos Cooperativos. São Paulo: Phorte, 2007.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE , João Batista; SCAGLIA, Acides José. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.

Bibliografia Complementar:

BATISTA, Luiz Carlos da cruz. Educação física no ensino fundamental. São Paulo: Sprint, 2003.

GRESPAN, Márcia Regina. Educação física no ensino fundamental: primeiro ciclo. São Paulo: Papirus, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lúdico, educação e educação física. Ijuí: Unijuí, 2003.

SILVA, Pedro Antônio da. 3000 exercícios e jogos para a educação física escolar. São Paulo: Sprint, 2007.

MINAS GERAIS. Currículo Referência – Educação Física, Ensino Fundamental. 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2019.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR II

Ementa
Inserção do acadêmico em contexto escolar em situação de intervenção supervisionada na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Conhecimento e diagnóstico do contexto escolar, estudo do projeto político pedagógico da escola e dos planejamentos para educação física. Reflexão teórico-prática e problematização da docência. Investigação sobre as práticas escolares no ensino da educação física para Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Bibliografia Básica:
BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem.* São Paulo: Vozes, 2008.
MOREIRA, E. C. *Educação física escolar*: desafios e propostas. São Paulo: Fontoura, 2004.
MOREIRA, E. C. *Educação física escolar*: desafios e propostas II. São Paulo: Fontoura, 2006.

Bibliografia Complementar*:
AMARAL, J. D.l do. *Jogos cooperativos*. São Paulo: Phorte, 2007
ASSIS, S. *Reinventando o esporte*. São Paulo: Autores Associados, 2005.
BATISTA, L. C. da C.. *Educação física no ensino fundamental*. São Paulo: Sprint, 2003.

Sétimo Período

LIBRAS

Ementa

Constituição do sujeito surdo. A relação da história da surdez com a língua de sinais. Noções básicas da língua de sinais brasileira: o espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura da língua, a língua em uso em contextos triviais de comunicação, adaptações de forma de ensino, atividades rítmicas (a importância).

Bibliografia Básica:

CASTRO, A.R.de; CARVALHO, I.S.de. Comunicação por língua brasileira de sinais. 3º eded. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.

DIEHL, Rosilene Moraes. Jogando com as Diferenças: Jogos para crianças e jovens com deficiência: Em situações de inclusão e em grupos específicos. 2 ed. São Paulo: Phork, 2008.

TILSTONE, Christina; FLORIAN, Lani; ROSE, Richard. Promover a Educação Inclusiva. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, V. Educação física: interdisciplinaridade, aprendizagem e inclusão. São Paulo: Sprint. 2006.

FERNANDES, Eulália. Surdez e Bilingüismo. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GÓES, Maria C. R. D; LAPLANE, Adriana L. F. de. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 2007

KIRK, Samuel A. Educação da Criança Excepcional. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SACKS, O. W. Vendo Vozes: Uma viagem no mundo dos surdos. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

SAWAIA, Bader. As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Educação Física, Diversidade e Inclusão

Ementa

Considerações sobre a pessoa com deficiência e o panorama de sua realidade atual. Debate os processos de diversidade na perspectiva de superação do princípio de normalidade/normalização. Estratégia de inclusão no processo de ensino e aprendizagem de Educação Física escolar. Histórico do esporte adaptado e sua situação no âmbito mundial, estadual e municipal. Características físicas, fisiológicas, psicológicas e sociais das deficiências. Adaptação do material didático e instalações.

Bibliografia básica

CASTRO, E. Atividade Física Adaptada. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade física para pessoas com necessidades especiais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MITTLER, P. Educação Inclusiva. 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Bibliografia complementar

AGUIAR, J.S. Educação Inclusiva. São Paulo: Papirus, 2004.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. São Paulo: Mediação Editora, 2004.

MOSQUEIRA, J.J.M., STOBAUS, C.D. Educação especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

TILSTONE, C., FLORIAN, L. ROSE, R. Promover a Educação Inclusiva. São Paulo: Instituto Piaget, 2004.

REILY, L.H. Escola inclusiva. São Paulo: Papirus, 2004.

Metodologia do Ensino das Lutas

Ementa:

Aplicação dos elementos das lutas na Escola. As artes marciais como elementos da cultura esportiva buscando o direcionamento da sua prática e teoria, na construção e no aperfeiçoamento das qualidades físicas, intelectuais, afetivas e sociais. Planejamento e regência de experiências de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

SCAGLIA, A. J.; BREDA, M.; GALATTI, L. Pedagogia do Esporte Aplicada às Lutas. PHORTE EDITORA, 2010.

FUNAKOSHI, Gichin. Os Vinte Princípios Fundamentais do Karatê: O Legado Espiritual do Mestre. São Paulo: Cultrix, 2006.

TEGNER, Brunce. Guia Completo de Judô. São Paulo: Record, 1999.

Bibliografia Complementar:

CLARK, Rick. Luta por Pontos de Pressão: Instruções Simples de Como e Quando Usar a Força. São Paulo: Record, 2004.

SILVA, Jose Milton Ferreira. A Linguagem do Corpo na Capoeira. Rio de Janeiro: Sprint. 2004.
The Diagram Group. Esporte de Luta e Combate. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.
TOKITSU, Kenji. Ki e o Caminho das Artes Marciais. Cultrix, 2012
CAPOEIRA, N. Capoeira: pequeno manual do jogador. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Política e Organização da Educação Brasileira

Ementa:

Políticas educacionais no Brasil. A política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino básico considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais. Políticas educacionais e legislação de ensino. Estrutura e funcionamento da Educação Básica. Impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.
CURY, C. R. Legislação Educacional Brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da Escola. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO, M. A. LDB Fácil: Leitura Crítico-compreensiva: Artigo a Artigo. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
CRUZ, C. R. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
CURY, C. R. Legislação Educacional Brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
BRASIL. Lei 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Trabalho de Conclusão de Curso I – Projeto e qualificação

Ementa

Projeto e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso sobre questões ligadas à Educação Física Escolar; Defesa/qualificação do projeto.

Bibliografia Básica:

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.. Metodologia cientifica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CARVALHO, M.C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. Porto Alegre; Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

De acordo com tema escolhido pelo acadêmico seguindo aliteratura recomendada pelo professor orientador.

PRÁTICA PEDAGÓGICA III

Ementa

Estudo do sujeito de 15 a 17 anos e suas características. Compreensão da escolarização do adolescente de 15 a 17 anos e as características do processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos do componente curricular educação física. Estudo das orientações curriculares para o Ensino Médio. Vivência e exercício da docência orientada, através do planejamento e regência de aulas, em contexto simulado e em contextos reais de intervenção. Investigação e produção científica acerca do contexto escolar, produção de artigo científico. Elaboração de seminários temáticos a partir de relatos de experiência e estudos de caso.

Bibliografia Básica:

BREGOLATO, R.A. Cultura Corporal da Dança - Vol.1. São Paulo: Ícone, 2007.

MACHADO, A.A. Voleibol: do aprender ao especializar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MOREIRA, E. C. Educação física escolar: desafios e propostas II. São Paulo: Fontoura, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, C. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências. 11. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2002.

GRAÇA, M. Metodologia & Ensino. São Paulo: Madras, 2002.

SANTOS FILHO, J. L. A. Manual de Futebol. São Paulo: Phorte, 2001.

TENROLER, C. Handebol – Teoria e Prática. 1ed. Rio de janeiro: Sprint, 2004.

MASSAUD, M. G.; CORRÊA, C. R. F. Natação na Idade Escolar. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR III

Ementa

Inserção do acadêmico em contexto escolar em situação de intervenção supervisionada no Ensino Fundamental II. Conhecimento e diagnóstico do contexto escolar, estudo do projeto político pedagógico da escola e dos planejamentos para educação física. Reflexão teórico-prática e problematização da docência. Investigação sobre as práticas escolares no ensino da educação física para o Ensino Fundamental II.

Bibliografia Básica:

BORDENAVE, Juan E. Diaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. São Paulo: Vozes, 2008.

MOREIRA, E. C. Educação Física escolar: desafios e propostas. São Paulo: Fontoura, 2004.

PICONEZ*, S.* A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

Bibliografia Complementar*:

FERREIRA, A. E. X.; DE ROSE JUNIOR, D. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003.

MARCELLINO, N. C. Lúdico, educação e educação física. Ijuí: Unijuí, 2003.

MELHEM, A. Brincando e Aprendendo Handebol. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

MORAVIA, O. Voleibol. 1000 Exercícios. 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
TAKAHASHI, K.; FROMETA, E.R. Guia Metodológico de Exercícios em Atletismo. Porto Alegre: Artmed, 2003.
** Também poderá ser recomendada pelos professores supervisores de estágio conforme contexto escolar em que estiver atuando o acadêmico/estagiário.*

Oitavo período

Componente Curricular Eletivo

Ementa

Disciplina escolhida pelo aluno entre aquelas constantes da lista previamente estipulada pela Instituição, conforme apresentado no Projeto Pedagógico do Curso.

Bibliografia Básica

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

Bibliografia Complementar

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

Estágio supervisionado em educação física escolar IV

Ementa

Inserção do acadêmico em contexto escolar em situação de intervenção supervisionada no Ensino Médio e EJA. Conhecimento e diagnóstico do contexto escolar, estudo do projeto político pedagógico da escola e dos planejamentos para educação física. Reflexão teórico-prática e problematização da docência. Investigação sobre as práticas escolares no ensino da educação física para o Ensino Médio e EJA.

Bibliografia Básica:

GHIRALDELLI Jr, P. **Didática e Teorias Educacionais.** Rio de Janeiro: DPA, 2000.
PICONEZ, S. *A* **prática de ensino e o estágio supervisionado.** 14. ed. São Paulo: Papirus, 2007.
SILVA, P. A. da. ***3000 exercícios e jogos para a educação física escolar***. São Paulo: Sprint, 2007.

Bibliografia Complementar*:

FERREIRA, A. E. X.; DE ROSE JUNIOR, D. ***Basquetebol****:* técnicas e táticas: uma abordagem didatico-pedagogica. São Paulo: EPU, 2003.
MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lúdico, educação e educação física.** Ijuí: Unijuí, 2003.
MELHEM, A. **Brincando e Aprendendo Handebol.** Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TAKAHASHI, K.; FROMETA, E.R. **Guia Metodológico de Exercícios em Atletismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
MORAVIA, Otto. **Voleibol. 1000 Exercícios**. 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
**Também poderá ser recomendada pelos professores supervisores de estágio conforme contexto escolar em que estiver atuando o acadêmico/estagiário.*

PRÁTICA PEDAGÓGICA IV

Estudo e compreensão da Educação nas diferentes modalidades de ensino (EJA, Educação Especial, Projetos Sociais, Educação Profissional, etc.). Vivência e exercício da docência orientada, através do planejamento e regência de aulas, em contexto simulado e em contextos reais de intervenção. Investigação e produção científica acerca do contexto escolar, produção de artigo científico. Elaboração de seminários temáticos a partir de relatos de experiência e estudos de caso.

Bibliografia Básica:

MITTLER, P. Educação Inclusiva. 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, N.T.; COSTA, V.L. Esporte, Jogo e Imaginário Social. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

SOARES, Carmem Lúcia. Imagens da educação do corpo

Bibliografia Complementar

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lúdico, educação e educação física. Ijuí: Unijuí, 2003.

AYRES, A. T. Prática pedagógica competente: ampliando os saberes do professor. 3.ed. São Paulo: Vozes, 2007.

MOREIRA, E. C. Educação física escolar: desafios e propostas. São Paulo: Fontoura, 2004

MINAS GERAIS. Currículo Referência – Educação Física, Ensino Fundamental. 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2019

ETAPA ESPECÍFICO - BACHARELADO

Quinto período

Fundamentos do Treinamento de Força

Ementa

Princípios básicos anatômicos e fisiológicos do treinamento neuromuscular. Equipamentos, instalações, métodos e tipos de treinamento neuromuscular. Adaptação e controle de carga no treinamento neuromuscular. Planejamento, gerenciamento e avaliação de programas de musculação em atletas, pessoas não atletas e populações especiais.

Bibliografia Básica

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação para Mulheres. São Paulo: Manole, 2003.

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: Uma Abordagem Anatômica. São Paulo: Manole, 2000.

UCHIDA, M. C.; CHARRO. M.; BACURAU, R. F. Manual de Musculação. São Paulo: Phorte, 2005.

Bibliografia Complementar

BATISTA, J. C. F; GAIO, R. A Ginástica em Questão: Corpo e Movimento. São Paulo: Tecmedd, 2006.

CAMPOS, M. A. Musculação: Diabéticos, Osteoporóticos, Idosos, Crianças, Obesos. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

NETO, W. M. G. Musculação Total: Montagem de Programas de Treinamento. São Paulo: Phorte, s/d.

SCHWARZENEGGER, A. Enciclopédia de Fisioculturismo e Musculação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TESCH, P. A Musculação: Estética, Preventiva, Corretiva e Terapêutica. São Paulo: Revinter, 2000.

Biomecânica

Ementa

Análise das seqüências motoras simples e complexas do corpo humano. Biomecânica dos esportes. Mecânica da marcha, da corrida, do salto e dos

arremessos. Princípios fundamentais da biomecânica: inércia, aceleração, ação e reação. Equilíbrio. Movimento. Força. Resistência.

Bibliografia Básica

DOBLER, G. Cinesiologia: o Estudo da Atividade Física. São Paulo: Manole, 2003.

FLOYD, R. T.; THOMPSON, C. W. Manual de Cinesiologia Estrutural. São Paulo: Manole, 2003.

OKUNO, E.; FRATIN, L. Desvendando a Física do Corpo Humano – Biomecânica. São Paulo: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar

BEHNKE, R. S. Anatomia do Movimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOFFMAN, S. J.; HARRIS, J. C. Cinesiologia: o Estudo da Atividade Física. Porto Alegre: Artmed, 2002

KENDALL. F. P.; Mc CREARY, F. K.; PROVANCE, P. G. Músculos, Provas e Funções. 5. ed. São Paulo: Manole, 2007.

MCGINNIS, P. M. Biomecânica do Esporte e Exercício. Artmed, 2002.

SHEPHARD, R.J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte, 2003.

Ginástica em Academia

Ementa

Princípios dos exercícios ginásticos. Estruturas técnicas e metodológicas das aulas de ginásticas para academia. Conceitos, fundamentos e técnica da ginástica aeróbica, ginástica localizada, step, jump, hidroginástica e alongamento. Novas modalidades de ginásticas de academia: atualização e discussões. Elaboração, gerenciamento e avaliação de aulas de ginástica de academia.

Bibliografia Básica

DANTAS, E. H. M. Alongamento e Flexionamento. Rio de Janeiro: Shape. 2005.

FERNANDES, A. A Prática da Ginástica Localizada. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

NOGUEIRA, É. Ginásticas de Academia – métodos e sistemas. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

Bibliografia Complementar

BATISTA, J. C. F; GAIO, R. A Ginástica em Questão: Corpo e Movimento. São Paulo: Tecmedd, 2006.

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação para Mulheres. São Paulo: Manole, 2003.

SANTOS, M. Manual de Ginástica de Academia. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

SILVEIRA NETO, E. Ginásticas de Academia – teoria e prática. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

VOIGT, L. Ginástica Localizada – Métodos e Sistemas. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Esportes Adaptados

Ementa

Estudo das modalidades esportivas adaptadas e paralímpicas (histórico e evolução). Avaliação funcional do esporte adaptado. Regulamento e pontuação nas várias modalidades. A organização do Esporte Paraolímpico. Modalidade de esporte adaptado e paraolímpico. Movimento Paralímpico Brasileiro.

Bibliografia Básica

GORGATTI, M.G. & DA COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada, qualidade de vida para pessoas com necessidade especiais.2.ed.rev.- Barueri, SP Manole, 2008

CASTRO, E. M. Atividade Física adaptada. São Paulo. TECMED, 2006.

WINNICK, J. P. Educação Física e esportes adaptados. São Paulo, Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

MARQUES, R. & GUTIERREZ, G. O Esporte Paralímpico no Brasil: Profissionalismo, Administração e Classificação de Atletas. São Paulo, Phorte, 2014.

ADA – Américas with disabilities act of 1990. Disponível em: http://www.ada.gov/pubs/ada.htm Acesso: 10/01/2011

CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro, Modalidades – 2010 Disponível em: http://www.cpb.org.br/esportes/modalidades Acesso: 10/10/2010

FARIAS, N. & BUCHALLA, C. M. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da OMS: Conceitos, Usos e Perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia 2005

SPECIAL OLYMPICS BRASIL, 2011. Disponível em: http://www.specialolympics.org.br/special-olympics/o-que-e.php Acesso: 10/01/2011

Prática Curricular I

Ementa

Emprego do conhecimento técnico-tático nas modalidades esportivas voleibol e handebol em atividades de prática docente. Organização de atividades de ensino e preparação esportiva no campo do voleibol e handebol. Utilização do esporte como meio de integração, educação ambiental e formação social.

Bibliografia Básica

EHRET, A.; SPATE, D.; SCHUBERT, R. Manual de Handebol: Treinamento de Base para Crianças e Adolescentes. São Paulo: Phorte, 2002.

MACHADO, Afonso Antônio. Voleibol: do Aprender ao Especializar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

TEIXEIRA, H. V. Educação Física e Desportos: Técnicas, Táticas, Regras e Penalidades. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar

ASSIS, S. Reinventando o Esporte: Possibilidades da Prática Pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

MANHAES, E. A Política de Esportes no Brasil. São Paulo: Gaal, 2002.

SANTINI, J.; VOSER, R. Ensino dos Esportes Coletivos. Porto Alegre ULBRA, 2008.

TEIXEIRA, H. V. Educação Física e Desportos: Técnicas, Táticas, Regras e Penalidades. São Paulo: Saraiva, 2000.

ASSIS, S. Reinventando o Esporte: Possibilidades da Prática Pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

Estágio Curricular Obrigatório I

Ementa

Desenvolvimento das práticas específicas de Educação Física em Clubes Esportivos e Recreativos. Realização de planejamentos, organização e execução de atividades esportivas e recreativas em clubes. Produção de relatórios avaliativos.

Bibliografia Básica

COSTA, A. D. da. *Voleibol:* fundamentos e aprimoramento técnico. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

EHRET, A.; SPATE, D.; SCHUBERT, R. *Manual de Handebol: Treinamento de Base para Crianças e Adolescentes.* São Paulo: Phorte, 2002.

FERREIRA, A. E. X. *Basquetebol. Técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica.* São Paulo: EPU-USP, 2003.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. B. *Basquetebol: iniciação.* 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

ANTUNES, C. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências. 11. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2002.

MACHADO, A. A. *Voleibo*l: do aprender ao especializar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MARCELINO, N. C. (org.) *Repertório de Atividade para Recreação e Lazer*. Campinas: Papirus, 2002.

TENROLER, C. *Handebol – Teoria e Prática*. 1ed. Rio de janeiro: Sprint, 2004.

Sexto período

Fundamentos da Recreação, Cultura e Lazer

Conceitos e interpretações acerca do jogo e recreação; aspectos histórico-culturais; o jogo e recreação no contexto do desenvolvimento humano, as práticas lúdicas no contexto do Turismo e em espaços diversificados.

Bibliografia Básica

BRUNHS, Heloisa T. O Corpo parceiro e o Corpo Adversário. Campinas: Papirus, 1989. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. - 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Tradicionais infantis. Petrópolis: Vozes, 1993.

Bibliografia Complementar

CAILLOIS, Roger. O Jogo e os Homens. Lisboa: Cotovia, 1990.

VIOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FREIRE, João Batista. Educação de Corpo Inteiro. São Paulo: Scipione, 1993.

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos. Santos: Re-novada, 1997.

BRUHNS, Heloisa Turini (org.) Introdução aos estudos do lazer. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1997.

Fundamentos do Treinamento Aeróbio

Teoria geral da preparação de esportistas. A carga de treinamento e seus componentes. Micro e mesoestrutura do processo de treinamento. Treinamento das capacidades físicas. Treinamento das habilidades perceptivomotoras. Adaptação estrutural e molecular do treinamento. Condições extremas no sistema de preparação de esportistas.

Bibliografia Básica

WEINECK, J. Treinamento Ideal. SP: Manole, 9ª Ed., 1999.
BOMPA, Tudor O. Periodização: teoria e metodologia do treinamento.SP: Phorte, 5ª Ed., 2012. PLATONOV, Vladimir N. J. Tratado geral do treinamento desportivo. SP: Phorte, 1ª Ed., 2007.

Bibliografia Complementar

GOMES Antônio Carlos. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. SP: Artmed, 2ª Ed., 2009.
SAMULSKI D.M., MENZEL H., PRADO LS. Treinamento Esportivo. Manole, 1ª Ed., 2013.
CHANDLER T. J.; Lee E Brown. Treinamento de força para o desempenho humano. SP: Artmed, 1ª Ed., 2009.
FARTO Emerson Ramirez; Armando Forteza De La Rosa. Treinamento desportivo: do ortodoxo ao contemporâneo. SP: Phorte, 1ª Ed., 2007.
OLIVEIRA, Paulo Roberto. Periodização contemporânea do treinamento desportivo. SP: Phorte, 1ª Ed., 2007.
HECKSTEDEN A, KRAUSHAAR J, SCHARHAG-ROSENBERGER F, THEISEN D, SENN S, MEYER T. Individual response to exercise training - a statistical perspective. J Appl Physiol, 118: 1450 –1459, 2015

Saúde Coletiva

Ementa

Saúde coletiva, o movimento sanitário brasileiro e o Sistema Único de Saúde. A atuação do profissional de Educação Física enquanto membro da equipe de saúde. A interação entre a educação para a saúde e para o meio ambiente. Aspectos epidemiológicos das principais valências físicas. A atividade física e a qualidade de vida: perspectivas e realizações de trabalho.

Bibliografia Básica

BEAGLEHOLE, R.; *et al.* Epidemiologia Básica. São Paulo: Santos, 2001.

GONÇALVES, A.; *et al.* Saúde Coletiva e Urgência em Educação Física. Campinas: Papirus, 1997.

NIEMAN, D. C. Exercício e Saúde. São Paulo: Manole, 1999.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, N. Ciência da Saúde. São Paulo: Hucitec, 2000.

LESER, W.; BARUZZI R. G.; BARBOSA, V.; RIBEIRO, M. B. D.; FRANCO, L. J. Elementos de Epidemiologia Geral. São Paulo: Atheneu, 2002.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho. São Paulo: Manole, 2000.

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do Exercício e no Esporte. São Paulo: Manole, 2001.

Periodização do Treinamento

Ementa

Análise dos parâmetros fisiológicos que determinam a performance humana e a sua utilização para o treinamento desportivo. Análise da relação físico e desportivo e outras ciências, seus componentes, classificação dos esportes, determinação de resultado, princípios e métodos de treinamento para estabelecimento de uma periodização básica; diferenciação de ciclos em esportes coletivos e individuais, fatores influenciadores e efeitos do rendimento, determinação e desenvolvimento das capacidades físicas. Aplicação das teorias do treino desportivo. Verificar as relações entre o crescimento físico, desenvolvimento fisiológico, composição corporal, maturação, somatotipo e performance física com o treinamento e o desempenho esportivo em crianças, jovens e adultos. Estudo da teoria e da metodologia do treinamento esportivo, as modernas tendências do sistema de preparação nas diferentes etapas do processo de desenvolvimento do desportista. Controle e adequação das cargas à natureza do desportista.

Bibliografia Básica

TUBINO, M J G , Metodologia científica do treinamento desportivo. 3 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

ZAKHAROV, A.; GOMES, A. C. Ciência do treinamento desportivo. Rio de Janeiro: Palestra Sport, 1992.

DANTAS, E. H. M. A prática da preparação física. 5. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003

Bibliografia Complementar

BOMPA, Tudor O. Periodização: teoria e metodologia do treinamento. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2002.

FLECK, Steven J; KRAEMER, W illiam J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FORTEZA DE LA ROSA, C.A. Treinamento desportivo: carga, estrutura e planejamento. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

GOMES, Antonio Carlos. Treinamento Desportivo: Estrututuração e Periodização. Artmed Editora, 2009.

PLATONOV, V. N. Tratado geral de treinamento desportivo. São Paulo: Phorte, 2008.

Prática Curricular II

Ementa

Planejamento, organização, orientação e aplicação de atividades esportivas em locais como hospitais, colônias de férias, clubes, navios de cruzeiro, hotéis e outros. Recreação e lazer para as diferentes faixas etárias e necessidades. Métodos e técnicas para a organização e aplicação de exercícios adaptados para pessoas com necessidades especiais, em situação de treinamento físico, reabilitação e práticas de lazer.

Bibliografia Básica

CIDADE, R. E. A. Introdução à Educação Física e ao Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiências. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

FRITZEN, S. J. Dinâmicas de Recreação e Jogos. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCELINO, N. C. (org.) *Repertório de Atividade para Recreação e Lazer*. Campinas: Papirus, 2002.

Bibliografia Complementar

BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. (org.). Enfoques Contemporâneos do Lúdico. Campinas: Autores Associados, 2002.

CASTRO, E. *Atividade Física Adaptada*. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

DA COSTA, L. (org.). Lazer e Trabalho: um Único ou múltiplos Olhares. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

WRLA (org.). Lazer numa Sociedade Globalizada. São Paulo: SESC, 2000.

Estágio Curricular Obrigatório II

Ementa

Atuação em asilos e Núcleos de Saúde da Família. Realização de observação e participação ativa, supervisionada, em atividades físicas para populações especiais. Educação Física em asilos e programas de saúde da família visando à diminuição nos fatores de riscos para doença arterial coronariana, diabetes e hipertensão; menor incidência de osteoporose e alguns tipos de câncer; gordura corporal total reduzida; pressão arterial reduzida em repouso; mortalidade e morbidez reduzidas; menor ansiedade e depressão; sensações de bem–estar aprimoradas; e melhor desempenho nas atividades laborativas, recreativas e desportivas.

Bibliografia Básica

DATASUS. Caderno de Informações de Saúde: Informações Gerais. Ministério da Saúde: Secretaria Executiva, 2003. Disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cadernosmap.htm Acesso em: 20 abr. 2005.

FARINATTI, P. de T. V. *et al*. Programa Domiciliar de Exercícios: Efeitos de Curto Prazo Sobre a Aptidão Física e Pressão Arterial de Indivíduos Hipertensos. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 84, n. 6, p. 473–479, jun. 2005.

FRANCO, T.; MERHY, E. PSF: Contradições e Novos Desafios. São Paulo: Conferencia Nacional de Saúde On–Line, 2000. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/PsfTito.htm. Acesso em: 23 dez. 2000.

Bibliografia Complementar

NIEMAN, D. Exercício e Saúde: Teste e Prescrição de Exercícios. São Paulo: Manole, 2010.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, Atividade Física e Saúde. Revista Brasileira Ciência e Movimento, Brasília, v. 10, n. 3, p. 49–54, jul. 2002.

PORTO, M. C. Vaz et al. Perfil do Obeso Classe III do Ambulatório de Obesidade de um Hospital Universitário de Salvador, Bahia. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo, v. 46, n. 6, p. 668–673, dez. 2002.

KNOPF, K. Alongamento Para 50+ . São Paulo: Nova Era, 2010.

MATSUDO, S. M. M. Avaliação do Idoso: Física e Funcional. São Caetano do Sul: CELAFISCS, 2010.

Sétimo período

Nutrição Aplicada à Educação Física

Ementa

Estudo dos componentes alimentares e suas relações com o desempenho da atividade física em crianças, jovens, adultos, idosos e atletas profissionais.

Bibliografia Básica

CORREIA, M. I. T. D. Nutrição, Esporte e Saúde. Belo Horizonte: Health, 1996.

McARDLE, W. D., KATCH, F. I. & KATCH, V. L. Nutrição para o Desporto e o Exercício. Rio de Janeiro: Guanabara–Koogan, 2001.

WILLIAMS, M. H. Nutrição para Saúde, Condicionamento Físico e Desempenho Esportivo. 5. ed. São Paulo: Guanabara–Koogan, Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

DUTRA–DE–OLIVEIRA, J. E. & MARCHINI, J. S. Ciências Nutricionais. 1. ed. São Paulo: Sarvier, 2001.

McARDLE, W. D., KATCH, F. I. & KATCH, V. L. Fundamentos de Fisiologia do exercício. Rio de Janeiro: Guanabara–Koogan, 2002.

WEINECK, J. Anatomia Esporte. São Paulo: Manole, 2013.

WEINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo: Manole, 2005.

McARDLE, W.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício – Energia, Nutrição e Desempenho Humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Prescrição do Exercício para Grupos Especiais I

Ementa

Estuda as características dos Grupos Especiais e as metodologias utilizadas na

prescrição de exercícios para públicos especais. Analisa as características específicas das fases de crescimento de crianças e adolescentes, assim como, do período de gestação e do processo de envelhecimento e orienta a seleção e aplicação de programas de exercícios específicos de acordo com as necessidades dos alunos destes grupos.

Bibliografia Básica

WEINECK, Jürgen. Biologia do Esporte. Tradução de Luciano Prado. rev. e amp. 2005.

SHEPHARD, R.J. Envelhecimento, Atividade Física e Saúde. São Paulo: Phorte, 2003.

Ramos AT. Atividade física: diabéticos, gestantes, terceira idade, crianças e obesos. Rio de Janeiro: Sprint; 1999.

Bibliografia Complementar

ARTAL, R. e WISWELL, R.A.. Exercícios na gravidez. Manole, São Paulo, 2009.

MATSUDO, S. M. M. Avaliação do Idoso: Física e Funcional. São Caetano do Sul: CELAFISCS, 2010.

MALINA, Robert M.; BOUCHARD, Claude; BAR-OR, Oded. Crescimento, maturação e atividade física. São Paulo: Phorte, 2009.

NIEMAN, D. C. Exercício e Saúde. São Paulo: Manole, 1999.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. Envelhecimento: promoção da saúde e exercício. Bases teóricas e metodológicas. v. 1. Manole, 2008.

Métodos do Treinamento de Força

Ementa

Princípios básicos anatômicos e fisiológicos do treinamento neuromuscular. Equipamentos, instalações, métodos e tipos de treinamento neuromuscular. Adaptação e controle de carga no treinamento neuromuscular. Planejamento, gerenciamento e avaliação de programas de musculação em atletas, pessoas não atletas e populações especiais.

Bibliografia Básica

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação para Mulheres. São Paulo: Manole, 2003.

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: Uma Abordagem Anatômica. São Paulo: Manole, 2000.
UCHIDA, M. C.; CHARRO. M.; BACURAU, R. F. Manual de Musculação. São Paulo: Phorte, 2005.

Bibliografia Complementar

BATISTA, J. C. F; GAIO, R. A Ginástica em Questão: Corpo e Movimento. São Paulo: Tecmedd, 2006.
CAMPOS, M. A. Musculação: Diabéticos, Osteoporóticos, Idosos, Crianças, Obesos. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
NETO, W. M. G. Musculação Total: Montagem de Programas de Treinamento. São Paulo: Phorte, s/d.
SCHWARZENEGGER, A. Enciclopédia de Fisioculturismo e Musculação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
TESCH, P. A Musculação: Estética, Preventiva, Corretiva e Terapêutica. São Paulo: Revinter, 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa

Projeto e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso sobre questões ligadas ao bacharelado em Educação Física; Defesa/qualificação do projeto.

Bibliografia Básica:

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.. Metodologia cientifica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
CARVALHO, M.C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
THOMAS, J.R.; NELSON, J.K. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. Porto Alegre; Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

De acordo com tema escolhido pelo acadêmico seguindo aliteratura recomendada pelo professor orientador.

Prática Curricular III

Ementa

Recreação e lazer para as diferentes públicos. Métodos e técnicas para a organização e aplicação de exercícios e práticas de lazer.

Bibliografia Básica

CIDADE, R. E. A. Introdução à Educação Física e ao Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiências. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

FRITZEN, S. J. Dinâmicas de Recreação e Jogos. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCELINO, N. C. (org.) *Repertório de Atividade para Recreação e Lazer*. Campinas: Papirus, 2002.

Bibliografia Complementar

BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. (org.). Enfoques Contemporâneos do Lúdico. Campinas: Autores Associados, 2002.

CASTRO, E. *Atividade Física Adaptada*. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

DA COSTA, L. (org.). Lazer e Trabalho: um Único ou múltiplos Olhares. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

WRLA (org.). Lazer numa Sociedade Globalizada. São Paulo: SESC, 2000.

Estágio Curricular Obrigatório III

Ementa

Práticas em atividades de treinamento físico para o público feminino. Emprego dos métodos de treinamento das diferentes modalidades de ginásticas de academia (ginástica aeróbica e suas variações, step, jump, hidroginástica, ginástica localizada e suas variações). Realização de avaliação física completa, experimentação dos diferentes protocolos de avaliação física. Análise cinesiológica funcional para planejamento, realização e avaliação de programas de ginástica laboral. Efeitos fisiológicos da ginástica laboral. Produção de relatório de estágio.

Bibliografia Básica

BOMPA, T. O. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento. 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

FIGUEIREDO, F. Ginástica Laboral e Ergonomia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

NOGUEIRA, É. Ginásticas de Academia – métodos e sistemas. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

Bibliografia Complementar

FERNANDES FILHO, J. A. Prática da Avaliação Física: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

FERNANDES, A. A Prática da Ginástica Localizada. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

GENTIL, P. Bases Científicas do Treinamento de Hipertrofia. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem. São Paulo Bookman, 2005.

SILVEIRA NETO, E. Ginásticas de Academia – teoria e prática. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

Oitavo período

Prescrição do Exercício para Grupos Especiais II

Ementa

Adaptações crônicas e agudas ao exercício em grupos especiais. Parâmetros para prescrição de exercícios em grupos especiais. Elaboração, planejamento e acompanhamento de exercícios para grupos especiais. Patologias Cardiometabólicas: Patologias cardíacas, diabetes e dislipidemias, respiratórias, ortopédicas e reumatológicas.

Bibliografia Básica

MCARDLE, William D. *Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano*, trad. Giuseppe Tarando. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do esporte e do exercício. 2.ed. São Paulo: Editora Manole, 2001.

SIMÃO, Roberto. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais**. Phorte Editora LTDA, 2010.

Bibliografia Complementar

DEL DUCA, G. F.; NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física e doenças crônicas: evidências e recomendações para um estilo de vida ativo. **Londrina: Midiograf**, 2011.

FLORINDO, Alex Antonio; HALLAL, Pedro Curi. Epidemiologia da atividade física. In: **Epidemiologia da atividade física**. Atheneu, 2011.

GUYTON, Arthur C.; HALL, J. E. Fisiologia Humana e Mecanismos das doenças. 6ª edição. 1998.

Nieman, D.C. (1999). Exercício e saúde. São Paulo, SP: Ed. Manole Ltda.

POLLOCK, Michael L.; WILMORE, Jack H. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação**. Guanabara Koogan, 2009.

Componente Curricular Eletivo

Ementa

Disciplina escolhida pelo aluno entre aquelas constantes da lista previamente estipulada pela Instituição, conforme apresentado no Projeto Pedagógico do Curso.

Bibliografia Básica

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

Bibliografia Complementar

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

Prática Curricular IV

Ementa

Atividades esportivas de aventura. Esportes de aventura, Esportes radicais. Turismo de aventura, turismo rural, eco turismo e suas relações com a Educação Física. Modalidades de Atividades Físicas e Esportes na Natureza.

Bibliografia Básica

BECK, S. A aventura de caminhar: um guia p/ caminhadas e excursionismo. São Paulo: Agora,1989.

BECK, S. Com unhas e dentes. 2ed. São Paulo: Summus, 2002.

DIAS, C.A.G. Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre o esporte, lazer e natureza. Niterói: UFF. 2009.

Bibliografia Complementar

PEREIRA,E. A. Memórias , olhares e aventuras: a experiência do excursionismo na formação profissional em Educação Física. Pelotas: Editora da UFPEL 2011.

KLINK A. Paratii: Entre dois polos. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

STEINMANN J. Surf e saúde. Florianópolis: Steinmann. 2003

SPINK et al. Da Exacerbação dos Sentidos no Encontro com a Natureza: Contrastando Esportes Radicais e Turismo de Aventura. Psicologia: Reflexão e crítica. 2005, 18(1); 26-38

DA COSTA, L. (org.). Lazer e Trabalho: um Único ou múltiplos Olhares. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

Estágio Curricular Obrigatório IV

Ementa

Práticas em atividades de treinamento físico em academias de exercício físico. Planejamento, emprego e avaliação de diferentes métodos de treinamento físico para diferentes objetivos de treino. Realização de avaliação física completa, experimentação dos diferentes protocolos de avaliação física. Produção de relatório de estágio.

Bibliografia Básica

BOMPA, T. O. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento. 4ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

DANTAS, E. H. M. Alongamento e Flexionamento. Rio de Janeiro: Shape. 2005.

DELAVIER, F. Guia dos Movimentos de Musculação: Uma Abordagem Anatômica. São Paulo: Manole, 2000.

Bibliografia Complementar

FERNANDES FILHO, J. A. Prática da Avaliação Física: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

GENTIL, P. Bases Científicas do Treinamento de Hipertrofia. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

IBANEZ RIESTRA, A.; TORREBADELLA FLIX, J. 1004 Exercícios de Flexibilidade. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PITANGA, F. Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física e Esportes. São Paulo: Phorte, 2007.

7.5. Estágio Supervisionado

A FACULDADE DO FUTURO considera que o estágio, diante da diversidade de componentes de um currículo de curso de graduação, é elemento cada vez mais significativo e, como tal, vem sendo objeto de estudos no âmbito acadêmico, que resultam em novas formas de concepção, organização, acompanhamento e avaliação. O estágio precisa ser pensado ao longo do processo de formação e não só ao seu final, oportunizando a integração de conteúdos e experiências de etapas anteriores do curso, com a criação de mecanismos que proporcionem a articulação teoria e prática, o que resulta em complementação do processo de formação profissional. A possibilidade de interação entre a academia e a comunidade, nos campos de estágio, favorece o desenvolvimento de habilidades em situação real, qualificando o futuro profissional ao mercado de trabalho.

Nos cursos de graduação o estágio deve constituir um processo de transição entre educação e trabalho, onde a oportunidade de vivenciar um período pré-profissional permite ao aluno a aplicação de conhecimentos, aprimoramento de té cnicas e procedimentos, além de treinar competências que envolvem os campos de atuação sob a supervisão de um profissional que já detém o conhecimento teórico-prático das disciplinas em estágio.

No curso de graduação em Educação Física o Estágio Supervisionado é desenvolvido em conformidade com a Etapa Específica de opção do aluno, estando presente no respectivo percurso formativo de sua opção, com a participação de toda a equipe docente da FACULDADE DO FUTURO.

Esta prática é desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduz, de modo harmônico e coerente, à mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido em cada etapa de formação, bem como está voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo.

De acordo com o Regulamento, são objetivos do Estágio Supervisionado:

> I – levar o aluno a compreender a inter-relação da teoria e prática em condições concretas;
> II – oportunizar ao aluno formas de trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização;
> III – proporcionar ao acadêmico, condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações, e propor mudanças no ambiente organizacional;
> IV – permitir uma maior aproximação do aluno às possibilidades de trabalho nas diferentes áreas de atuação;

V – consolidar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais, e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
VI – concatenar a transição da passagem da vida profissional, abrindo ao estagiário, oportunidades de conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
VII – possibilitar o processo de atualização dos conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante as constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos;
VIII – promover a integração entre a FACULDADE DO FUTURO e a comunidade;
IX – levar o estudante a desenvolver características pessoais e atitudes requeridas para a prática profissional.

O Estágio Supervisionado do curso de graduação em Educação Física ajusta-se aos dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, observa as determinações da Resolução CNE/CES 6/2018, que estabelece as DCNs para o curso de graduação em Educação Física. Para a formação na Etapa Específica Licenciatura a oferta de Estágio Supervisionado observa também as disposições da Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A totalização das horas destinadas ao Estágio Supervisionado é indispensável à colação de grau.

O Estágio Supervisionado pode ser realizado junto a: pessoas jurídicas de direito público ou privado; escolas públicas ou privadas; em classes e escolas regulares inclusivas; classes e escolas especializadas; organizações não governamentais; instituições que realizem atendimento especializado e outros espaços em que haja intencionalidade educativa que possuam alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados; academias; clubes; eventos; núcleos de saúde; entre outros.

Os documentos presentes na formalização do estágio são:

a) Acordo de Cooperação - Escola - Empresa;
b) Termo de compromisso - Aluno - Empresa - Escola;
c) Ficha de Avaliação;
d) Relatório Final; e
e) Documentos de comprovação de atuação na área para os casos de alunos que estarão isentos do cumprimento do Estágio Supervisionado.

Ao final de cada período de estágio, o estagiário deverá entregar um relatório final ao professor orientador, de acordo com o cronograma de atividades de estágio.

A avaliação final do Estágio Supervisionado levará em consideração os seguintes quesitos:

a) comprovação de realização do Estágio Supervisionado na empresa ou escola;

b) entrega do relatório final no prazo estabelecido e

c) entrega da Ficha de avaliação no prazo estabelecido.

O relatório final e a Ficha de Avaliação devem ser entregues pelo aluno no Setor de Atendimento ao Estudante, mediante protocolo, e encaminhados ao Coordenador de Curso. O relatório final deve obedecer ao padrão divulgado e fornecido pelo professor orientador de Estágio. relatório não entregue até a data final de avaliação do semestre, não será mais aceito, sob qualquer pretexto, sendo o aluno considerado não apto.

Estágio Supervisionado para Formação em Licenciatura em Educação Física

O estágio específico para a formação em licenciatura em Educação Física está planejado em consonância com a Resolução CNE/CES 6/2018. Esta Resolução, em seu artigo 11, estabelece que as atividades práticas da formação específica em licenciatura deverão conter o estágio supervisionado de 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física. O artigo estabelece que o estágio é uma ferramenta de aprendizagem em ambiente de prática real, considerando as políticas institucionais de aproximação aos ambientes profissionais. Prevê ainda que o estágio deve expressar e integrar o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e ser oferecido, de forma articulada, com as políticas e as atividades de extensão da instituição com curso, tendo o seu desempenho e aproveitamento avaliado por metodologia própria desenvolvida no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso e do Projeto Pedagógico Institucional.

Em decorrência de sua oferta, o estágio supervisionado para a formação em licenciatura em Educação Física tem por objetivo oportunizar ao acadêmico o confronto com os problemas concretos das questões de ensino e do processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir conscientemente, além de desenvolver a capacidade científica, para privilegiar a formação de um professor pesquisador. Permite, como consequência de sua formatação, inserir os licenciandos no cotidiano de escolas de educação básica, especialmente da rede pública, proporcionando-lhes oportunidade de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

No processo de realização do estágio o discente tem a possibilidade de observar a realidade escolar, realizar levantamentos, registros, sistematizações e socialização dos dados coletados, o que lhe permite articular teoria e prática, com a mediação presencial do professor supervisor.

O Estágio Supervisionado na Etapa Específica Licenciatura do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO é oferecido nos seguintes componentes curriculares:

- Estágio Supervisionado I - Educação Física na Educação Infantil, com 180 horas (5º semestre).

- Estágio Supervisionado II - Educação Física no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com 160 horas (6º semestre).
- Estágio Supervisionado III - Educação Física no Ensino Fundamental – Anos Finais, com 160 horas (7º semestre).
- Estágio Supervisionado IV - Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, com 160 horas (8º semestre).

Estágio Supervisionado para Formação em Bacharelado em Educação Física

O estágio supervisionado para formação na etapa específica Bacharelado do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO está organizado em consonância com a Resolução CNE/CES 6/2018. O artigo 22 da Resolução estabelece que as atividades práticas da formação específica do bacharelado deverão conter o estágio supervisionado de 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física. O parágrafo primeiro do mesmo artigo estabelece que o estágio é uma ferramenta de aprendizagem em ambiente de prática real, considerando as políticas institucionais de aproximação ambientes profissionais.

O estágio na Etapa Específica de Bacharelado em Educação Física é distribuído do 5º ao 8º semestre, de forma que os discentes têm a oportunidade de vivenciar os diferentes espaços de intervenção do profissional em Educação Física, nos seguintes componentes curriculares:

- Estágio Supervisionado I, com 160 horas (5º semestre).
- Estágio Supervisionado II, com 160 horas (6º semestre).
- Estágio Supervisionado III, com 160 horas (7º semestre).
- Estágio Supervisionado IV, com 180 horas (8º semestre).

As atividades realizadas no âmbito dos componentes curriculares são cumpridas conforme as características de cada fase de estágio, o que determina os espaços (academias, clubes, eventos, empresas, núcleos de saúde, entre outros) e os horários de realização.

A seguir é apresentado o Regulamento do Estágio Supervisionado do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DO ESTÁGIO

Art. 2º. O Estágio Supervisionado é componente que visa proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional.

Art. 3º. É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

Art. 4º. São objetivos do Estágio Supervisionado:
I – levar o aluno a compreender a inter-relação da teoria e prática em condições concretas;
II – oportunizar ao aluno formas de trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização;
III – proporcionar ao acadêmico, condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações, e propor mudanças no ambiente organizacional;
IV – permitir uma maior aproximação do aluno às possibilidades de trabalho nas diferentes áreas de atuação;
V – consolidar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais, e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
VI – concatenar a transição da passagem da vida profissional, abrindo ao estagiário, oportunidades de conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
VII – possibilitar o processo de atualização dos conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante as constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos;
VIII – promover a integração entre a FACULDADE DO FUTURO e a comunidade;
IX – levar o estudante a desenvolver características pessoais e atitudes requeridas para a prática profissional.

Art. 5º. O Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO ajusta-se aos dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

CAPÍTULO III – DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 6º. O Estágio, obrigatório e/ou não-obrigatório, pode ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente conveniadas com a FACULDADE DO FUTURO e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação profissional do aluno.

Art. 7º. Os documentos presentes na formalização do estágio são:
I – termo de compromisso celebrado entre a FACULDADE DO FUTURO, o estagiário e a parte concedente do estágio;
II – carta de apresentação do estagiário;
III – dados de identificação do estagiário;
IV – atividades de estágio descritas no termo de compromisso e formuladas através de um plano de estágio com datas e assinaturas do representante legal da concedente, do estagiário e do responsável na FACULDADE DO FUTURO.

Art. 8º. O plano de estágio elaborado pelos alunos, sob orientação do Professor Orientador, deve conter os seguintes itens: dados de identificação do estagiário e da

concedente; caracterização da concedente e seu ambiente; objetivos a serem alcançados pelo estagiário; forma de realização do estágio; detalhamento do trabalho a ser desenvolvido, incluindo programa de trabalho, resultados esperados, cronograma de execução, agenda de reuniões com o Professor Orientador, formas de acompanhamento e de avaliação; datas e assinaturas.

Art. 9º. A supervisão, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio são de competência dos Professores Orientadores que avaliam o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas para os estágios obrigatórios e/ou concedendo equivalência como atividade complementar para os estágios não-obrigatórios.

Art. 10. Ao final de cada período de estágio, o estagiário deve entregar um relatório de todas as atividades de acordo com as normas estabelecidas pelo Professor Orientador.

CAPÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 11. O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima do estágio obrigatório determinada na matriz curricular do Curso de Graduação em Educação Física.
Parágrafo Único. A totalização das horas destinadas ao Estágio Supervisionado será indispensável à colação de grau.

CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 12. A organização das atividades de estágio conta com equipe composta pelo Coordenador de Estágio e pelos Professores Orientadores.

Art. 13. O Coordenador de Estágio de cada curso é indicado pela Diretoria da FACULDADE DO FUTURO, ouvido o Colegiado de Curso.
Parágrafo Único. O Coordenador de Estágio será obrigatoriamente professor integrante do corpo docente do curso.

Art. 14. São atribuições do Coordenador de Estágio:
I –coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento das atividades do estágio;
II – programar e divulgar junto aos alunos as atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários;
III – coordenar e acompanhar as atividades realizadas pelos Professores Orientadores;
IV – acompanhar o processo de avaliação das atividades do estágio;
V – apresentar ao Colegiado de Curso, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido como Coordenador de Estágio;
VI – tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

Art. 15. São atribuições dos Professores Orientadores:
I – orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos, durante a realização do estágio;
II – efetuar visitas ao campo de estágio para constatar *in loco* a atividade que está sendo desempenhada pelo estagiário;
III – manter contato com a instituição concedente;
IV – indicar bibliografia e outras fontes de consulta;

V – avaliar o desempenho do estagiário, conforme os critérios estabelecidos;
VI – desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

Art. 16. Compete ao estagiário:

I – elaborar o plano de estágio para início das atividades;
II – realizar as atividades programadas.
III – cumprir a carga horária e o horário estabelecido para o estágio;
IV – executar com zelo todas as atividades que lhe forem atribuídas e guardar sigilo profissional de todos os assuntos pertinentes ao campo de estágio;
V – manter um comportamento ético na realização das tarefas previstas para o estágio;
VI – apresentar ao Professor Orientador relatórios parciais e finais, de acordo com o cronograma de atividades de estágio.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Art. 17. A avaliação do desempenho do estagiário é feita pelo Professor Orientador, de forma contínua e sistemática, por aluno, durante o desenvolvimento do estágio obrigatório.

Art. 18. O Professor Orientador na avaliação do desempenho do estagiário no estágio leva em consideração:
I – coerência e aplicabilidade do plano de estágio;
II – pontualidade e assiduidade do aluno em seus compromissos, tanto com a concedente, como com a FACULDADE DO FUTURO;
III – coerência e consistência dos relatórios parciais;
IV – avaliação da concedente, através do relatório firmado pelo responsável;
V – relatório final, apresentado conforme as normas da ABNT.

Art. 19. É considerado aprovado o estagiário que tenha frequência de 100% nas atividades de estágio obrigatório e nota igual ou superior a 60,0 (sessenta) na avaliação efetuada pelo Professor Orientador com base nos critérios estabelecidos no artigo 19 deste Regulamento.
Parágrafo Único. No caso de reprovação, por qualquer motivo, o aluno deve renovar sua matrícula na atividade de estágio obrigatório para o período letivo seguinte.

Art. 20. É considerado como equivalente a Atividade Complementar o estágio não-obrigatório que for considerado satisfatório na avaliação efetuada pelo Professor Orientador com base nos critérios estabelecidos no artigo 18 deste Regulamento.

Parágrafo Único. No caso de o Professor Orientador avaliar como não satisfatório o estágio não obrigatório, não será concedida a equivalência como atividade complementar.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenação de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 22. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

7.5.1. Estágio Curricular Supervisionado - Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

O Estágio Supervisionado está institucionalizado e promove a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, mantendo-se registro acadêmico, havendo acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica.

A realização do Estágio Supervisionado permite também a compreensão das necessidades e das carências da comunidade regional e auxilia na compreensão das diversas necessidades e demandas do mercado de trabalho. Para realização do estágio, a FACUDLADE DO FUTURO firmou convênios com instituições públicas e privadas de educação básica.

O "Convênio para a Realização de Estágio" tem como objetivo o desenvolvimento de atividades conjuntas entre a instituição de ensino e a instituição concedente, a fim de possibilitar aos estudantes regularmente matriculados nos cursos oferecidos o contato com a realidade profissional, permitindo-lhes a associação entre teorias estudadas e práticas existentes, oportunizando a execução de tarefas relacionadas à sua área de interesse e desenvolvendo habilidades relacionadas à sua atuação profissional.

As atividades na instituição de ensino conveniada são acompanhadas por supervisor de campo durante o período letivo e permitem ao aluno vivenciar integralmente a realidade escolar, inclusive em relação aos conselhos de classe e reuniões de professores. Os termos de compromisso, plano de atividade, ficha de acompanhamento, ficha de avaliação do supervisor e o relatório final são arquivados e disponibilizados na Secretaria da instituição.

Quanto à orientação e supervisão do estágio supervisionado no curso de graduação em Educação Física, a instituição compreende que os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, sendo planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico - cultural, científico e de relacionamento humano.

A instituição concedente do estágio indica um professor de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área para supervisionar o desenvolvimento das atividades de estágio em campo, bem como envia à instituição de ensino o relatório individual de atividades desenvolvidas no estágio, assinado pelo supervisor de campo e com vista obrigatória ao estagiário.

O supervisor mantém diálogo permanente com o docente da escola (instituição concedente) para estabelecer um efetivo acompanhamento do estagiário. É função da coordenação do estágio supervisionado realizar os contatos com as instituições conveniadas, organizar semestralmente o encaminhamento de estagiários e a distribuição das turmas; participar da elaboração do plano do estágio curricular obrigatório; aprovar o planejamento das atividades de estágio curricular obrigatório; informar sobre as

condições adequadas para a realização do Estágio Curricular Obrigatório e orientar os supervisores de campo.

7.5.2. Estágio Curricular Supervisionado – Relação Teoria e Prática

O Estágio Supervisionado possibilita a relação teoria e prática, contemplando a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da atuação profissional, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do futuro profissional em atividades específicas de sua área de atuação. No caso do discente que opta pela licenciatura, possibilita o envolvimento com atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas, a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades exitosas ou inovadoras.

No curso de graduação em Educação Física a prática vincula- se a uma teoria que lhe dá sentido e que orienta a sua ação, por isso é coerente que ela seja realizada nas disciplinas que compõem a formação pedagógica e em conjunto com a formação específica do profissional. São atividades essencialmente práticas, planejadas, orientadas e acompanhadas pelo professor e, intrinsecamente, ligadas aos conteúdos, às habilidades e às atitudes estabelecidas no perfil de origem da disciplina contemplada com a prática.

A articulação metodológica e a relação teoria-prática constituem o eixo central da formação do profissional de Educação Física, licenciatura e bacharelado. Com essa organização curricular é possível formar profissionais capazes de analisar, investigar, elaborar e aplicar os conhecimentos articulando-os com a prática da Educação Física, facilitando as tomadas de decisão no dia a dia. Assim, as aulas práticas são abrangentes e desenvolvidas ao longo do curso, sempre orientadas por docentes, culminando nos estágios supervisionados.

Os docentes que atuam na Etapa Específica Licenciatura propõem projetos sob diversas modalidades que envolvem atividades práticas de modo a propiciar vivências em variadas situações erais de atuação, nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos, tais como:

- planos de aula, programas de ensino;
- entrevistas com professores;
- criação e análise de material didático;
- apresentações artísticas (atividades de comunicação e expressão cultural);
- análise de livros didáticos e paradidáticos;
- uso de mídias: televisão, telejornal, jornal, CD-ROM, vídeos, fotos, revistas, cartazes etc.;
- criação ou análise de jogos;
- Voficinas;
- pesquisa e análise dos processos que ocorrem em sala de aula;
- pesquisa e análise das estratégias de intervenção didática;
- pesquisa e análise dos problemas de ensino e aprendizagem;

- pesquisa e análise de artigos científicos relacionados à formação de professores para exercer as funções de magistério nas áreas das diversas licenciaturas;
- atividades que relacionem pesquisa e prática;
- apresentação de resultados de pesquisas realizadas;
- outras modalidades de atividades que o professor necessitar incluir, desde que contemplem objetivos educacionais ligados a estas atividades;
- caso seja solicitada a regência, que seja feita, de preferência, no último semestre do curso.

O Colegiado de Curso decide a respeito do planejamento para realização das práticas, do tipo de projetos, da metodologia a ser desenvolvida e do processo de avaliação dos projetos referentes a cada Etapa Específica.

7.6. Atividades Curriculares de Extensão

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a FACULDADE DO FUTURO implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Estruturam a concepção e a prática das diretrizes da extensão na educação superior:

- A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.
- A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.
- A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais.
- A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Ademais, estruturam a concepção e a prática das diretrizes da extensão na educação superior:

- A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável.
- O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade.

- A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.
- A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa.
- O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural.
- O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação.
- A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, e conforme normas institucionais próprias.

As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades:

I – programas;
II – projetos;
III – cursos e oficinas;
IV – eventos;
V – prestação de serviços

A extensão está sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volta para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

A autoavaliação da extensão, na FACULDADE DO FUTURO, inclui:

- A identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
- A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do plano de desenvolvimento institucional e dos projetos pedagógico dos cursos;
- A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

A FACULDADE DO FUTURO explicita os instrumentos e indicadores que são utilizados na autoavaliação continuada da extensão. Nesse contexto, as atividades extensionistas permitem a obtenção de carga horária equivalente após a devida avaliação.

As atividades de extensão têm sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados. São sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de

registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão são também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

As atividades de extensão serão avaliadas pelo docente-tutor responsável e pela sociedade no evento denominado "Trabalho Integrador", que será convidada a realizar uma avaliação crítica do que for apresentado.

Em cada semestre, o conjunto de atividades de extensão proporcionará ao aluno a possibilidade de trabalhar em equipe e de construir o conhecimento apoiado em base científica, permitindo-lhe a análise e a tomada de decisão de forma democrática, clara e sustentada, sempre pautada nos princípios éticos.

O trabalho interdisciplinar proposto neste PPC é obrigatório, coletivo, e é orientado e avaliado pela equipe de docentes-tutores das disciplinas das diferentes áreas do conhecimento com as quais o aluno dialoga e pela sociedade. A cada início de semestre, os professores do curso, representados pelo seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, definem os temas e subtemas interdisciplinares a serem trabalhados nos Trabalhos Integradores", os quais devem ser pensados a partir das unidades de aprendizagem e dos temas transversais que compõem a estrutura curricular do curso estabelecendo uma relação entre teoria e prática. Posteriormente, em continuidade às pesquisas, os resumos dos trabalhos serão publicados no Repositório Institucional da FAF https://faculdadedofuturo.com.br/repositorio-institucional/

Nos termos do Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão da FACULDADE DO FUTURO, e para fins de organização curricular, as atividades de extensão são registradas como parte de componentes curriculares não específicos de extensão.

Conforme definido no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão da FACULDADE DO FUTURO, cabe ao NDE sistematizar as atividades a serem desenvolvidas antes de cada semestre de sua oferta, as quais devem ser aprovadas pelo Colegiado de Curso.

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão da FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as atividades curriculares de extensão dos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 2º. A extensão na educação superior brasileira na FACULDADE DO FUTURO é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da investigação científica, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino

superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a investigação científica.

§1º. Este Regulamento tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades de extensão na IES e atender ao disposto na Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regulamenta o disposto em Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

§2º. A extensão será desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã (Direitos Humanos, Inclusão, Relações Étnico-Raciais e Indígenas e Meio Ambiente e Sustentabilidade), enquadradas nas áreas de:

a) Comunicação;
b) Cultura;
c) Direitos Humanos e Justiça;
d) Educação;
e) Meio Ambiente;
f) Saúde;
g) Tecnologia e Produção;
h) Trabalho.

§3º. As linhas de extensão serão orientadas pelas áreas temáticas, não devendo estar, necessariamente, ligadas a uma área específica apenas, podendo estar relacionadas, e deverão ter caráter interdisciplinar.

Art. 3º. A FACULDADE DO FUTURO desenvolve atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e investigação científica; e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Art. 4º. Entende-se por Curricularização da Extensão a inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, sob a forma de programas / projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, na perspectiva de uma transformação social por meio das ações de estudantes orientados por professores, podendo contar com a participação de técnicos administrativos, junto à comunidade externa da FACULDADE DO FUTURO.

Art. 5º. O objetivo da Curricularização da Extensão é ampliar a inserção e articulação de programas / projetos, cursos, eventos prestação de serviços de extensão nos processos formativos dos estudantes, de forma indissociável da investigação científica e do ensino, por meio da interação dialógica com a comunidade externa, visando o impacto na formação do discente e a transformação social.

Art. 6º. A Curricularização da Extensão se aplica a todos os cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO.

Art. 7º. As atividades de extensão, em suas variadas formas, devem obrigatoriamente fazer parte da matriz/grade curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação da FACULDADE DO FUTURO e deverão assegurar o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária de integralização do curso, preferencialmente, em áreas de grande pertinência social.

Parágrafo Único. A carga horária de extensão a ser curricularizada não deve ser uma carga horária adicional, mas parte integrante da carga horária total do curso.

CAPÍTULO III – DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 8º. A carga horária das atividades de extensão, com fins de Curricularização neste Regulamento, deve ser prevista e apurada dentro do conjunto de componentes curriculares do curso.

Parágrafo Único. O Estágio, o Trabalho de Conclusão de Curso (mesmo quando resultante de práticas de extensão) e as Atividades Complementares não serão computados para integralizar a carga horária da extensão porque cada componente curricular possui limites próprios de cargas horárias e elas não geram compensação entre si.

Art. 9º. Para fins de organização curricular, as atividades de extensão podem ser registradas no PPC das seguintes formas:

I – como componentes curriculares específicos de extensão;
II – como parte de componentes curriculares não específicos de extensão;
III – como composição dos itens I e II.

Art. 10. A composição curricular com fins de Curricularização da Extensão para o cumprimento dos incisos do artigo anterior podem envolver as seguintes ações, sempre com atividades dos acadêmicos orientadas por professores e, de forma colaborativa, por técnicos-administrativos da FACULDADE DO FUTURO, direcionadas e aplicadas junto à comunidade externa, de acordo com o perfil de formação:

I – Programas - conjunto articulado de atividades de extensão (cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade;

II – Projetos - conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;

III – Cursos - ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender as necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com carga horária mínima e critérios de avaliação definidos;

IV – Eventos - ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto artístico, cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela FACULDADE DO FUTURO.; e

V – Prestação de Serviços - a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome da FACULDADE DO FUTURO, a partir de sua capacitação técnico-científica, envolvendo a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises setoriais, palestras e outras, vinculadas a área de atuação da IES, que dão respostas as necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho.

Art. 11. A carga horária das atividades de extensão deve ser apurada dentro do conjunto de componentes curriculares da matriz/grade curricular do curso.

Art. 12. O PPC deverá apresentar o delineamento metodológico e avaliativo das atividades de extensão previstas, devendo apresentar as formas de oferta de atividades de extensão a ser cumprida para fins de Curricularização da Extensão.

§1º. Os PPCs de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de carga horária equivalente após a devida avaliação.

§2º. Os planos de ensino dos docentes envolvidos devem fazer menção às atividades de extensão da curricularização e sua referida carga horária.

§3º. O processo de curricularização deve garantir a participação ativa dos acadêmicos na organização, execução e aplicação das ações de extensão junto à comunidade externa.

§4º. A Curricularização da Extensão, em todo seu processo, deverá visar a qualificação da formação dos estudantes, promovendo protagonismo e a sua interação com a comunidade e os contextos locais, a oferta de ações de extensão de forma orgânica, permanente e articulada ao ensino e à pesquisa.

CAPÍTULO IV – DA EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR ESPECÍFICO

Art. 13. Trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, que serão inseridos na estrutura curricular do curso e cuja carga horária precisa ser integralizada pelos estudantes, quando assim definido pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo Único. O componente curricular específico de Extensão será denominado conforme sugerido pelo Núcleo Docente Estruturante, com carga horária mínima individual de 20 horas.

Art. 14. Por se tratar de um componente curricular específico ofertado na matriz/grade curricular do curso, o sistema para a aprovação do discente será o mesmo determinado no Regimento Geral da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO V – DA EXTENSÃO COMO PARTE DE COMPONENTES CURRICULARES NÃO ESPECÍFICOS

Art. 15. A extensão como parte de componente curricular não específico trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão em outros componentes curriculares existentes no PPC.

§1º. A indicação da carga horária de extensão dar-se-á na matriz/grade curricular e nas respectivas ementas dos componentes que constam no PPC.

§2º. A descrição das atividades de extensão a serem desenvolvidas serão detalhadas no plano de ensino do respectivo componente curricular.

§3º. As atividades de extensão inseridas dentro dos componentes curriculares não específicos para a aprovação dos estudantes deverão seguir o mesmo sistema determinado no Regimento Geral da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO VI – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO

Art. 16. A carga horária mínima de extensão não poderá ser cumprida em forma de um único componente específico de extensão.

Art. 17. A integralização curricular das atividades de extensão deve ser cumprida por meio de atividades individuais ou coletivas entre os estudantes, cujos registros devem ser realizados por meio de plataformas digitais.

Parágrafo Único. Caso a IES oferte cursos de graduação na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente junto à comunidade externa, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Art. 18. A carga horária do componente curricular deverá ser integralizada no semestre de sua oferta cumprindo-se a ementa prevista no PPC.

Art. 19. As atividades aqui previstas podem ser disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, conforme planejamentos dos professores dos respectivos componentes e as previsões de conteúdos e estratégias do PPC.

Art. 20. Todas as atividades direcionadas a execução de programas e projetos relacionados a Curricularização da Extensão deverão ser cadastradas no setor específico de acompanhamento e registro das atividades de extensão, publicadas e/ou divulgadas pela IES em Edital Específico da Curricularização (murais da IES, internet, redes sociais etc.).

§1º. O cadastro dos projetos de extensão no setor deverá ser feito pelo docente do componente curricular, sendo este o coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades.

§2º. Recomenda-se que as atividades de extensão já estejam estruturadas, recomendadas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado de Curso antes de cada semestre de sua oferta, para agilizar o processo de cadastro, validação e homologação no respectivo semestre de sua oferta.

Art. 21. Os registros das atividades relacionadas a Cursos, prestação de serviços e eventos deverão ser cadastradas pelo docente responsável na Secretaria Acadêmica.

CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 22. Caberá à Secretaria Acadêmica:

I - garantir a previsão de recursos financeiros junto à IES para viabilizar as ações previstas na Curricularização da Extensão;

II - supervisionar, com o apoio da Coordenação de Curso, o fluxo de registro e o funcionamento do sistema que será utilizado para registro, acompanhamento e certificação das atividades referentes a Curricularização da Extensão;

III - fomentar o processo contínuo de formação dos docentes e dos técnico-administrativos, com a inclusão das questões extensionistas.

Art. 23. Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - conduzir o processo de implantação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II - acompanhar registro das atividades da Curricularização da Extensão e posterior comprovação de carga horária no histórico acadêmico do discente;

III - avaliar semestralmente as atividades desenvolvidas e propor melhorias, a serem aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 24. Caberá ao responsável pela Direção Acadêmica orientar, coordenar e supervisionar, pedagogicamente e administrativamente, as atividades de extensão, auxiliando a Coordenação de Curso.

I - apoiar o Coordenador do Curso na análise e seleção das atividades da Curricularização de Extensão apresentadas;

II - monitorar e homologar as atividades das propostas cadastradas quanto às atividades de Curricularização da Extensão, durante toda a execução destas;

III - auxiliar na elaboração do plano de atividades do projeto junto ao professor responsável pela atividade;

IV - acompanhar as atividades que o discente desenvolverá durante o projeto;

V - promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;

VI - fornecer as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;

VII - apresentar relatório semestral das atividades de extensão desenvolvidas pela IES; e

VIII - promover o cumprimento deste regulamento e garantir a efetiva integralização da carga horária de extensão.

Art. 25. Caberá à Coordenação do Curso:

I - promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;

II - fornecer as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;

III - promover o cumprimento deste regulamento e a efetiva integralização da carga horária de Extensão;

IV - garantir adequação orçamentária dos projetos de extensão ao orçamento disponível para o curso;

V - enviar relatório, semestralmente ou quando solicitado, à Direção Acadêmica, contendo informações do cadastro das atividades da curricularização da Extensão realizadas;

VI - coordenar a emissão de certificados físicos e/ou eletrônicos das atividades de extensão quando assim for necessário;

VII - executar outras funções afins que lhe sejam atribuídas pela Diretoria.

Art. 26. Caberá aos docentes responsáveis pela execução das atividades de extensão:

I - propor e executar as atividades;

II - cadastrar os projetos de extensão no setor responsável;

III - cadastrar os cursos, prestação de serviços e eventos;

IV - acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos discentes durantes a execução das atividades de curricularização;

V - realizar o registro de notas, frequências e cumprimento das atividades dos componentes específicos e não específicos da extensão no sistema acadêmico;

VI - apresentar relatório final de execução das atividades de extensão.

Art. 27. Caberá aos discentes:

I - realizar a matrícula no componente curricular específico de extensão, quando ofertada;

II - assinar Termo de Compromisso, quando for necessário e em função da atividade a ser realizada;

III - cumprir a carga horária dedicada à execução das atividades de curricularização previstas no PPC;

IV - apresentar relatório das atividades desenvolvidas, conforme solicitado pelo coordenador da atividade (professor) e previsto no plano de ensino;

V - seguir a orientação e a supervisão do coordenador da atividade de extensão;

VI - executar as atividades conforme o cronograma proposto na atividade da extensão;

VII - acompanhar o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares específicos e não específicos de extensão, a fim de que, ao chegar ao final do curso, conclua o percentual de, no mínimo, 10% da carga horária do curso.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As atividades de extensão com fins de curricularização devem garantir que todos os estudantes atinjam a carga horária mínima estabelecida, mesmo que a participação ocorra por grupos e em momentos diferentes para cada um ou cada grupo.

Art. 29. As atividades de extensão deverão ser avaliadas regularmente quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

§1º. A autoavaliação das atividades de extensão servirá como base para construção de indicadores de alcance e efetividade orientados pela Direrotoria e Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o processo de autoavaliação adotado pela IES.

§2º. A autoavaliação crítica da extensão se voltará para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a investigação científica, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

§3º. A autoavaliação da extensão, prevista neste artigo, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Art. 30. As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Art. 31. As atividades de extensão previstas neste Regulamento e coordenados por docentes poderão ter na sua equipe técnicos administrativos que também deverão ser certificados.

Art. 32. Somente poderá ser concedido grau ao discente após a integralização, obrigatória prevista no PPC para a Curricularização da Extensão, mesmo que o estudante tenha concluído todos os demais componentes curriculares regulares e obrigatórios.

Parágrafo Único. Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com os docentes fazer ampla divulgação das atividades que estão sendo ofertadas e das exigências para conclusão do curso previstas neste artigo.

Art. 33. As atividades de extensão que forem realizadas para o cumprimento da Curricularização da Extensão obrigatória prevista no PPC, não poderão ser contabilizadas para carga horária de Atividades Complementares.

Art. 34. O fomento para o desenvolvimento das ações extensionistas previstas no PPC poderá ser oriundo da participação de organizações parceiras e/ou demandantes, públicas ou privadas.

Parágrafo Único. As parcerias deverão ser formalizadas pela mantenedora, de acordo com termo de cooperação/convênio específico.

Art. 35. O histórico escolar do estudante, deverá constar a carga horária em atividades de extensão que integralizou em seu curso.

Art. 36. A Direção Acadêmica aprovará e divulgará, sempre que necessário, adendos, normas complementares e avisos oficiais sobre o tema.

Art. 37. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Direção Acadêmica, ouvido a Mantenedora.

Art. 38. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica.

7.7. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está previsto na matriz curricular e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos, assim como trata da disponibilização do TCC no repositório institucional no site https://faculdadedofuturo.com.br/repositorio-institucional/

A elaboração do TCC ocorre em 02 (dois) componentes curriculares obrigatórios, no 7º e no 8º semestre de cada Etapa Específica, a saber: Trabalho de Conclusão de Curso I (20 horas na Licenciatura e 40h no Bacharelado) e Trabalho de Conclusão de Curso II.

O TCC é um componente curricular enriquecedor e implementador do perfil do formando. É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do curso de graduação em Educação Física, por meio do qual o aluno é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o TCC deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

De acordo com o Regulamento específico, entende-se como TCC a pesquisa, relatada sob a forma de monografia ou artigo na área da Educação Física, desenvolvida em duplas ou trios, sob orientação docente.

A realização do TCC envolve momentos de orientação e elaboração de um projeto de pesquisa; assim como o desenvolvimento dessa pesquisa e sua validação perante banca

examinadora, assegurada a necessária publicidade para uma efetiva divulgação dos resultados obtidos.

O processo de realização do TCC importa orientação teórico-metodológica aos alunos, a ser prestada no 6º e no 8º semestre do curso de graduação em Educação Física, pelo professor orientador.

Estão aptos a orientar o TCC quaisquer professores do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação.

A matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, oferecida no 6º semestre do curso de graduação em Educação Física, marca o início sistemático do TCC.

É requisito obrigatório para a aprovação no componente curricular TCC I a conclusão adequada do projeto de pesquisa, de acordo com os objetivos e a avaliação, estabelecidos pelo professor do componente curricular.

Aprovado o projeto de pesquisa, o aluno deverá protocolar na Secretaria do Curso de Graduação em Educação Física a solicitação de orientação, acompanhado de cópia do projeto devidamente assinada pelo orientador, ato que formaliza o início da atividade de elaboração do TCC, que será desenvolvida no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

No decorrer do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o aluno deverá apresentar relatórios mensais a respeito das atividades desenvolvidas, de acordo com plano de orientação definido juntamente com o orientador.

De acordo com o Regulamento do TCC, relativo ao curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO, o trabalho deverá ser elaborado considerando-se:

- Na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;
- No seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área do curso de graduação em Educação Física.

A estrutura do TCC compõe-se, no mínimo, de folha de rosto; folha de aprovação; resumo; sumário; introdução teórico-metodológica; desenvolvimento; conclusão; bibliografia.

Estando apto para a defesa, o TCC, em versão digital, será encaminhado pelo orientador ao professor indicado para o acompanhamento, a quem aquele solicitará data para apresentação e defesa, obrigatoriamente presencial.

O TCC será então apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo orientador e composta por, pelo menos, mais 02 (dois) professores designados pelo professor indicado para o acompanhamento, consideradas as sugestões do orientador.

Todos os professores do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO poderão ser indicados para participarem de bancas de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias.

De acordo com o Regulamento, a avaliação do TCC pela banca examinadora observa os seguintes critérios:

- Qualidade da revisão bibliográfica do trabalho na área pesquisada, considerando-se a literatura clássica a respeito da matéria e o conhecimento, pelo aluno, da produção institucional sobre o tema objeto de estudo.
- Capacidade de articulação interna do texto, destacando-se a exigência de fluência escrita, de consequência da estrutura argumentativa e de problematização crítica do assunto pesquisado.
- uso criativo e próprio, segundo os objetivos da pesquisa, dos instrumentos metodológicos escolhidos para o levantamento de dados do trabalho.
- Inventividade da interpretação produzida pelo autor, bem como a sua capacidade de percepção dos problemas sociais próprios ao desenvolvimento e ao enfrentamento concreto das questões relativas ao tema escolhido.
- Desenvoltura e domínio do assunto na apresentação oral do trabalho e na discussão com os membros da banca examinadora.
- Adequação do texto às normas técnico-científicas vigentes.

O resultado final será colhido da média aritmética das notas individuais dos professores presentes à banca. Para aprovação, as notas dos membros da banca, com exceção do professor orientador, deverão ser iguais ou maiores que 60,0 (sessenta). A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que deverão se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

O acompanhamento do TCC desenvolvido pelos alunos será exercido por um professor vinculado ao corpo docente da FACULDADE DO FUTURO, indicado pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Educação Física e designado por ato do Diretor da Instituição, competindo-lhe:

- Cumprir e fazer cumprir as normas constantes no Regulamento.
- Cooperar com a Coordenadoria do Curso de Graduação em Educação Física na elaboração do Calendário de Atividades relativas ao TCC, dando-lhe ampla publicidade para os alunos.
- Acompanhar e controlar a participação dos orientadores e dos alunos no desenvolvimento do TCC.
- Indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem.
- Designar as bancas examinadoras, as datas, os horários e locais para defesa do TCC.
- Providenciar o encaminhamento à biblioteca de cópia do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos aprovados.

Compete à Coordenadoria do Curso de Graduação em Educação Física a elaboração do Calendário de Atividades relativas ao TCC, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Nos termos da política institucional de pesquisa e para estimular a disseminação de conhecimentos; uma vez aprovado, o TCC será depositado no Repositório Institucional https://faculdadedofuturo.com.br/repositorio-institucional/. Acessível pela Internet, o repositório objetiva armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto, também pela comunidade externa, à produção discente e docente.

A seguir é apresentado o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório que visa a proporcionar ao aluno formação teórico-prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional.

Parágrafo Único. O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado em duplas ou trios.

Art. 3º. É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do curso, por meio do qual o aluno é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação.

Parágrafo Único. O Trabalho de Conclusão de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

Art. 4º. Entende-se como Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa, relatada sob a forma de artigo científico na área do curso, desenvolvida pelo aluno, sob orientação docente.

Art. 5º. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso envolve momentos de orientação e elaboração de um projeto de pesquisa; assim como o desenvolvimento da pesquisa e sua validação perante banca examinadora, assegurada a necessária publicidade para uma efetiva divulgação dos resultados obtidos.

CAPÍTULO III – DA ORIENTAÇÃO

Art. 6º. O processo de realização do Trabalho de Conclusão de Curso importa orientação teórico-metodológica ao aluno a ser prestada pelo Professor Orientador nos 6º e 8º semestres do curso.

Art. 7º. Estão aptos a orientar o Trabalho de Conclusão de Curso todos os professores do curso, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação.

Art. 8º. É admitida a figura do co-orientador, sendo necessária a sua aprovação pelo Professor Orientador.

Art. 9º. A aceitação da orientação importa compromisso do professor em acompanhar o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso até a sua defesa, não se admitindo o desligamento de suas atividades senão por motivos faltosos imputáveis ao aluno no seu desempenho, ou por outro motivo plenamente justificável, apreciados ambos os casos pelo Coordenador de Curso.

§1º. Nos casos previstos no *caput*, o professor deverá encaminhar formalmente ao Coordenador de Curso solicitação de desligamento das atividades de orientação.

§2º. Na circunstância de o aluno não obter sucesso na indicação de um Professor Orientador, deve o Coordenador de Curso designar um professor para incumbir-se da atividade.

Art. 10. Ao Professor Orientador incumbe a presença e a assiduidade nos atendimentos aos alunos; o registro das reuniões e atividades de orientação; o controle das fichas de frequência ao atendimento; a avaliação dos relatórios mensais dos alunos; e, ao final de cada semestre, a apresentação de relatório de orientação ao Coordenador de Curso.

Parágrafo Único. O relatório compreenderá registro e autoavaliação das atividades desempenhadas junto à pesquisa do aluno, bem como a avaliação da atuação do aluno no uso e na interpretação dos instrumentos teóricos e metodológicos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO IV – DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 11. A matrícula em "Trabalho de Conclusão de Curso I" marca o início das atividades.

Art. 12. As regras atinentes à elaboração do projeto de pesquisa estão a cargo do professor de "Trabalho de Conclusão de Curso I", orientador responsável pela avaliação continuada das condições dos projetos produzidos pelos alunos matriculados.

Parágrafo Único. É requisito obrigatório para a aprovação em "Trabalho de Conclusão de Curso I" a conclusão do projeto de pesquisa, conforme critérios metodológicos estabelecidos pelo professor do componente curricular, e sua aprovação pelo Professor Orientador.

Art. 13. Aprovado o projeto de pesquisa, o aluno poderá matricular-se em "Trabalho de Conclusão de Curso II" para desenvolver a pesquisa e elaborar o texto do artigo científico.

Art. 14. No decorrer do "Trabalho de Conclusão de Curso II" o aluno deverá apresentar relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas, de acordo com plano de orientação definido juntamente com o Professor Orientador.

Art. 15. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado considerando-se:

I – na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;

II – no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com a área do curso.

Parágrafo Único. A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se, no mínimo, de folha de rosto; folha de aprovação; resumo; sumário; introdução teórico-metodológica; desenvolvimento; conclusão; referências; anexos e apêndices.

Art. 16. Concluído o texto do Trabalho de Conclusão de Curso, este será encaminhado, pelo Professor Orientador, ao Coordenador de Curso, a quem compete agendar as datas de defesa.

CAPÍTULO V – DA DEFESA PERANTE BANCA EXAMINADORA

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado pelo aluno perante banca examinadora presidida pelo Professor Orientador e composta por, pelo menos, mais 02 (dois) professores designados pelo Coordenador de Curso, conforme sugestões do Professor Orientador.

Parágrafo Único. A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso é pública.

Art. 18. Todos os professores do curso poderão compor banca de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias.

Parágrafo Único. Poderão ainda compor a banca examinadora professores de outros cursos da IES, desde que comprovado pelo Professor Orientador o reconhecido interesse de sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo Coordenador de Curso.

Art. 19. A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora observará os seguintes critérios:

I – qualidade da revisão bibliográfica do trabalho na área pesquisada, considerando-se a literatura clássica a respeito da matéria e o conhecimento, pelo aluno, da produção institucional sobre o tema objeto de estudo;

II – capacidade de articulação interna do texto, destacando-se a exigência de fluência escrita, de consequência da estrutura argumentativa e de problematização crítica do assunto pesquisado;

III – uso criativo e próprio, segundo os objetivos da pesquisa, dos instrumentos metodológicos escolhidos para o levantamento de dados do trabalho;

IV – inventividade da interpretação produzida pelo aluno, bem como a sua capacidade de percepção dos problemas próprios ao desenvolvimento e ao enfrentamento concreto das questões relativas ao tema escolhido;

V – desenvoltura e domínio do assunto na apresentação oral do trabalho e na discussão com os membros da banca examinadora;

VI – adequação do texto às normas técnico-científicas vigentes.

§1º. As fichas de avaliação contêm a discriminação de cada item a ser observado na avaliação, a que será atribuída nota correspondente de 0 a 100.

§2º. Os membros da banca assinarão a ficha de avaliação e o livro de atas, recomendando para publicação os trabalhos merecedores de distinção.

Art. 20. É considerado aprovado o aluno que tenha nota igual ou superior a 60,0 (sessenta), resultante da média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 21. A banca examinadora poderá reprovar o trabalho ou submeter à aprovação posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação.

Art. 22. No caso de reformulação indicada pela banca, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que deverão se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

Parágrafo Único. Uma vez aprovado, o TCC será depositado no Repositório Institucional https://faculdadedofuturo.com.br/repositorio-institucional/. Acessível pela Internet, o repositório objetiva armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto, também pela comunidade externa, à produção discente e docente.

CAPÍTULO VI – DO ACOMPANHAMENTO

Art. 23. O acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pelos alunos será exercido pelo Coordenador de Curso, competindo-lhe:

I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;

II – elaborar o Calendário de Atividades relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;

III – acompanhar e controlar a participação dos Professores Orientadores e dos alunos no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;

IV – indicar Professores Orientadores para os alunos que não os tiverem;

V – designar os membros das bancas examinadoras, as datas, os horários e locais para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso;

VI– providenciar o encaminhamento à biblioteca de cópia dos trabalhos aprovados.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenação de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 25. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

A seguir são apresentados os documentos que obrigatoriamente devem ser apresentados para as defesas de TCC: carta aceite, parecer do orientador, manual de elaboração de TCC, ata de defesa, declaração da participação de banca e normas para entrega da versão final na biblioteca.

CARTA ACEITE PARA ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Manhuaçu, X de X de 20XX.

Ao Coordenador do Curso de ..... da Faculdade do Futuro, professor .....

Venho por meio desta formalizar o aceite em orientar os (as) acadêmicos (as) _____, registrados nessa Instituição sob matricula nº _____ e _____ em seu Trabalho de Conclusão de Curso provisoriamente intitulado _____ assumindo, a partir dessa data, todas as responsabilidades pela orientação dos mesmos.

Comprometo-me em realizar 01 (um) encontro semanal para orientação dos (as) alunos (as), em local reservado, nas dependências da FACULDADE DO FUTURO, segundo o planejamento das atividades de orientação *em anexo*.

Sem mais para o momento, agradeço desde já.

_____

XX
Orientador

Manhuaçu, de de 20XX.
Do Prof. (a):.....
Professor (a) da Faculdade do Futuro
Para a Prof. .....
Coordenador do Curso de .....

PARECER DO ORIENTADOR À DEFESA PÚBLICA DE TCC

Venho por meio desta informar que os (as) acadêmicos (as) ....., aluno (a) do curso de ..... da Faculdade do Futuro sob matrícula n° _____ e _____, sob minha orientação, está ( ) apto/( ) não apto* a realizar a defesa pública de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "....." no dia ..... às ..... h, nas dependências da Faculdade do Futuro, tendo como membros da banca examinadora:

1° Avaliador: _____ (colocar nome completo do avaliador, titulação máxima e instituição que representa).

2° Avaliador: _____ (colocar nome completo do avaliador, titulação máxima e instituição que representa).

A versão final do TCC, para apreciação da Banca Examinadora, será entregue aos avaliadores com período mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência junto a carta convite de banca (expedida pela coordenação de curso no momento do agendamento da defesa). Essa função é de responsabilidade total do (a) professor (a). A não entrega do documento no prazo previsto acarretará a perda de pontuação na nota final de TCC.

*Caso o acadêmico não esteja apto a realizar a defesa, o orientador deve justificar por escrito.

Atenciosamente,

_____

Orientador (a)

_____

Orientando (a)

DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE GRADUADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Às X horas do dia X de X de 20XX teve início a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "X", desenvolvido e defendido pelos acadêmicos X, cumprindo-se assim um dos requisitos básicos para obtenção do grau de (LICENCIADO ou BACHAREL) ..... A Banca Examinadora para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso foi composta pelo Presidente (orientador): X; 1º Avaliador: X e 2º Avaliador: X. Após a apresentação do trabalho os(as) acadêmicos(as) foram arguidos(as) pelos membros da Banca Examinadora, e foi observado que:

_____
_____
_____
_____
_____

A Banca Examinadora sugeriu:

_____
_____
_____
_____
_____

A Banca Examinadora atribuiu aos graduandos a seguinte menção: _____

Na forma regulamentar esta ata vai lavrada e assinada pela Banca Examinadora e pelos graduandos.

Banca Examinadora	**ASSINATURA**
Presidente (orientador)	
1º Avaliador	
2º Avaliador	
Graduando	
Graduando	

Título do Trabalho:	
Orientador:	
Autores:	
Data da defesa: **Horário:** **Local:**	
1º Avaliador:	
Itens avaliados	**Pontuação: 80,0 (até 10,0 ponto para cada item)**
Coerência da proposta	
Correção linguística (domínio da língua portuguesa)	
Regras da ABNT	
Clareza do texto	
Metodologia utilizada no trabalho	
Bibliografias utilizadas	
Resultados alcançados	
Desenvoltura e conhecimento dos apresentadores	
Avaliação do Orientador (a)	**Pontuação (0 a 20,0)**
Empenho dos alunos durante a realização do TCC	
TOTAL	

_____

X

1º Avaliador

_____

X

Orientador

Título do Trabalho:	
Orientador:	
Autores:	
Data da defesa: **Horário:** **Local:**	
2º Avaliador:	
Itens avaliados	**Pontuação: 80,0 (até 10,0 ponto para cada item)**
Coerência da proposta	
Correção linguística (domínio da língua portuguesa)	
Regras da ABNT	
Clareza do texto	
Metodologia utilizada no trabalho	
Bibliografias utilizadas	
Resultados alcançados	
Desenvoltura e conhecimento dos apresentadores	
Avaliação do Orientador (a)	**Pontuação (0 a 20,0)**
Empenho dos alunos durante a realização do TCC	
TOTAL	

_____

X

2º Avaliador

_____

X

Orientador

DECLARAÇÃO

Manhuaçu, ... de .... de 20XX.

Declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "……", desenvolvido e defendido pelos(as) acadêmicos(as) ……. às …… horas do dia x de x de 20XX, na sala X da Faculdade do Futuro teve como Banca Examinadora: …….. (Orientador – presidente da mesa), ……. (1º avaliador) e …….. (2° Avaliador).

_____

Coordenador do Curso de ……..
Faculdade do Futuro

NORMAS PARA ENTREGA DE TCC

1. Versão Final:

Após apresentar o TCC, e tendo sido aprovado, o aluno deverá fazer as correções de seu texto, seguindo as orientações da banca e entregar a versão final do TCC na Biblioteca, constituindo-se de 1 (uma) cópia impressa encadernada e uma cópia digital, conforme especificações a seguir:

1. Prazo de envio da versão final impressa e encadernada:
2. Assim que for apresentado o TCC, o aluno, terá um prazo de 10 (dez) dias para entregar a versão final, em ambos os formatos, na Biblioteca.

2. Revisão Textual:

Todos os trabalhos deverão ser submetidos à revisão do português e à normalização segundo a ABNT, além das normas referidas no manual para elaboração de Trabalho Acadêmico da FACULDADE DO FUTURO.

3. Ficha Catalográfica:

A ficha catalográfica deverá ser solicitada antes da impressão do TCC, pois ela deverá ser impressa centralizada no verso da folha de rosto do TCC, e só então o TCC deverá ser encadernado. O prazo para confecção da ficha catalográfica será de 5 dias úteis, a contar da data de recebimento do e-mail, enviado pelo aluno a Bibliotecária.

Bibliotecária Responsável: Juliana dos Santos – CRB 6ª 1952

e-mail biblioteca@faculdadedofuturo.edu.br

4. O Autor deverá enviar os seguintes dados para o e-mail da Biblioteca, para que seja feita a Ficha Catalográfica:

- Nome completo de todos os Autores do Trabalho.
- Título e Sub Título.
- Nome da Instituição.
- Data/Local.
- Número de Folhas.
- Nome do Orientador.
- Nome do Co-Orientador.
- Assunto do Trabalho (especificadamente a Área de Concentração).
- Especificar a Obtenção do Grau (exemplo: Graduação, Pós Graduação, Mestrado).

Quando enviar o e-mail para a biblioteca, o aluno receberá uma confirmação de recebimento do e-mail. E logo em seguida a Bibliotecária Responsável terá 5 (cinco) dias úteis para devolver o e-mail com a Ficha Catalográfica elaborada.

5. Encadernação Final:

* Cor da capa: Preto.
* Configuração da capa:
* Fonte arial;
* Tamanho 16 - em negrito - cor das letras douradas.
* Layout da capa: Igual à capa interna, diferindo somente no tamanho das letras.
* Dorso ou lombada:
- Nome do aluno - em maiúsculo, na vertical ou horizontal e no alto; Nome do trabalho - em maiúsculo, na mesma direção do nome (horizontal ou vertical) e centralizado.
- Ano de entrega da monografia/ artigo - na horizontal e embaixo.
*Caso não caibam o nome e o título, devido à espessura da monografia/artigo, prevalece o título da obra.

6. Observação Sobre Pedido de NADA CONSTA:

O aluno deverá solicitar um NADA CONSTA na Biblioteca, para pedido do certificado.

7.8. Oferta dos Componentes Curriculares Eletivos

A seguir é apresentado o Regulamento da Oferta dos Componentes Curriculares Eletivos.

REGULAMENTO DA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a oferta dos componentes curriculares eletivos do curso de graduação em Educação Física, da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DOS COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

Art. 2º. Os componentes curriculares eletivos são de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estipulada pela FACULDADE DO FUTURO, e se voltam à flexibilização da matriz curricular do curso de graduação em Educação Física.

Art. 3º. Os componentes curriculares eletivos do curso de graduação em Educação Física são os relacionados no quadro a seguir.

Componentes Curriculares	**Carga Horária Semestral**		
	Teórico/ Prática	**Extensão**	**Total**
Língua Brasileira de Sinais LIBRAS	40	-	40
Alongamento, Flexibilidade e Relaxamento	40	-	40
Saúde Pública e Epidemiologia	40	-	40
Educação Física, Corpo e Cultura	40	-	40

Art. 4º. A lista de componentes curriculares eletivos poderá, à medida que o curso for sendo implantado, ser ampliada ou modificada, tendo sempre por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso.

Art. 5º. Os componentes curriculares eletivos serão oferecidos na modalidade a distância ou presencial.

CAPÍTULO III – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 6º. Os alunos do curso de graduação em Educação Física devem integralizar, ao total, 80 (oitenta) horas em componentes curriculares eletivos.

Parágrafo Único. A carga horária a ser integralizada está prevista no 7º e no 8º semestre do curso.

Art. 7º. No 7º e no 8º semestre do curso de graduação em Educação Física, o aluno deverá matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares eletivos que serão oferecidos, integralizando 80 (oitenta) horas.

CAPÍTULO IV – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E MATRÍCULA NOS COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

Art. 8º. Para o 7º e o 8º semestre do curso, previamente ao início dos períodos de matrícula, o Colegiado de Curso selecionará 02 (dois) componentes curriculares eletivos, entre aqueles da lista apresentada no artigo 3º deste Regulamento, a serem disponibilizados para matrícula dos alunos do curso, devendo cada aluno matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares oferecidos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Coordenador do curso de graduação em Educação Física, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 10. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

7.9. Atividades Complementares

7.9.1. Previsão e Carga Horária das Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades da matriz curricular, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios ou eletivos, da matriz curricular do curso de graduação, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro profissional.

No curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO, as Atividades Complementares estão previstas na matriz curricular, com carga horária de 100 (cem) horas a serem integralizadas pelos alunos no decorrer dos semestres letivos do curso.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso em que está matriculado. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias acadêmicas, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso, que são prioritárias.

7.9.2. Diversidade das Atividades Complementares

De acordo com o Regulamento das Atividades Complementares, consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela FACULDADE DO FUTURO, ou por qualquer outra instituição devidamente credenciada, classificadas nas seguintes modalidades:

I – Grupo 1: Atividades vinculadas ao ensino;
II – Grupo 2: Atividades vinculadas à iniciação científica;
III – Grupo 3: Atividades vinculadas à extensão;
IV – Grupo 4: Atividades vinculadas à representação estudantil.

São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO, no GRUPO 1, as seguintes:

I – frequência e o aproveitamento em componentes curriculares não incluídos na matriz curricular do curso de graduação, compreendendo a área do curso de graduação ou outras áreas do conhecimento;
II – exercício efetivo de monitoria na FACULDADE DO FUTURO, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do docente responsável;
III – exercício efetivo de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado completou a exigência legal do estágio.

São consideradas atividades vinculadas à INICIAÇÃO CIENTÍFICA, no GRUPO 2, as seguintes:

I – participação em projetos institucionalizados de iniciação científica como aluno colaborador; a participação em projetos de iniciação científica, orientado por docente pesquisador da área do curso de graduação com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas; ou, ainda, a participação em qualquer outra espécie de projeto de iniciação científica acadêmica comprovado;
II – trabalho de iniciação científica e de redação de artigo ou ensaio, publicado efetivamente em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica, do qual será procedida a juntada de documento comprobatório respectivo;
III – participação em grupos de estudo de temas da área do curso de graduação ou afins, coordenados ou orientados por docentes da FACULDADE DO FUTURO;
IV – apresentação comprovada de trabalhos ou comunicações em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente, em semanas de iniciação científica, seminários, e outros, organizados no

âmbito da FACULDADE DO FUTURO ou em outras instituições de ensino superior, ou até mesmo fora do âmbito acadêmico;
V – comparecimento comprovado a sessões públicas de defesa de monografias, dissertações de mestrado ou de teses de doutorado, na área do curso de graduação ou afins, do qual será procedida a juntada de breve relatório.

São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO, no GRUPO 3, as seguintes:

I – participação em atividades de extensão promovidas pela FACULDADE DO FUTURO;
II – comparecimento comprovado a eventos científico-culturais, realizados fora do âmbito da FACULDADE DO FUTURO, mas cujo conhecimento teórico ou técnico seja conexo ao perfil e às habilidades da área do curso de graduação.

É considerada atividade vinculada à REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL, no GRUPO 4, a participação efetiva em cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e das Atléticas e ainda nos órgãos colegiados da FACULDADE DO FUTURO, por período não inferior a 06 (seis) meses, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado.

7.9.3. Formas de Aproveitamento das Atividades Complementares

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela FACULDADE DO FUTURO.

A FACULDADE DO FUTURO disponibiliza digitalmente no site www.faculdadedofuturo.edu.br o regulamento, as formas de validação e a ficha de solicitação de aproveitamento e validação, com vista a regulação, a gestão e o aproveitamento relacionados as Atividades Complementares.

Contribuindo para que os alunos alcancem a carga horária exigida para as Atividades Complementares, são proporcionadas oportunidades de realização de várias atividades acadêmico-científicas-culturais complementares, conforme descrito abaixo:

- Semana Acadêmica da FACULDADE DO FUTURO: Anualmente é realizada a Semana Acadêmica da FACULDADE DO FUTURO, que é organizada pelo NEPP, de acordo com a temática proposta pelo Colegiado do Curso. A programação da Semana inclui minicursos, seminários, palestras e outras atividades que atendem à demanda do corpo discente. Os certificados são emitidos pelo Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (NEPP) da FACULDADE DO FUTURO.

- Cursos de Extensão: O Curso de Graduação em Educação Física organiza cursos de curta duração oferecidos aos alunos da faculdade e estendidos à comunidade. A temática é definida pelo Colegiado do Curso a partir de propostas dos docentes e discentes, conforme a inter e transdisciplinaridade proposta no PPC.

- Jornada Científica da FACULDADE DO FUTURO: Durante a Jornada Científica, que se realiza uma vez por ano, os alunos são estimulados a participar de eventos como seminários, workshops, apresentação de painéis de trabalhos científicos e atividades de extensão acadêmica, comuns a todos os cursos da FACULDADE DO FUTURO, com a publicação dos trabalhos no Repositório Institucional https://faculdadedofuturo.com.br/repositorio-institucional/

- Ciclo de Debates e Palestras da FACULDADE DO FUTURO: Este evento é estruturado, em horários extraclasses, para apresentação de temas de relevância para as várias áreas de interesse dos alunos da FACULDADE DO FUTURO, considerando as tendências do conhecimento atual.

- Projetos e Ações de Extensão: Considerando o PPC, os conteúdos programáticos das disciplinas, a demanda social e o desenvolvimento de competências, são programados e planejados um conjunto de propostas para a elaboração de projetos ou ações de extensão. Estas atividades são desenvolvidas em vários temas, a exemplo de: Educação Ambiental: Uma mudança de comportamento para a garantia de um futuro; Dengue: Educação como estratégia de prevenção; Educação Ambiental: Uma questão de hábitos. As atividades podem ser desenvolvidas também sob a forma de excursões de campo com a participação de equipe multidisciplinar.

- Projetos com instituições conveniadas com a FACULDADE DO FUTURO: Projetos, ações e estágios em instituições conveniadas com a faculdade são oferecidos aos discentes, por exemplo: Associação dos Amigos da Meio Ambiente (AMA), ARPROMAT (Associação Regional de Proteção ao Meio Ambiente e Trânsito), Polícia Ambiental e Escolas públicas ou privadas.

- Projetos de Investigação Científica: Alguns projetos são desenvolvidos sob a orientação de professores do Curso de Graduação em Educação Física, oportunizando aos alunos participarem de congressos com a apresentação de trabalhos científicos e a publicação de artigos em revistas científicas.

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP): O PIBID é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. O RP fornece essa prática para alunos da segunda metade do curso. Os programas concedem bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por instituições de educação superior (IES) em parceria com as redes de ensino. Os projetos devem promover a iniciação do licenciando no ambiente escolar ainda na primeira metade do curso, visando estimular, desde o início de sua formação, a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Os discentes são acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das

instituições de educação superior participantes do programa. A FACULDADE DO FUTURO conta com o apoio do PIBID/CAPES desde 2013, ininterruptamente. As experiências e publicações advindas dessa ação contribuíram tanto para a socialização dos resultados quanto para compor curricularmente a formação e permitir o ingresso dos ex-pibidianos e residentes em programas de pós-graduação *stricto sensu* e em concursos de seleção de professores de educação básica. A inserção do PIBID e do RP na própria dinâmica dos cursos de licenciatura presenciais da FACULDADE DO FUTURO amadureceu ao longo dos anos. Atualmente, além de constituir pilar fundamental da formação da maior parte dos alunos de graduação, conta-se com a estruturação dos dois projetos na própria elaboração dos planos de execução dos Estágios Supervisionados Obrigatórios. Eventuais atividades que não constam do Regulamento poderão, segundo análise do professor responsável pelo acompanhamento das Atividades Complementares, ser aproveitadas e mensuradas.

Independentemente de participar de ações e eventos que são promovidos ou oferecidos pela FACULDADE DO FUTURO, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar eventos na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização da carga horária de Atividades Complementares.

7.9.4. Aderência à Formação Geral e Específica do Discente

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação da Coordenação de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do curso de graduação.

A validação das Atividades Complementares deve ser requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nas ações e eventos extracurriculares. São consideradas válidas, independente de justificação do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela FACULDADE DO FUTURO, ou por ele referendada. O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares fica registrado na Coordenação de Curso.

7.9.5. Regulamento das Atividades Complementares

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Complementares DA FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as Atividades Complementares do curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e complementadores do perfil do formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno,

inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 3º. As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso de Graduação em Educação Física.

Art. 4º. Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Educação Física, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

Parágrafo Único. Deve-se levar em conta a conexão material mínima da atividade com o Curso de Graduação em Educação Física, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem, totalizando o mínimo de 100 horas.

CAPÍTULO III – DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 5º. Consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela FACULDADE DO FUTURO, ou por qualquer outra instituição, classificadas nas seguintes modalidades:

I – GRUPO 1: Atividades vinculadas ao ENSINO;

II – GRUPO 2: Atividades vinculadas à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

III – GRUPO 3: Atividades vinculadas à EXTENSÃO;

IV – GRUPO 4: OUTRAS.

Art. 6º. São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO, no GRUPO 1, as seguintes:

I – a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do Curso de Graduação em Educação Física, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno;

II – o exercício efetivo de monitoria na FACULDADE DO FUTURO, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;

III – o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

Art. 7º. É considerada atividade vinculada à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, no GRUPO 2, o conjunto de ações sistematizadas e coordenadas por um professor orientador, voltadas para a investigação de tema relevante para a formação profissional.

Parágrafo Único. As atividades desenvolvidas em grupos de estudos e vinculadas a grupo de investigação científica cadastradas na Instituição podem ser computadas como Atividades Complementares de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.

Art. 8º. São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO, no GRUPO 3, as desenvolvidas em cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios, conferências, palestras, oficinas, semanas acadêmicas, gincanas culturais ou outras similares.

Art. 9º. São consideradas atividades vinculadas ao GRUPO 4 (OUTRAS) atividades realizadas pelo discente como a participação efetiva em programas ou projetos de serviço comunitário e ou de promoção social, patrocinados, promovidos pela IES ou o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e nas Atléticas e, ainda, nos órgãos colegiados da FACULDADE DO FUTURO, e nas representações de turma, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado no Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 10. O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária definida na matriz curricular do Curso de Graduação em Educação Física.

Art. 11. As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do Curso de Graduação em Educação Física, que são prioritárias.

Art. 12. As Atividades Complementares devem ser planejadas conjuntamente pela Coordenação do Curso de Graduação em Educação Física, professores e alunos, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos e suas vocações, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Art. 13. Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela FACULDADE DO FUTURO.

Art. 14. O Curso atribui uma parte flexível da formação acadêmica do aluno, dentro da carga horária fixa, referente a 100 (cem) horas, para a realização de Atividades Complementares.

Parágrafo Único. Para efeitos de contabilização, nenhuma atividade poderá ultrapassar 30% do total da carga horária de Atividades Complementares, exceto para as disciplinas optativas e eletivas, as quais poderão ser contabilizadas até o máximo de 60% do total da carga horária de Atividades Complementares.

CAPÍTULO V – DO ACOMPANHAMENTO

Art. 15. A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação da Coordenação de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do Curso de Graduação em Educação Física.

§1º. A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

§2º. São consideradas válidas, independente de justificação do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela FACULDADE DO FUTURO, ou por ela referendadas.

§3º. O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares ficará registrado na Coordenação de Curso.

Art. 16. O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos será exercido por um professor vinculado ao corpo docente da FACULDADE DO FUTURO, indicado pela Coordenação de Curso e designado por ato do Diretor da Instituição, competindo-lhe:

I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;

II – cooperar com a Coordenação de Curso na elaboração do Programa de Atividades Complementares, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;

III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;

IV – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de eventos externos como Atividades Complementares.

V – apresentar à Coordenação de Curso, relatório semestral detalhando as Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e validadas, acompanhado dos documentos comprovantes da sua realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos.

Art. 17. Compete à Coordenação de Curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Art. 18. Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela FACULDADE DO FUTURO, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenação de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 20. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO.

PROCESSO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

GRUPO	ATIVIDADE	HORAS
ENSINO	Monitoria	20h/ monitoria/ semestre
	Cursos de idiomas	40h por curso
	Estágios extracurriculares	CH dos estágios (até o máximo de 84hs totais)
	Disciplinas eletivas e optativas	CH das disciplinas (até o máximo de 140hs totais)
	Atividade docente em áreas afins	Metade da CH da atividade
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Atuação em projetos de pesquisa e de investigação científica	30h a cada 6 meses de projeto
	Trabalhos científicos – Resumos em anais de Congressos Regionais e Nacionais	10h por resumo
	Trabalhos científicos – Resumos em anais de Congressos Internacionais	20h por resumo
	Trabalhos científicos – Artigos em Revista Qualis A ou B	45h por artigo
	Trabalhos científicos – Artigos em Revista Qualis C	25h por artigo
EXTENSÃO	Participação em cursos e minicursos – participante	CH do curso
	Participação em cursos e minicursos – ministrante	CH do curso
	Participação em programas de extensão: Projetos sociais do curso.	CH da atividade
	Eventos: Seminários, Conferência e outras atividades afins (como participante)	Até 2h/atividade
	Eventos: Seminários, Conferência e outras atividades afins (como ministrante)	Até 3h/atividade
	Eventos: Congressos e simpósios – Regionais e Nacionais	30h por evento
	Eventos: Congressos e simpósios – Internacionais	40h por evento
	Comparecimento comprovado a defesas de TCC, mestrado e/ou doutorado	2h por defesa
	Organização de eventos em comissão de atividades afins	Até 10h
OUTROS	De acordo com o parecer do Coordenador de Curso	

A validação das Atividades Complementares é requerida pelo aluno, em formulário próprio (modelo em anexo), instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

Todas as Atividades Complementares são comprovadas pelo discente ao Coordenador de Curso por meio de comprovação documental própria. O discente deverá preencher o formulário e anexá-lo aos comprovantes.

Após ser homologado pelo Coordenador de Curso mediante parecer próprio, a documentação (cópia) será encaminhada para a secretaria acadêmica para que possa ser feito o arquivamento na pasta do aluno.

Cabe à Secretaria Acadêmica a responsabilidade pelo lançamento em horas das Atividades Complementares, conforme homologação emitida pelo Coordenador de Curso.

São computadas apenas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver regularmente matriculado no curso.

Ficha de solicitação de aproveitamento de horas em atividades complementares

AO (A) PROFESSOR (A)
COORDENADOR (A) DO CURSO DE _____.
Eu, _____, nome do (a) aluno (a)
Solicito a inclusão das atividades abaixo relacionadas como Atividade complementar no meu Histórico Escolar, conforme comprovação em anexo.

GRUPO DE ATIVIDADES:

☐ ENSINO ☐ PESQUISA ☐ EXTENSÃO ☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Nestes termos, peço deferimento,
Manhuaçu, _____de _____ de _____

_____
ASSINATURA DO (A) ALUNO (A)

PARECER DA COORDENAÇÃO DO CURSO

☐ INDEFERIDO ☐ DEFERIDO _____ HORAS EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO:
_____

ASSINATURA DO (A) COORDENADOR (A)

PROTOCOLO DO(S) DOCUMENTO(S) ENTREGUE(S) À SECRETARIA

Recebi de _____, a cópia do(s) Certificado(s) de Curso(s) de Extensão e o Histórico Escolar, contendo o total de _____ folha(s), enumerada(s) e rubricada(s) pela Secretaria.

Manhuaçu, _____ de _____de _____

_____ _____

ASSINATURA SECRETARIA DA IES ASSINATURA DO (A) ALUNO (A)

7.10. Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde e o SUS

A integração do curso de Educação Física, bacharelado, com o sistema local e regional de saúde e o SUS parte da necessidade de conduzir o futuro profissional de Educação Física para compreender os cuidados e encaminhamentos necessários no que se refere aos elementos que tangenciam, determinam e condicionam aspectos relacionados à saúde individual e coletiva da população atendida, de modo que possam intervir conjuntamente com os profissionais do campo e com os docentes da Instituição.

A integração também se efetiva por meio de disciplinas e ações que abordam conteúdos de saúde coletiva e pública, por meio do Estágio Supervisionado e por meio do desenvolvimento das Práticas Curriculares II e III.

Durante o desenvolvimento das atividades práticas são oferecidas ocasiões em que os alunos têm a possibilidade de fazer visitas a rede de atenção, ações conjuntas e, no caso do estágio, desenvolver ações de forma integrada a partir da demanda da própria Rede de Atenção Básica.

A inclusão das "Práticas Curriculares" na etapa específica Bacharelado do curso de graduação em Educação Física está em conformidade com a disposição do artigo 23 da Resolução CNE/CES nº 6/2018, que estabelece que além do estágio outras atividades práticas como componentes curriculares devem ser distribuídas ao longo do processo formativo. O parágrafo primeiro deste artigo estabelece que tais atividades devem compor pelo menos 10% das horas referenciadas adotadas pelo conjunto do curso.

As "Práticas Curriculares" possuem o alinhamento para possibilidades de criação de programas de atividades físicas e de saúde de acordo com as necessidades locais de saúde, de forma interdisciplinar, com diversidade de ações próprias dos profissionais de Educação Física. As atividades desenvolvidas, organizadas pelos docentes da Instituição, conduzem à inclusão dos estudantes e demais membros da comunidade acadêmica na relação com os usuários dos serviços de saúde, com atividades práticas de criação e desenvolvimento de projetos e programas de intervenção em atividade física e saúde. Os eventos e atividades são definidos, planejados e organizados levando-se em consideração

os interesses e necessidades estudantes-docentes-profissionais de saúde-comunidade, possibilitando uma maior integração ensino-serviço-comunidade.

Há que se ressaltar que a integração também ocorre no âmbito das Atividades Complementares do curso.

Dentre os projetos que consolidam a integração do curso com o sistema local e regional de saúde e o SUS destacam-se o projeto Futuro em Ação e o convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu.

8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente. Coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

A FACULDADE DO FUTURO utiliza no desenvolvimento de seus cursos, observadas as especificidades de cada projeto pedagógico, metodologias ativas e interativas, centradas no aluno, voltadas para o seu desenvolvimento intelectual e profissional, com ênfase nas 04 (quatro) aprendizagens fundamentais que constituem os pilares do conhecimento: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a ser”.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos de sua própria aprendizagem, adquirindo conhecimentos de forma significativa por meio do contato com metodologias de ensino voltadas para a criação e construção de conhecimentos, competências e habilidades.

Para atender a este referencial, o modelo pedagógico adotado no curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos de sua própria aprendizagem, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas para a construção de competências vinculadas ao raciocínio e a reflexão analítico-crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação ativa do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do seu próprio conhecimento.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Assim, a FACULDADE DO FUTURO busca incentivar atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos e possibilitem ao aluno observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, analisar, sintetizar, deduzir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses, buscando atender as necessidades específicas dos grupos, de forma democrática, participativa, de debate e diálogo.

Por outro lado, os cursos oferecidos pela FACULDADE DO FUTURO, no qual se insere o curso de graduação em Educação Física, estão estruturados em torno dos seguintes princípios metodológicos: interdisciplinaridade; articulação entre teoria e prática; diversificação dos cenários de aprendizagem; articulação da investigação científica com o ensino e com a extensão.

Assim, os métodos e técnicas de ensino-aprendizagem são cuidadosamente selecionados e planejados pelo corpo docente da FACULDADE DO FUTURO, observando-se a necessidade de propiciar situações que: viabilizem posicionamentos críticos; proponham problemas e questões como pontos de partida para discussões; definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas; provoquem a necessidade de busca de informação; enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição; otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista; dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros; desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a aceitação do conhecimento meramente provisório, a estimulem a formulação de argumentações mais sólidas; tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

O curso integra aspectos teóricos e práticos e privilegia o pensamento reflexivo voltado para a identificação, análise e solução de situações-problema reais ou simuladas.

As vivências culturais, como visitas técnicas, práticas em laboratório e de campo, minicolóquios, estudos de casos, entre outros, são destaque no curso. O curso privilegia ainda a interação contínua e dinâmica entre os componentes curriculares, prevendo atividades individuais e em grupo ou colaborativas, inclusive em ambientes profissionais.

No curso de graduação em Educação Física da FACULDADE DO FUTURO os professores utilizam diversos métodos e técnicas no desenvolvimento de seus componentes curriculares, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um. No planejamento acadêmico os docentes promovem o envolvimento do aluno nas seguintes atividades:

- Aulas, conferências e palestras;
- Exercícios em laboratórios;
- Projetos de investigação científica desenvolvidos por docentes do curso;

- Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- Aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos da área de veterinária;
- Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais da área;
- Projetos de extensão e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela Instituição;
- Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio.

No caso da técnica de aula expositiva nas suas formas participativa e dialógica, a atuação do professor não se restringe à mera transmissão de conhecimentos, sendo-lhes destinada a tarefa mais importante de desenvolver no aluno o hábito de apresentar para debate questões que ultrapassem os rígidos limites teóricos, levando-os, assim, a repensar o conhecimento. Nesse caminho de orientação do processo ensino-aprendizagem, o docente é estimulado a utilizar as ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Também como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso de graduação em Educaçãoa Física da FACULDADE DO FUTURO, pode-se citar o incentivo que se dá ao desenvolvimento de investigações científicas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

É dedicada atenção especial a garantia da acessibilidade plena, que inclui a metodológica, pedagógica e atitudinal. A acessibilidade metodológica e pedagógica é referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo metodologias de ensino.

A FACULDADE DO FUTURO adota práticas de estudos com metodologias e atividades de aprendizagem que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática.

A sala de aula invertida prevê que tudo que diga respeito à oferta de conteúdo aconteça online, enquanto os momentos presenciais são utilizados para a aplicação desse conteúdo, através de metodologias ativas de aprendizagem. Neste modelo, a aula acontece em casa (ou seja, no AVA) e os momentos presenciais, em sala de aula, são utilizados para a resolução de exercícios e problemas (ou seja, a lição de casa é feita na escola e a aula acontece em casa). Daí o termo sala de aula invertida (ou flipped classroom).

Diferentemente dos modelos tradicionais, o contato com o conteúdo de base (instrução direta) acontece fora do espaço-tempo da sala de aula, por meio de desafios, vídeos, infográficos, textos e outros. Em sala, o tempo é empregado na discussão e debate

sobre os conteúdos, na resolução através da aplicação de uma metodologia ativa de aprendizagem denominada Peer Instruction.

O Peer Instruction é uma metodologia ativa criada pelo professor Eric Mazur, do departamento de Física da Universidade de Harvard e possui dois objetivos básicos: 1) Promover a interação entre os estudantes; 2) Trabalhar os conceitos que sirvam de fundamento para a solução de problemas.

Nos momentos presenciais, os docentes-tutores trabalham os principais conceitos do conteúdo disponibilizado no AVA através da aplicação dos testes conceituais.

Os testes conceituais possuem o seguinte formato: 1) Problema proposto pelo docente-tutor; 2) Reflexão individual (cerca de um minuto para os alunos pensarem na questão e elaborarem a resposta); 3) Respostas individuais (sem que haja discussão com os colegas); 4) Discussão entre os alunos (cerca de 2 minutos); 5) Nova rodada de respostas individuais; 6) Explicação da resposta correta pelo docente-tutor e breve exposição sobre o tema.

Se o percentual de respostas corretas na primeira rodada de respostas for inferior a 30%, o docente-tutor deve intervir, explicando o conceito com mais detalhes, o que tomará um pouco mais de tempo. Se o conceito não ficou muito claro para os alunos, dificilmente a discussão será profícua. Neste caso, apenas após uma explicação detalhada o tutor deve seguir com a rodada de respostas individuais do teste conceitual. Por outro lado, se o percentual de respostas corretas na primeira rodada de respostas for superior a 80%, o tutor pode passar para o problema seguinte, sem a necessidade de discussão entre os colegas. Isso significa que o conceito já está bem assimilado por boa parte da turma, não havendo necessidade de discussão. Este modelo educacional configura uma inversão no formato da sala de aula.

As metodologias ativas de aprendizagem fazem com que a exposição de conteúdo deixe de prevalecer nos momentos presenciais, permitindo a aplicação prática desses conteúdos através da problematização.

Com base nos princípios metodológicos expostos, os docentes-tutores presenciais devem articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social, relacionando os temas trabalhados com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, priorizando a utilização de técnicas que privilegiem a solução de problemas, integrando teoria e prática.

Os docentes-tutores estão à disposição dos alunos nas salas de aula, nos dias e horários dos encontros predefinidos no calendário acadêmico, que são disponibilizados ao aluno no portal da instituição. O principal objetivo dos docentes-tutores presenciais é promover a interação presencial entre os alunos e aplicar as metodologias ativas previstas para os encontros presenciais, conforme planejamento de cada disciplina.

Cada disciplina tem:

- Material didático institucional: vídeos, infográficos, exercícios, conteúdo teórico, biblioteca virtual composta por livros e periódicos digitais;

- Encontros semanais;
- Tutoria presencial e a distância, com os próprios professores das disciplinas e especializados nos conteúdos em estudo;
- Provas presenciais obrigatórias;
- Participação em atividades online, por meio do AVA.

9. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURA

Conforme demonstrado no item 7.2 deste PPC (Conteúdos Curriculares), as atividades práticas de ensino estão em conformidade com as orientações contidas nas DCNs para Formação de Professores da Educação Básica. Consta demonstrado no item que a teoria e a prática se relacionam de forma reflexiva durante todo o curso.

Reitera-se que as atividades práticas na Etapa Específica Licenciatura estão especialmente organizadas de forma a serem vivenciadas pelos discentes em todo o percurso formativo da etapa, possibilitando a estes o desenvolvimento de práticas de ensino e o contato com situações reais de trabalho, nos vários ambientes encontrados nas instituições de educação básica do sistema educacional brasileiro. Estão incluídas na matriz curricular na forma de estágio supervisionado e parte prática dos componentes curriculares.

O Estágio Supervisionado, atividade prática imprescindível para a formação do licenciado, é oferecido com o total 660 (seiscentas e sessenta) horas, o que corresponde a 20% da carga horária das horas referenciais adotadas pelo curso, conforme prevê o § 1º do artigo 11 da Resolução CNE/CES 6/2018, distribuídas nos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV. As cargas horárias dos componentes foram distribuídas de forma a atender a necessidade de contato do licenciado em Educação Física com os vários cenários possíveis de sua atuação profissional nos estabelecimentos de educação básica.

No desenvolvimento dos componentes Estágio Supervisionado I, II, III e IV o discente tem contato com as práticas de avaliação educacional, planejamento e gestão escolar.

Na Etapa Específica Licenciatura são ofertados componentes curriculares denominadas Práticas Pedagógicas, destinados a atender as necessidades de enriquecimento curricular e de realização, pelos discentes, de atividades práticas necessárias para a formação do licenciado, e que são executadas em articulação com os sistemas de ensino e instituições educativas, o que a Resolução CNE/CES 6/2018, indica como ESTUDOS INTEGRADORES.

As Práticas Pedagógicas serão oferecidas com o total de 340 (trezentas e quarenta) horas, na forma dos seguintes componentes:

Componente curricular	Carga horária
Prática Pedagógica I	100
Prática Pedagógica II	80
Prática Pedagógica III	80
Prática Pedagógica IV	60

A carga horária estabelecida para as Práticas Pedagógicas atende a exigência do artigo 13 da Resolução CNE/CES 6/2018, segundo o qual seu oferecimento deve corresponder ao mínimo de 10% da carga horária do curso.

Ainda, a Etapa Específica Licenciatura contempla a oferta de atividades práticas de ensino, o que atende às exigências da Resolução CNE/CES 6/2018, que fixa as DCN para o curso de graduação em Educação Física, e da Resolução CNE/CP 2/2019 que estabelece as diretrizes para os cursos de formação de professores da educação básica, as Prática como Componente Curricular (PCC).

Componente curricular	Carga horária
Didática Educação Física	80
Metodologia do Ensino da Educação Física	80
Metodologias de Ensino (Esportes, Ginásticas, Movimentos Rítmicos e Expressivos, Lutas, Práticas de Aventura, Jogos, Atletismo, Esportes Aquáticos)	340

Conforme distribuição descrita, o PPC contempla na Etapa Específica Licenciatura a oferta de atividades práticas de ensino, o que atende às exigências da Resolução CNE/CES 6/2018, que fixa as DCN para o curso de graduação em Educação Física, e da Resolução CNE/CP 2/2019 que estabelece as diretrizes para os cursos de formação de professores da educação básica. Distribuídas ao longo do curso, constituem-se como espaços privilegiados de vivência com as práticas corporais vinculadas a experimentação da docência orientada, propiciando a reflexão em relação ao "saber fazer" e aos "saber ensinar" e ao processo de tornar-se professor.

Conforme confirma as informações apresentadas, o PPC contempla na Etapa Específica Licenciatura a oferta de atividades práticas de ensino, o que atende às exigências da Resolução CNE/CES 6/2018 e da Resolução CNE/CP 2/2019.

As atividades de prática pedagógica são executadas de forma presencial e obrigatoriamente acompanhadas por docente da FACULDADE DO FUTURO e por 01 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

As práticas que consistirem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor, são registradas em portfólio, compilando evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

10. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As tecnologias de informação e comunicação adotadas para o processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional e promovem a interatividade entre docentes/tutores e discentes. Além disso, asseguraram o acesso a materiais e/ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos integrantes do sistema a plena dinamização do tempo, bem como permite o processo de ensino-aprendizagem.

A FACULDADE DO FUTURO, por meio de sua rede de computadores interna, comunica-se com a comunidade acadêmica (alunos, professores, tutores e colaboradores) por meio de seus portais, com plataforma e software específicos para o desenvolvimento das atividades, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos, por quem se fizer necessário.

A IES possui laboratórios de informática, utilizados como ferramenta de apoio para os cursos oferecidos, tornando o ensino-aprendizagem mais atrativo e aderentes às demandas educacionais de preparação dos seus egressos para a revolução tecnológica. Todos os microcomputadores possuem disponibilidade de conexão à internet.

Nos microcomputadores disponibilizados pela IES são utilizados(as):

• Internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes.

• Pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides, etc.;

• Softwares específicos, de acordo com os cursos ministrados, para simulações de atividades individuais e em grupo.

Além disso, entre os avanços tecnológicos incorporados no processo de ensino-aprendizagem, a IES estimula o uso de redes sociais e suas ferramentas para criação de grupos, para compartilhamento de informações de apoio às aulas.

A IES estabelece o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Devido a introdução dos avanços tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, a IES garante a acessibilidade comunicacional no meio digital.

A acessibilidade comunicacional é caracterizada pela ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital).

A acessibilidade digital é caracterizada pela ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas,

compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica e de comunicação, a FACULDADE DO FUTURO possui instalado em seus computadores (laboratórios de informática e biblioteca) softwares livres para facilitar o acadêmico com as suas atividades: Braile virtual, Dosvox, NVDA, atendendo, assim, questões ligadas a deficiência visual, motora, com síndrome de down e dificuldade de comunicação.

Para tanto, são disponibilizados teclados em Braille; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a microcomputador; entre outros recursos necessários para garantir a acessibilidade digital.

A IES incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades de ensino, iniciação científica e extensão. Para tanto, destina percentual de sua receita para a aquisição de microcomputadores e softwares.

A plataforma/software utilizada permite relacionamento acadêmico do aluno com a FACULDADE DO FUTURO – professor-tutor – via web, além de realizar ações como: renovação de matrícula, lançamento e consultas a notas e faltas, upload e download de materiais e apostilas dos professores, consulta financeira, segunda via de boleto, consulta ao acervo bibliográfico, empréstimo, devolução, reserva, dentre outras ferramentas.

Além disto, a FACULDADE DO FUTURO conta com laboratórios de informática para utilização durante as aulas dos componentes curriculares do curso, visando o apoio ao desenvolvimento das metodologias utilizadas tanto pelos componentes teóricos quanto os práticos, por meio da disponibilização e uso dos softwares e hardware especificados nos planos de aulas, quando solicitados. Os estudantes podem usar os laboratórios em horários de estudo individuais ou em grupo, favorecendo o aprofundamento, a pesquisa e a autonomia dos que optarem em estudar na Instituição.

As salas de aula contam com suporte de equipamento, como: projetores, TV e computadores, rede wireless para uso dos que a frequentaram, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação. Destaca-se, ainda, o uso das TICs como mola propulsora do ensino aprendizado e a participação autônoma dos alunos com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades educacionais.

A gestão administrativa e acadêmica conta também com sistema de telefonia (ramais) e rede de computadores em todas as salas, o informativo interno em intranet, relatórios de não conformidades, sugestões, ouvidorias, relatórios de autoavaliação, reuniões pedagógicas com o corpo docente, relatórios estatísticos mensais dos setores, dentre outros instrumentos.

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico de educação a distância da FACULDADE DO FUTURO, é utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, a qual garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Moodle, uma plataforma (código aberto) para gestão e desenvolvimento de atividades na modalidade de educação a distância, que possui inúmeras opções de recursos aliados à flexibilidade que possibilita a aprendizagem e o trabalho colaborativo através da Internet.

11. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado no curso apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. São realizadas avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico de educação a distância da FACULDADE DO FUTURO, tendo em vista que no curso de Educação Física essa metodologia é utilizada em conformidade como a previsão legal, é utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, a qual garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Moodle, uma plataforma (código aberto) para gestão e desenvolvimento de atividades na modalidade de educação a distância.

O Moodle (Modular Object – Oriented Dynamic Learning Environment) é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) que, segundo seu criador, Martin Dougiamas, trabalha com uma perspectiva dinâmica da aprendizagem em que a pedagogia socio construtivista e as ações colaborativas ocupam lugar de destaque. Nesse contexto, seu objetivo é permitir que processos de ensino-aprendizagem ocorram por meio não apenas da interatividade, mas, principalmente, pela interação, ou seja, privilegiando as construção e reconstrução do conhecimento, a autoria, a produção de conhecimento em colaboração com os pares e a aprendizagem significativa do aluno.

No AVA Moodle é possível criar objetos instrucionais dinâmicos que oportuniza a aprendizagem em qualquer lugar e em qualquer momento. Através dele, a comunidade acadêmica pode disponibilizar, facilmente, lições utilizando centenas de funcionalidades – como carregar conteúdos, criar trabalhos e testes de avaliação – e configurar atividades colaborativas – como fóruns, wikis ou glossários – para tornar a aprendizagem online efetiva e motivadora.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem permite a utilização de diversos objetos de aprendizagens, dentre eles podemos destacar as categorias: Textos, Ferramentas de Orientação, Conteúdos, Atividades Avaliativas e Interação.

Com o propósito de garantir a integridade, a disponibilidade e autenticidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem, a FACULDADE FUTURO, hospeda a plataforma AVA em um Data Center conceituado e com expertise em manter toda infraestrutura necessária para o bom funcionamento: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe do setor de tecnologia da FACULDADE DO FUTURO compete a a gestão do ambiente, administrando, monitorando, implementando inovações.

A plataforma possibilita o acesso, somente, através das credenciais fornecidas pela FACULDADE DO FUTURO (o login e senha pessoal). Os níveis de acesso e operação dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem são determinados pelo setor de tecnologia e pela equipe de gestão acadêmica

12. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático elaborado na forma das Unidades de Aprendizagem (UA) de SAGAH e disponibilizado aos discentes, foi validado pela equipe multidisciplinar e posteriormente pelo NDE, e permite desenvolver a formação definida no Projeto Pedagógico de Curso, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação. O material didático apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.

O material didático (UA) a ser disponibilizado aos discentes, teve validação por equipe multidisciplinar e pelo NDE, possibilitando desenvolver a formação definida no PPC, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e prevê linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.

O material didático (UA) para a oferta dos conteúdos assíncronos foi devidamente elaborado e preparado por equipe de professores conteudistas da empresa contratada, especializada em suas áreas de formação, sob supervisão e validação pelo NDE e pela equipe multidisciplinar da IES.

Desta forma, a IES está atenta à qualidade necessária para a elaboração do material didático, uma vez que o material que será disponibilizado aos estudantes foi confeccionado por profissionais da área do curso e especialistas em educação a distância, atendendo aos conteúdos curriculares, devidamente demandados e validados pelos NDEs, Colegiados de Curso e equipe multidisciplinar, sempre atentos às DCNs.

A equipe de profissionais que elaborou o material faz parte da empresa SAGAH, contratada como fornecedora de conteúdo digital. Foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços, devidamente documentado.

A Unidade de Aprendizagem (UA), que é o material didático fornecido para os momentos assíncronos, é composta por objetos de aprendizagem que permitem ao aluno desempenhar um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Os estudos sobre aprendizagem demonstram que a taxa de aprendizagem cresce com a realização de atividades pelos alunos. Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade.

Cada Unidade de Aprendizagem é composta dos seguintes itens:

1. Apresentação: Contém os objetivos de aprendizagem da unidade de aprendizagem, em termos de conteúdos, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que compõem a unidade. Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais

objetivos: a) delimita a tarefa, elimina a ambiguidade e facilita a interpretação; b) assegura a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado podem ser determinadas; c) permite que o professor e os alunos distingam as diferentes variedades ou classes de comportamentos, possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizado tem maiores chances de sucesso; e d) fornece um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou "organizadores avançados" para o aprendizado.

2. Desafio de Aprendizagem: Desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto, mas sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se, nesta atividade, elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica. Este desafio exige do aluno a entrega de algum resultado: um artigo, um projeto, um relatório, etc. Ou seja, o aluno deverá produzir algo que comprove a realização da atividade e que permita a avaliação do seu desempenho. O resultado da atividade é entregue no ambiente virtual de aprendizagem. Os seguintes itens constam no desafio: a) descrição do desafio: descrição detalhada da atividade a ser realizada; b) orientação de resposta do aluno: explicação do que o aluno deve entregar como resultado do desafio; e c) padrão de resposta esperado: modelo padrão de resposta a ser entregue pelo aluno e que sirva de orientação para a correção da atividade.

3. Infográfico: É uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação.

4. Conteúdo do livro: Cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado Esses trechos são produzidos em flipbook e disponibilizados aos alunos por intermédio de um link que o direciona para o material.

5. Dica do professor: A dica do professor é um vídeo de curta duração sobre o tema principal da unidade de aprendizagem. A dica do professor tem por objetivo apresentar o conteúdo em um formato dinâmico, complementando os demais objetos de aprendizagem.

6. Exercícios de fixação: São questões objetivas que abordam os pontos principais do conteúdo. São exercícios que reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São disponibilizadas cinco questões em cada unidade de aprendizagem. Cada exercício é apresentado e, após a resolução pelo aluno, a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback, inclusive os distratores.

7. Na Prática: É a aplicação e contextualização do conteúdo. Um meio de demonstrar a teoria na prática. A aplicabilidade prática de cada conceito desenvolvido na unidade de aprendizagem é exemplificada. Ao contextualizar a teoria, a metodologia favorece o desenvolvimento das competências profissionais pelo conhecimento das situações reais da vida profissional.

8. Saiba Mais: Permite a leitura complementar e mais profunda dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

9. Material impresso: A plataforma possibilita a impressão de todo o material disponibilizado virtualmente, com configuração adequada, caso seja da necessidade particular do discente.

13. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, tem caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; deve, ainda, priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes e a realização do feedback em cada avaliação.

A avaliação é desenvolvida por meio de métodos e instrumentos diversificados, tais como: participação em fóruns no AVA, realização de exercícios e outros meios em que possam ser observadas as atitudes e os conhecimentos construídos/adquiridos pelo aluno.

Os docentes-tutores devem atuar como mediadores na preparação dos alunos para o pensar e devem estimular as capacidades investigadoras dos discentes, o que se traduz em atividades de avaliação que valorizem o processo de raciocínio, do pensamento, da análise, em oposição à memorização pura e simples. Para isso, são adotadas metodologias de ensino que permitam aos alunos produzir e criar, superando ao máximo a pura reprodução, já que se objetiva a formação de um indivíduo que tenha capacidade de intervir na sociedade de forma criativa, reflexiva e transformadora.

As normas de avaliação e desempenho discentes dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) da FACULDADE DO FUTURO são disciplinados pela Portaria nº 1 de 4 de julho de 2022.

O total de 100 (cem) pontos previstos por disciplina e por semestre letivo é distribuído em 03 (três) etapas, atendendo aos seguintes critérios:

- 1ª etapa: 35,0 (trinta e cinco) pontos atribuídos obrigatoriamente a avaliações teóricas, práticas (quando pertinente) e atividades individuais ou coletivas (avaliações práticas, trabalhos em grupo, relatórios, seminários, estudo de caso, discussão de artigo científico, grupo de discussão, quiz, estudos dirigidos, entre outros). As avaliações deverão ser aplicadas no modelo (conceito) ENADE, contendo questões objetivas, com 05

(cinco) alternativas de resposta e questões discursivas; o professor deverá distribuir as notas em pelo menos duas modalidades avaliativas, sendo uma delas obrigatoriamente a avaliação no modelo ENADE; de acordo com as especificidades de cada disciplina, privilegiar as discussões e análises reflexivas. Dos 35,0 pontos distribuídos na etapa, 25,0 pontos deverão ser obrigatoriamente atribuídos a uma avaliação teórica e 10,0 pontos configurados da seguinte forma: 5,0 pontos em atividades individuais ou coletivas e 5,0 pontos de pontuação nas Unidades de Aprendizagem no AVA, a saber: 3,0 pontos na atividade EXERCÍCIO (equivalente a 60% da nota de 0 a 100%) e 2,0 pontos na atividade PARTICIPAÇÃO (equivalente a 40% da nota de 0 a 100%) - serão considerados OBJETOS da PARTICIPAÇÃO: Apresentação, Desafio, Infográfico, Conteúdo do livro, Dica do professor, Exercícios e Na prática). As avaliações teóricas terão 13 questões, sendo 10 questões objetivas no valor de 1,75 ponto cada e três questões discursivas no valor de 2,5 pontos cada.

OBS: As avaliações teóricas para as disciplinas de cinquenta minutos terão 10 questões, sendo oito questões objetivas no valor de 2,0 pontos cada e duas questões discursivas no valor de 4,5 pontos cada.

- 2ª etapa: 35,0 (trinta e cinco) pontos atribuídos obrigatoriamente a avaliações teóricas, práticas (quando pertinente) e atividades individuais ou coletivas (avaliações práticas, trabalhos em grupo, relatórios, seminários, estudo de caso, discussão de artigo científico, grupo de discussão, quiz, estudos dirigidos, entre outros). As avaliações deverão ser aplicadas no modelo (conceito) ENADE, contendo questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas de resposta e questões discursivas; o professor deverá distribuir as notas em pelo menos duas modalidades avaliativas, sendo uma delas obrigatoriamente a avaliação no modelo ENADE; de acordo com as especificidades de cada disciplina, privilegiar as discussões e análises reflexivas. Dos 35,0 pontos distribuídos na etapa, 25,0 pontos deverão ser obrigatoriamente atribuídos a uma avaliação teórica e 10,0 pontos configurados da seguinte forma: 5,0 pontos em atividades individuais ou coletivas e 5,0 pontos de pontuação nas Unidades de Aprendizagem no AVA, a saber: 3,0 pontos na atividade EXERCÍCIO (equivalente a 60% da nota de 0 a 100%) e 2,0 pontos na atividade PARTICIPAÇÃO (equivalente a 40% da nota de 0 a 100%) - serão considerados OBJETOS da PARTICIPAÇÃO: Apresentação, Desafio, Infográfico, Conteúdo do livro, Dica do professor, Exercícios e Na prática). As avaliações teóricas terão 13 questões, sendo 10 questões objetivas no valor de 1,75 ponto cada e três questões discursivas no valor de 2,5 pontos cada.

OBS: As avaliações teóricas para as disciplinas de cinquenta minutos terão 10 questões, sendo oito questões objetivas no valor de 2,0 pontos cada e duas questões discursivas no valor de 4,5 pontos cada.

- 3ª etapa: 20,0 (vinte) pontos atribuídos obrigatoriamente a uma avaliação teórica no modelo (conceito) ENADE, contendo 40 (quarenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas de resposta e 10 (dez) pontos atribuídos ao Trabalho Interdisciplinar (TI).

O Trabalho Interdisciplinar (TI) deve versar pela escolha da temática por curso/ período ou temática única por curso (definido pela coordenação de curso e pelos professores) e deve atender ao viés social, com a integração faculdade-aluno-comunidade. A forma de operacionalização das atividades atinentes ao Trabalho Interdisciplinar está disciplinada no Regulamento do Trabalho Interdisciplinar.

O TI objetiva estimular o aluno a desenvolver um conjunto de competências no campo de sua futura atuação profissional, por meio de uma aproximação maior entre a realidade prática e a teoria aprendida em sala de aula, o qual resultará em uma mostra pública dos trabalhos. Esse processo visa desenvolver o aprendizado por meio de pesquisa, imersão, problematização e integração dos saberes aprendidos diante de cada demanda exigida dos futuros profissionais, agregando assim valor a sua experiência acadêmica. A atitude interdisciplinar provocada com este trabalho traz mudanças globais e pontuais nas tomadas de decisões e também envolve o apoio do corpo docente para que cada aluno atinja seus objetivos.

Todos os grupos do trabalho interdisciplinar estão sob a orientação de um professor, havendo ainda um professor organizador geral do TI para cada período do curso. São funções do organizador do TI a formação dos grupos de trabalho (máximo de oito alunos) e seus respectivos professores orientadores, envio dos nomes dos alunos para os professores e coordenação, interlocução entre professores, alunos e o coordenador do curso, ajuda na tomada de decisões do grupo diante de dificuldades junto à pesquisa, a outros professores e/ou coordenação, auxílio na promoção do evento de apresentação do trabalho final do TI.

O calendário das atividades fixa o mês de entrega dos resultados das avaliações.

Os alunos que faltarem às provas poderão, ao final do semestre, requerer a segunda chamada, devendo quitar a taxa correspondente. Será cobrada a matéria toda na prova; valendo os mesmos pontos que perderam. Não terá segunda chamada para trabalhos, apenas para provas.

Os resultados são postados no portal. Será exigido o mínimo de 60 (sessenta) pontos para aprovação em cada componente curricular.

O aluno que não alcançar o mínimo de 60 (sessenta) pontos exigidos para aprovação, poderá submeter-se a uma avaliação suplementar, no formato de prova individual, que valerá 100 pontos e abrangerá todo o conteúdo curricular da disciplina.

Para submeter-se à avaliação suplementar e à segunda chamada das provas o aluno deverá requerê-la(s) na secretaria da Faculdade e pagar a taxa correspondente.

A avaliação suplementar será marcada pela Secretaria que divulgará o calendário da mesma.

Seguindo o Regimento da FACULDADE DO FUTURO, para aprovação o aluno deverá ter presença obrigatória nas aplicações das avaliações das disciplinas. E se não obtiver 60% (sessenta por cento) por cento de aproveitamento deverá cursar novamente a disciplina, de forma integral, em regime de dependência.

Cabe ao NDE acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem do PPC, assim como verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos, de forma a planejar ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

14. NÚMERO DE VAGAS

As 100 (cem) vagas autorizadas estão fundamentadas em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica.

A oferta de vagas é compatível com a dimensão do corpo docente e tutorial e as condições de infraestrutura física e tecnológica disponíveis para o curso.

15. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo autoavaliativo periódico do curso.

Na gestão do curso ocorre efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes/tutores. Essas instâncias são representadas pelo Coordenador de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergem para o Colegiado de Curso.

O NDE do curso é o responsável pelo processo de concepção e atua na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). É composto por 05 (cinco) docentes, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* (observado o limite estabelecido na Resolução CONAES nº 01/2010). Dentre os membros do NDE há o Coordenador de Curso. O NDE orienta e dá suporte na implantação do PPC como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colabora com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considerará permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliará os Coordenadores de Curso na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participam da avaliação. Nas análises dos resultados do ENADE, das avaliações in loco do curso e da avaliação interna, a CPA conta com o apoio do Coordenador de Curso e do NDE. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorpora ao seu relatório, propõe ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoia a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar

aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso possibilita um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela IES no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do PPC traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implantação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do PPC resultam principalmente de interações entre áreas de conhecimento, órgão colegiado do curso, NDE e dirigentes da IES e de avaliações continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

O processo de autoavaliação do PPC observa as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação são levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da Coordenação de Curso.

16. APOIO AO DISCENTE

16.1. Programa de Acolhimento e Permanência do Discente

Considerando a importância de promover a integração e assimilação da cultura e da vida acadêmica dos alunos ingressantes, assim como a necessidade de integrar esses alunos no ambiente acadêmico apresentando o curso de graduação em Educação Física e as políticas institucionais, foi implantado o Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência com a finalidade de acompanhar o acesso e a trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes e favorecer a sua permanência.

O Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência tem como objetivos: desenvolver ações que propiciem um diálogo intercultural na comunidade acadêmica; oferecer acolhimento, informações, socialização, solidariedade e conscientização aos alunos ingressantes; familiarização com a EAD, promovendo a interação com professores-tutores e alunos e com as informações sobre o funcionamento da Instituição, dos cursos, da EAD, dos projetos de extensão, investigação científica e dos programas de formação continuada; desenvolver ações de inclusão (bolsas; financiamentos; apoio psicopedagógico e em acessibilidade; nivelamento etc.) que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

16.2. Programa de Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Entendendo a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; e que a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais; o órgão de apoio psicopedagógico e em acessibilidade, apoiado pelo corpo docente, pelos Coordenadores de Curso e pela Diretoria da FACULDADE DO FUTURO, garante:

- O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na instituição, serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimina as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.
- A acessibilidade digital da comunidade acadêmica, ou a condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos.

Os Coordenadores de Curso, assessorados pelo Serviço de Atendimento ao Discente desenvolve ações, que contemplam o princípio da inclusão educacional, voltadas para o atendimento às demandas acadêmicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O apoio realizado pelo Serviço de Atendimento ao Discente ao estudante com necessidades educacionais especiais deve alcançar pessoas incluídas nas seguintes situações:

- Pessoa com Deficiência ou Necessidades Educacional Especial, cujas deficiências são classificadas em:
  a) Deficiência Física;
  b) Deficiência Auditiva;
  c) Deficiência Visual;
  d) Deficiência de Comunicação, Linguagem e Fala;
  e) Deficiência Intelectual;
  f) Deficiência Múltipla.

- Pessoa com Mobilidade Reduzida.

Os estudantes que podem se beneficiar das ações relacionadas ao atendimento educacional especializado são todos os matriculados na FACULDADE DO FUTURO que se enquadrem na condição de estudante com necessidades educacionais especiais e que comprovem mediante apresentação de laudo médico.

Os estudantes com necessidades educacionais especiais têm prioridade no atendimento dos diversos serviços da FACULDADE DO FUTURO.

Cabe à administração superior prover condições que garantam a permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais nos cursos, a partir da demanda informada. As condições referem-se às responsabilidades para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais, como:

- Recurso didático pedagógico adaptado.
- Recursos de tecnologia assistiva.
- Acesso às dependências acadêmicas.
- Pessoal docente e técnico capacitado.
- Serviço de apoio específico (adaptação de materiais; tradutores/intérpretes de língua brasileira de sinais - libras; ledor e escriba; guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento).

Acrescenta-se que sempre que necessário são utilizados os recursos de tecnologia assistiva incorporados em teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, entre outros disponibilizados pela FACULDADE DO FUTURO.

16.3. Programa de Monitoria

A FACULDADE DO FUTURO possui um Projeto de Monitoria, que tem como fins fundamentais a melhoria do ensino e de seus cursos, cuja finalidade é desenvolver as aptidões e competências dos discentes participantes do projeto, com o intuito de formar uma fonte relevante de futuros docentes para a Instituição.

A monitoria não implica vínculo empregatício e é exercida sob orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes a carga horária regular de disciplina.

A seguir é apresentado o Regulamento da Monitoria da FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DA MONITORIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento disciplina o funcionamento da Monitoria na FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II - DA MONITORIA

Art. 2º. A Monitoria caracteriza-se como um processo educativo, cujas atividades se desenvolvem de forma conjunta por professores e alunos em perspectivas diversas,

objetivando despertar no aluno, o interesse pela carreira docente e promover a consolidação de conhecimentos adquiridos mediante sua participação junto aos professores e alunos nas tarefas didáticas.

Art. 3º. A Monitoria na FACULDADE DO FUTURO tem por objetivos:

I – incentivar a cooperação do monitor com o corpo docente e discente nas atividades de ensino-aprendizagem;

II – desenvolver capacidades de análise e crítica, incentivando o estudante monitor a adquirir hábitos de estudo, interesse e habilidades para a docência;

III – aprofundar conhecimentos teóricos e práticos no componente curricular que estiver atuando como monitor;

IV – ampliar a participação dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem na FACULDADE DO FUTURO;

V – contribuir com as políticas de inclusão e permanência dos estudantes, proporcionando atividades de reforço acadêmico aos alunos com a finalidade de superar problemas de repetência, evasão e falta de motivação.

CAPÍTULO III - ESTRUTURA OPERACIONAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. A estrutura operacional da Monitoria na FACULDADE DO FUTURO é composta:

I – pelo Diretor da FACULDADE DO FUTURO;

II – pelos Coordenadores dos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO;

III – pelos professores orientadores, responsáveis pelos componentes curriculares;

IV – pelos estudantes monitores.

Art. 5º. São atribuições do Diretor da FACULDADE DO FUTURO em relação a Monitoria:

I – coordenar e avaliar Monitoria na FACULDADE DO FUTURO;

II – elaborar modelo de Ficha de Inscrição, Plano de Trabalho, Termo de Compromisso, Ficha de Frequência e Atividades, Relatório Final e Avaliação, Termo de Desistência;

III – elaborar o Edital do processo seletivo da Monitoria;

IV – acompanhar os projetos de Monitoria;

V – promover a troca de experiências e incentivar atividades integradas;

VI – apoiar os Coordenadores de Curso em suas atribuições;

VII – supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento;

Art. 6º. São atribuições do Coordenador de Curso:

I – gerir os processos seletivos de monitores;

II – acompanhar a elaboração do Plano de Trabalho dos professores orientadores de Monitoria;

III – promover o debate e a troca de experiências no curso;

IV – atualizar os registros dos monitores do curso;

V – receber e sistematizar os Relatórios Finais e Avaliações de Monitoria, e encaminhá-los ao Diretor.

Parágrafo Único. A Secretaria da FACULDADE DO FUTURO deverá promover o suporte técnico ao Coordenador de Curso no tocante às atribuições definidas neste artigo.

Art. 7º. São atribuições do professor orientador:

I – elaborar o Plano de Trabalho para o componente curricular de sua responsabilidade em conjunto com o monitor;

II – acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades de Monitoria;

III – encaminhar o Relatório Final e Avaliação do monitor ao Coordenador de Curso;

IV – orientar o monitor na execução do seu Plano de Trabalho, discutindo as questões práticas e teóricas, fornecendo-lhe subsídios necessários à sua formação.

Art. 8º. São atribuições do Monitor:

I – desenvolver o Plano de Trabalho, elaborado em conjunto com o professor orientador;

II – cumprir a carga horária semanal de 04 (quatro) horas;

III – elaborar Relatório Final de Monitoria e apresentá-lo ao professor orientador;

IV – colaborar com o professor orientador no desempenho de tarefas didáticas, compatíveis com o seu grau de conhecimento e experiência;

V – cooperar no atendimento e orientação aos alunos do componente curricular, visando sua adaptação e maior integração na FACULDADE DO FUTURO;

VI – receber sugestões dos alunos para o professor e para a FACULDADE DO FUTURO, com vistas ao aperfeiçoamento das aulas.

§1º. Todas as atividades do monitor serão desempenhadas estritamente sob supervisão direta do professor orientador, sendo vedado ao monitor o exercício da docência, a realização de atividades de responsabilidade exclusiva do professor, tal como assentamento de frequência e dos conteúdos no diário de classe, e as de caráter administrativo.

§2º. O monitor exercerá suas funções sem qualquer vínculo empregatício com a FACULDADE DO FUTURO.

§3º. O horário das atividades de monitor não poderá estar sobreposto ao seu horário de aula.

CAPÍTULO IV – DAS VAGAS PARA A MONITORIA

Art. 9º. São concebidas 02 (duas) modalidades de Monitoria, atendendo aos mesmos objetivos, condições de participação e exigências:

I – Monitor Bolsista (Monitoria Remunerada): que terão uma retribuição financeira, sob forma de bolsa, durante 01 (um) período letivo (semestre);

II – Monitor Voluntário (Monitoria Voluntária): que não terão nenhuma compensação financeira pelo exercício de Monitoria.

Parágrafo Único. O número de vagas disponíveis para monitor bolsista e monitor voluntário deverá ser claramente apresentado no Edital do processo seletivo da Monitoria.

Art. 10. Durante o exercício da Monitoria, o estudante não poderá trancar sua matrícula na FACULDADE DO FUTURO ou participar de programa de mobilidade ou de intercâmbio.

CAPÍTULO V – DO PROCESSO SELETIVO DOS MONITORES

Art. 11. O processo seletivo será definido por Edital elaborado pela Diretoria.

Art. 12. O exame de seleção constará, obrigatoriamente, de entrevista pessoal e análise histórico acadêmico do aluno.

§1º. O exame de seleção será realizado sob a responsabilidade do Coordenador de Curso, em conjunto com o professor orientador, responsável pelo componente curricular.

§2º. O Coordenador de Curso, em conjunto com o professor orientador, poderá aplicar adicionalmente outras modalidades de avaliação para fins de seleção.

Art. 13. Poderão inscrever-se apenas estudantes regularmente matriculado nos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO, e que apresentarem nota igual ou superior a 70,0 (setenta) no componente curricular pleiteado.

Parágrafo Único. São requisitos básicos para o aluno participar do Programa de Monitoria:

I – ter disponibilidade de tempo para atender as atividades programadas;

II – não ter desistido da atividade de Monitoria anteriormente;

III – não estar cumprindo penalidade disciplinar.

Art. 14. Não é permitido aos estudantes exercer atividades de Monitoria em mais de 01 (um) componente curricular no mesmo período letivo.

Art. 15. Os estudantes somente poderão exercer atividades de Monitoria por, no máximo, 02 (dois) períodos letivos de um mesmo componente curricular.

Art. 16. A lista com os nomes dos candidatos aprovados deverá ser encaminhada, pelo Coordenador de Curso, à Diretoria para fins de publicação.

CAPÍTULO VI – DO DESLIGAMENTO

Art. 17. O desligamento da Monitoria se dará:

I – por solicitação do estudante monitor;

II – indicação do professor orientador ao qual o monitor está vinculado, mediante justificativa apresentada ao Coordenador de Curso;

III – por decisão da Diretoria, fundamentada no descumprimento das obrigações inerentes à Monitoria, assegurado o direito de ampla defesa;

IV – por suspensão imposta ao aluno no período em que se encontrar no exercício da Monitoria;

V – por trancamento de matrícula na FACULDADE DO FUTURO;

VI – por participação em programa de mobilidade ou de intercâmbio durante o período de exercício da Monitoria.

Parágrafo Único. Em todas as hipóteses, a bolsa Monitoria, se houver, cessará imediatamente após o desligamento do monitor.

Art. 18. Nos casos de desligamento do monitor não haverá substituição no decorrer do período letivo em andamento.

CAPÍTULO VII – DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 19. Os professores e monitores firmarão Termo de Compromisso com as atividades da Monitoria, em formulário próprio.

Art. 20. O envio do Relatório Final e Avaliação de Monitoria é imprescindível para o aluno receber certificação e concorrer a vagas de novo Edital.

CAPÍTULO VIII – DA CERTIFICAÇÃO DO MONITOR

Art. 21. Ao estudante que concluir com aproveitamento a Monitoria será expedido o Certificado de Monitoria emitido pela Diretoria, contendo o período, o componente curricular e o professor orientador.

Art. 22. A Monitoria é compreendida como Atividades Complementares, conforme o Regulamento das Atividades Complementares, sendo sua carga horária aproveitada independente de requerimento do estudante.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Conselho Superior.

Art. 24. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

16.4. Programa de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a FACULDADE DO FUTURO oferece cursos de nivelamento em Biologia, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre, logo nas primeiras semanas de aula. São realizados sem nenhum custo adicional aos alunos.

Os cursos de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica; e refletir com o estudante sobre o que representa a nova vida acadêmica.

A FACULDADE DO FUTURO oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades dos cursos que são oferecidos, conforme necessidades identificadas pelas Coordenações de Curso. Dessa forma, outros conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos.

REGULAMENTO DO NIVELAMENTO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento disciplina o funcionamento do Nivelamento na FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II - DO NIVELAMENTO

Art. 2º. O Nivelamento caracteriza-se como uma ação que objetiva recuperar as deficiências de formação dos ingressantes na FACULDADE DO FUTURO, revisando, complementando e sedimentando conceitos essenciais para que o aluno acompanhe os componentes curriculares ministrados nos cursos de graduação.

Art. 3º. O Nivelamento na FACULDADE DO FUTURO tem por objetivos:

I – reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso, ensejando, primeiramente, a adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem e o resgate dos conteúdos não assimilados pelo aluno advindo do ensino médio, essenciais ao aprendizado acadêmico;

II – propiciar a recuperação e o aprimoramento de conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos;

III – favorecer o acompanhamento dos componentes curriculares e/ou conteúdos do curso, amenizando as dificuldades dos alunos;

IV – promover um ambiente de equalização dos saberes considerados pré-requisitos para o prosseguimento de um curso superior;

V – promover a inclusão dos alunos com dificuldades em conteúdos básicos.

Art. 4º. Independentemente do Nivelamento:

I – os docentes devem comprometer-se em expor o conteúdo dos componentes curriculares em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades;

II – será disponibilizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem o auxílio realizado pelo Serviço de Atendimento ao Discente.

CAPÍTULO III - DA ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Art. 5º. O Nivelamento será realizado por meio da oferta de cursos específicos oferecidos, gratuitamente, para os alunos de turmas ingressantes na FACULDADE DO FUTURO.

Parágrafo Único. Os cursos poderão ser a alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, caso seja identificada necessidade.

Art. 6º. A participação nos cursos de nivelamentos será orientada e recomendada aos alunos, excluindo a obrigatoriedade.

Art. 7º. Os cursos de nivelamento terão carga horária estabelecidos em seu planejamento.

Art. 8º. São conteúdos para os cursos de nivelamento: Biologia, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química.

Parágrafo Único. Poderão ser desenvolvidos outros conteúdos, desde que considerados imprescindíveis ao desenvolvimento dos componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados, e de acordo com as dificuldades dos discentes detectadas pelo corpo docente.

Art. 9º. O docente responsável pelo curso de nivelamento apresentará o plano de ensino e o cronograma da atividade (planejamento), realizará o registro da frequência e dos conteúdos desenvolvidos, elaborará as atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e aplicará as avaliações.

Parágrafo Único. A documentação de planejamento e comprobatória das atividades desenvolvidas serão apresentadas à Coordenação de Curso para fins de controle.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Conselho Superior.

Art. 11. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

16.5. Programa de Intermediação e Acompanhamento de Estágios Não Obrigatórios Remunerados

A FACULDADE DO FUTURO, com o intuito de oferecer o melhor aos seus discentes, através do setor de estágios e convênios, estabeleceu vários convênios com entidades públicas e privadas, oferecendo estágios extracurriculares, remunerados e não remunerados, cuja finalidade é integrar o aluno ao mercado de trabalho, e oferecer-lhes melhores condições no momento em que atuarem profissionalmente.

Uma coordenação de estágios organiza a documentação e operacionaliza estágios não obrigatórios no curso de graduação em Educação Física. Também apoia o Coordenador de Curso, divulga oportunidades de estágio não obrigatório remunerado, e promove contato permanente com ambientes profissionais (campos de estágio) e os agentes de integração para captação de vagas, atuando na integração entre ensino e mundo do trabalho.

A seguir é apresentado o Regulamento do Estágio não Obrigatório Remunerado da FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento disciplina o Estágio não Obrigatório Remunerado, atividade opcional dos alunos da FACULDADE DO FUTURO acrescida à carga horária regular e obrigatória nos termos do §2º do artigo 2º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Parágrafo Único. O Estágio Não Obrigatório Remunerado tem como base legal a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

CAPÍTULO II – DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Art. 2º. Entende-se por Estágio Não Obrigatório Remunerado as atividades de aprendizagem profissional, relacionadas à área de formação dos estudantes, em que os mesmos participam de situações reais de trabalho.

Art. 3º. O Estágio Não Obrigatório Remunerado visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 4º. O Estágio Não Obrigatório Remunerado não criará vínculo empregatício de qualquer natureza, desde observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do aluno em qualquer dos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO:

II – celebração de termo de compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a FACULDADE DO FUTURO;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 5º. É compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como a concessão do auxílio-transporte para os alunos, pela parte concedente do estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 6º. Somente serão autorizados estágios a partir do segundo semestre do curso em que o aluno estiver matriculado e desde que a carga horária do estágio não seja incompatível com o desenvolvimento das aulas do curso.

CAPÍTULO III – DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Art. 7º. A duração do Estágio Não Obrigatório Remunerado na mesma parte concedente não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CAPÍTULO IV – DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Art. 8º. O Estágio Não Obrigatório Remunerado pode ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito privado, a órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, a profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação profissional do aluno.

Art. 9º. A FACULDADE DO FUTURO buscará oportunidades de estágio por meio de convênios com agências especializadas e via relação direta com as partes concedentes.

CAPÍTULO V – DO TERMO DE COMPROMISSO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Art. 10. A realização do Estágio Não Obrigatório Remunerado exigirá celebração de termo de compromisso a ser firmado entre a FACULDADE DO FUTURO, o aluno e a parte concedente do estágio.

Parágrafo Único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a FACULDADE DO FUTURO e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso.

Art. 11. No termo de compromisso deverão constar todas as cláusulas que nortearão o contrato de estágio, entre elas:

I – dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da FACULDADE DO FUTURO;

II – as responsabilidades de cada uma das partes;

III – objetivo do estágio;

IV – definição da área do estágio;

V – plano de atividades com vigência;

VI – a jornada de atividades do estagiário;

VII – a definição do intervalo na jornada diária;
VIII – vigência do termo de compromisso;
IX – motivos de rescisão;
X – concessão do recesso dentro do período de vigência do termo de compromisso;
XI – valor da bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada;
XII - valor do auxílio-transporte;
XIII – número da apólice e a companhia de seguros.

CAPÍTULO VI – DAS OBRIGAÇÕES DA FACULDADE

Art. 12. São obrigações da FACULDADE DO FUTURO, em relação ao Estágio Não Obrigatório Remunerado de seus alunos:

I – celebrar termo de compromisso com o aluno e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa de formação e ao horário e calendário acadêmico;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação do aluno;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do aluno a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus alunos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações acadêmicas.

Parágrafo Único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 03 (três) partes, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

CAPÍTULO VII – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONCEDENTE

Art. 13. São obrigações da parte concedente, em relação ao Estágio Não Obrigatório Remunerado dos alunos da FACULDADE DO FUTURO:

I – celebrar termo de compromisso com a FACULDADE DO FUTURO e o aluno, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao aluno atividades de aprendizagem profissional;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar a FACULDADE DO FUTURO, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CAPÍTULO VIII – DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO

Art. 14. O Estágio Não Obrigatório Remunerado será acompanhado por professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, designado pelo Coordenador do curso a que estiver matriculado o aluno, e por supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso, indicado pela parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de atividades.

Art. 15. A orientação de Estágio Não Obrigatório Remunerado será efetuada por docente cuja área de formação seja compatível com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, previstas no termo de compromisso, podendo ocorrer mediante:

I – acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo estagiário;
II – entrevistas e reuniões, presenciais ou virtuais;
III – contatos com o supervisor de estágio;
IV – avaliação dos relatórios de atividades.

Art. 16. A supervisão do estágio será efetuada por funcionário do quadro de pessoal da parte concedente, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Conselho Superior, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

166. Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente

O Serviço de Atendimento ao Discente (SAD) da FACULDADE DO FUTURO é o setor responsável pelo apoio psicopedagógico ao discente. Apresenta a articulação entre as atividades de ensino propostas em sala de aula e a solução dos problemas encontrados pelos alunos na execução destas atividades. Para que esta articulação se concretize são sugeridas atividades embasadas em trabalhos com dificuldades crescentes e interdisciplinares.

O Serviço de Atendimento ao Discente oferece atendimento psicopedagógico aos alunos de todos os cursos da FACULDADE DO FUTURO, com o preenchimento de fichas individualizadas e acompanhamento direto dos alunos, no sentido da análise do progresso de cada um dos acadêmicos atendidos.

O SAD é constituído por um psicólogo, com horários previamente fixados e expostos para o conhecimento da comunidade acadêmica.

16.7. Participação em Centros Acadêmicos

A FACULDADE DO FUTURO estimula a participação e organização estudantil em seus diversos cursos.

A representação estudantil tem por objetivo a promover a cooperação entre os órgãos superiores de administração da FACULDADE DO FUTURO, corpo docente, tutorial e discente no trabalho acadêmico, sendo vedadas atividades de natureza político partidárias e o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado.

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente.

No momento, o Diretório Acadêmico não está ativo, devido ao não atendimento do número de alunos para preenchimento das chapas previstas nos editais.

16.8. Ações Inovadoras

a) Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelos Coordenadores de Curso, pelos professores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Serviço de Atendimento ao Discente (SAD). Esse atendimento é feito de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de "portas abertas" onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

b) Apoio para Atividades Acadêmicas, Técnicas, Culturais e Mecanismos de Divulgação da Produção Discente.

A FACULDADE DO FUTURO entende a necessidade de incentivar a investigação científica como apoio necessário à qualificação do ensino, pautando-se pelos seguintes princípios:

- O conhecimento científico é o principal patrimônio para o desenvolvimento econômico sustentável e responsável de uma região.
- O compromisso dos cursos superiores com as demandas da região em que estes se localizam deve estar refletido na política de pesquisa da Instituição, ainda que esta não se volte, exclusivamente, para tais demandas;
- A prática da investigação científica contribui para a formação de profissionais aptos a propor soluções alternativas e criativas face às transformações sociais, desenvolvendo nos alunos as seguintes habilidades: percepção crítica da realidade; reflexão de caráter interdisciplinar; elaboração de textos técnico-científicos e filosóficos de qualidade; desenvolvimento de trabalhos em grupo; levantamento, avaliação e sistematização de dados; seleção e utilização de conhecimentos úteis à atividade profissional;
- A investigação científica prepara os alunos para a disseminação do saber, tornando possível a formação de professores e futuros ingressos nos programas de pós-graduação, lato e stricto sensu;
- A investigação científica reverte-se em benefícios para a Instituição, promovendo o ensino, e para a comunidade em geral, promovendo a extensão. Para que a investigação científica cumpra seu papel no desenvolvimento social sustentável e responsável, ela não pode estar dissociada das atividades de ensino e de extensão;
- A investigação científica não se restringe às grandes universidades, aos centros universitários ou aos "centros de excelência". Ela deve fazer parte da cultura da instituição de ensino superior, ainda que de pequeno porte, sem que isto implique na mediocrização ou na redução do rigor dos métodos científicos.

Os incentivos à investigação científica estão previstos no Regimento da FACULDADE DO FUTURO. De acordo com o seu Regimento, a FACULDADE DO FUTURO incentiva a investigação científica por todos os meios ao seu alcance, principalmente através:

> I – do cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;
> II – da manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica;
> III – da formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
> IV – da concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de determinados projetos;
> V – da realização de convênios com entidades patrocinadoras de pesquisa;
> VI – do intercâmbio com instituições científicas;
> VII – da programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

Para promover as atividades de investigação científica, a FACULDADE DO FUTURO utiliza as seguintes estratégias de ação, elencados previamente no planejamento orçamentário anual: concessão de bolas para execução de projetos científicos; promoção de meios e recursos para auxiliar a publicação de livros, monografias e artigos científicos de membros dos corpos docente e discente; desenvolvimento de mecanismos de interação com a comunidade empresarial e órgãos de fomento à pesquisa de modo a facilitar a regularidade da assistência gerencial, a consultoria e prestação de serviços às empresas privadas e entidades oficiais; realização de convênios com outras instituições, públicas e privadas; intercâmbio com instituições, visando a incentivar contratos entre

pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns; divulgação das investigações científicas realizadas; realização de conclaves destinados ao debate de temas de interesse da investigação científica; incentivo à participação de discentes na investigação científica; incentivo à participação de docentes em conclaves nacionais e internacionais.

As atividades de extensão e de projetos se colocam como prática acadêmica que objetiva promover a interação da FACULDADE DO FUTURO com as demandas da sociedade, reafirmando o compromisso social como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, possibilitando a formação do profissional cidadão.

A extensão se configura como uma forma de intervenção que favorece uma visão abrangente e integradora da sociedade, constituindo-se em espaço privilegiado no processo de formação profissional. Suas ações se voltam para o atendimento de demandas sociais colhidas no confronto direto com a realidade próxima, contribuindo, significativamente, na produção do conhecimento.

No ensino superior, especialmente aquele consciente de sua importância social, a extensão torna-se uma das funções equivalentes ao ensino e à investigação científica.

A FACULDADE DO FUTURO nasceu com a preocupação de qualificar-se como uma instituição de ensino superior capaz de promover as funções da investigação científica e da extensão.

Os princípios que norteiam os diferentes projetos de extensão da FACULDADE DO FUTURO podem ser expressos como:

- Prática acadêmica que possibilita, juntamente com o ensino e a pesquisa, a ação de reflexão e mudança no interior de cada curso e nas comunidades onde essas estão inseridas;
- Ações que devem alicerçar-se, principalmente, nas prioridades e demandas da região;
- Produção e aplicação de conhecimento para o desenvolvimento regional.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, desenvolvem-se sob a forma de atividades permanentes em projetos. De acordo com o Regimento da FACULDADE DO FUTURO, os serviços são realizados sob a forma de:

I – atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;
II – participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
III – promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

As ações de extensão realizadas pela FACULDADE DO FUTURO têm por objetivo a difusão de conhecimentos pertinentes às áreas dos cursos de graduação oferecidos, e são viabilizadas mediante as seguintes ações: promoção de seminários, simpósios, encontros e cursos de extensão; promoção de congressos para comunicação e divulgação de resultados decorrentes das atividades de ensino e pesquisa; intercâmbio com instituições congêneres, nacionais, bem como outros meios a seu alcance; articulação com o sistema empresarial, visando à promoção de oportunidades de estágios e outras atividades; prestação de serviços visando à integração com a comunidade local e regional;

treinamento pré-profissional dos discentes dos cursos de graduação de bacharelado e de licenciatura e dos cursos de pós-graduação; atendimento direto à comunidade e instituições públicas ou particulares; promoção de atividades e/ou participação em iniciativas de natureza cultural; divulgação de estudos sobre aspectos da realidade local e regional; estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e esportiva; publicação de trabalhos de interesse cultural.

Há uma preocupação da FACULDADE DO FUTURO em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros.

O Núcleo de Extensão, Investigação Científica e Pós-Graduação (NEPP) tem por finalidade congregar os projetos de investigação científica e de extensão da FACULDADE DO FUTURO, dar apoio à execução das atividades, além de buscar e promover meios para divulgação dos resultados parciais e finais dos projetos desenvolvidos.

O Regulamento de Extensão da FACULDADE DO FUTURO foi aprovado pela Resolução nº 02/2005 – IESMAN, em 02 de novembro de 2005 e reformulado em 2017.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DO FUTURO

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 1º. O Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (NEPP) da FACULDADE DO FUTURO tem como finalidade propiciar o suporte acadêmico e administrativo para o desenvolvimento de projetos, de cursos de pós-graduação, de pesquisa e de ações (cursos e atividades) de extensão.

Parágrafo Único. São diretrizes políticas da extensão, pesquisa e pós-graduação:

I – Permitir ao aluno a efetivação do aprendizado pela aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelos alunos da graduação e pós-graduação, através de pesquisa, seminários, cursos, consultorias, atendimento a população carente, prestação de serviços, com supervisão sistemática dos professores e profissionais das respectivas áreas do conhecimento;

II – buscar parcerias e convênios com outras instituições de ensino superior para implantação de programas de extensão, pesquisa e pós-graduação;

III – oferecer complementação da formação continuada dos alunos através dos cursos de pósgraduação;

IV – desenvolver programas de interação escola-empresas e organizações não governamentais;

V – colaborar no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão em parceria com todos os cursos da FACULDADE DO FUTURO, de instituições locais e regionais, outros

centros de ensino e de pesquisa do País e do exterior, divulgando-as através de publicações nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º. O Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP é constituído pelo Coordenador, e subsidiado por professores com titulação.

§1º. O Coordenador é indicado pelo Diretor e designado pela Mantenedora.

§2º. Na ausência ou impedimentos eventuais, o coordenador é substituído por um professor por ele indicado ad referendum do Diretor.

§3º. Os professores que darão suporte ao Coordenador serão indicados pelo mesmo, de acordo com a titulação e experiência.

Art. 3º. Administrativamente, o Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP da FACULDADE DO FUTURO compõe-se dos seguintes setores:

I – Coordenador do NEPP;

II – Professor responsável pelos Programas de Pesquisa;

III – Professor responsável pelos Programas de Extensão e Projetos;

IV – Professor responsável pelos Programas de Pós-Graduação;

V – Secretária.

Art. 4º. Compete ao Coordenador do Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP:

I – dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelos professores responsáveis do NEPP e demais atividades relativas ao planejamento administrativo, orçamentário e físico anual ou específicos de cada atividade em desenvolvimento na FACULDADE DO FUTURO;

II – orientar os coordenadores dos programas de extensão, pesquisa e pós-graduação da FACULDADE DO FUTURO nas fases de elaboração do processo orçamentário, e programação de atividades correlatas e específicas do NEPP;

III – manter atualizada toda legislação referente a cada projeto, ação e atividades;

IV – elaborar normas para a elaboração do orçamento de cada projeto, ação e atividade;

V – elaborar relatório semestral e anual de suas atividades;

VI – executar outras atividades correlatas;

VII – assessorar os dirigentes institucionais pertinentes às ações, atividades e projetos sob sua direção;

VIII – efetivar as atividades extensionistas, de pesquisa e pós-graduação após aprovação da Diretoria;

IX – contactar as fontes de fomento às pesquisas municipais, estaduais, nacionais e internacionais, com divulgação de seus procedimentos e cronogramas junto à comunidade acadêmica;

X – encaminhar às agências financiadoras os projetos de pesquisa da FACULDADE DO FUTURO, visando a captar recursos para a sua implementação;

XI – propor a concessão de bolsas de incentivo a pesquisa a docentes que estejam desenvolvendo pesquisas;

XII – elaborar o plano anual de ações e atividades do NEPP;

XIII – definir normas para a concessão de bolsas de iniciação e de extensão aos discentes;

XIV – participar de programas de bolsas de iniciação científica;

XV – providenciar a divulgação das datas e locais das reuniões de avaliação de propostas de projetos, pesquisas, ações e atividades de extensão;

XVI – promover a divulgação da produção científica da FACULDADE DO FUTURO;

XVII – contribuir na organização, divulgação e participação nos eventos técnicos e científicos programados local e regionalmente;

XVIII – manter atualizado o cadastro de professores pesquisadores, bem como o da produção técnica e científica da FACULDADE DO FUTURO;

XIX – propor normas regulamentares para a elaboração e tramitação de projetos, de pesquisa, de pós-graduação ou de extensão.

Art. 5º. Aos Professores responsáveis pelos Programas do Núcleo competem:

I – cumprir normas e procedimentos operacionais estabelecidos pelo Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP;

II – elaborar, supervisionar os projetos, ações, atividades, cursos sob sua coordenação;

III – fazer o acompanhamento físico-financeiro dos projetos, ações e atividades, avaliando os seus resultados;

IV – elaborar relatório geral semestral e anual de atividades;

V – elaborar proposta de orçamento;

VI – acompanhar a execução orçamentária;

VII – analisar junto ao Coordenador do NEPP as propostas orçamentárias;

VIII – promover a articulação das atividades sob sua coordenação com as demais desenvolvidas na FACULDADE DO FUTURO;

IX – emitir parecer em processos ou matérias referentes a sua área de coordenação.

Art. 6º. À Secretária do Núcleo compete:

I – manter cadastro das fontes financiadoras de projetos de ensino, pesquisa e extensão;

II – elaborar os relatórios dos projetos, atividades do NEPP;

III – atender a todas as necessidades burocráticas do NEPP;

IV – secretariar os professores responsáveis do NEPP.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Administração Superior da FACULDADE DO FUTURO.

Art. 8º. Este Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão da FACULDADE DO FUTURO.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as atividades curriculares de extensão dos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 2º. A extensão na educação superior brasileira na FACULDADE DO FUTURO é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da iniciação científica, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a iniciação científica.

§1º. Este Regulamento tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades de extensão na IES e atender ao disposto na Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regulamenta o disposto em Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

§2º. A extensão será desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã (Direitos Humanos, Inclusão, Relações Étnico-Raciais e Indígenas e Meio Ambiente e Sustentabilidade), enquadradas nas áreas de:

a) Comunicação;

b) Cultura;

c) Direitos Humanos e Justiça;

d) Educação;

e) Meio Ambiente;

f) Saúde;

g) Tecnologia e Produção;

h) Trabalho.

§3º. As linhas de extensão serão orientadas pelas áreas temáticas, não devendo estar, necessariamente, ligadas a uma área específica apenas, podendo estar relacionadas, e deverão ter caráter interdisciplinar.

Art. 3º. A FACULDADE DO FUTURO desenvolve atividades de extensão visando promover a sua articulação com a sociedade, transferindo para esta os conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica; e captando as demandas sociais para orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Art. 4º. Entende-se por Curricularização da Extensão a inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, sob a forma de programas / projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, na perspectiva de uma transformação social por meio das ações de estudantes orientados por professores, podendo contar com a participação de técnicos administrativos, junto à comunidade externa da FACULDADE DO FUTURO.

Art. 5º. O objetivo da Curricularização da Extensão é ampliar a inserção e articulação de programas / projetos, cursos, eventos prestação de serviços de extensão nos processos formativos dos estudantes, de forma indissociável da iniciação científica e do ensino, por meio da interação dialógica com a comunidade externa, visando o impacto na formação do discente e a transformação social.

Art. 6º. A Curricularização da Extensão se aplica a todos os cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO.

Art. 7º. As atividades de extensão, em suas variadas formas, devem obrigatoriamente fazer parte da matriz/grade curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação da FACULDADE DO FUTURO e deverão assegurar o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária de integralização do curso, preferencialmente, em áreas de grande pertinência social.

Parágrafo Único. A carga horária de extensão a ser curricularizada não deve ser uma carga horária adicional, mas parte integrante da carga horária total do curso.

CAPÍTULO III – DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 8º. A carga horária das atividades de extensão, com fins de Curricularização neste Regulamento, deve ser prevista e apurada dentro do conjunto de componentes curriculares do curso.

Parágrafo Único. O Estágio, o Trabalho de Conclusão de Curso (mesmo quando resultante de práticas de extensão) e as Atividades Complementares não serão computados para integralizar a carga horária da extensão porque cada componente curricular possui limites próprios de cargas horárias e elas não geram compensação entre si.

Art. 9º. Para fins de organização curricular, as atividades de extensão podem ser registradas no PPC das seguintes formas:

I – como componentes curriculares específicos de extensão;
II – como parte de componentes curriculares não específicos de extensão;
III – como composição dos itens I e II.

Art. 10. A composição curricular com fins de Curricularização da Extensão para o cumprimento dos incisos do artigo anterior podem envolver as seguintes ações, sempre com atividades dos acadêmicos orientadas por professores e, de forma colaborativa, por técnicos-administrativos da FACULDADE DO FUTURO, direcionadas e aplicadas junto à comunidade externa, de acordo com o perfil de formação:

I – Programas - conjunto articulado de atividades de extensão (cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade;
II – Projetos - conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;
III – Cursos - ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender as necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com carga horária mínima e critérios de avaliação definidos;
IV – Eventos - ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto artístico, cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela FACULDADE DO FUTURO; e
V – Prestação de Serviços - a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome da FACULDADE DO FUTURO, a partir de sua capacitação técnico-científica, envolvendo a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises setoriais, palestras e outras, vinculadas a área de atuação da IES, que dão respostas as necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho.

Art. 11. A carga horária das atividades de extensão deve ser apurada dentro do conjunto de componentes curriculares da matriz/grade curricular do curso.

Art. 12. O PPC deverá apresentar o delineamento metodológico e avaliativo das atividades de extensão previstas, devendo apresentar as formas de oferta de atividades de extensão a ser cumprida para fins de Curricularização da Extensão.

§1º. Os PPCs de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de carga horária equivalente após a devida avaliação.

§2º. Os planos de ensino dos docentes envolvidos devem fazer menção às atividades de extensão da curricularização e sua referida carga horária.

§3º. O processo de curricularização deve garantir a participação ativa dos acadêmicos na organização, execução e aplicação das ações de extensão junto à comunidade externa.

§4º. A Curricularização da Extensão, em todo seu processo, deverá visar a qualificação da formação dos estudantes, promovendo protagonismo e a sua interação com a comunidade e os contextos locais, a oferta de ações de extensão de forma orgânica, permanente e articulada ao ensino e à pesquisa.

CAPÍTULO IV – DA EXTENSÃO COMO COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS DE EXTENSÃO

Art. 13. Trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, que serão inseridos na estrutura curricular do curso e cuja carga horária precisa ser integralizada pelos estudantes, quando assim definido pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo Único. O componente curricular específico de Extensão será denominado conforme sugerido pelo Núcleo Docente Estruturante, com carga horária mínima individual de 20 horas.

Art. 14. Por se tratar de um componente curricular específico ofertado na matriz/grade curricular do curso, o sistema para a aprovação do discente será o mesmo determinado no Regimento Geral da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO V – DA EXTENSÃO COMO PARTE DE COMPONENTES CURRICULARES NÃO ESPECÍFICOS DE EXTENSÃO

Art. 15. A extensão como parte de componente curricular não específico trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão em outros componentes curriculares existentes no PPC.

§1º. A indicação da carga horária de extensão dar-se-á na matriz/grade curricular e nas respectivas ementas dos componentes que constam no PPC.

§2º. A descrição das atividades de extensão a serem desenvolvidas serão detalhadas no plano de ensino do respectivo componente curricular.

§3º. As atividades de extensão inseridas dentro dos componentes curriculares não específicos para a aprovação dos estudantes deverão seguir o mesmo sistema determinado no Regimento Geral da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO VI – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO

Art. 16. A carga horária mínima de extensão não poderá ser cumprida em forma de um único componente específico de extensão.

Art. 17. A integralização curricular das atividades de extensão deve ser cumprida por meio de atividades individuais ou coletivas entre os estudantes, cujos registros devem ser realizados por meio de plataformas digitais.

Parágrafo Único. Caso a IES oferte cursos de graduação na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente junto à comunidade externa, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Art. 18. A carga horária do componente curricular deverá ser integralizada no semestre de sua oferta cumprindo-se a ementa prevista no PPC.

Art. 19. As atividades aqui previstas podem ser disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, conforme planejamentos dos professores dos respectivos componentes e as previsões de conteúdos e estratégias do PPC.

Art. 20. Todas as atividades direcionadas a execução de programas e projetos relacionados a Curricularização da Extensão deverão ser cadastradas no setor específico de acompanhamento e registro das atividades de extensão, publicadas e/ou divulgadas pela IES em Edital Específico da Curricularização (murais da IES, internet, redes sociais etc.).

§1º. O cadastro dos projetos de extensão no setor deverá ser feito pelo docente do componente curricular, sendo este o coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades.

§2º. Recomenda-se que as atividades de extensão já estejam estruturadas, recomendadas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado de Curso antes de cada semestre de sua oferta, para agilizar o processo de cadastro, validação e homologação no respectivo semestre de sua oferta.

Art. 21. Os registros das atividades relacionadas a Cursos, prestação de serviços e eventos deverão ser cadastradas pelo docente responsável na Secretaria Acadêmica.

CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 22. Caberá à Secretaria Acadêmica:
I - garantir a previsão de recursos financeiros junto à IES para viabilizar as ações previstas na Curricularização da Extensão;
II - supervisionar, com o apoio da Coordenadoria de Curso, o fluxo de registro e o funcionamento do sistema que será utilizado para registro, acompanhamento e certificação das atividades referentes a Curricularização da Extensão;

III - fomentar o processo contínuo de formação dos docentes e dos técnico-administrativos, com a inclusão das questões extensionistas.

Art. 23. Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE):
I - conduzir o processo de implantação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
II - acompanhar registro das atividades da Curricularização da Extensão e posterior comprovação de carga horária no histórico acadêmico do discente;
III - avaliar semestralmente as atividades desenvolvidas e propor melhorias, a serem aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 24. Caberá ao responsável pela Direção Acadêmica orientar, coordenar e supervisionar, pedagogicamente e administrativamente, as atividades de extensão, auxiliando a Coordenadoria de Curso.
I - apoiar o Coordenador do Curso na análise e seleção das atividades da Curricularização de Extensão apresentadas;
II - monitorar e homologar as atividades das propostas cadastradas quanto às atividades de Curricularização da Extensão, durante toda a execução destas;
III - auxiliar na elaboração do plano de atividades do projeto junto ao professor responsável pela atividade;
IV - acompanhar as atividades que o discente desenvolverá durante o projeto;
V - promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;
VI - fornecer as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;
VII - apresentar relatório semestral das atividades de extensão desenvolvidas pela IES; e
VIII - promover o cumprimento deste regulamento e garantir a efetiva integralização da carga horária de extensão.

Art. 25. Caberá à Coordenação do Curso:
I - promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;
II - fornecer as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;
III - promover o cumprimento deste regulamento e a efetiva integralização da carga horária de Extensão;
IV - garantir adequação orçamentária dos projetos de extensão ao orçamento disponível para o curso;
V - enviar relatório, semestralmente ou quando solicitado, à Direção Acadêmica, contendo informações do cadastro das atividades da curricularização da Extensão realizadas;
VI - coordenar a emissão de certificados físicos e/ou eletrônicos das atividades de extensão quando assim for necessário;
VII - executar outras funções afins que lhe sejam atribuídas pela Diretoria.

Art. 26. Caberá aos docentes responsáveis pela execução das atividades de extensão:
I - propor e executar as atividades;
II - cadastrar os projetos de extensão no setor responsável;
III - cadastrar os cursos, prestação de serviços e eventos;

IV - acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos discentes durantes a execução das atividades de curricularização;
V - realizar o registro de notas, frequências e cumprimento das atividades dos componentes específicos e não específicos da extensão no sistema acadêmico;
VI - apresentar relatório final de execução das atividades de extensão.

Art. 27. Caberá aos discentes:
I - realizar a matrícula no componente curricular específico de extensão, quando ofertada;
II - assinar Termo de Compromisso, quando for necessário e em função da atividade a ser realizada;
III - cumprir a carga horária dedicada à execução das atividades de curricularização previstas no PPC;
IV - apresentar relatório das atividades desenvolvidas, conforme solicitado pelo coordenador da atividade (professor) e previsto no plano de ensino;
V - seguir a orientação e a supervisão do coordenador da atividade de extensão;
VI - executar as atividades conforme o cronograma proposto na atividade da extensão;
VII - acompanhar o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares específicos e não específicos de extensão, a fim de que, ao chegar ao final do curso, conclua o percentual de, no mínimo, 10% da carga horária do curso.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As atividades de extensão com fins de curricularização devem garantir que todos os estudantes atinjam a carga horária mínima estabelecida, mesmo que a participação ocorra por grupos e em momentos diferentes para cada um ou cada grupo.

Art. 29. As atividades de extensão deverão ser avaliadas regularmente quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

§1º. A autoavaliação das atividades de extensão servirá como base para construção de indicadores de alcance e efetividade orientados pela Diretoria e Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o processo de autoavaliação adotado pela IES.

§2º. A autoavaliação crítica da extensão se voltará para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a iniciação científica, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

§3º. A autoavaliação da extensão, prevista neste artigo, deve incluir:
I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Art. 30. As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Art. 31. As atividades de extensão previstas neste Regulamento e coordenados por docentes poderão ter na sua equipe técnicos administrativos que também deverão ser certificados.

Art. 32. Somente poderá ser concedido grau ao discente após a integralização, obrigatória prevista no PPC para a Curricularização da Extensão, mesmo que o estudante tenha concluído todos os demais componentes curriculares regulares e obrigatórios.
Parágrafo Único. Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com os docentes fazer ampla divulgação das atividades que estão sendo ofertadas e das exigências para conclusão do curso previstas neste artigo.

Art. 33. As atividades de extensão que forem realizadas para o cumprimento da Curricularização da Extensão obrigatória prevista no PPC, não poderão ser contabilizadas para carga horária de Atividades Complementares.

Art. 34. O fomento para o desenvolvimento das ações extensionistas previstas no PPC poderá ser oriundo da participação de organizações parceiras e/ou demandantes, públicas ou privadas.
Parágrafo Único. As parcerias deverão ser formalizadas pela mantenedora, de acordo com termo de cooperação/convênio específico.

Art. 35. O histórico escolar do estudante, deverá constar a carga horária em atividades de extensão que integralizou em seu curso.

Art. 36. A Direção Acadêmica aprovará e divulgará, sempre que necessário, adendos, normas complementares e avisos oficiais sobre o tema.

Art. 37. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Direção Acadêmica, ouvido a Mantenedora.

Art. 38. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica.

17. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A FACULDADE DO FUTURO mantém um Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a FACULDADE DO FUTURO e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados coletada pelo setor comercial da FACULDADE DO FUTURO, se estabelece um canal de comunicação com os egressos, por

meio do qual os ex-alunos recebem periodicamente informes sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela IES. Outro serviço prestado, por meio desse canal, é a divulgação de concursos e ofertas de emprego na área de atuação dos egressos. O acesso é feito pelo site https://faculdadedofuturo.com.br/acompanhamento-de-egressos/

No tocante à avaliação da adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho, o Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. São aplicados questionários para obter avaliações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, é coletada a opinião dos empregadores dos egressos, sendo esta utilizada para revisar o plano e os programas.

O retorno dos egressos e de seus empregadores sobre a formação recebida é fundamental para o aprimoramento da Instituição. Os dados obtidos são analisados pelos Colegiados de Curso e NDE, que devem revisar o plano e programas do curso de forma a obter uma melhor adequação do Projeto Pedagógico do Curso às expectativas do mercado de trabalho. Em seguida, os dados e as considerações dos Colegiados de Curso são encaminhados à Comissão Própria de Avaliação e ao Conselho Superior, a quem compete adotar as medidas necessárias para correção de eventuais distorções identificadas.

No que se refere às atividades de atualização e formação continuada para os egressos, a FACULDADE DO FUTURO oferece cursos de pós-graduação lato sensu, visando à educação continuada para os egressos de seus cursos de graduação.

Além dos cursos de pós-graduação lato sensu, a FACULDADE DO FUTURO promove diversas ações no sentido de promover a atualização e aperfeiçoamento de seus egressos. Nesse sentido, são realizados seminários e outros eventos congêneres de interesse dos egressos.

CORPO DOCENTE E TUTORIAL DO CURSO

1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

1.1. Constituição

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso e Graduação em Educação Física, em colaboração com o Colegiado de Curso.

1.2. Composição

O NDE é um órgão composto por, pelo menos, 05 (cinco) professores do curso, incluindo o Coordenador de Curso, com comprovada experiência, titulação e qualificação,

contratados em regime de trabalho integral ou parcial, responsável pela formulação do Projeto Pedagógico de Curso, sua implementação e consolidação, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio.

Em sua composição, o Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Educação Física conta com o Coordenador de Curso e com 04 (quatro) professores, totalizando 05 (cinco) membros.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal dos professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante, seguida da área da titulação máxima e do regime de trabalho.

Nome do professor	**Área da graduação**	**Titulação maior**	**Regime de trabalho**
Henrique Viana Taveira*	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	Mestrado	Integral
Felippe da Silva Leite Cardoso	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	Doutorado	Parcial
Ana Paula Bernardi Portilho	Educação Física (Licenciatura)	Doutorado	Integral
Wanderson Amaral Portilho	Educação Física (Licenciatura)	Mestrado	Parcial
Sabrina de Oliveira Emerick	Ciências Biológicas	Doutorado	Integral

(*) Coordenador de Curso.

Conforme pode ser observado no quadro apresentado, 100% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES ou revalidada por universidades brasileiras com atribuição legal para essa revalidação. Ainda, 60% dos professores do Núcleo Docente Estruturante são contratados em regime de tempo integral.

A FACULDADE DO FUTURO investiu na composição de um Núcleo Docente Estruturante com professores que possuam uma dedicação preferencial, cujo resultado é a construção de uma carreira assentada em valores acadêmicos, ou seja, titulação e produção científica. Isso, com certeza, contribui para a estabilidade docente e o estímulo à permanência dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante. Neste sentido, a FACULDADE DO FUTURO reafirma o compromisso de estabelecer uma relação duradoura e perene entre si e o corpo docente, sem as altas taxas de rotatividade que dificultam a elaboração, com efetiva participação docente, de uma identidade institucional.

1.3. Competências

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- Contribuir para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, definindo sua concepção e fundamentos.
- Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso.
- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico de Curso.

- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pelo Colegiado de Curso.
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares, encaminhando para aprovação do Colegiado de Curso.
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Em atendimento ao disposto na Resolução CONAES nº 01/2010, a FACULDADE DO FUTURO normatizou o funcionamento do NDE, definindo suas atribuições e os critérios de constituição, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- Ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso.
- Ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.
- Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.
- Assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

1.4. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso

A seguir é apresentado o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da FACULDADE DO FUTURO.

CAPÍTULO II – DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante é o órgão responsável pela concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, elaborar estratégias de implantação, supervisão e aperfeiçoamento do mesmo.

Parágrafo Único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

CAPÍTULO III – DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

I – pelo Coordenador do Curso, seu presidente;

II – por 04 (quatro) professores integrantes do corpo docente do curso.

Art. 4º. Os professores integrantes do corpo docente serão escolhidos pelo Colegiado de Curso e nomeados pelo Diretor para mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução.

Parágrafo Único. No processo de recondução dos membros do NDE, deverá ser observado a exigência de manutenção de, pelo menos, 50% dos seus membros a cada finalização de mandato.

Art. 5º. Na constituição do NDE deverão ser observados, sempre, os seguintes critérios mínimos:

I – ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluindo o Coordenador de Curso;

II – ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

III – ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I – construir e acompanhar o Projeto Pedagógico de Curso;
II – contribuir para a consolidação e aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico de Curso;
III – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, analisando sua adequação considerando as diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público e as novas demandas do mundo do trabalho;
IV – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;
V – revisar ementas e conteúdos programáticos;
VI – acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem do Projeto Pedagógico de Curso;
VII – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos;
VIII – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área do curso;
IX – indicar cursos a serem ofertados como forma de nivelar o aluno ingressante ou reforçar o aprendizado;
X – propor ações em prol de melhores resultados no ENADE e no CPC;

XI – planejar procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

Art. 7º. Compete ao presidente do Núcleo Docente Estruturante:

I – convocar e presidir as reuniões do NDE, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
II – representar o NDE junto aos órgãos da FACULDADE DO FUTURO;
III – encaminhar as deliberações do Núcleo Docente Estruturante para aprovação do Colegiado de Curso;
IV – desempenhar outras atribuições não especificadas neste Regulamento, inerentes ao cargo;
V – cumprir e fazer cumprir os termos deste Regulamento.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 8º. O Núcleo Docente Estruturante reúne-se, ordinariamente, 01 (uma) vez por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

Parágrafo Único. As reuniões são convocadas com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação, a pauta dos assuntos.

Art. 9º. As reuniões do Núcleo Docente Estruturante realizam-se com a presença da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 10. Da reunião é lavrada ata, que é lida e aprovada ao final da própria reunião ou no início da reunião subsequente.

CAPÍTULO VI – DAS DECISÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 11. Nas votações são observadas as seguintes regras:

I – as decisões são tomadas por maioria dos presentes;
II – cada membro terá direito a apenas 01 (um) voto.
III – o presidente participa da votação e no caso de empate, terá o voto de qualidade.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Conselho Superior.

Art. 13. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. É responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para cursos que utilizam metodologias de educação a distância.

A FACULDADE DO FUTURO constituiu a equipe multidisciplinar baseada na diferenciada formação da equipe, tomando como base as áreas de conhecimento de cada integrante. A equipe multidisciplinar está devidamente nomeada por meio de Portaria da FACULDADE DO FUTURO.

Em sua composição estão o Coordenador do Núcleo de Educação a Distância, o Coordenador de Curso, o Coordenador do Polo de Apoio Presencial (quando houver), os professores conteudistas, os professores da disciplina, os tutores presenciais e a distância do curso, o gerente de TI, o técnico de TI, o designer gráfico, o revisor e o suporte aos alunos.

São atribuições da equipe multidisciplinar:

- Ser responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação à distância.
- Elaborar o plano de gestão para o ensino à distância, documento que determinará as implantações e processos de trabalhos a seres formalizados no âmbito do EAD.

Os profissionais que compõem a Equipe Multidisciplinar da FACULDADE DO FUTURO estão referidos a seguir:

- Coordenador da Educação à Distância – Brendow Oliveira Fraga
- Núcleo de Tecnologia e Informática – Gabriel Mello Barreto
- Núcleo de Marketing – Brendow Oliveira Fraga
- Representante da Comissão Própria de Avaliação – Celso da Silva Leite
- Diretora Acadêmica – Lidiane Meire Kohler
- Diretor Representante da Mantenedora – Guilherme Almeida Ligieri

A equipe multidisciplinar conta com plano de ação, documentado e implementado, da equipe multidisciplinar, cujos processos de trabalho estão formalizados, a seguir apresentado.

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA OS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E CURSOS PRESENCIAS QUE OFERTAM INTEGRAL OU PARCIALMENTE A MODALIDADE A DISTÂNCIA

1. INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) será implantada na FACULDADE DO FUTURO com respeito às bases legais estabelecidas pelo Ministério da Educação, buscando satisfazer às necessidades de formação e qualificação profissional exigidas pelo mundo contemporâneo e contribuindo para o aumento das possibilidades de acesso à educação.

Para a plena aplicação da metodologia de EaD em seus cursos de graduação e pós-graduação, de forma eficiente e eficaz, a FACULDADE DO FUTURO considerará e utilizará, entre outros elementos, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, metodologias e recursos educacionais para a educação na modalidade a distância.

A concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para utilização na EaD é desafio permanente das instituições de ensino superior. Em face da complexidade desta tarefa, a FACULDADE DO FUTURO observou as tendências atuais e as manifestações dos especialistas de EaD que indicam que esse trabalho somente é possível se conduzido por grupo heterogêneo de profissionais e atores do processo de ensino no âmbito das respectivas instituições. Esse grupo heterogêneo denomina-se Equipe Multidisciplinar.

Ou seja, a atuação conjunta dos profissionais e setores da FACULDADE DO FUTURO, na forma de Equipe Multidisciplinar organizada e especialmente constituída, permitirá a otimização dos recursos, técnicas e estratégias utilizadas em EaD. A singularidade colaborativa de cada membro que compõe a Equipe Multidisciplinar enriquece o sentimento de construção participativa das ações, a apropriação da metodologia e o trabalho comprometido com a qualidade do ensino, da vida e do desenvolvimento das pessoas.

2. JUSTIFICATIVA

No presente documento apresenta-se o plano de ação da Equipe Multidisciplinar de EaD, a em consonância com o PDI e projetos pedagógicos dos cursos da FACULDADE DO FUTURO.

A Equipe Multidisciplinar será constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e será responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância.

Em face da relevância dos trabalhos a serem desenvolvidos pela equipe, faz-se imprescindível a elaboração de seu plano de ação, onde devem estar definidos os papéis e funções dos profissionais envolvidos nas atividades a serem executadas.

3. OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO

O plano de ação da Equipe Multidisciplinar da FACULDADE DO FUTURO foi elaborado considerando-se o objetivo geral e os objetivos específicos a seguir detalhados.

Objetivo Geral

Planejar as atividades da Equipe Multidisciplinar de EaD da FACULDADE DO FUTURO e acompanhar a oferta dos cursos na modalidade a distância e cursos presenciais que ofertam integral ou parcialmente a modalidade a distância, por meio de estratégias avaliativas.

Objetivos Específicos

- Elaborar e/ou adquirir material didático;

- Propor processos metodológicos pertinentes à EaD e avaliar a eficácia destes;
- Avaliar a ação dos atores de EaD;
- Propor, estabelecer e avaliar estratégias de implementação de tecnologias;
- Avaliar os recursos tecnológicos utilizados em EaD e os canais de comunicação síncronos e assíncronos;
- Traçar estratégias de interação entre os atores do processo EaD.

4. COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Os profissionais que compõem a Equipe Multidisciplinar da FACULDADE DO FUTURO e suas atribuições estão referidos a seguir:

- COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE EaD: Responsável pela coordenação da equipe, com foco na integração dos diversos especialistas;
- COORDENAÇÃO DE CURSO: Responsável pela coordenação do trabalho dos docentes e tutores do curso, garantindo que os objetivos gerais e específicos do curso sejam atendidos;
- COORDENAÇÃO DE POLO DE APOIO PRESENCIAL: Responsável pelo funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos desenvolvidos na unidade - no momento, a FACULDADE DO FUTURO atua no POLO SEDE.
- PROFESSOR CONTEUDISTA: Responsável pela elaboração e produção do material didático – CONTRATO SAGAH;
- DOCENTE-TUTOR DA DISCIPLINA: Responsável pelo desenvolvimento da disciplina no âmbito do AVA;
- GERENTE DE TI: Responsável pela operacionalidade do AVA e o suporte técnico ao corpo de docente, tutores e discente;
- TÉCNICO EM TI: Responsável pela manutenção do ambiente tecnológico da EaD e treinamento de usuários;
- DESIGNER GRÁFICO: Responsável pela diagramação do material didático – CONTRATO SAGAH;
- REVISOR: Responsável pela revisão dos materiais, considerando a estrutura literária e gramatical – CONTRATO SAGAH;
- SUPORTE AOS ALUNOS: Equipe responsável pelo suporte de atendimento aos alunos.

5. PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Para desenvolver os cursos ministrados na modalidade EaD a FACULDADE DO FUTURO utilizará materiais didáticos que observem os seguintes princípios:

- Considerem o conhecimento prévio do aluno, de forma que ele possa organizá-lo e utilizá-lo como referência em seus estudos;
- Tenham o potencial de incentivar a autonomia do aluno na busca de novos conteúdos e realização de pesquisas;
- Estimulem a participação na comunidade virtual de aprendizagem;

- Estimulem o estabelecimento de relações entre aluno/tutor e entre aluno/aluno;
- Viabilizem a integração das unidades de aprendizagem, a partir de uma abordagem que considere diferentes estratégias metodológicas como: resolução de problemas, estudos de casos, reflexões sobre a experiência, pesquisa;
- Tenham o potencial de desenvolver competências diversas;
- Promovam o diálogo permanente entre os atores da EaD;
- Possibilitem a avaliação do processo de aprendizagem.
- Expressem linguagem culta, de fácil entendimento da mensagem e leitura agradável.
- Fomentem o estabelecimento de diálogo entre os atores da EaD e, em consequência, a sensação de proximidade entre eles.

Com base nesses objetivos, a Equipe Multidisciplinar produzirá os materiais didáticos tendo presente também os aspectos relativos aos conteúdos específicos, a forma de apresentação e a articulação entre ambos (conteúdos/apresentação). A produção de material didático seguirá rotina e cronograma estabelecidos pela Equipe.

Também será admitida a aquisição dos materiais didáticos. Para este procedimento, a Equipe Multidisciplinar considerará o caráter inovador do material, sua elaboração em coerência com os princípios estabelecidos neste plano, a coerência com os conteúdos específicos desenvolvidos nas disciplinas e forma de apresentação, assim como a capacidade de articulação entre conteúdo/apresentação.

Ao desenvolver as tarefas de construção e/ou aquisição de material didático, a Equipe Multidisciplinar considerará os princípios de economia e respeito ao meio ambiente.

6. AÇÕES A SEREM EMPREENDIDAS

AÇÃO 01	
Ação	Montagem e organização da sala da Equipe Multidisciplinar da FACULDADE DO FUTURO nas instalações do polo EaD.
Executores	Equipe Multidisciplinar, Coordenador do NEaD, pessoal de suporte da FACULDADE DO FUTURO.
Período	Permanente
Metas	Organizar os espaços técnicos e administrativos; montar equipamentos de audiovisual.
Resultados	Iniciar os trabalhos da Equipe Multidisciplinar.

AÇÃO 02	
Ação	Divulgar o trabalho da Equipe Multidisciplinar à comunidade acadêmica.
Executores	Equipe Multidisciplinar, Coordenador do NEaD, gestores da FACULDADE DO FUTURO.
Período	Permanente
Metas	Levar ao conhecimento de toda a comunidade acadêmica a composição e o trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar.

Resultados	Favorecer discussões sobre a construção e/ou aquisição e materiais didáticos; estimular a comunidade a apresentar demandas para construção e ou elaboração de materiais didáticos.

AÇÃO 03	
Ação	Implantar rotina e trabalho da Equipe Multidisciplinar.
Executores	Equipe Multidisciplinar e Coordenador do NEaD.
Período	Permanente
Metas	Atender de forma prática e objetiva as demandas da Equipe Multidisciplinar.
Resultados	Elaboração de materiais didáticos para EaD; avaliação de propostas de aquisição de materiais.

AÇÃO 04	
Ação	Formação continuada da Equipe Multidisciplinar.
Executores	Equipe Multidisciplinar; gestores da FACULDADE DO FUTURO; especialistas contratados.
Período	Periodicidade de 01 (um) ano
Metas	Envolver os membros da equipe em eventos de capacitação sobre materiais didáticos em EaD; promover a atualização dos profissionais técnicos responsáveis pela operação dos equipamentos de audiovisual quanto à utilização de novas tecnologias.
Resultados	Qualificação dos profissionais da Equipe Multidisciplinar.

AÇÃO 05	
Ação	Avaliação
Executores	Equipe Multidisciplinar, Coordenador do NEaD e gestores da FACULDADE DO FUTURO.
Período	Periodicidade de 01 (um) ano
Metas	Avaliar os processos metodológicos; avaliar as ações dos atores; avaliar estratégias de implementação de tecnologias; avaliar os recursos tecnológicos e canais de comunicação e avaliar o desempenho dos alunos.
Resultados	Verificar a satisfação dos discentes e docentes com relação ao curso e material didático.

Essas ações propostas neste plano contemplam os objetivos de constituição e atuação da Equipe Multidisciplinar de EaD da FACULDADE DO FUTURO, priorizando sua organização e instalação em face do credenciamento EaD. Considerou-se, as demandas naturais, emergentes e urgentes em decorrência do processo de implantação de EaD, resguardando, em todas as situações, os quesitos de:

- Legalidade;
- Acessibilidade a partir do material didático escolhido;
- Criatividade e originalidade;
- Otimização de recursos;
- Ações inclusivas;
- Respeito ao meio ambiente.

7. AÇÕES ESPECÍFICAS E PROCESSOS DE TRABALHO DOS MEMBROS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

COORDENAÇÃO DO NÜCLEO DE EaD:

Responsável pela coordenação da equipe, com foco na integração dos diversos especialistas. Principais atividades:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento processos seletivos de tutores, em conjunto com o Coordenador de Curso;
- Informar para o Coordenador de Curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- Acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar o bom andamento dos cursos;
- Encaminhar à Coordenação de Curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

COORDENAÇÃO DE CURSO:

Responsável pela coordenação do trabalho dos docentes e tutores do curso, garantindo que os objetivos gerais e específicos do curso sejam atendidos. Principais atividades:

- Participar das reuniões junto aos setores administrativos e pedagógicos;
- Coordenar o trabalho dos docentes e tutores do curso no âmbito dos cursos a distância.

COORDENAÇÃO DE POLO DE APOIO PRESENCIAL:

Responsável pelo funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos desenvolvidos na unidade. Principais atividades:

- Participar das reuniões junto aos setores administrativos e pedagógicos;
- Acompanhar o envio das boas-vindas pelos colaboradores do suporte ao aluno;
- Acompanhar e verificar o processo de atendimento dos tutores com os alunos;
- Acompanhar e supervisionar atividade dos tutores e suporte ao aluno;
- Conferir e supervisionar as postagens dos materiais por tutores;
- Supervisionar os atendimentos realizados por protocolos pelos tutores e colaboradores do suporte ao aluno;
- Manter a comunicação tanto com os estudantes quanto equipe pedagógica do curso;
- Realizar treinamento e capacitação tutores e suporte ao aluno;
- Registrar as atividades realizadas no polo de apoio presencial como: frequência dos alunos nos encontros presenciais, frequência das orientações no uso da plataforma;

- Orientar os encontros presenciais obrigatórios no polo de apoio presencial tais como aula inaugural, avaliações e aulas práticas;
- Realizar a conferência documental dos polos presencias;
- Informar ao Coordenador de Curso problemas e eventuais dificuldades no desempenho da função ou no ambiente do curso.

PROFESSOR CONTEUDISTA:

Responsável pela elaboração do material didático. Principais atividades:

- Elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;
- Adequar e disponibilizar, para o Coordenador de Curso, o material didático nas diversas mídias;
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- Elaborar exercícios de fixação e avaliativos;
- Elaborar portfólio;
- Elaborar texto do roteiro das vídeoaulas, quando houver;
- Elaborar ou pesquisar um artigo para atividade reflexiva;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na IES.

DOCENTE-TUTOR DA DISCIPLINA

Responsável pelo desenvolvimento da disciplina no âmbito do AVA.

Principais atividades:

- Desenvolver as atividades docentes da disciplina em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao Coordenador de Curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade a distância.
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- Desenvolver, em colaboração com o Coordenador de Curso, a metodologia de avaliação do aluno;

- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições.

GERENTE DE TI:

Responsável pela operacionalidade do AVA e o suporte técnico ao corpo de docente, tutores e discente. Principais atividades:

- Participar das reuniões solicitadas;
- Garantir a operacionalidade do ambiente e o suporte técnico ao corpo de docente, tutores e discente;
- Coordenar o trabalho dos técnicos do TI.

TÉCNICO EM TI:

Responsável pela manutenção do ambiente tecnológico da EaD e treinamento aos usuários. Principais atividades:

- Suporte a todos os atores envolvidos no processo de EaD;
- Realizar a manutenção das máquinas;
- Realizar manutenção do sistema UNIVERSA e AVA;
- Ministrar treinamentos para todos os envolvidos.

DESIGNER GRÁFICO:

Responsável pela diagramação do material didático. Principais atividades:

- Participar das reuniões com professores conteudistas;
- Realizar a diagramação do material didático;
- Interagir com a equipe docente/professores conteudistas, produzindo programas aplicativos de apoio à execução do desenvolvimento dos cursos;
- Criar uma identidade visual para os projetos multimídia;
- Criar interfaces, ícones, transformando conceitos abstratos em linguagem visual;
- Elaborar produções gráficas impressas como cartazes, panfletos, jornais, periódicos, folders, banners, utilizadas nas divulgações de eventos e atividades realizadas pela IES.

REVISOR:

Responsável pela revisão dos materiais, considerando a estrutura literária e gramatical. Principais atividades:

- Participar das reuniões para revisão interativa com professores conteudistas. Na revisão interativa o revisor realiza um diálogo com o autor. Ocorre normalmente em

situações em que é preciso uma maior reflexão sobre trechos do texto que tenham ficado obscuros ou que podem ser aprimorados, de acordo com a visão do revisor. Por isso, há a interação entre as partes com o intuito de chegar ao melhor resultado;

- Revisar os materiais didáticos, considerando a estrutura literária, e gramatical;

SUPORTE AOS ALUNOS:

Equipe responsável pelo suporte de atendimento aos alunos. Principais atividades:

- Participar das reuniões convocadas pela coordenação;
- Entrar em contato dos com discentes, dar as boas-vindas ao curso e enviar o link para acesso a plataforma de estudos;
- Esclarecer dúvidas em relação ao uso das tecnologias disponíveis e exigidas nas disciplinas do curso;
- Responder os protocolos dos discentes quanto a dúvidas de acesso da plataforma e suas tecnologias.

3. COORDENAÇÃO DE CURSO

3.1. Titulação Acadêmica

A Coordenação de Curso está sob a responsabilidade do professor HENRIQUE VIANA TAVEIRA, que é graduado em Educação Física e possui mestrado na área.

3.2. Experiência Profissional, na Docência Superior e de Gestão Acadêmica

O Coordenador de Curso possui experiência profissional, na docência superior e de gestão acadêmica, que somadas é maior que 12 (treze) anos.

3.3. Regime de Trabalho

O Coordenador de Curso está contratado em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, com carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

A carga horária estabelecida possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, tutores, discentes e equipe multidisciplinar, e a representatividade nos colegiados superiores. Além disso, a carga horária proporciona a administração da potencialidade do corpo docente e de tutores do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

Foi elaborado um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores de desempenho da Coordenação de Curso, reproduzido na íntegra no PPC.

3.4. Atuação do Coordenador de Curso

O Coordenador do curso de graduação em Educação Física é mais que um mediador entre alunos e professores. O Coordenador de Curso reconhece as necessidades da área em que atua e toma decisões que possam beneficiar a comunidade acadêmica. Atendendo as exigências legais do Ministério da Educação, gerencia e executa o PPC, acompanha o trabalho dos docentes, émembro do NDE e está comprometido com a missão, a crença e os valores da FACULDADE DO FUTURO. Está atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de sugerir adequação e modernização do PPC do curso. O Coordenador atua como gestor de equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando com o desenvolvimento dos alunos e o crescimento da FACULDADE DO FUTURO.

Com relação à implementação do PPC, o Coordenador do Curso de Graduação em Educação Física, junto com o NDE, acompanha o desenvolvimento do projeto do curso. A relação interdisciplinar e o desenvolvimento do trabalho conjunto dos docentes são alcançados mediante apoio e acompanhamento pedagógico da Coordenação de Curso e do NDE. Portanto, a Coordenação de Curso é articulador e proponente das políticas e práticas pedagógicas; juntamente com o Colegiado de Curso. Discute com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular; articula a integração entre os corpos docente e discente; acompanha e avalia os resultados das estratégias pedagógicas e redefine novas orientações, com base nos resultados da auto-avaliação; estuda e reformula as matrizes curriculares, aprovando programas, acompanhando a execução dos planos de ensino; avaliando a produtividade do processo de ensino-aprendizagem. Com postura ética e de responsabilidade social, lidera mudanças transformadoras para o curso.

Para a execução e avaliação da matriz curricular, o Coordenador de Curso trabalha com os professores e os representantes do corpo discente, por meio de reuniões antes do início de cada semestre, com o intuito de discutir os conteúdos abordados e os que serão desenvolvidos, a metodologia de ensino e cronograma, com base na articulação dos conteúdos. Ao final das reuniões, os professores apresentarão os planos de ensino contendo: ementa, carga horária, objetivos, conteúdo, cronograma, metodologia e estratégias de integração, avaliação e referências bibliográficas. A responsabilidade do Coordenador aumenta significativamente a partir da utilização dos resultados do ENADE e CPC pelo Ministério da Educação para a renovação de reconhecimento de curso e para a adoção das medidas necessárias para superar os pontos fracos que possam existir.

O Coordenador do Curso de Graduação em Educação Física possui carga horária disponível para atendimento aos alunos, docentes e realização de reuniões com o Colegiado de Curso e o NDE. Encaminha alunos e professores, quando necessário, para o atendimento psicopedagógico. Monitora as atividades acadêmicas para que tenham o sucesso esperado. Organiza atividades de nivelamento para os alunos com dificuldades de aprendizagem e se mantem atualizado com relação à legislação educacional e a referente ao exercício profissional. Dialoga com direção da FACULDADE DO FUTURO para informá-la sobre as necessidades do curso, solicitando medidas saneadoras quando necessário, sempre exercendo suas funções regimentais.

Sua atuação é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, que dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e

administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

3.5. Plano de Ação da Coordenação de Curso

A seguir é apresentado o Plano de Ação da Coordenação de Curso, que dispõe de indicadores de desempenho da Coordenação de Curso disponibilizados publicamente, e a administração do corpo docente e tutorial do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

1. OBJETIVO

Permitir o acompanhamento do desenvolvimento das funções da Coordenação do Curso, de forma a garantir o atendimento à demanda existente e a sua plena atuação, considerando a gestão do curso, que inclui a:

- Presidência do Colegiado de Curso;
- Presidência do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Relação com os docentes e tutores;
- Relação com os discentes;
- Representatividade no Conselho Superior.

2. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O Coordenador de Curso dedicará regime de trabalho integral ao curso, compreendendo a prestação de 40 horas semanais de trabalho na Instituição, nele reservado o tempo para a Coordenação do Curso.

O(A) Coordenador(a) do Curso é o responsável pela gestão do curso, pela articulação entre os docentes, discentes, com representatividade nos colegiados superiores.

Com suas atribuições definidas no Regimento da IES, o(a) Coordenador(a) do Curso será o(a) responsável por toda organização do curso, bem como sua avaliação e propostas de melhorias juntamente ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o órgão colegiado do curso, presidindo-os. A atuação do(a) Coordenador(a) do Curso junto aos professores e aos demais sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (discentes, apoio psicopedagógico e em acessibilidade, secretaria etc.) será imprescindível para o curso atingir os seus objetivos.

O regime de trabalho integral do(a) Coordenador(a) do Curso, aliado à sua formação e experiência profissional e acadêmica, possibilita o pleno atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade no colegiado superior.

3. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso foi planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso, conforme descrito a seguir.

Na gestão do curso ocorrerá efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes/tutores. Essas instâncias serão representadas pelo Coordenador de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergirão para o Colegiado de Curso.

O NDE do curso é o responsável pelo processo de concepção e atuará na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). É composto por 05 (cinco) docentes, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* (observado o limite estabelecido na Resolução CONAES nº 01/2010). Dentre os membros do NDE, há o Coordenador de Curso. O NDE orientará e dará suporte na implantação do PPC como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colaborará com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considerará permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliará os Coordenadores de Curso na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participarão da avaliação. Nas análises dos resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e da avaliação interna, a CPA contará com o apoio do Coordenador de Curso e do NDE. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorporará ao seu relatório, proporá ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoiará a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

O processo avaliativo será democrático e garantirá a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes serão organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso possibilitará um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela IES no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do PPC traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implantação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do PPC resultarão principalmente de interações entre áreas de conhecimento, órgão colegiado do curso, NDE e dirigentes da IES e de avaliações continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

O processo de autoavaliação do PPC observará as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação serão levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da Coordenação de Curso.

4. FUNÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

São atribuições do Coordenador de Curso:

I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, com direito a voz e voto de qualidade;
II – representar o curso perante as autoridades e órgãos da IES;
III – orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso;
IV – fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos no âmbito do curso;
V – acompanhar e autorizar estágios curriculares, quando aplicável, e extracurriculares no âmbito de seu curso;
VI – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e dos trabalhos de conclusão de curso, quando aplicável;
VII – sugerir à Ddiretoria Geral a contratação, promoção, afastamento ou dispensa do corpo docente e de tutores;
VIII – elaborar a programação do curso e fornecer subsídios para a organização do Calendário Acadêmico;
IX – exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
X – executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da IES;
XI – exercer as demais atribuições previstas no Estatuto, no Regimento Geral ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da IES.

Entre orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso e as demais atribuições da Coordenação do Curso inclui-se:

1. Apoiar o NDE na realização de ESTUDOS PERIÓDICOS (SEMESTRAIS) e ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, que:

- Considere o perfil do egresso constante no PPC, demonstre e justifique a relação entre a titulação do corpo docente e seu desempenho em sala de aula;
- Demonstre que a experiência profissional do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem;
- Demonstre e justifique a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos das unidades curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida;
- Demonstre adequação das bibliografias básicas e complementares das unidades curriculares do curso.

2. Colaborar no preenchimento anual do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP;

3. Controlar a frequência discente: apesar do controle diário da frequência dos alunos ser responsabilidade dos professores, cabe ao Coordenador de Curso atuar nos casos de ausências sistemáticas para atuar de forma a evitar a evasão escolar;

4. Controlar a frequência docente/tutores: acompanhar e garantir que os professores estejam cumprindo a carga horária de trabalho;

5. Criar/planejar com os docentes/tutores oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação;

6. Divulgar os diferenciais do curso;

7. Estimular a extensão e a iniciação científica;

8. Fomentar a utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino aprendizagem e de recursos inovadores;

9. Indicar a necessidade de aquisição de livros, assinatura de periódicos e compra de materiais especiais, de acordo com os conteúdos ministrados e as particularidades do curso, a partir programa ou plano de ensino aprovado para cada;

10. Orientar a inscrição de estudantes habilitados ao ENADE, no ano de avaliação do curso;

11. Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o determinado pela CPA.

12. Estimular a participação dos alunos, docentes/tutores e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional;

13. Auxiliar na incorporação dos resultados da avaliação externa (ENADE, avaliações *in loco* do INEP etc.) no relatório de autoavaliação do curso;

14. Realizar orientação acadêmica dos estudantes;

15. Supervisionar instalações físicas, laboratórios e equipamentos utilizados no curso.

5. DIVISÃO DE TAREFAS

Apoiarão a Coordenação do Curso:

- Órgãos executivos: Diretoria Geral
- Órgãos de apoio: Secretaria, setor de apoio psicopedagógico, Ouvidoria;
- Grupos de trabalho / comissões / bancas de docentes, discentes, técnicas ou mistas que tratam de temas específicos. O NDE poderá solicitar implantar Grupo de Trabalho ou Comissão de Avaliação Curricular, de Interdisciplinaridade; de Avaliação Integrada etc.
- Órgãos de acompanhamento, consolidação e de atualização do Projeto Pedagógico do Curso: Núcleo Docente Estruturante (NDE)
- Órgão deliberativo: Colegiado de Curso

6. INTEGRAÇÃO COM A CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) fornecerá dados da autoavaliação institucional e das avalições externas, que serão utilizados pela Coordenação de Curso, NDE e Colegiado de Curso no planejamento das atividades e gestão do curso. Auxiliará, ainda, a elaboração de planos de melhorias e dos relatórios de autoavaliação do curso.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Semestral.

8. AÇÕES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SEMESTRAL

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do NDE.	Estabelecer a pauta das reuniões. Realizar as convocações. Presidir as Reuniões. Registrar as decisões em atas. Acompanhar e execução das decisões.	Colegiado de Curso NDE Secretaria		X	X	X	X		- Colegiado de Curso: 2 vezes por semestre e sempre que necessário. - NDE: mensal (durante o período letivo) e sempre que necessário.
Representar a Coordenação de Curso perante as autoridades e órgãos da IES.	Participar da reunião do Conselho Superior.			X			X		Periodicidade regimental e sempre que necessário.
	Quando requisitado, ser representante interno (órgãos executivos, colegiados e comissões) e externo (reuniões de classe, conselho, eventos sociais etc.).		X	X	X	X	X	X	Permanente.
Elaborar o horário acadêmico, auxiliar a elaboração do Calendário Acadêmico Institucional.	Elaborar proposta de grade horária dos diferentes períodos. Planejar e apresentar a Grade Semanal, a cada semestre. Definir e redefinir os grupos e turmas para diferentes atuações acadêmicas: aulas presenciais; grupos de estudo etc. Organizar e rever o planejamento do próximo semestre.	Secretaria Corpo Docente Diretoria					X		
	Fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico	Secretaria Diretoria					X		

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	Institucional (definição de atividades, eventos etc.).								
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Gerenciar e manter a padronização do Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com os princípios institucionais descritos no PDI.	Coordenar e gerir estudos e discussões para redimensionar os alicerces da construção do PPC, considerando a(o): - realidade socioeconômica e profissional da região de oferta do curso e as demandas da sociedade; - DCN e imposições legais vigentes; - resultado da autoavaliação do curso; - âmbito institucional / PDI da Instituição.	NDE	X	X	X	X	X	X	Permanente. Semestralmente, informar: Satisfação Discente por Unidade Curricular Número de Exemplares da Bibliografia Básica e Complementar Disponibilizados na Biblioteca Média de Alunos por Unidade Curricular
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Gerenciar e responsabilizar-se pela coordenação dos processos operacionais, pedagógicos e de registro do curso.	Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino superior, tais como supervisionar atividades pedagógicas e curriculares, organização, conservação e incentivo do uso de materiais didáticos, equipamentos, TICs, laboratório de informática; e registro de frequência e notas.	Secretaria		X	X	X	X		Permanente. Supervisão das atividades pedagógicas e curriculares, organização, conservação e incentivo do uso de materiais didáticos, equipamentos, TICs, laboratório de informática:

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
									- acompanhamento: diário; - registro em controle: mensal. Registro de frequência e notas: - acompanhamento: diário; - registro em controle: mensal.
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Acompanhar as formas de ingresso no curso. Homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso.	Acompanhar o processo de ingresso dos discentes no curso, seja pelo sistema regular de acesso, pelo modo de transferência interna e/ou externa ou ainda para unidades curriculares específicas. Pronunciar-se sobre matrícula, quando necessário, e acompanhar o estudo do processo de transferência de aluno, inclusive no que se refere ao aproveitamento de estudos e à dispensa de unidade curricular, para deliberação superior.	Secretaria Corpo Docente Colegiado de Curso	X	X				X	Durante o processo seletivo e período de matrícula e ajuste de matrícula. Poderá haver consulta em qualquer ocasião. Calcular: Número de Alunos Regularmente Matriculados

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						Periodicidade
			Mês						
			1	2	3	4	5	6	
Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo docente, buscando a maximização da qualidade.	Cobrar e organizar a confecção de planos de ensino pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares. Verificar a consonância dos planos de ensino e da programação das atividades das unidades curriculares com o PPC e as DCNs.	Corpo Docente NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Supervisionar os trabalhos dos professores, a execução da programação prevista, as aulas teóricas, práticas e seus registros. Verificar se estão sendo colocadas em prática as atividades previstas no planejamento e a consonância com os registros individuais de atividade docente. Utilizar os registros individuais de atividade docente no planejamento e gestão para melhoria contínua.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Verificar a qualidade das aulas com os discentes.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Analisar os resultados da avaliação docente, comunicar ao interessado o resultado individualizado, e propor ações	Setor de Apoio Psicopedagógico NDE CPA				X	X		De acordo com o calendário da CPA.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	de melhorias para serem incorporadas ao relatório de autoavaliação. Implantar medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.	Diretoria							
Ser responsável pelo estímulo e controle da frequência dos docentes e discentes. Acompanhar o cumprimento do calendário escolar, definido pelo Conselho Superior. Estimular e acompanhar as atividades que envolvem o trabalho do Setor de Apoio Psicopedagógico da Instituição.	Planejar o acolhimento e docente e discente (recepção dos membros da comunidade acadêmica) e ações de permanência e combate à evasão.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria	X						
	Acolher discentes e docentes.	Secretaria Diretoria		X					
	Dar suporte aos professores, alunos para o bom cumprimento de seus papéis específicos. Atuar junto ao Setor de Apoio Psicopedagógico e encaminhar para atendimento pelo órgão, quando necessário, professores e alunos.	Apoio Docente Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.
	Atender professores e alunos em situações não previstas ocorridas no cotidiano. Ouvir, resolver e encaminhar demandas de alunos para os respectivos setores.	Ouvidoria Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Mensalmente quantificar: Protocolos em Aberto (Solicitações dos Discentes)

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	Organizar, juntamente com a Secretaria, a confecção do Manual do Aluno.	Secretaria Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Estimular e supervisionar frequência docente e o cumprimento do horário das aulas.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico		X	X	X	X		Acompanhamento diário. Verificação mensal, para analisar: pontualidade Docente.
	Acompanhar o registro de frequência discente (diários de classe) e a assiduidade discente a aulas e demais atividades. Detectar precocemente alunos faltantes. Com apoio do Setor de Apoio Psicopedagógico , identificar causas da infrequência e definir estratégia de resolução do problema, combatendo a evasão no curso.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico		X	X	X	X		Acompanhamento diário. Controle mensal. Calcular (mensalmente, quando houver): Número de Alunos no Limite do Excesso de Faltas Número de Alunos com Desistência
Buscar melhorias metodológicas de aprendizagem em sua área e implementá-las em seu curso: Metodologias Ativas Inovação	Desenvolver reflexões que garantam aprendizagens significativas. Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre professores. Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
Responsabilizar-se e buscar contribuir para que ocorra envolvimento do corpo docente com novas metodologias, estratégias e técnicas pedagógicas.	Coordenar, juntamente com Diretoria e o Setor de Apoio Psicopedagógico, o uso adequado de TICs. Pode, inclusive, assistir a algumas aulas durante o curso. Visitar as salas de aula para detectar problemas existentes e procurar solucioná-los. Acompanhar a implementação e o uso de softwares no curso. Propor e coordenar atividades de formação contínua e de qualificação dos professores, visando o aprimoramento profissional em novas metodologias, acessibilidade pedagógica, estratégias e técnicas pedagógicas, a oportunidade de troca de experiências e a cooperação entre os docentes.								
Buscar parcerias e convênios para o curso. Acompanhar a necessidade de renovar parcerias ou convênios.	Buscar e intermediar a realização de parcerias que beneficiem a comunidade acadêmica e a sociedade: para bolsas de estudo, estágios, integração empresa-escola, intercâmbios, visitas técnicas, atividades de investigação científica e extensão.	Responsável pelos Estágios Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Mensalmente: Verificar planilha de vigências dos convênios. Informar Número de Convênios do Curso Listar Convênios
Participar das diretrizes e supervisionar o trabalho	Acompanhar o desenvolvimento das atividades nos estágios supervisionados,	NDE		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
do responsável pelo estágio.	mesmo que não obrigatório / analisar os relatórios periódicos de frequência de alunos, atividades desempenhadas, orientação por docente da IES e supervisão. Envolver instituições que concedem o estágio na autoavaliação do curso - adequação da formação às demandas atuais e propostas de melhorias.	Setor de Apoio Psicopedagógico Responsável pelos Estágios Diretoria							
Coordenar o planejamento, (re)elaboração e avaliação das atividades de aprendizagem do curso. Acompanhar o progresso dos alunos e orientar a oferta de unidades curriculares para alunos repetentes e para alunos em dependência.	Acompanhar a elaboração e aplicação das avaliações, bem como o respeito aos seus prazos de aplicação.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico Secretaria Corpo Docente		X	X	X	X		
	Acompanhar os instrumentos de avaliação e a avaliação formativa (inclui seus resultados). Cobrar elaboração de provas interdisciplinares e acompanhar sua formulação.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Corpo Docente		X	X	X	X		
	Organizar provas substitutivas e organizar o programa de recondução da aprendizagem.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Corpo Docente			X	X	X		

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						Periodicidade
			Mês						
			1	2	3	4	5	6	
	Acompanhar o fechamento das notas, provas substitutivas e aplicação dos exames finais.	Secretaria Corpo Docente					X		Calcular e listar: Número de Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
	Organizar as unidades curriculares em regime especial ou de dependência.	Secretaria	X					X	
Propor a adoção de estratégias de avaliação e ensino adequadas à educação inclusiva. Disseminar princípios e políticas que garantam a inclusão social e assegurar condições de acesso e permanência a estudantes com deficiências.	Estimular utilização de recursos voltados à acessibilidade metodológica e tecnologia da informação e comunicação em sala de aula. Sugerir meios de atrair os alunos para as aulas, expor aos professores como as aulas devem ser ministradas. Identificar alternativas pedagógicas, juntamente com os professores, que concorram para a inclusão das pessoas com deficiência e para reduzir a evasão. Analisar as provas ministradas, sob o aspecto da acessibilidade.	Setor de Apoio Psicopedagógico NDE Secretaria Corpo Docente		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
Estimular e se responsabilizar pela oferta e participação em atividades	Divulgar as atividades organizadas no curso ou pela Instituição, e/ou por outras instituições/ organizações (projetos de investigação científica, monitoria,	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Verificar mensalmente e consolidar em relatório semestral:

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
complementares, eventos e cursos de extensão. Estimular que se diversifiquem as atividades complementares, assegurando que ocorra o controle de sua realização.	projetos de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, estágio supervisionado extracurricular etc.).								Número de Atividades de Extensão e Investigação Científica no Curso (inclui eventos) Número de Participantes em Atividades Extracurriculares no Curso (inclui comunidade)
	Incentivar o engajamento dos docentes, colaboradores e discentes na organização de projetos na área do curso e/ou em temáticas transversais (empreendedorismo, inovação, educação ambiental, direitos humanos, combate ao preconceito etc.).	NDE Secretaria Corpo Docente Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Relatório semestral. Número de Participantes em Atividades de: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, Inovação, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Combate ao Preconceito
	Organizar eventos e convidar palestrantes.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Relatório semestral.
	Acompanhar o desenvolvimento de projetos de investigação científica e	Secretaria Diretoria							Permanente. Relatório semestral.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	extensão, com relatórios periódicos de atividades exercidas.								
	Incentivar o envolvimento discente nas atividades extracurriculares disponibilizadas pela IES ao aluno do curso.	Coordenação Diretoria		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Acompanhar o relatório periódico das atividades complementares, junto ao responsável pelas atividades complementares.	Responsável pelas Atividades Complementares .		X	X	X	X		Ao longo do período letivo. Controle mensal. Relatório semestral.
Supervisionar as instalações físicas, laboratórios e equipamentos do curso.	Definir adequadas condições de infraestrutura das salas de aula.	Corpo Docente Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Sugerir equipamentos e materiais/softwares para as aulas práticas.	NDE Corpo Docente	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Providenciar as demandas necessárias para a manutenção de condições de bom funcionamento da sala dos professores.	Diretoria Suporte em Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Acompanhar a utilização do laboratório específico nas atividades práticas do curso.	Diretoria Suporte em Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo. Mensalmente divulgar: Ocupação de Laboratórios por Aulas

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
									Ocupação de Laboratórios por Discentes
	Cobrar relatórios de manutenção.	Suporte em Informática / Infraestrutura							Semanal.
	Cobrar relatórios de uso de acervo da biblioteca por alunos e docentes, a fim de incentivar sua utilização.	Bibliotecária	X	X	X	X	X	X	Mensal. Relatório semestral.
	Supervisionar a elaboração do Relatório de Adequação da Bibliografia.	Biblioteca NDE	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Indicar compra ou aquisição de livros e equipamentos.	Corpo Docente NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
Indicar para contratação ou demissão os docentes do curso, mediante resultado de processo seletivo e ouvida a Diretoria. Coordenar o processo de seleção dos professores do curso.	Verificar a necessidade de novas contratações docentes. Solicitar admissões de técnicos de atividades de apoio didático do curso. Coordenar a seleção dos docentes do curso, bem como o acompanhamento de suas atividades. Indicar necessidade de desligamento docente.	NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Organizar a planilha docente e enviar as informações ao setor de recursos	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Controle mensal.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	humanos (horas de trabalho e detalhamento).								
Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o determinado pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA). Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional.	Corresponsabilizar-se pela permanente Sensibilização - estimular a participação dos alunos, docentes, preceptores e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional.	CPA Corpo Docente Corpo Técnico Administrativo	X	X	X	X	X	X	Permanente.
	Colaborar na divulgação e aplicação dos instrumentos de avaliação. Atuar na incorporação dos resultados das avaliações externas no relatório de autoavaliação do curso e institucional. Participar das análises dos resultados obtidos, da definição das ações de melhorias e de suas implementações. Apoiar a divulgação dos resultados. Contribuir para a apropriação dos resultados pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica	CPA Corpo Docente Corpo Técnico Administrativo	X	X	X	X	X	X	De acordo com o calendário da CPA.
Ser corresponsável pela inscrição de alunos regulares e irregulares nas avaliações nacionais, nos termos legais. Incentivar para o bom desempenho dos	Indicar estudantes ingressantes e concluintes habilitados ao ENADE (vinculado ao curso, independente da sua situação de matrícula - com matrícula trancada ou afastado). Identificar todos os estudantes em situação irregular junto ao ENADE.	Secretaria Diretoria CPA							De acordo com o ciclo avaliativo do SINAES, do calendário INEP/MEC e/ou do órgão específico.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
discentes nas avaliações nacionais, como Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e comprometer-se com o bom desempenho do curso nas demais avaliações.	Adotar os procedimentos necessários para a regularização. Acompanhar com a Diretoria e monitorar o desempenho dos alunos no ENADE. Observar o que se programa para melhorar o desempenho discente.								
Zelar pelo reconhecimento do curso e renovação periódica desse processo por parte do INEP/MEC.	Coordenar as atividades para o reconhecimento e renovação do curso. Organizar a ficha docente, conforme demandado pelas atividades de regulação do MEC. Colaborar com os demais gestores da IES e a CPA no fornecimento de informações solicitadas pelo INEP.	Secretaria NDE Diretoria CPA							De acordo com o ciclo avaliativo do SINAES e o calendário INEP/MEC.
Ser corresponsável pela divulgação do curso.	Divulgar o curso, sendo profundo conhecedor de seus diferenciais. Incentivar e animar alunos e professores, inclusive exaltando a IES fora dos seus domínios. Ser referência na área e proferir palestras e cursos, ministrar oficinas e participar em bancas, divulgando o curso e contribuindo para a consolidação da excelente imagem institucional.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
Outras funções/ações.	Atender aos alunos. Atender aos professores. Apreciar todos os requerimentos formulados pelos alunos e professores, não previstos neste regulamento. Encaminhar ao Colegiado do Curso os recursos e apelações efetuados aos atos da coordenação.	Secretaria Ouvidoria	X	X	X	X	X	X	Permanente.
Apoiar o NDE na elaboração de estudos e RELATÓRIOS.	RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE - perfil do egresso, titulação do corpo docente e desempenho em sala de aula; - experiência profissional do corpo docente; atendimento integral da demanda; - experiência no exercício da docência superior do corpo docente; desempenho em sala de aula. ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	NDE Secretaria Bibliotecária Diretoria						X	Semestral, precedendo o semestre letivo. Relatar Perfil Docente - Formação Acadêmica, Titulação e Regime de Trabalho (inclui IQCD)

REGISTRA-SE QUE TODAS AS ATIVIDADES PREVISTAS NESTE PLANO DE AÇÃO DESTINAM-SE AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO E DO CORPO DOCENTE, VISANDO A FACILITAR A INTEGRAÇÃO E A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO CURSO.

9. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O acompanhamento será por meio de RELATÓRIO PARCIAL (no meio do semestre letivo) e RELATÓRIO FINAL (no final do semestre letivo).

Cada RELATÓRIO deverá apresentar, por ação:

1º) Situação da Ação, sendo opções:

- Prevista: significa que a ação não iniciou, mas ainda pode ser executada no prazo;
- Iniciada: significa que a ação está dentro do prazo, mas ainda não foi executada;
- Concluída: significa que a ação foi executada e concluída dentro do prazo;
- Cancelada: significa que a ação não será mais executada (seria excluída dos planos);
- Atrasada: significa que a ação será executada, mas o prazo não será cumprido.

2º) Justificativas/Observações

Deve ser incluída justificativa para atrasos e cancelamentos e observações que forem necessárias. Sugere-se realizar uma explicação breve e informativa.

Por meio da análise deste Plano de Ação e dos relatórios produzidos, será possível verificar se os objetivos foram alcançados, a necessidade da definição de ações corretivas ou providências para que os desvios significativos sejam minimizados ou eliminados.

O RELATÓRIO FINAL subsidiará a confecção do RELATÓRIO DE GESTÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO, com os INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO.

10. DOCUMENTOS E INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO (A SEREM DIVULGADOS)

- Relatório de Gestão da Coordenação de Curso
- Projeto Pedagógico do Curso
- Matriz Curricular
- Plano de Ensino ou Programas das Unidades Curriculares (semestral)
- Pautas/Diários de Controle Acadêmico (Frequência, Notas – pode ser utilizado sistema)
- Calendário Acadêmico
- Relatório de Estudos do Perfil do Corpo Docente/Tutores (NDE)
- Relatório da Bibliografia Básica e Complementar do Curso (NDE)
- Atas das Reuniões dos Órgãos (NDE e Colegiado de Curso)
- Titulação do Coordenador de Curso
- Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

Indicadores:

- Número de Alunos Regularmente Matriculados
- Número de Alunos no Limite do Excesso de Faltas
- Número de Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação

- Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
- Número de Alunos com Desistências Recorrentes
- Número de Convênios do Curso
- Pontualidade Docente
- Perfil Docente – Formação Acadêmica, Titulação e Regime de Trabalho (inclui IQCD)
- Perfil dos Tutores
- Protocolos em Aberto (Solicitações dos Discentes)
- Satisfação Discente por Unidade Curricular
- Satisfação Discente com a Coordenação de Curso
- Número de Assinaturas da Bibliografia Básica e Complementar Disponibilizados na Biblioteca
- Média de Alunos por Unidade Curricular
- Ocupação de Laboratórios por Aulas
- Ocupação de Laboratórios por Discentes
- Número de Atividades de Extensão e Iniciação Científica no Curso (inclui eventos)
- Número de Participantes em Atividades de: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, Inovação, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Combate ao Preconceito
- Número de Participantes em Atividades Extracurriculares no Curso.

4. COLEGIADO DE CURSO

4.1. Institucionalização

O Colegiado de Curso está institucionalizado, uma vez que há previsão no Regimento da FACULDADE DO FUTURO, e ele está efetivamente implantado no curso de graduação em Educação Física.

O Colegiado de Curso é órgão responsável pela coordenação didática do curso, sendo constituído por docentes que ministram disciplinas de matérias distintas da matriz curricular do curso, pelo Coordenador de Curso, que o preside, e por 01 (um) representante do corpo discente do curso.

4.2. Representatividade dos Segmentos

O Colegiado de Curso é constituído:

I – pelo Coordenador do Curso, seu Presidente;
II – por todos os docentes/tutores que ministram ou atuam nas disciplinas do currículo do curso;
III – por 01 (um) representante do corpo discente, eleito por seus pares.

4.3. Competências

De acordo com Regimento da FACULDADE DO FUTURO, compete ao Colegiado de Curso:

I – fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
II – elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
III – promover a avaliação do curso;
IV – decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
V – colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
VI – exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

4.4. Periodicidade das Reuniões

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente 02 (duas) vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou a requerimento de 2/3 (um terço) dos membros que o constituem, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

4.5. Registro de Decisões

As decisões do Colegiado de Curso são registradas em atas e encaminhadas de acordo com o fluxo estabelecido para as temáticas tratadas (Regimento, em regulamentos ou em normas complementares da FACULDADE DO FUTURO, quando for o caso).

O Colegiado do curso de graduação em Educação Física conta com um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

4.6. Fluxo para Encaminhamento das Decisões

O fluxo decisório nas reuniões do Colegiado de Curso tem como base as seguintes orientações:

a) A pauta da reunião deverá ser informada em até 48 horas antes da mesma pelo presidente do Colegiado de Curso, sendo que as sugestões de temas a serem discutidos podem ser feitas pelo presidente ou qualquer outro membro do órgão;

b) Exposto os temas da pauta, cada item deve ser descrito especificamente, refletido, arguido pelos membros presentes e decidido ou demandar ação complementar;

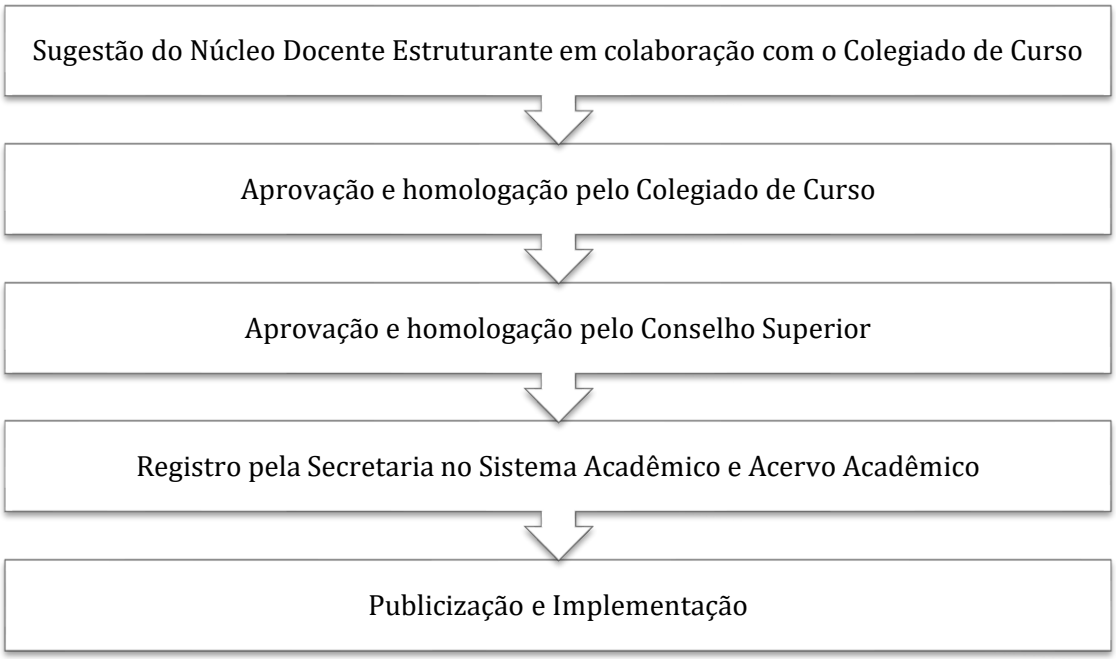
c) A elaboração de documentos, realização de estudos, preparação de materiais, acompanhamento das ações decorrentes as decisões e/ou execução de tarefas terá a designação de um responsável pela atividade e estabelecido um prazo de entrega;

d) Na reunião posterior, os assuntos pendentes ou que precisavam de complementação serão retomados na discussão para finalização;

e) O Colegiado de Curso analisará os resultados das decisões tomadas e avaliará necessidades de mudança, caso necessário.

Para o encaminhamento das decisões são estabelecidos fluxos específicos a partir das competências do Colegiado de Curso que se traduzem nos esquemas apresentados a seguir.

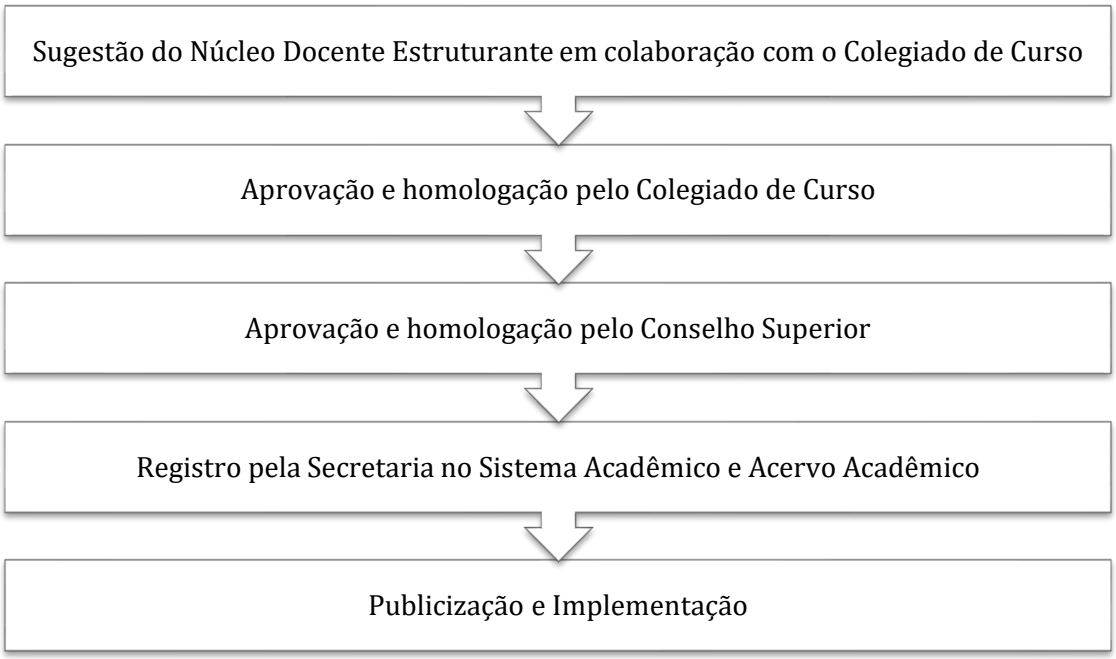
I – FIXAR O PERFIL DO CURSO E AS DIRETRIZES GERAIS DAS DISCIPLINAS, COM SUAS EMENTAS E RESPECTIVOS PLANOS DE ENSINO;



Periodicidade:

- ✓ O perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso.
- ✓ Os planos de ensino são aprovados semestralmente, a partir do encaminhamento dos professores responsáveis ao Núcleo Docente Estruturante que analisa e encaminha ao Colegiado de Curso.

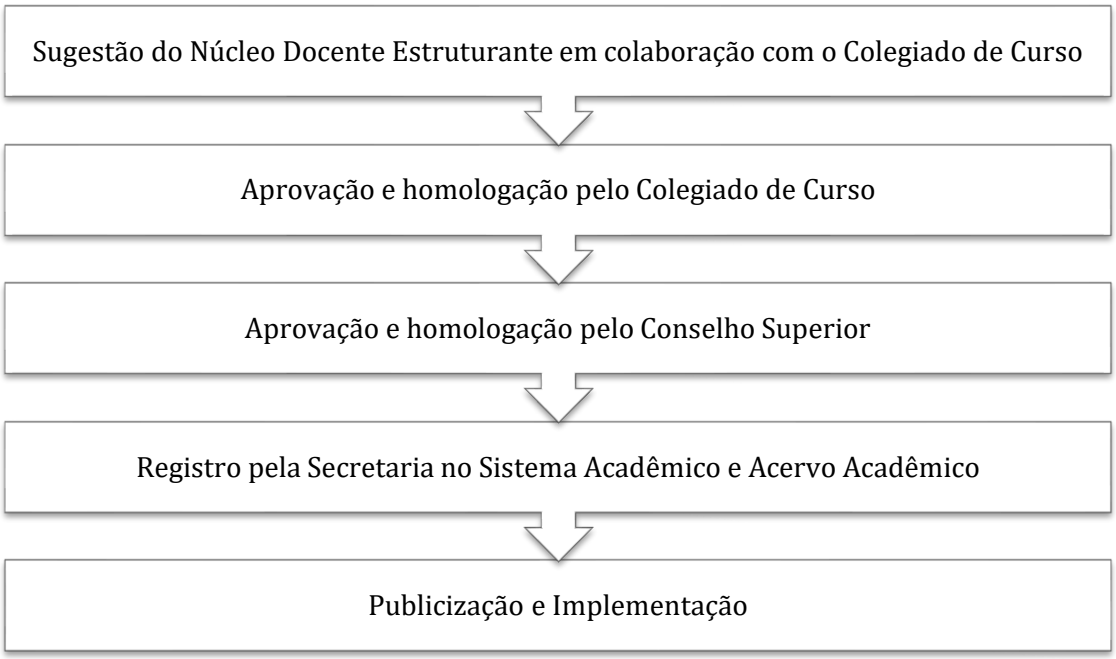
II – DELIBERAR SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO E SUAS ALTERAÇÕES COM A INDICAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVA CARGA HORÁRIA, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES EMANADAS DO PODER PÚBLICO, E CONFORME SUGESTÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE;



Periodicidade:

- ✓ A matriz curricular do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

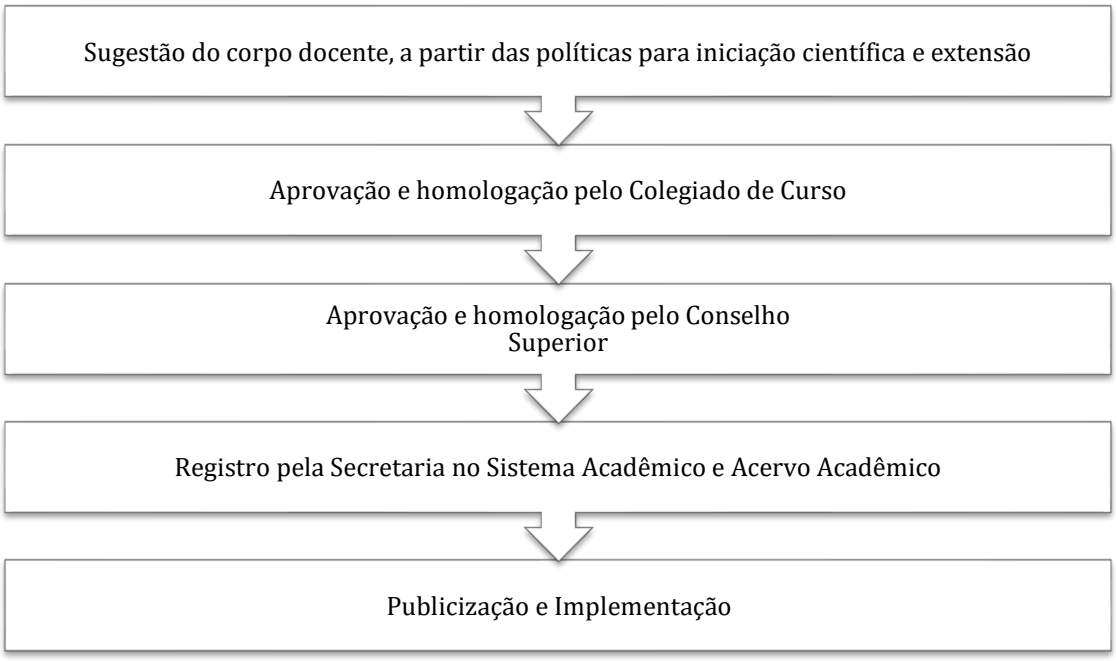
<u>III – APROVAR DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO;</u>



Periodicidade:

- ✓ As diretrizes para o desenvolvimento de estágios supervisionados, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

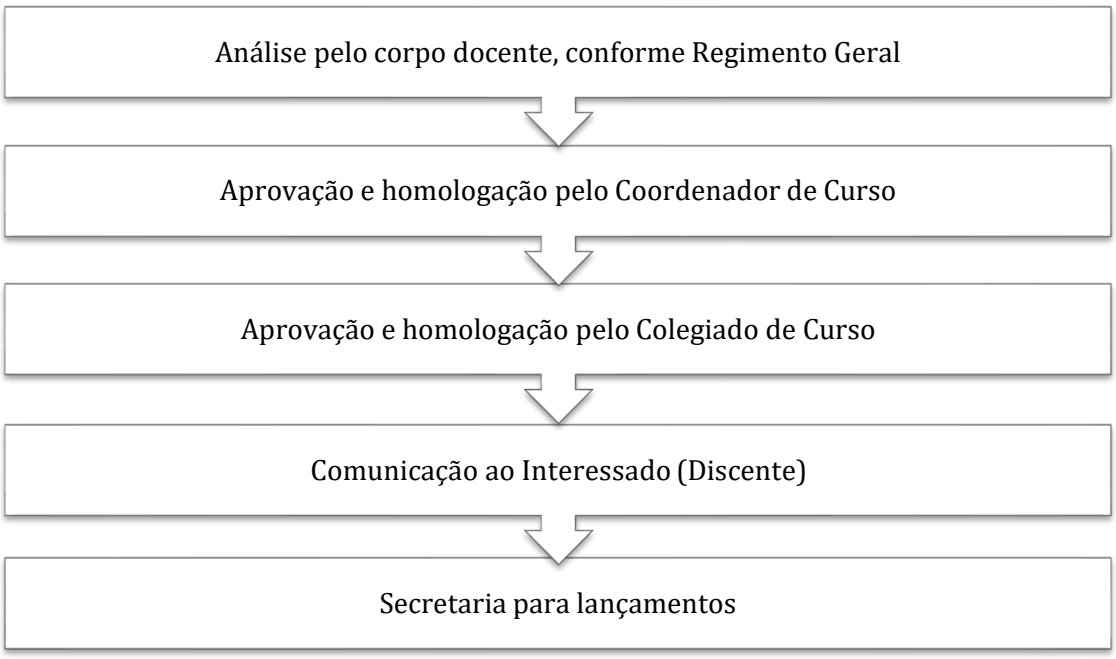
<u>IV – APROVAR OS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO CURSO;</u>



Periodicidade:

- ✓ Os projetos são aprovados a partir das demandas geradas pela instituição para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão.

V – DECIDIR SOBRE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE ADAPTAÇÕES, MEDIANTE REQUERIMENTO DOS INTERESSADOS;



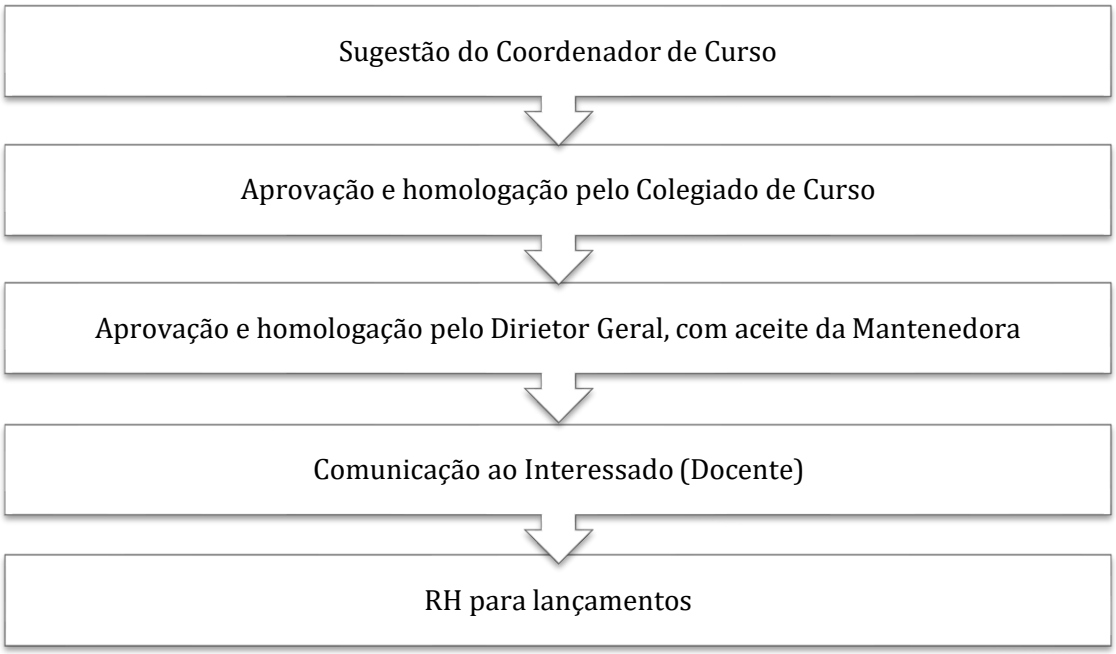
Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda encaminhada a partir da matrícula de alunos.

Observação:

- ✓ O órgão recursal das decisões do Colegiado de Curso é o Conselho Superior.

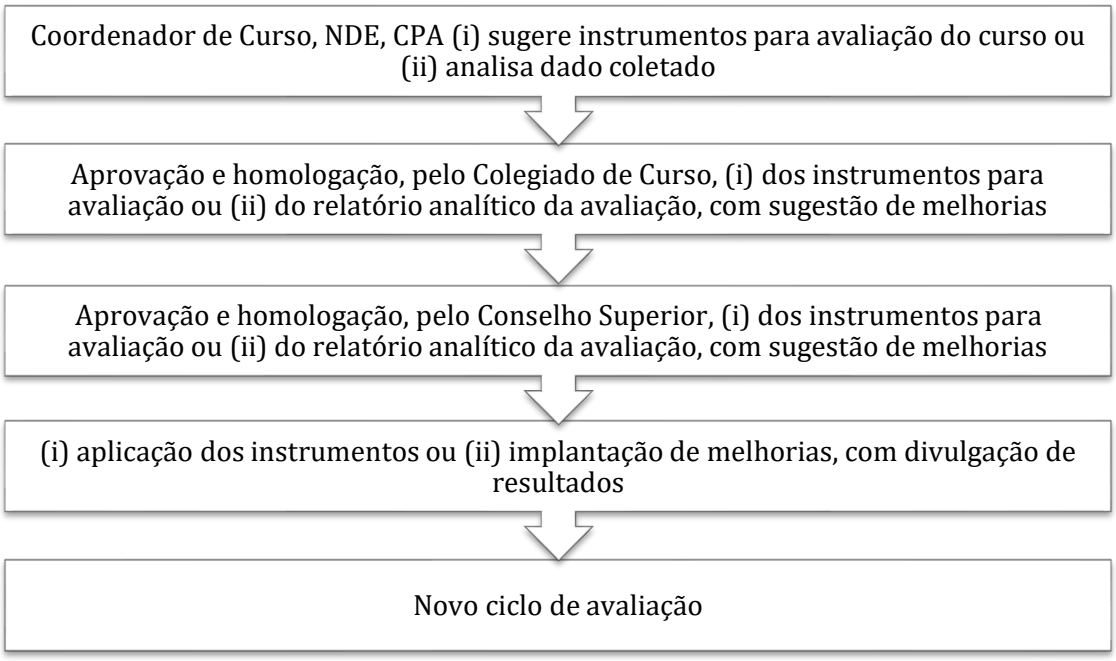
VI – OPINAR SOBRE A CONTRATAÇÃO, PROMOÇÃO, AFASTAMENTO OU DISPENSA DO PESSOAL DOCENTE-TUTORIAL;



Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda identificada.

VII - PROMOVER A AVALIAÇÃO DO CURSO E COLABORAR COM A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



Periodicidade:

- ✓ Conforme calendário de autoavaliação institucional ou sempre detectada a necessidade de uma avaliação do curso.

VIII – COLABORAR COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DA FACULDADE DO FUTURO NO ÂMBITO DE SUA ATUAÇÃO;

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento e normas complementares aprovadas pelo Conselho Superior.

IX – EXERCER AS DEMAIS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO REGIMENTO OU QUE LHE FOREM DELEGADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS DA FACULDADE DO FUTURO.

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento Geral e normas complementares aprovadas pelo Conselho Superior.

4.7. Avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão

A avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso é realizada semestralmente, por seus integrantes, com o objetivo de implementar ou ajustar práticas de gestão.

São objeto de avaliação, em relação ao desempenho do Colegiado de Curso, os seguintes aspectos:

a) cumprimento do calendário de reuniões ordinárias;

b) frequência dos membros do órgão;

c) dinâmica funcionamento das reuniões;

d) média de prazo para decidir;

e) cumprimento das atribuições regimentais.

Cabe ao Coordenador de Curso produzir relatório semestral sobre o desempenho do Colegiado de Curso, considerando os aspectos acima apontados.

Em reunião, o relatório é apresentado ao Colegiado de Curso para discussão e providências. A partir dos resultados obtidos, podem ser adotados ajustes nas práticas de gestão, considerando os pontos críticos verificados na avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso.

Os dados finais são encaminhados para a Diretoria Geral para validação e, se necessária, providências de ajustes demandas.

4.8. Regulamento do Colegiado de Curso

A seguir é apresentando o Regulamento dos Colegiados de Curso.

REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO E DA FINALIDADE

Art. 1°. O Colegiado de Curso, órgão de deliberação coletiva, responsável pela coordenação didática de cada curso.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2°. O Colegiado de Curso é constituído dos seguintes membros:

I - Pelo Coordenador de Curso, seu presidente;
II - Por todos os professores-tutores que ministram disciplinas do currículo do curso;
III - Por 01 (um) representante do corpo discente, eleito por seus pares.
Parágrafo Único. O representante do corpo discente, que deve ser aluno do curso, terá mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 3. São atribuições do Colegiado de Curso:
I - Fixar o perfil do curso a distância e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos planos de ensino;
II - Elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
III - Aprovar os planos de ensino das disciplinas;
IV - Estipular diretrizes para o desenvolvimento de estágios supervisionados, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso;
V - Aprovar os projetos de investigação científica e extensão desenvolvidos no âmbito do curso;
VI - Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
VII - Opinar sobre a contratação, promoção, afastamento ou dispensa do pessoal docente;
VIII - Promover a avaliação do curso e colaborar com a Comissão Própria de Avaliação no processo de avaliação institucional;
IX - Colaborar com os demais órgãos da IES no âmbito de sua atuação;
X - Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da IES.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4. O Colegiado de Curso define o Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação, nomeado pelo Diretor Geral, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação, submetido à aprovação do Conselho Superior.

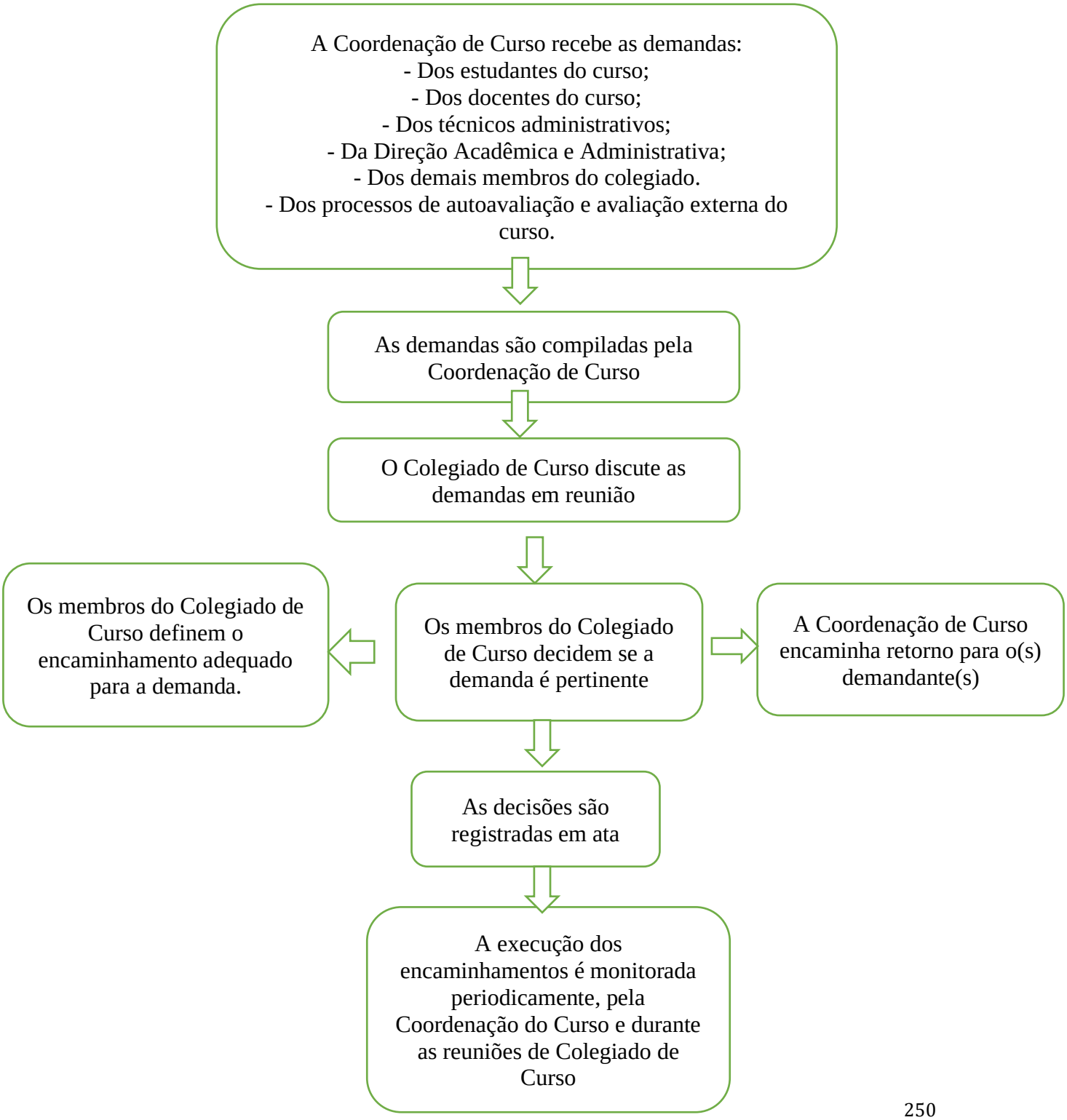
Art. 5. O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente em datas fixadas no Calendário Acadêmico e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador de Curso, por solicitação do Diretor Geral ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

Art. 6. Casos omissos devem ser encaminhados pelo Coordenador para a devida orientação por parte da Direção Acadêmica.

Art. 7. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica.

Manhuaçu, 01 de outubro de 2018.

FLUXO DE ENCAMINHAMENTO E VALIDAÇÃO DAS DECISÕES DO COLEGIADO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



FLUXOS PARA O ENCAMINHAMENTO DAS DECISÕES

O fluxo decisório nas reuniões do Colegiado de Curso terá como base as seguintes orientações:

a) A pauta da reunião deverá ser informada em até 48 horas antes da mesma pelo presidente do Colegiado de Curso, sendo que as sugestões de temas a serem discutidos podem ser feitas pelo presidente ou qualquer outro membro do órgão;

b) Exposto os temas da pauta, cada item deve ser descrito especificamente, refletido, arguido pelos membros presentes e decidido ou demandar ação complementar;

c) A elaboração de documentos, realização de estudos, preparação de materiais, acompanhamento das ações decorrentes as decisões e/ou execução de tarefas terá a designação de um responsável pela atividade e estabelecido um prazo de entrega;

d) Na reunião posterior, os assuntos pendentes ou que precisavam de complementação serão retomados na discussão para finalização;

e) O Colegiado de Curso analisará os resultados das decisões tomadas e avaliará necessidades de mudança, caso necessário.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA SOBRE O DESEMPENHO DO COLEGIADO DO CURSO, PARA IMPLEMENTAÇÃO OU AJUSTE DE PRÁTICAS DE GESTÃO

A avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso será realizada semestralmente, por seus integrantes, com o objetivo de implementar ou ajustar práticas de gestão.

Serão objeto de avaliação, em relação ao desempenho do Colegiado de Curso, os seguintes aspectos:

a) cumprimento do calendário de reuniões ordinárias;

b) frequência dos membros do órgão;

c) dinâmica funcionamento das reuniões;

d) média de prazo para decidir;

e) cumprimento das atribuições regimentais.

Caberá ao Coordenador de Curso produzir relatório semestral sobre o desempenho do Colegiado de Curso, considerando os aspectos acima apontados.

Em reunião, o relatório será apresentado ao Colegiado de Curso para discussão e providências. A partir dos resultados obtidos, poderão ser adotados ajustes nas práticas de gestão, considerando os pontos críticos verificados na avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso.

Os dados finais serão encaminhados para a Diretoria Geral para validação e, se necessária, providências de ajustes demandas.

5. CORPO DOCENTE

5.1. Titulação

O corpo docente do curso de graduação em Educação Física é integrado por 17 (dezessete) professores, sendo 6 (seis) doutores, 7 (sete) mestres e 4 (quatro) especialistas, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO MÁXIMA	**QUANTIDADE**	**PERCENTUAL**
Doutorado	6	35%
Mestrado	7	41%
Especialização	4	24%
TOTAL	**17**	**100%**

O percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é igual a 76%.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal do corpo docente e a titulação máxima (nível).

Nome	CPF	Graduação	Titulação maior
Henrique Viana Taveira	069.161.916-60	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	Mestre
Felippe da Silva Leite Cardoso	087.839.986-08	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	Doutor
Fernando de Souza Portes	043.076.226-77	Licenciatura em Letras-Libras, Letras (português/espanhol), Educação Especial e Pedagogia: Bacharel em Letras-Libras e Turismo	Mestre
Elias Perigolo Mol	027.341.086-58	Artes visuais/ Publicidade e Propaganda	Doutor
Ana Paula Bernardi Portilho	818.973.830-53	Educação Física Licenciatura Plena	Doutora
Watney Silva Portela	092.707.037-54	Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialista
Edineuza Aparecida de Freitas	085.688.797-80	Fisioterapia	Mestre
Renato Knupp Furtado	088.703.177-30	Educação Física, Nutrição	Especialista
Soraia Aparecida Borelli Vargas	027.373.936-04	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado); Graduação em Tecnólogo em Administração de Pequenas e Médias Empresas	Especialista

Vanessa Lopes Corrêa	077.671.386-82	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)	Especialista
Wanderson Amaral Portilho	075.655.656-28	Educação Física (Licenciatura)	Mestre
Valmo José Penna Moreira	019.580.747-21	Psicologia	Mestre
Luciane Rodrigues Portugal	034.427.396-24	Ciências Biológicas	Doutora
Brendow de Oliveira Fraga	117.583.826-86	Administração	Mestrado
Sabrina de Oliveira Emerick	071.543.736-44	Ciências Biológicas	Doutora
Mariana Moraes de Castro	082.984.636-09	Ciências Biológicas	Doutora
Lívia Paula de Almeida Lamas	028.518.726-05	Direito e Letras	Mestrado

A formação acadêmica dos professores revela a constituição de um corpo docente com capacidade para:

- Analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente;
- Fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- Proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa, relacionando-os aos objetivos dos componentes curriculares e ao perfil do egresso;
- Incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de iniciação científica e da publicação.
- Desenvolver a metodologia proposta para o curso de graduação.

5.2. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Há relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso, demonstra e justifica a relação entre a experiência no exercício da docência na educação básica do corpo docente e seu desempenho em sala de aula.

A experiência no exercício da docência na educação básica do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula, uma vez que os docentes possuem capacidade para:

- Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;

- Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;

- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;

- Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;

- Exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

A seguir, o tempo de experiência dos professores na educação básica.

Tempo de Experiência no Exercício da Educação Básica	
NOME DO PROFESSOR	**TEMPO (EM ANOS)**
Henrique Viana Taveira	0
Felippe da Silva Leite Cardoso	0
Fernando de Souza Portes	0
Elias Perigolo Mol	0
Ana Paula Bernardi Portilho	2
Watney Silva Portela	16
Edineuza Aparecida de Freitas	0
Renato Knupp Furtado	0
Soraia Aparecida Borelli Vargas	0
Vanessa Lopes Corrêa	4,5
Wanderson Amaral Portilho	13
Valmo José Penna Moreira	0
Luciane Rodrigues Portugal	0
Brendow de Oliveira Fraga	0,5
Sabrina de Oliveira Emerick	4,5
Mariana Moraes de Castro	0
Lívia Paula de Almeida Lamas	0

5.3. Experiência no Exercício da Docência Superior

A experiência no exercício da docência superior do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula, uma vez que os docentes possuem capacidade para:

- Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- Exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

No quadro a seguir é apresentado o tempo de experiência no exercício da docência superior do corpo docente do curso de graduação em Educação Física.

Nome	Tempo de Experiência no Magistério Superior (em anos)
Henrique Viana Taveira	11,0
Felippe da Silva Leite Cardoso	7,0
Fernando de Souza Portes	16,0
Elias Perigolo Mol	10

Ana Paula Bernardi Portilho	14,0
Watney Silva Portela	13,0
Edineuza Aparecida de Freitas	13,0
Renato Knupp Furtado	7,0
Soraia Aparecida Borelli Vargas	3,0
Vanessa Lopes Corrêa	3,0
Wanderson Amaral Portilho	9,0
Valmo José Penna Moreira	19,0
Luciane Rodrigues Portugal	16,0
Brendow de Oliveira Fraga	5,0
Sabrina de Oliveira Emerick	9
Mariana Moraes de Castro	5,0
Lívia Paula de Almeida Lamas	12,5

5.4. Regime de Trabalho

O corpo docente do curso de graduação em Educação Física é integrado por 17 (dezessete) professores, sendo 06 (seis) em regime de tempo integral e 11 (onze) em regime de tempo parcial, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE		
REGIME DE TRABALHO	**QUANTIDADE**	**PERCENTUAL**
Integral	6	35
Parcial	11	65
TOTAL	**17**	**17**

O percentual do corpo docente com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é de 100%.

O regime de trabalho dos docentes possibilita o atendimento integral da demanda, considerando: a dedicação à docência; o atendimento aos discentes (orientações didático-pedagógicas, outras orientações grupos de estudo etc.); a participação no órgão colegiado do curso e nos demais órgãos de gestão acadêmica; o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Há documentação descritiva sobre as atividades individuais dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

Nome	**Regime de Trabalho**
Henrique Viana Taveira	Integral
Felippe da Silva Leite Cardoso	Parcial
Fernando de Souza Portes	Parcial
Elias Perigolo Mol	Parcial
Ana Paula Bernardi Portilho	Integral
Watney Silva Portela	Parcial
Edineuza Aparecida de Freitas	Integral
Renato Knupp Furtado	Parcial
Soraia Aparecida Borelli Vargas	Parcial
Vanessa Lopes Corrêa	Parcial
Wanderson Amaral Portilho	Parcial

Valmo José Penna Moreira	Integral
Luciane Rodrigues Portugal	Parcial
Brendow de Oliveira Fraga	Integral
Sabrina de Oliveira Emerick	Integral
Mariana Moraes de Castro	Parcial
Lívia Paula de Almeida Lamas	Parcial

5.5. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

O corpo docente do curso de graduação em Educação Física possui, nos últimos 03 (três) anos, produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

A FACULDADE DO FUTURO oferece as condições necessárias ao desenvolvimento da iniciação científica e à inovação tecnológica, inclusive com participação de alunos. As atividades serão desenvolvidas promovendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

A seguir, produção docente dos últimos três anos.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CORPO DOCENTE (ÚLTIMOS 3 ANOS)	
NOME PROFESSOR	**NÚMERO DE TRABALHOS**
Henrique Viana Taveira	9
Felippe da Silva Leite Cardoso	23
Fernando de Souza Portes	1
Elias Perigolo Mol	0
Ana Paula Bernardi Portilho	15
Watney Silva Portela	1
Edineuza Aparecida de Freitas	10
Renato Knupp Furtado	0
Soraia Aparecida Borelli Vargas	1
Vanessa Lopes Corrêa	1
Wanderson Amaral Portilho	28
Valmo José Penna Moreira	6
Luciane Rodrigues Portugal	9
Brendow de Oliveira Fraga	15
Sabrina de Oliveira Emerick	18
Mariana Moraes de Castro	12
Lívia Paula de Almeida Lamas	26

6. DOCENTES-TUTORES

6.1. Atividades de Docente-Tutor

As atividades de docente-tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular em face da oferta de componentes oferecidos com a metodologia EAD. As atividades compreendem a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, são avaliadas periodicamente

por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

As atividades de docente-tutoria são definidas como aquelas desenvolvidas no âmbito da educação a distância e que envolvem a mediação e o acompanhamento pedagógico dos alunos inscritos nos cursos oferecidos na modalidade a distância, a orientação para o estudo, a resolução de dúvidas e o estímulo à aprendizagem.

A qualidade dos cursos a distância depende em grande parte da qualidade da tutoria. Assim, a seleção, a capacitação, o acompanhamento e a avaliação dos tutores são consideradas atividades estratégicas. Na prática, essa qualidade deve traduzir-se no domínio das disciplinas ministradas, na capacidade de organizar e orientar didaticamente o processo de ensino-aprendizagem a distância e na utilização das ferramentas tecnológicas que lhe servem de instrumento.

O corpo de docentes-tutores da FACULDADE DO FUTURO é constituído por todos os profissionais de nível superior, vinculados à IES, que atuam na área de conhecimento de sua formação, dando suporte às atividades e realizando mediação pedagógica junto aos alunos dos cursos a distância e que cursam componentes curriculares EAD de cursos presenciais da IES.

Os docentes-tutores desempenham primordialmente o papel de facilitador, mediador ou mentor do processo de aprendizagem dos alunos. Grande parte do trabalho do tutor consiste em orientar a realização de tarefas, responder mensagens, e etc. Mais especificamente, o tutor desempenhará as seguintes funções:

- Funções pedagógicas: moderar fóruns de discussão, focalizando ou propondo questões; moderar reuniões online; responder às dúvidas dos alunos; comentar, questionar, criticar, aprofundar ideias, relacionando-as ao conteúdo disponibilizado na disciplina; articular teoria e prática, através da aplicação de estudos de caso; compartilhar experiências; sugerir possibilidades de aprofundamento dos conteúdos e indicar/fornecer materiais complementares; utilizar estratégias de facilitação e fixação da aprendizagem, propondo, eventualmente, exercícios adicionais; acompanhar a participação dos alunos;

- Funções sociais: enviar mensagens de boas-vindas, suporte e estímulo à aprendizagem; contribuir para a criação de um ambiente favorável, valorizando e encorajando a participação; promover a interação e colaboração entre os alunos;

- Funções administrativas: estabelecer e/ou focar os objetivos das discussões; distribuir papéis e responsabilidades nas atividades, orientando os grupos; agendar as atividades; esclarecer procedimentos e regras de trabalho, tirando dúvidas sobre a disciplina; acompanhar evasão e participação da turma;

- Funções técnicas: orientar alunos na forma de submeter trabalhos, acessar conteúdos e enviar mensagens; encaminhar questões de problemas técnicos sobre uso da plataforma e ferramentas de aprendizagem para o suporte técnico.

Para as disciplinas a distância, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu um sistema de tutoria que prevê a atuação dos docentes-tutores em tutoria a distância e em tutoria presencial.

A tutoria a distância atua a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem da FACULDADE DO FUTURO, mediando o processo pedagógico junto a alunos que estão distantes. A atribuição dos docentes-tutores a distância é o esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão, pelo chat, participação em videoconferências, entre outros. Tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, frequentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos online de ensino-aprendizagem, junto com os docentes.

Cabe ressaltar que as funções atribuídas aos docentes-tutores são intercambiáveis em um modelo de educação a distância que privilegie forte mobilidade espacial de seu corpo de tutores. Nesse sentido, nas disciplinas a distância da FACULDADE DO FUTURO, os tutores a distância podem ser os mesmos tutores presenciais.

Em qualquer situação, ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível, tanto para o tutor presencial quanto para o tutor a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação.

O corpo discente do curso tem acesso ao tutor a distância e ao tutor, que acompanha diretamente seu percurso ao longo das disciplinas a distância. Cada tutor é responsável por um grupo de alunos, assim será possível garantir o atendimento a todos.

Ao selecionar os docentes-tutores, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu como requisito de seleção uma formação acadêmica aderente ao curso, garantindo assim o domínio do conteúdo da disciplina. Além disso, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu como requisito de seleção a experiência em educação a distância e em tutoria de forma que os tutores possam manusear os recursos e os materiais didáticos envolvidos na execução do curso. Destaque-se que IES dispõe de plano de capacitação para tutores voltado ao treinamento de questões específicas ligadas ao seu modelo de educação a distância.

Todo o sistema de docente-tutoria é avaliado pelos alunos e pela equipe pedagógica do curso, garantindo assim ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A avaliação é baseada em questionários aplicados aos alunos, que devem ponderar sobre a experiência proporcionada pelos tutores no exercício de suas funções. Com base nesses dados, coletados pela CPA, a equipe pedagógica do curso promove uma análise do desempenho do sistema e dos tutores individualmente, promovendo ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Ao final de cada semestre o Coordenador de Curso faz uma avaliação geral de desempenho avaliando a permanência ou afastamento do tutor junto à FACULDADE DO FUTURO.

Ao longo de todo ano a FACULDADE DO FUTURO incentiva a participação dos tutores nos cursos de formação, bem como a participação em eventos que a mesma oferece com o objetivo de promover a qualificação dos docentes-tutores.

6.2. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de docentes-tutores são adequados para que as atividades e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso. São realizadas avaliações periódicas para identificar a necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discente.

Ao selecionar os docentes-tutores, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu como requisito de seleção uma formação acadêmica aderente ao curso, garantindo assim o domínio do conteúdo da disciplina. Além disso, a FACULDADE DO FUTURO estabeleceu como requisito de seleção a experiência em educação a distância e em tutoria de forma que os tutores possam manusear os recursos e os materiais didáticos envolvidos na execução do curso. Destaque-se que a IES dispõe de plano de capacitação para tutores voltado ao treinamento de questões específicas ligadas ao seu modelo de educação a distância.

Além desses requisitos de seleção, que se materializam em conhecimentos necessários às atividades de tutoria, são habilidades e atitudes esperadas dos tutores a serem contratados pela FACULDADE DO FUTURO:

- Executar as atividades de forma organizada, com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e conseguir melhores resultados;

- Oferecer soluções e ideias novas por iniciativa própria, antecipando-se a possíveis problemas que poderão surgir, disposição para iniciar e manter ações que irão alterar o ambiente;

- Saber tratar as pessoas de acordo com suas reações emocionais e perceber as necessidades alheias, tentando identificar-se com a mesma, sentir o que ela sente;

- Saber manter o bom humor, não sofrendo alterações bruscas devido ao surgimento de situações adversas;

- Adaptar-se ao surgir novas atividades para adoção de práticas criativas e modernas, sugerindo novas maneiras para realização das tarefas, para resolver problemas de maneira inovadora, para maximizar o uso dos recursos disponíveis;

- Estar sempre presente, disponibilizando o seu potencial em prol do alcance dos objetivos e metas do curso, colaborando, dando suporte, com total dedicação;

- Ter capacidade para trocar informações, conhecimentos, com o intuito de agilizar o cumprimento de metas e o alcance de objetivos compartilhados.

Assim, os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de docentes-tutores são adequados para que as atividades e ações estejam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso.

A IES instituiu um programa de avaliação periódica dos docentes-tutores para identificar necessidade de capacitação dos tutores.

Todo o sistema de docentes-tutores é avaliado pelos alunos e pela equipe pedagógica do curso, garantindo assim ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A avaliação é baseada em questionários aplicados aos alunos, que devem ponderar sobre a experiência proporcionada pelos tutores no exercício de suas funções. Com base nesses dados, coletados pela CPA, a equipe pedagógica do curso promove uma análise do desempenho do sistema e dos tutores individualmente, promovendo ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Cabe destacar que ao longo das atividades de tutoria, os docentes-tutores são acompanhados pelo Coordenador de Curso, bem como pelos professores das disciplinas. É de responsabilidade do Coordenador de Curso e do professor da disciplina realizar avaliação mensal do desempenho do tutor, atendo aos seguintes aspectos: frequência, interesse, domínio do conteúdo, apoio ao professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes, acompanhamento dos alunos, acesso ao ambiente e qualidade das interações, linguagem estabelecida entre os alunos, nível de aceitação dos alunos, execução do plano de tutoria entre outros.

Ao final de cada semestre o Coordenador de Curso faz uma avaliação geral de desempenho avaliando a permanência ou afastamento do docentes-tutores junto a FACULDADE DO FUTURO.

Ao longo de todo ano a FACULDADE DO FUTURO incentiva a participação dos docentes-tutores nos cursos de formação, bem como a participação em eventos que a mesma oferece com o objetivo de promover a qualificação dos tutores.

A FACULDADE DO FUTURO oferece apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos alunos.

Para a oferta de disciplinas na modalidade a distância, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso, garantindo-se o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas pelos alunos.

A FACULDADE DO FUTURO atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos docentes-tutores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A FACULDADE DO FUTURO entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o

dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à descoberta do conhecimento.

Dessa forma, cabe aos docentes-tutores acompanhar e monitorar permanentemente o progresso do aluno no AVA e, caso não havendo participação efetiva do aluno quanto à realização das atividades propostas, o mesmo deve intervir no intuito de motivar o aluno a realizar as atividades no prazo estabelecido.

Estão programadas atividades de capacitação dos tutores com o intuito de promover a troca de experiências, a fim de que práticas criativas e inovadoras possam constantemente serem adotadas para permanência e êxito dos alunos.

6.3. Formação e Titulação dos Docentes-Tutores

Os docentes-tutores do curso são graduados na área do componente curricular pelas quais são responsáveis, e todos possuem titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu*.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal dos docentes-tutores, seguida da titulação máxima (nível).

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE-TUTORIAL	
PROFESSOR	**TITULAÇÃO MÁXIMA**
Henrique Viana Taveira	Mestrado
Felippe da Silva Leite Cardoso	Doutorado
Fernando de Souza Portes	Mestrado
Elias Perigolo Mol	Doutorado
Ana Paula Bernardi Portilho	Doutorado
Watney Silva Portela	Especialização
Edineuza Aparecida de Freitas	Mestrado
Renato Knupp Furtado	Especialização
Soraia Aparecida Borelli Vargas	Especialização
Vanessa Lopes Corrêa	Especialização
Wanderson Amaral Portilho	Mestrado
Valmo José Penna Moreira	Mestrado
Luciane Rodrigues Portugal	Doutorado
Brendow de Oliveira Fraga	Mestrado
Sabrina de Oliveira Emerick	Doutorado
Mariana Moraes de Castro	Doutorado
Lívia Paula de Almeida Lamas	Mestrado

6.4. Experiência dos Docentes-Tutores no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

A experiência no exercício da tutoria na educação a distância do corpo tutorial possibilita um congruente desempenho em sala de aula, uma vez que os docentes-tutores possuem capacidade para:

- Fornecer suporte às atividades docentes;
- Realizar mediação pedagógica junto aos discentes;

- Demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem;

- Orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

No quadro a seguir é apresentado o tempo de experiência no exercício da tutoria na educação a distância dos tutores do curso de graduação em Educação Física.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
TUTOR	**TEMPO (EM ANOS)**
Henrique Viana Taveira	2,5
Felippe da Silva Leite Cardoso	2,5
Fernando de Souza Portes	2,5
Elias Perigolo Mol	3
Ana Paula Bernardi Portilho	5,0
Watney Silva Portela	3
Edineuza Aparecida de Freitas	3
Renato Knupp Furtado	3
Soraia Aparecida Borelli Vargas	3
Vanessa Lopes Corrêa	3
Wanderson Amaral Portilho	3
Valmo José Penna Moreira	3
Luciane Rodrigues Portugal	3
Brendow de Oliveira Fraga	3
Sabrina de Oliveira Emerick	3
Mariana Moraes de Castro	3
Lívia Paula de Almeida Lamas	5,5

6.5. Interação entre Tutores, Docentes-Tutores e Coordenadores de Curso a Distância

Há interação que garante a mediação e articulação entre tutores, docentes-tutores e Coordenador de Curso. Foi elaborado um planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso. São realizadas avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

Nesse sentido, a FACULDADE DO FUTURO desenvolveu o Plano de Interação entre Tutores, Docentes-tutores e Coordenadores de Curso a Distância, a seguir apresentado.

PLANO DE INTERAÇÃO ENTRE TUTORES (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA), DOCENTES-TUTORES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Decreto nº 9.057/2017, a educação a distância (EaD) é uma modalidade educacional na qual a mediação didático–pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e

comunicação, as chamadas TIC, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e na qual são desenvolvidas atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

No contexto da EaD a comunicação se apresenta como elemento chave no planejamento, na execução e avaliação de todo processo ensino-aprendizagem. O planejamento dos atos comunicativos tenciona garantir a comunicação intrapessoal, interpessoal e grupal, de caráter pedagógico, técnico e administrativo, que garantem a interação entre os atores da educação a distância e o seu funcionamento.

2. COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO EM EaD

Com a ascensão do ensino a distância, a dimensão comunicacional da educação vem se destacando como ação integradora e transformadora.

O desenvolvimento tecnológico da comunicação vem sendo largamente utilizado em EaD, seja por meio da utilização da mídia impressa ou por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem.

Neste sentido, tem-se evoluído continuamente o acesso a materiais de cursos online e a comunicação, tanto síncrona (em tempo real), como assíncrona (em momentos diferentes), que pode ser estabelecida quer na perspectiva one-to-one (de um indivíduo para outro), one-to-many (de um para muitos) ou many-to-many (entre muitos indivíduos).

O planejamento, implementação e avaliação de processos, sejam relacionados ao espaço comunicativo ou da ação educativa, que fortaleçam as inter-relações pessoais, em grupo e em relações sociais mais amplas, envolvendo a arte, a expressão, a construção coletiva de significados e a intervenção na sociedade é fundamental para o sucesso da EaD.

No ensino presencial o contato físico muitas vezes por si só minimiza ou resolve problemas de comunicação, porém na EaD qualquer falha pode ser determinante para acontecimentos de grande severidade. Por exemplo, em uma estrutura em que se façam presentes papéis como tutor presencial e tutor a distância, uma falha de comunicação entre eles pode ser determinante para que um aluno não resolva certo problema local, se sinta desmotivado e abandone o curso.

3. OS PROFISSIONAIS (ATORES) DA EaD NAS IES E SUAS RESPONSABILIDADES

Para a condução oferecimento de cursos de graduação com a utilização da modalidade EaD, a FACULDADE DO FUTURO prevê a atuação de atores responsáveis por estabelecer e gerir todo o processo de ensino-aprendizagem. Nos itens a seguir estes atores estão identificados, juntamente com suas respectivas esferas de atuação.

3.1. Coordenador de Polo – É responsável por gerenciar toda a infraestrutura física e humana para o funcionamento eficiente do polo. Colabora na seleção dos tutores presenciais, na divulgação dos cursos e no acompanhamento de todo o processo seletivo para admissão de novos alunos.

3.2. Coordenador de Curso – É responsável por gerenciar a implantação e execução do curso, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

3.3. Professor Conteudista – É responsável pela produção do material didático. A FACULDADE DO FUTURO procura selecionar para atuar como professor conteudista os docentes de seu quadro, buscando fazer uso da expertise destes na preparação do conteúdo e ministração da disciplina.

3.4. Docente-tutor da Disciplina – É responsável pelo desenvolvimento da disciplina no âmbito do AVA e presenciais no exercício de suas atividades.

4. INTERAÇÃO ENTRE OS ATORES

O primeiro passo para se promover a comunicação e interação entre os atores da EaD da FACULDADE DO FUTURO foi identificar e descrever tais atores. A partir dessa identificação, ficou evidente as diversas formas de atuação de cada um, o que permitiu também identificar os pontos nos quais as interações entre eles já acontecem e aqueles nos quais as interações devem ser promovidas.

4.1. Interação Coordenador de Curso X Docente-Tutor X Tutores

O Coordenador de Curso é o responsável pelo gerenciamento das tutorias e do acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao PPC.

Sendo assim, cabe ao Coordenador de Curso juntamente com os professores da disciplina gerenciar o trabalho de tutoria realizado pelos tutores.

A interação entre Coordenador de Curso, docentes e tutor ocorre em vários momentos e de formas diferentes, a saber:

1ª Forma de interação – Por meio de reuniões para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores e docentes.

2ª Forma de interação – Por meio de reuniões com utilização de um software de comunicação. Para esse fim a FACULDADE DO FUTURO utilizara o skype para comunicação online e esporadicamente por limitações de horários entre os envolvidos.

3ª Forma de interação – Por meio de e-mails.

4ª Forma de interação – Por meio do AVA, no "Fórum de Coordenação", no qual são inseridos tanto o Coordenador de Curso, como os professores da disciplina e tutores a distância e presenciais. Neste local, todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento do curso podem ser apresentadas e discutidas.

4.2. Interação Docente-tutor da Disciplina X Tutor a Distância X Tutor Presencial

O professor da disciplina é o gestor do processo de aprendizagem na metodologia EaD. Sendo assim, é o responsável pela realização e pela qualidade da mediação do processo de aprendizagem entre tutor a distância, o tutor presencial e o aluno. Nessa relação, cabe aos atores as seguintes tarefas:

DOCENTE-TUTOR DA DISCIPLINA
Definir atividades a serem realizadas/ Mediar o processo pedagógico/ Atender os alunos na sede da IES
Definir e supervisionar avaliações/ Interagir com alunos/ Interagir com alunos
Elaborar as avaliações e definir critérios de avaliações/

Em face das atribuições desses atores na metodologia EaD, é imprescindível que haja forte interação entre eles. Para que essa interação ocorra, a FACULDADE DO FUTURO implementou as seguintes formas de interação:

1ª Forma de interação – Por meio de reuniões periódicas entre professor da disciplina e tutores a distância e tutores presenciais de sua disciplina. Para esse fim a FACULDADE DO FUTURO utiliza o skype para comunicação online e esporadicamente por limitações de horários entre os envolvidos.

2ª Forma de interação – Por meio de e-mails.

3ª Forma de interação – Por meio do AVA, no "Fórum da Disciplina", no qual são inseridos tanto o professor da disciplina, como os tutores a distância e presenciais. Neste local, todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento da disciplina podem ser apresentadas e discutidas.

4ª Forma de interação – Por meio da elaboração de relatórios semanais, por parte dos tutores a distância, onde esses atores registram informações que permitem o acompanhamento das atividades dos alunos de sua responsabilidade.

5ª Forma de interação – Por meio da elaboração de relatórios, por parte dos tutores presenciais, onde esses atores registram deficiências de aprendizagem, dificuldades e ausências dos alunos.

6ª Forma de interação – Por meio da elaboração de relatórios quinzenais de acesso dos tutores a distância, pelo professor da disciplina. Esse acompanhamento permitirá ao professor da disciplina verificar se o tutor a distância acessa o AVA diariamente, conforme determina a metodologia, verificar o tempo de resposta dos mesmos aos questionamentos dos alunos, avaliar a qualidade das respostas, assim como a forma de expressão e a utilização correta da língua portuguesa.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA PARA A IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS OU INCREMENTO NA INTERAÇÃO ENTRE OS ATORES

A avaliação sobre os mecanismos de interação será realizada semestralmente, por seus integrantes, com o objetivo de identificar problemas ou incrementar a interação entre os atores da EaD.

Serão objeto de avaliação os seguintes aspectos:

a) cumprimento do calendário de reuniões;

b) frequência e participação dos atores;

c) dinâmica/funcionamento das interações previstas;

d) agilidade na solução de problemas.

Caberá ao Coordenador de Curso produzir relatório semestral sobre os mecanismos de interação, considerando os aspectos acima apontados.

Em reunião o relatório será apresentado ao Colegiado de Curso para discussão e providências. A partir dos resultados obtidos, poderão ser adotados ajustes nas interações entre os atores, considerando os pontos críticos verificados na avaliação.

Os dados finais serão encaminhados para a Diretoria Geral para validação e, se necessária, providências de ajustes demandas.

INFRAESTRUTURA DO CURSO

1. ESPAÇO FÍSICO

1.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica.

Os espaços são bem dimensionados, dotados de iluminação, ventilação natural e mecânica, mobiliário e aparelhagem específica. Todas as instalações cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

As instalações administrativas estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Dessa forma, foram alocados microcomputadores, impressoras, aparelhos de telefonia e videoconferência. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item “1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.2. Salas de Aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e dos cursos, considerando a sua adequação às atividades propostas.

As salas são bem dimensionadas, dotadas de iluminação, ventilação natural e mecânica, mobiliário e aparelhagem específica, garantindo o conforto necessário. Todas

as salas cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

As salas de aula estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Dessa forma, foram alocados microcomputadores e projetores em todas as salas. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

As salas de aula apresentam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

As instalações da FAF para as salas de aulas para o curso de Educação Física possuem as seguintes características:

a) As salas possuem pé direito de, no mínimo, 2,5m e áreas de 50 a 80m^2.
b) Acústica: o isolamento entre as salas é constituído por paredes de alvenarias.
c) Iluminação: natural com janelas laterais e amplas; e artificial por conjuntos de lâmpadas fluorescentes.
d) Ventilação: natural por meio de janelas e artificial com ventiladores de teto.
e) Mobiliários: Possuem projeto multimídia fixo (Datashow) com câmeras e sistemas de som próprios, Internet cabeada e Wi-fi. Mesa e cadeira fixa para o professor.
f) Cada sala dotada com dois quadros brancos.
g) Possuem carteiras e cadeiras ergonomicamente corretas para o atendimento das atividades realizadas.
h) Cada sala dotada com um conjunto de quatro a cinco cadeiras e carteiras para obesos e canhotos.
i) Todas as salas têm tablado.
j) Em função das características das salas de aula e dos recursos contidos, são oportunizadas configurações distintas de ensino-aprendizagem exitosas, de acordo com a dinâmica de cada aula.
k) Acessibilidade: acesso ao local: rampas, escadas com corrimão, corredor com piso tátil, identificação dos setores com placas com Braile.
l) Circulação: dimensionada para oferecer o escoamento com segurança.
m) Limpeza: ocorre diariamente ao final de cada turno, de acordo com os procedimentos operacionais de limpeza (POP) do setor.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.3. Auditório

O auditório atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica, assim como cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

O auditório está equipado com recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.4. Espaço de Trabalho para Docentes-Tutores

1.4.1. Sala Coletiva de Docentes-Tutores

As salas de docentes-tutores atendem, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, viabilizando o trabalho docente e dos tutores. Permite descanso e atividades de lazer e integração. Dispõe de apoio técnico administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

As salas de docentes-tutores cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades propostas em seus espaços. Os recursos tecnológicos são apropriados para o quantitativo de docentes-tutores. Foram alocados microcomputadores, impressoras e aparelhos de telefonia. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

As instalações da FACULDADE DO FUTURO para a sala coletiva de professores possuem as seguintes características:

a) A sala possui pé direito de, no mínimo, 2,5m e área de 50m2.
b) Possui estações de trabalho com quatro microcomputadores e telefone.
c) A sala possui mesa de reunião com doze cadeiras.
d) A sala permite a privacidade para uso dos recursos, sendo de uso exclusivo de professores.
e) Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.
f) Acústica: o isolamento entre as salas é constituído por paredes de alvenarias.
g) Iluminação: natural com janelas laterais e amplas; e artificial por conjuntos de lâmpadas fluorescentes.
h) Ventilação: natural por meio de janelas e artificial com ventiladores de teto.
i) Mobiliários: seguem os padrões de ergonomia com as devidas adaptações para portadores de necessidades especiais. Possui microcomputadores, impressoras e escâner. Internet cabeada e Wi-fi. Armários para a guarda de material pessoal e de trabalho. Cadeiras giratórias e fixas.
j) Possui sofá e TV que permitem o descanso e atividades de lazer e integração.
k) Possui uma geladeira de 320L para a guarda de alimentos e bebidas não alcoólicas.

l) Acessibilidade: acesso ao local: rampas, escadas com corrimão, corredor com piso tátil, identificação dos setores com placas com Braile.
m) Circulação: dimensionada para oferecer o escoamento com segurança.
n) Limpeza: ocorre diariamente ao final de cada turno, de acordo com os procedimentos operacionais de limpeza (POP) do setor.

Observação: a sala não possui instalações sanitárias, porém no andar onde está localizada possui sanitário masculino e feminino de uso exclusivo de professores, dotados de aparelhos sanitários e acessórios como lixeira, dispense de álcool-gel e sabonete líquido, papeleira, espelhos, louça sanitária e lavatórios, todos adequados aos portadores de necessidades especiais.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes-tutores em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes-tutores em tempo integral atendem às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico. Estão equipados com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados. Os espaços garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

As instalações da FACULDADE DO FUTURO para os espaços de trabalho para os docentes em tempo integral possuem as seguintes características:
a) As salas possuem pé direito de, no mínimo, 2,5m.
b) Os docentes têm a sua disposição estações de trabalho. Os gabinetes individuais, no número de três em sala anexa, garantem privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos.
c) Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.
d) Acústica: o isolamento entre as salas é constituído por paredes de alvenaria e se necessário, são utilizadas divisórias acústicas.
e) Iluminação: natural com janelas laterais e amplas; e artificial por conjuntos de lâmpadas fluorescentes.
f) Ventilação: natural por meio de janelas e artificial com equipamentos de ar-condicionado e ventiladores de teto.
g) Mobiliários: seguem os padrões de ergonomia com as devidas adaptações para portadores de necessidades especiais. Possuem estações de trabalho com microcomputadores, impressoras e escâner. Internet cabeada e Wi-fi. Armários para a guarda de material pessoal e de trabalho. Cadeiras giratórias e fixas.
h) Acessibilidade: acesso ao local: rampas, escadas com corrimão, corredor com piso tátil, identificação dos setores com placas com Braile.
i) Circulação: dimensionada para oferecer o escoamento com segurança.

j) Limpeza: ocorre diariamente ao final de cada turno, de acordo com os procedimentos operacionais de limpeza (POP) do setor.

1.4.3. Sala dos Docentes-Tutores

A sala dos tutores atende às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, viabilizando o trabalho dos tutores.

A sala dos tutores cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Está equipada com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades previstas em seus espaços. Os recursos tecnológicos são apropriados para o quantitativo de tutores. Foram alocados microcomputadores, impressoras e aparelhos de telefonia. Há disponibilidade de conexão à internet em todos os equipamentos.

As instalações da FACULDADE DO FUTURO para a sala de docentes-tutores possuem as seguintes características:

a) A sala possui pé direito de, no mínimo, 2,5m e área de 50m2.
b) Possui estações de trabalho com quatro microcomputadores e telefone.
c) A sala possui mesa de reunião com doze cadeiras.
d) A sala permite a privacidade para uso dos recursos, sendo de uso exclusivo de professores.
e) Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.
f) Acústica: o isolamento entre as salas é constituído por paredes de alvenarias.
g) Iluminação: natural com janelas laterais e amplas; e artificial por conjuntos de lâmpadas fluorescentes.
h) Ventilação: natural por meio de janelas e artificial com ventiladores de teto.
i) Mobiliários: seguem os padrões de ergonomia com as devidas adaptações para portadores de necessidades especiais. Possui microcomputadores, impressoras e escâner. Internet cabeada e Wi-fi. Armários para a guarda de material pessoal e de trabalho. Cadeiras giratórias e fixas.
j) Possui sofá e TV que permitem o descanso e atividades de lazer e integração.
k) Possui uma geladeira de 320L para a guarda de alimentos e bebidas não alcoólicas.
l) Acessibilidade: acesso ao local: rampas, escadas com corrimão, corredor com piso tátil, identificação dos setores com placas com Braile.
m) Circulação: dimensionada para oferecer o escoamento com segurança.
n) Limpeza: ocorre diariamente ao final de cada turno, de acordo com os procedimentos operacionais de limpeza (POP) do setor.

Observação: a sala não possui instalações sanitárias, porém no andar onde está localizada possui sanitário masculino e feminino de uso exclusivo de professores, dotados de aparelhos sanitários e acessórios como lixeira, dispense de álcool-gel e sabonete líquido, papeleira, espelhos, louça sanitária e lavatórios, todos adequados aos portadores de necessidades especiais.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.5. Espaço de Trabalho para Coordenador de Curso

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso atende às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmico-administrativas e permitindo o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. O espaço é dotado de equipamentos adequados e de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.

As instalações da FACULDADE DO FUTURO para o espaço de trabalho para o coordenador de curso possuem as seguintes características:

a) A sala possui pé direito de, no mínimo, 2,5m e área de 50m^2.
b) Estações de trabalho conjunta com as demais coordenações.
c) Os gabinetes individuais estão em sala anexa, no número de quatro, e garantem privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos.
d) Possui mesa individual ampla e estação de trabalho com microcomputador.
e) Possui impressora própria e telefone.
f) A sala possui mesa de reunião com oito cadeiras na sala anexa.
g) A sala anexa permite a privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e docentes, individualmente ou em grupos.
h) Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.
i) Acústica: o isolamento entre as salas é constituído por paredes de alvenaria e se necessário, são utilizadas divisórias acústicas.
j) Iluminação: natural com janelas laterais e amplas; e artificial por conjuntos de lâmpadas fluorescentes.
k) Ventilação: natural por meio de janelas e artificial com equipamentos de ar-condicionado e ventiladores de teto.
l) Mobiliários: seguem os padrões de ergonomia com as devidas adaptações para portadores de necessidades especiais. Possui microcomputadores, impressoras e escâner. Internet cabeada e Wi-fi. Armários para a guarda de material pessoal e de trabalho. Cadeiras giratórias e fixas.
m) Computador dotado com recursos de áudio e vídeo que permitem a realização de videoconferências.
n) Acessibilidade: acesso ao local: elevador, escadas com corrimão, corredor com piso tátil, identificação dos setores com placas com Braile.
o) Circulação: dimensionada para oferecer o escoamento com segurança.
p) Limpeza: ocorre diariamente ao final de cada turno, de acordo com os procedimentos operacionais de limpeza (POP) do setor.

Observação: a sala não possui instalações sanitárias, porém no andar onde está localizada possui sanitário masculino, feminino e acessibilidade de uso exclusivo de

funcionários, dotados de aparelhos sanitários e acessórios como lixeira, dispense de álcool-gel e sabonete líquido, papeleira, espelhos, louça sanitária e lavatórios.

1.6. Espaços para Atendimento aos Discentes

Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

Entre os principais espaços estão o espaço de trabalho para os Coordenadores de Curso e os espaços de trabalho para docentes em tempo integral. Ambos permitem o atendimento individualizado e reservado, assim como o atendimento em pequenos grupos.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades e a acessibilidade. Permitem a necessária integração entre os membros da comunidade acadêmica e a contam com serviços variados e adequados.

A praça de alimentação compreende uma área de 400m^2 com capacidade para 750 lugares.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.8. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

Os laboratórios de informática atendem às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

A FACULDADE DO FUTURO possui laboratórios de informática devidamente preparados com equipamentos em quantidade e qualidade suficientes para a prática a ser desenvolvida. Os equipamentos atendem às necessidades institucionais e do curso, mas principalmente, às necessidades dos discentes que usam ou irão utilizar os equipamentos para o desenvolvimento de atividades de investigação científica.

Os laboratórios de informática possuem equipamentos e mobiliários que atendem aos aspectos de conforto, comodidade, limpeza, iluminação e acessibilidade, além da parte tecnológica, com acesso dos equipamentos à internet ou se equipamentos e/ou dispositivos próprios, acesso à rede sem fio, como ainda aos programas (softwares) e equipamentos (hardwares) específicos de acordo com a necessidade do curso.

Além dos equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática, os alunos possuem acesso a equipamentos disponíveis na biblioteca, atendendo a todos os aspectos já citados.

Todos os equipamentos são constantemente avaliados por equipe técnica especializada, mantendo a adequação necessária, a qualidade dos equipamentos e a pertinência necessária de acordo com cada curso.

A FACULDADE DO FUTURO possui dois laboratórios para uso do corpo discente, ambos contando com uma área de 61 m^2, com bancadas planejadas em estruturas metálicas e granito para os computadores, em ótimo estado de conservação para o melhor conforto dos usuários.

No laboratório n.º1 há 46 (quarenta e seis) computadores da marca Samsung, todos com monitor de 21,5 polegadas, configuração com processadores Intel Quad Core, 4 GB de memória RAM, HD de 500 GB, o que os tornam capazes de executar a grande maioria dos softwares mais modernos do mercado.

No laboratório n.º2 há 29 (vinte e nove) computadores da marca Dell, todos com monitor de 17 polegadas, em sua maioria composto por máquinas com processadores Intel Dual Core, 3 GB de memória RAM e 160 GB de HDD, o que os tornam capazes de executar trabalhos acadêmicos, consultas na internet e executar a maioria dos softwares do mercado.

Os laboratórios têm seus computadores ligados em redes individuais, separadas da rede administrativa da instituição, com um link de internet de 100 Mbps distinto para cada laboratório. Além disso, cada laboratório conta com uma rede de internet via WIFI, caso o aluno necessite utilizar smartphone, tablet ou notebook próprio. Para que o acesso de internet nunca seja interrompido, contamos com 3 provedores de internet distintos, (Micron, Conect e Oi) sempre que uma internet fica offline, o roteador chaveia entre os provedores para que o acesso não seja interrompido.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.9. Biblioteca

A infraestrutura da biblioteca atende às necessidades institucionais, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.

A biblioteca cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais, e fornece condições para atendimento educacional especializado.

A biblioteca dispõe de recursos comprovadamente inovadores, sendo o principal o acervo virtual adquirido mediante assinatura de uma biblioteca virtual.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.10. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos inovadores.

A sala da CPA dispõe de mesa de reunião e cadeiras, com microcomputador com acesso à internet. Há armários para a guarda do material.

A sala da CPA cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais.

1.11. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança. As instalações sanitárias cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas portadoras de necessidades especiais. Existem banheiros familiares e fraldários.

A FACULDADE DO FUTURO apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descrito no item "1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial" deste PPC.

1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial

A FACULDADE DO FUTURO implantou a avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento como instituição de ensino superior.

O objetivo é garantir a constante adequação, em termos quantitativos e qualitativos, dos diversos espaços destinados ao funcionamento da FACULDADE DO FUTURO.

Para tanto, a FACULDADE DO FUTURO, por meio da Comissão Própria de Avaliação, aplica, anualmente, questionários dirigidos a comunidade acadêmica, que visam avaliar a infraestrutura institucional.

A avaliação consiste, basicamente, em uma análise que considera os seguintes aspectos:

a) avaliar o quantitativo de espaços versus o número de usuários;

b) avaliar as dimensões dos espaços considerando o seu uso, serviços oferecidos e o número de usuários;

c) avaliar os espaços em termos de climatização, iluminação, acústica;

d) avaliar os espaços em termos de mobiliário e equipamentos disponíveis;

e) avaliar os espaços em termos de limpeza.

São utilizados, ainda, quando for o caso, as respostas estudantis ao questionário do ENADE. Particularmente as respostas aos seguintes itens do Questionário Socioeconômico:

- Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projetor multimídia, laboratório de informática)?

- A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico?

- As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas?

- Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes?

- Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso?

- A instituição dispôs de cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários?

A partir dos resultados obtidos, a FACULDADE DO FUTURO implantou estratégias que visem adequar, em termos quantitativos e qualitativos, os diversos espaços destinados ao seu funcionamento.

Além disso, no processo de avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento, a FACULDADE DO FUTURO pode contar com a participação de consultores externos especializados para analisar suas condições e sugerir medidas de ampliação, reformulação e/ou atualização dos espaços, considerando os aspectos já citados.

No tocante ao gerenciamento da manutenção patrimonial, a manutenção e conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da FACULDADE DO FUTURO ou por meio de contratos firmados com empresas especializadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;

- Preceder reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços, instalações e equipamentos próprios para o uso;

- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da instituição.

Além da manutenção e conservação regular, periodicamente a FACULDADE DO FUTURO providencia uma inspeção predial e parecer técnico, vistoria onde são determinadas as condições técnicas, funcionais e de conservação da edificação, visando orientar e/ ou avaliar as manutenções preventivas e corretivas.

2. EQUIPAMENTOS

2.1. Equipamentos de Informática

A FACULDADE DO FUTURO dispõe de uma ampla rede de equipamentos de informática disponíveis em seus vários espaços.

Os equipamentos estão localizados praticamente em todas as instalações: instalações administrativas, salas de aula, auditório, espaços de trabalho para professores e Coordenadores de Curso, espaços para atendimento aos discentes, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, salas de apoio de informática, biblioteca e sala da CPA.

Todos os equipamentos de informática da FACULDADE DO FUTURO estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

Todas as salas de aulas da instituição contam com recursos de vídeo, em sua maioria sendo data show digital para projeção de conteúdo. Algumas salas, além de data show possuem TVs digitais que podem ser ligadas aos computadores da mesma forma.

Todas as salas de aulas têm câmeras de vídeo e áudio para a transmissão ao vivo das aulas teóricas.

Constitui o acervo tecnológico da FACULDADE DO FUTURO os seguintes equipamentos a serviço do desenvolvimento didático-pedagógico:

- 31 (trinta e um) projetores de multimídia Sony, Dell, LG, Epson e Benq;
- 12 (doze) televisores de 43 polegadas;
- 04 (quatro) aparelhos de som com CD;
- 02 (dois) aparelhos de DVD;
- 06 (seis) notebooks disponibilizados para os projetores de multimídia;
- 08 (oito) caixas de som portáteis de diversas potências;
- 02 (dois) amplificadores;
- 08 (oito) microfones com e sem fio;

Possui um moderno sistema acústico estéreo para ambiente fechado na quadra, juntamente com sistema de rede WIFI com suporte para 800 conexões simultâneas, com internet contratada de velocidade 200 Mbps.

Esses recursos podem ser utilizados pelo corpo docente e discente, mediante agendamento prévio com o funcionário responsável pelos equipamentos no NTI, o qual fica encarregado de instalar os equipamentos no horário e sala conforme agenda.

2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet)

Todos os equipamentos de informática da FACULDADE DO FUTURO estão

interligados em rede e possuem acesso à internet.

Além disso, a FACULDADE DO FUTURO dispõe de acesso à rede sem fio em todos os seus espaços, o que amplia a capacidade de acesso de sua comunidade acadêmica.

2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia

A FACULDADE DO FUTURO disponibiliza recursos audiovisuais e multimídia que podem ser utilizados pela comunidade acadêmica.

2.4. Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos

A FACULDADE DO FUTURO dispõe um plano de expansão e atualização dos equipamentos utilizados com condições adequadas para a sua execução. Existe política de substituição dos equipamentos a cada 05 (cinco) anos de uso.

A FACULDADE DO FUTURO dispõe, atualmente, de infraestrutura de tecnologia da informação com rede de computadores que interliga um conjunto de equipamentos entre microcomputadores, impressoras entre outros. A IES conta com uma estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, disponível através de microcomputadores ligados a rede cabeada e pontos de transmissão de rede sem fio.

Para manter esta infraestrutura, a IES conta com técnicos especializados, responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

A política de expansão, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir a IES a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

Todo o programa de expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser aprovado pela Diretoria da FACULDADE DO FUTURO, a partir de demandas encaminhadas pelos setores responsáveis. Posteriormente, são definidas as configurações de hardwares e softwares necessárias, e/ou características dos equipamentos audiovisuais, bem como o projeto de implantação dos mesmos.

O programa de atualização oferece acesso à tecnologia de hardwares e softwares, bem como novos equipamentos audiovisuais disponíveis no mercado. Anualmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares disponíveis à IES. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos, em geral, são analisados em 02 (duas) dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da IES e critérios técnicos. Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

A IES conta com técnicos especializados responsáveis por manter a infraestrutura de equipamentos em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. Esses profissionais seguem um cronograma anual de manutenção preventiva em todos os equipamentos da IES.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários diretamente ao técnico responsável.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte programa de manutenção:

- Manutenção Permanente: Realizada pelo técnico responsável, consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática;
- Manutenção Preventiva: Realizada semanalmente nos laboratórios de informática pelo técnico responsável, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- Manutenção Corretiva (interna): Realizada pelo técnico responsável, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela Diretoria da IES.

CRITÉRIOS E INDICADORES DE DESEMPENHO DA MANUTENÇÃO				
EVENTO	DESCRIÇÃO	INDICADORES	SETOR RESPONSÁVEL	**AÇÃO**
Dano	Equipamento danificado parcial ou integralmente que impeça sua utilização pelo usuário	Não funciona / Não funciona adequadamente	Setor de Informática	Substituição / Reparo
Inadequabilidade técnica	Equipamento obsoleto ou equipamento a ser atualizado	Equipamento obsoleto / Equipamento a ser atualizado	Setor de Informática	Substituição / Reparo
Número reduzido	Baixa demanda ou falta de recursos	Demanda / Recursos	Setor de Informática	Verificar motivo da falta de demanda / Investimento em recursos
Internet	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos / Tempo em que a rede ficou disponível	Setor de Informática	Reparo / Atualização

3. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A FACULDADE DO FUTURO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados praticamente em todas as instalações: instalações administrativas, salas de aula, auditório, espaços de trabalho para professores/tutores e Coordenadores de Curso, espaços para atendimento aos discentes, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, salas de apoio de informática, biblioteca e sala da CPA. Todos os equipamentos de informática da FACULDADE DO FUTURO estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

Além disso, entre os avanços tecnológicos incorporados no processo de ensino-aprendizagem, a FACULDADE DO FUTURO estimula o uso de redes sociais e suas ferramentas para criação de grupos, para compartilhamento de informações de apoio às aulas.

4. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

4.1. Bibliografia Básica e Complementar

O acervo físico está tombado e informatizado e o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da FACULDADE DO FUTURO.

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação aos componentes curriculares (UC) e aos conteúdos descritos no Projeto Pedagógico de Curso e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Para os títulos virtuais há garantia de acesso físico na FACULDADE DO FUTURO, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.

4.1.1. Contrato do Acervo Virtual

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, registrado em nome da FACULDADE DO FUTURO.

4.1.2. Adequação e Atualização do Acervo Virtual

O acervo da bibliografia básica e complementar do curso de graduação em Educação Física é adequado em relação aos componentes curriculares e aos conteúdos descritos neste PPC e está atualizado, considerando a natureza dos componentes curriculares.

4.1.3. Relatório do NDE

O acervo da bibliografia básica e complementar do curso está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada título, entre o número de vagas solicitadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de assinatura de acesso disponível no acervo.

4.1.4. Garantia de Acesso Físico

Para os títulos virtuais, há garantia de acesso físico na FACULDADE DO FUTURO, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

De acordo com o glossário do instrumento de avaliação, no contexto da avaliação externa, o acesso físico na IES refere-se a garantia dada pela IES para que os discentes possam acessar o conteúdo do acervo virtual nas próprias instalações da instituição.

Para tanto, o FACULDADE DO FUTURO disponibiliza microcomputadores na biblioteca e nos laboratórios de informática que permitem o acesso ao conteúdo do acervo virtual, atendendo a demanda e à oferta ininterrupta via Internet.

A biblioteca virtual, assim como os equipamentos de informática dispõem de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

4.1.5. Periódicos Especializados

O acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos componentes curriculares.

4.1.6. Gerenciamento e Plano de Contingência

O acervo será gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, a seguir descrito.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A GARANTIA DE ACESSO E DO SERVIÇO

APRESENTAÇÃO

O Plano de Contingência da Biblioteca foi elaborado para a gestão do acervo bibliográfico da FACULDADE DO FUTURO, versando sobre a política de aquisição, expansão e atualização (quantidade e qualidade) e acesso.

Assim, o acervo é foco constante de atenção, para que não fique obsoleto ou deixe de atender aos discentes em termos da qualidade e quantidade dos títulos e em relação ao total de exemplares ou assinaturas.

O Plano de Contingência incorpora avanços tecnológicos e considera a atualização curricular dos cursos e os resultados do processo de autoavaliação institucional e dos cursos de graduação ofertados pela IES.

I - OBJETIVOS

- Orientar a política de aquisição, expansão e atualização do acervo;
- Garantir acesso ao acervo.

II - AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo é baseada nas necessidades dos cursos ministrados pela Instituição, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, Coordenadores de Curso, referendada pelos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos somente são consideradas definidas após estudo e a aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso ofertado. Cabe ainda ao NDE verificar:

a) para títulos eletrônicos

- se estão garantidos por meio de contrato firmado entre a IES e a fornecedora do acervo de conteúdo e informações digitais;

- se o contrato firmado discrimina o quantitativo de acessos simultâneos e a validade do documento;

- se há disponibilidade total ao acervo da bibliografia básica e complementar virtual por 24 horas, em todos os dias da semana (inclusive sábados, domingos e feriados), para os discentes acessarem em locais externos à Instituição;

- se há a possibilidade de acesso na IES, quanto à adequação das instalações disponibilizadas, da estrutura informatizada (microcomputadores com configuração e softwares que possibilitam acesso aos títulos referendados) e a acessibilidade em função da provável demanda;

- wi-fi nas instalações da IES, disponibilizada aos discentes, para que possam acessar o acervo, também, por meio de seus equipamentos pessoais, utilizando a rede sem fio da Instituição;

b) para títulos eletrônicos ou físicos

- se estão adequados e atualizados, considerando as características dos componentes curriculares e conteúdos que são desenvolvidos (matriz curricular do curso, o perfil do egresso, os planos de ensino e as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs específicas);

• existência de exemplares e/ou acesso virtual a periódicos especializados, que suplementam (bibliografia básica) ou complementam (bibliografia complementar) o conteúdo que será administrado nos componentes curriculares do curso.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos (NDE) e/ou identificação de necessidades por parte da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, Coordenadores de Curso/ NDE e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo.

A bibliotecária atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo; mensalmente atualização do acervo virtual das bibliotecas contratadas.

No decorrer do semestre são adquiridas obras de acordo com os lançamentos e que sejam relevantes para os cursos, com o objetivo de atender os usuários em tempo hábil e deixar o acervo físico e eletrônico sempre atualizado.

A Coordenadoria de Curso solicita à biblioteca os relatórios necessários para os estudos que são realizados semestralmente pelo NDE.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas.

III – MEDIDAS DE PREVENÇÃO ADOTADAS:

• Para títulos eletrônicos:

• verificação semestral do contrato firmado entre a IES e a fornecedora do acervo de conteúdo e informações digitais (adequação do quantitativo de acessos simultâneos e a validade do documento);

• levantamento mensal de relatório de disponibilidade dos títulos nas bibliotecas para conferência das bibliografias utilizadas nos cursos e, não estando disponível indicação de substituição na bibliografia, mantendo-se coerência e adesão ao ementário da disciplina;

• testar, diariamente, disponibilidade do acervo eletrônico para os discentes acessarem em locais externos à Instituição;

• testar diariamente microcomputadores, configurações e softwares que possibilitem acesso aos títulos, rede e o acesso aos títulos eletrônicos;

• testar diariamente internet sem fio disponibilizada aos alunos nas instalações da IES, e o acesso aos títulos eletrônicos;

• utilização de software acadêmico que permita a renovação de obras em diferentes dispositivos (computadores, *tablets* e celulares), e de qualquer local (possibilita renovação de obras mesmo quando da queda de energia)

• implementação de linha direta com o serviço de tecnologia da informação para o discente comunicar qualquer dificuldade de acesso e realizar sugestões.

• Para títulos físicos:

• implementação e cumprimento da política de aquisição, expansão e atualização do acervo (inclusive a pesquisa e aquisição excepcional de títulos mais solicitados ou utilizados pelos alunos);

• verificação de disponibilidade de títulos e exemplares, nos termos da rotina da biblioteca e em atendimento ao seu regulamento específico.

• Para títulos eletrônicos e físicos:

1) realização de estudo periódico pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com produção e divulgação do relatório.

Modelo de planilha utilizada para conferência mensal das unidades curriculares

1º Período														
Bases Filosóficas da Psicologia	Exemplares	Acervo virtual	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18
Bibliografia Básica			ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok			
BUZZI, A. R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.	10													
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2015.	18	Virtual												
FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.	07													
Bibliografia Complementar														
ABBAGNAMO, N., BENEDETTI, I. C. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	05													
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4. ed. Bauru-SP: Edipro, 2009.	04													
FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2007.	03													
GAARDER, J. O mundo de Sofia. São Paulo: Cia das letras, 2002.	07													
LUCKESI, C. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.	09													

RISCOS

A seguir são descritos os tipos de riscos existentes em uma biblioteca.

1) Riscos Físicos: A biblioteca não apresenta riscos desse tipo. Possui conforto ambiental, proporcionada por ar-condicionado.

2) Riscos Biológicos: Apenas poeira poderia caracterizar um tipo de risco. Prevenção por meio de higienização regular. Medidas de higienização regular: a) 01 (uma) vez por semana a biblioteca será limpa por equipe limpeza e manutenção; b) diariamente, limpeza e higienização de: mesas (estudo individual e em grupo); cadeiras; balcão de atendimento; microcomputadores; piso. Adicionalmente, é proibido o consumo de alimentos e bebidas na biblioteca, de forma a evitar que se sujem os livros e as mesas, e dessa forma evitando o aparecimento de insetos e roedores.

3) Riscos Ambientais: A infraestrutura possuirá extintor de incêndio, luzes de emergência e adesivo antiderrapante nos locais de maior probabilidade de queda, uma vez detectados.

4) Outros Riscos: Quanto aos outros riscos e suas devidas prevenções, tem-se o seguinte:

a) Roubos e Furtos

Medidas de prevenção adotadas: balcão de atendimento localizado em local estratégico, permitindo que os funcionários visualizem o acesso as instalações; implementação de sistema de vigilância.

Em caso de ocorrência, como agir: manter a calma e não reagir; contatar a Diretoria Geral da instituição, para a adoção das medidas cabíveis.

b) Incêndios

Medidas de prevenção adotadas: manutenção periódica de extintor de incêndio; corredor para evacuação/saída de emergência tem boa largura, atendendo as exigências do corpo de bombeiros; manutenção de equipamentos eletrônicos (microcomputadores, impressoras, etc.) desligados quando do encerramento do turno e nos finais de semana.

Em caso de ocorrência, como agir: manter a calma. Não gritar, não correr. Alertar usuários na biblioteca de forma calma, para evacuarem a biblioteca. Auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida, pessoas idosas, crianças). Acionar o Corpo de Bombeiros. Com o extintor portátil, tentar extinguir o incêndio. Se a roupa atear com o fogo, não corra, deite-se e role no chão, de forma a apagá-lo do corpo/roupa. Se ouvir uma explosão, atire-se para o chão e proteja a nuca com os braços. Após a evacuação, todos devem ficar juntos e verificarem se ninguém voltou atrás. Deixe objetos pessoais para trás. Nunca retorne ao local do incêndio. Em caso de pessoas feridas, acionar uma ambulância.

c) Queda de Energia

Medidas de prevenção adotadas: instalação de luzes de emergência. Manutenção de sistema de backup de segurança nos microcomputadores, evitando a perda de trabalhos que estejam sendo realizados antes da queda. Utilização de software acadêmico que permita a renovação de obras em diferentes dispositivos (microcomputadores, *tablets* e

celulares), e de qualquer local (possibilita renovação de obras mesmo quando da queda de energia).

Em caso de ocorrência, como agir: evacuar o ambiente da biblioteca. Auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida, pessoas idosas, baixa visão ou cegos).

PRIMEIROS SOCORROS

Regras básicas de primeiros socorros, conforme recomendado pela Prefeitura Municipal:

1) Orientações iniciais - primeiros procedimentos: mantenha a calma; procure o auxílio de outras pessoas, caso necessário; ligue para a emergência (CORPO DE BOMBEIROS 193; SAMU 192); mantenha os curiosos à distância.

2) Proteja a vítima: não a movimente com gestos bruscos; converse com a vítima. Se ela responder, significa que não existe problema respiratório grave. Se ela não conseguir se comunicar, verifique se está respirando. Caso não esteja, haja rápido: proteja sua mão com uma luva e verifica se algo está atrapalhando a respiração, tais como prótese dentária ou vômito; remova imediatamente. Se a vítima estiver vomitando, coloque-a na posição lateral de segurança (cabeça voltada para o lado, a fim de evitar engasgos). Se necessário, solicite os equipamentos de apoio necessários (cadeira de rodas; maca etc.).

Exame primário: colocar reto o pescoço da vítima; avaliar se a vítima apresenta parada respiratória ou cardíaca. Em caso positivo, fazer a reanimação cardiopulmonar, conforme imagem a seguir:

Fonte:http://www.iguatemiportoalegre.com.br/blog/dia-da-reanimacao-cardiopulmonar-aprenda-a-salvar-vidas/

Em casos de hemorragia, busque formas de contê-las; mantenha a vítima aquecida.

Em caso de convulsão ou epilepsia: proteja a pessoa contra objetos ásperos e pontiagudos; coloque a vítima em um local de onde não possa cair (no chão); coloque a pessoa deitada de lado para permitir a saída de saliva e vômito; não tente impedir os movimentos convulsivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano deve ser revisto periodicamente nos seguintes casos: livros eletrônicos indicados em planos de ensino, infraestrutura de hardware e software ou sempre que houver alterações significativas nas condições operacionais, institucionais e no ordenamento das bibliografias básicas e complementares dos cursos.

4.2. Plano de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo é efetivada tendo por base a bibliografia básica e complementar indicada para os componentes curriculares que integram a matriz curricular dos cursos da IES. São consideradas também as sugestões apresentadas pelas Coordenações de Curso, pelos professores e alunos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros.

Os professores recebem um material impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o período letivo seguinte.

A aquisição do material bibliográfico envolve os seguintes critérios:

- Orçamento anual específico, atualizado e aprovado pela IES;
- Aquisição das bibliografias básica e complementar correspondente a cada componente curricular dos diferentes cursos, com base nos planos de ensino, visando atender à proposta pedagógica desses cursos;
- Composição de acervo para atender novos cursos e aumento de vagas;
- Atualização e expansão do acervo da biblioteca;
- Criação de normas de preservação e conservação do acervo.

As transformações nas áreas do conhecimento e a política da IES em manter um nível de excelência em suas atividades fazem com que a sua biblioteca tenha uma política permanente de atualização do seu acervo.

As ações conjuntas entre a biblioteca e o corpo docente, desenvolvidas de forma dinâmica e contínua, representam um importante instrumento que, efetivamente, contribui para que as metas educacionais da IES sejam atingidas. Portanto, a política de desenvolvimento do acervo da biblioteca tem o acompanhamento de novos lançamentos editoriais, mantendo o acervo permanentemente atualizado e a atenção especial às obras e autores fundamentais nas áreas de atuação da IES.

A biblioteca solicita, semestralmente, às Coordenações de Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

O acervo também é atualizado por meio de consultas a catálogos de editoras, sites de livrarias e etc., com a finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

Assim, quanto à aquisição são seguidas as seguintes prioridades:

- Todas as obras avaliadas como significativas, segundo os especialistas da área;
- Obras para apoio aos cursos da Instituição;
- Obras necessárias para elaboração de investigação científica, trabalhos acadêmicos;
- Obras selecionadas como introdutórias e indicadoras de fontes de informações;
- Aquisição de vídeos, DVD's, CD ROM, etc., avaliados como significativos, segundo os especialistas da área;
- Aquisição de bases de dados, periódicos científicos, revistas e jornais, avaliados como significativos, segundo os especialistas da área.

Seus principais objetivos são:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo na área de atuação acadêmica da IES;
- Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
- Determinar critérios para duplicação de título;
- Incrementar os programas cooperativos;
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo é constituída através de uma política de aquisição compatível com os recursos orçamentários da IES, a mesma deve ainda priorizar a aquisição de diferentes tipos de materiais.

Quanto à formação de acervo, este deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da IES;
- Edição atualizada;
- Relevância do autor e/ou editor para o assunto;
- Citação do título em bibliografias, catálogos e índices;
- Língua acessível;
- Número de usuários potenciais.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria do corpo docente e bibliotecário, pois cabe ao conjunto a responsabilidade pela seleção e formação adequada do acervo.

5. PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

O processo de controle de produção ou distribuição do material didático está formalizado, atendendo à demanda, no sentido de estar em conformidade como planejamento didático-pedagógico, configurando-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

O material didático para a modalidade de ensino a distância (momentos assíncronos) está focado na aprendizagem. O estudante utiliza este material como

instrumento de estudo, e sendo assim os conteúdos foram elaborados para ter uma organização que facilite sua aprendizagem.

Cada disciplina possui um conjunto de materiais didáticos que auxiliará no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos. Esses materiais são planejados e escritos levando em consideração a bibliografia adequada às exigências de formação, aprofundamento e coerência teórica e indicada no Plano de Desenvolvimento da Disciplina (PDD). Este conjunto de materiais didáticos são as Unidades de Aprendizagem (UA).

A produção e elaboração dos materiais didáticos, que são as UA, são feitas por uma equipe de profissionais qualificada. Para isso, a FACULDADE DO FUTURO celebrou com a SAGAH, um contrato de licenciamento de conteúdo, para produção deste material didático de acordo com os objetivos e perfil do curso.

O início da produção ocorre quando o NDE confecciona a ementa ou proceder sua atualização. Na sequência o próprio NDE valida a contratação do fornecedor, seleciona o material, verifica qualidade do material e atendimento da ementa. Após aprovado solicita os links para disponibilização. Em seguida, o setor de TI disponibiliza os links para o docente, o qual irá verificar a qualidade e adequação, se aprovado, o material será disponibilizado para os alunos por meio do ambiente virtual.

A produção e validação do material didático ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Etapa 1: Elaboração do ementário e bibliografia: Após definido o NDE do curso, inicia-se o processo de elaboração do PPC, com todo ementário. Após essa definição, o NDE repassa as informações para o professor conteudista que irá selecionar os livros da bibliografia básica e complementar.

- Etapa 2: Definição/escolha do professor conteudista/autor: Cabe ao Coordenador de Curso, juntamente com o NDE mediante critérios iniciais que variam de acordo com a demanda, formação e experiência profissional de cada docente a escolha dos mesmos para a elaboração dos conteúdos. Ele deve ter aderência a área escolhida, além de competências que dizem respeito, sobretudo, ao histórico profissional desse professor e de sua capacidade para a temática para a qual está solicitado a contribuir.

- Etapa 3: Formação mediante as especificidades da produção da produção de materiais didáticos para EaD: Uma vez definido o plano de ensino da disciplina, o professor conteudista inicia o processo de produção. Nesta etapa é realizada uma capacitação juntamente com a Coordenação de Curso, todo NDE e a equipe multidisciplinar, que tem como objetivo capacitá-lo para operar em conjunto com elementos essenciais (linguagem, uso de imagens, construção de atividades, entre outros), até a produção.

- Etapa 4: Escolha e formação do conteúdo: Nessa etapa, o professor conteudista define o conteúdo, sua organização e as estratégias de ensino e aprendizagem que serão aplicadas, observando as exigências do PPC.

- Etapa 5: Atuação da Equipe Multidisciplinar: Revisor Ortográfico: Após o conteúdo definido, o mesmo é enviado ao responsável pela revisão ortográfica, que fará toda a verificação da linguagem em sua norma culta e adequações se necessário.

- Etapa 6: Atuação da Equipe Multidisciplinar: Designer Gráfico: Verificada toda a linguagem e estrutura pedagógica o material é enviado para o designer gráfico onde o mesmo fará a inserção de capas personalizadas com logotipos da instituição e toda a parte de diagramação, levando em consideração as normas para cores e layout de material didático.

- Etapa 7: Revisão Final: Após finalizada toda a parte de diagramação, o material é enviado para o professor conteudista para a revisão da versão finalizada, que é submetida ao Coordenador de Curso e NDE para avaliação final antes de ser disponibilizado aos alunos.

- Etapa 8: Postagem do Material: Aprovado o conteúdo, o Coordenador de Curso o envia para a Coordenação de EaD. Esta envia para a equipe de tutores, para realizar a inserção no Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA) de todo o conteúdo, apostilas e atividades.

Para produção de material didático são utilizados os seguintes indicadores; PLANEJAMENTO; ADEQUAÇÃO AO PÚBLICO-ALVO; CLAREZA E OBJETIVIDADE; LINGUAGEM ADEQUADA AO CONTEXTO; RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA; HIPERMÍDIAS; INTERATIVIDADE; PROMOÇÃO DA AUTONOMIA; CRIATIVIDADE; DIVERSIFICAÇÃO; COLABORAÇÃO; DISPONIBILIDADE; CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM; ACESSIBILIDADE.

A distribuição do material didático é realizada pela FACULDADE DO FUTURO, sob gerenciamento da equipe multidisciplinar. O material é disponibilizado na primeira semana de aula, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, com controle de entrega ao aluno.

6. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA

Para o curso de graduação em Educação Física são disponibilizados os laboratórios de formação básica e específica necessários para o curso.

- Laboratório de Informática.

O Laboratório de Informática é equipado com programas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais. Possuem normas ou regulamento de funcionamento, utilização e segurança; conforto e manutenção periódica; serviços de apoio técnico; recursos de tecnologias da informação e comunicação adequadas às atividades que são desenvolvidas; disponibilidade e quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas. Os laboratórios são submetidos a avaliações periódicas quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, e os resultados são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

- Laboratório de Anatomia Humana;

- Laboratório de Citologia;
- Laboratório de Cinesiologia e Antropometria;
- Sala de Lutas/Dança/Ginástica;
- Laboratório de Práticas Pedagógicas (Ginásio Poliesportivo).
- Complexo de Esportivo.

Os laboratórios bem como salas, ginásio e complexo são utilizados para atividades práticas do curso de graduação em Educação Física, possuem normas ou regulamentos de funcionamento, utilização e segurança; conforto e manutenção periódica; serviços de apoio técnico; recursos de tecnologias da informação e comunicação adequadas às atividades que são desenvolvidas; disponibilidade e quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Todos os laboratórios são submetidos à avaliações periódicas quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade destes serviços, e os resultados são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das atividades acadêmicas.

7. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A FACULDADE DO FUTURO apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.

Para os alunos portadores de deficiência física, a FACULDADE DO FUTURO apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;·portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;·barras de apoio nas paredes dos banheiros;·lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, a FACULDADE DO FUTURO desde o acesso até a conclusão do curso, proporciona sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;·gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, réguas de leitura; scanner acoplado a microcomputador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

A FACULDADE DO FUTURO providenciou, também, a sinalização dos espaços com piso tátil, de acordo com o estabelecido na Norma Técnica da ABNT 9050.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a FACULDADE DO FUTURO, desde o acesso até a conclusão do curso, proporciona intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o

conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Para garantir o atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, a FACULDADE DO FUTURO:

- Prove a contratação de: a) professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS; b) tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

- Garante o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao de matrícula do aluno;

- Apoia, na comunidade acadêmica, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, Diretoria e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

- Adota mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

- Desenvolve e adota mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

- Disponibiliza equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Conforme disposto no artigo 21 do Decreto nº 5.626/2005, a FACULDADE DO FUTURO incluiu em seu quadro o tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Esse profissional atuará:

a) nos processos seletivos para os cursos na FACULDADE DO FUTURO;

b) nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas;

c) no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da FACULDADE DO FUTURO.

Além disso, como garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e buscando assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação, em conformidade com o artigo 23 do Decreto nº 5.626/2005, a FACULDADE DO FUTURO proporciona aos alunos surdos os

serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Para os professores é proporcionado acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS foi inserida como unidade curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério e no curso de Fonoaudiologia, caso a FACULDADE DO FUTURO venha a oferecê-los. Nos demais cursos superiores, é oferecida como unidade curricular optativa.

A FACULDADE DO FUTURO, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, garante às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos.

A FACULDADE DO FUTURO coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

8. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em observância a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a FACULDADE DO FUTURO garante a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Nos termos do Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

O direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação é assegurado pela FACULDADE DO FUTURO, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, a FACULDADE DO FUTURO não recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

Visando assegurar às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso e permanência no ensino superior, a FACULDADE DO FUTURO adota as seguintes estratégias:

- Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante no contexto acadêmico, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência acadêmica;

- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de inerentes ao cotidiano acadêmico;

- Organização de todas as atividades acadêmicas de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, aula em espaços separados;

- Reconhecimento da instituição de ensino superior como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;

- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;

- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de formação, bem como dos fatores extra acadêmicos que possam interferir nesse processo;

- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;

- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação acadêmica, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano acadêmico e demais ambientes sociais;

- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;

- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;

- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo do processo de formação;

- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da tecnologia assistiva, voltada à comunicação alternativa/aumentativa para estes sujeitos;

- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a FACULDADE DO FUTURO

disponibiliza acompanhante especializado no contexto acadêmico, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.